

# CENTO E OITENTA ANOS DE HISTÓRIA:



**DESCALVADO** SOB VÁRIAS PERSPECTIVAS

ORGANIZADORES:  
Alessandra de Jesus Batista Paganotto  
Marco Antônio Pratta

**CENTO E OITENTA ANOS DE HISTÓRIA:**  
DESCALVADO SOB VÁRIAS PERSPECTIVAS

1ª edição

Descalvado, SP

CM&N

2012

*Dakravalvada*



FICHA TÉCNICA  
ISBN

# Agora de cimentos

## AGRADECIMENTOS

Essa publicação é o resultado de um conjunto de ações da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC - do município de Descalvado, São Paulo, que visam resgatar e preservar a memória histórica local em seus aspectos materiais e imateriais. O trabalho tem sido realizado graças à colaboração de pesquisadores, professores e estudantes de diferentes áreas, memorialistas, empresários e aqueles que não medem esforços na preservação da história local. Estão conosco nessa empreitada as professoras Luzia Sigoli Fernandes Costa e Luciana de Souza Gracioso, do curso de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, a professora Maria Inês Rauter Mancuso, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, a professora Cristine Gorski Severo, do curso de Letras da Universidade Federal de São Carlos, e a professora Maria Ângela Bortolucci, do curso de Arquitetura da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos, que coordenaram quase trinta alunos, de graduação e de pós-graduação, de diferentes cursos na ACIEPE - Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão - Fazendas Paulistas: descobrindo suas múltiplas dimensões, promovida pela UFSCAR no segundo semestre de 2011. Os estudos e levantamentos realizados pelo grupo nas fazendas locais contribuíram muito para a ampliação do conhecimento sobre do período áureo do café no município. Entre os desdobramentos gerados por essa atividade está a necessidade de se levantar a documentação oficial dessas fazendas, para a produção de materiais didáticos que serão disponibilizados aos professores e alunos do município e região, além da inclusão de Descalvado no projeto "As fazendas de São Carlos e seus municípios

limítrofes", que contará com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, em 2012.

Esse trabalho não seria possível se não tivéssemos contado com o apoio dos proprietários, funcionários e ex-funcionários das fazendas incluídas no projeto. Os Carlino da Costa, da fazenda Palmeiras, através do Sr. Benedito Carlino da Costa Filho e da sua filha, Vera Carlino da Costa Franzin, preocupados com a conservação do lugar que está com a família há quase oitenta anos. Os Hoffmann da fazenda Bela Aliança, na pessoa da Sra. Maria Terezinha de Jesus Alvarenga Hoffmann e de seus filhos, em especial Paulo Gerhard Hoffmann e Maria Cristina Hoffmann Latanzio, cultores da memória, da hospitalidade e da boa prosa. Um agradecimento também a Armando Alves de Mello, funcionário da Usina Ipiranga, responsável pelos contatos para que tivéssemos acesso à fazenda Santa Izabel, antiga fazenda Tamandaré, atualmente propriedade da mesma usina. Na mesma fazenda reside Sirlei Inês Alves da Silva, que acolheu com atenção e apreço os jovens pesquisadores da ACIEPE. Para Édson Vitúlio dos Santos, antigo funcionário da fazenda Tamandaré, quando esta ainda era propriedade do Sr. Luiz Dias Alvarenga, um agradecimento especial pelas informações e relatos. Não podemos deixar de agradecer também aos que possibilitaram o acesso e o levantamento das fontes. A Câmara Municipal de Descalvado, na pessoa de seu Diretor Geral, Diego Luís Mendonça Lastosa, disponibilizou os seus arquivos. Stéfano Stainle, aluno concluinte do curso de Letras da Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO - campus de Descalvado, pesquisou durante alguns meses esse acervo composto

por livros de lançamento de imposto do café, de escritura de escravos e atas. Cláudio Romantini, oficial do Cartório de Registro de Imóveis, nos forneceu informações históricas importantes sobre as fazendas do município. As irmãs franciscanas do Coração de Maria, freiras católicas cuja comunidade, em Descalvado, o Lar Escola Imaculada Conceição, possui mais de um século de funcionamento, disponibilizaram seus registros, apontamentos e documentos, que muito auxiliaram na caracterização de alguns períodos. Neyre Maria Zaffalon Casati, integrante da primeira turma de normalistas a se formar na cidade, em 1952, compartilhou conosco as suas memórias, os seus papéis, as suas fotografias e o seu carinho. A todos muito obrigado!

O livro, em especial, para ser construído e finalizado contou com a contribuição de pessoas, empresas e amigos, que aqui labutam diariamente ou, mesmo distantes, possuem vínculos com o município e região, com sua terra e sua gente. Não foi gasto um único centavo do erário público nas pesquisas, na confecção do texto e na impressão do material. Tal como em publicações anteriores, a obra é o resultado de colaboradores e sonhadores que acreditam que a comunidade deve e pode participar na melhoria gradativa das condições da educação pública, o que supõe também a busca, a pesquisa e a confecção de materiais específicos para os alunos, professores e a população de uma forma geral. Nosso agradecimento, nesse sentido, para: Carlos Francisco Sobreira Guimarães; Lair de Souza; Marcenaria da Fazenda – Fazenda Santana do Monte Alegre; Mineração Descalvado Ltda.; Mineração Jundu Ltda.; Realidade Transporte e Turismo Ltda.; Turismo Descalvado; Usina Ipiranga.

Não poderíamos deixar de citar, evidentemente, os autores dos capítulos: Fransérgio Follis; João Paulo da Silva; Kátia Resende Netto Cirelli; Leandro Guidini; Marcelo Fila Pecenin; Maria Fernanda Ferrato Melo de Carvalho; Talita Franceschini de Almeida, que entre tantos afazeres, encontraram tempo suficiente para construir essa publicação. Em outros momentos e em outras épocas muitos pesquisaram e escreveram sobre Descalvado, a sua história, os seus costumes e a sua região. Para esses cidadãos, muitos já falecidos, o agradecimento pela preocupação com a memória e o seu registro nunca será suficientemente destacado. Eles lançaram as bases para todos os estudos posteriores: Antenor Ervêu Bettarello; Antonio da Conceição Vicente Adorno; Ari Pinto das Neves; Benedito Barbosa Adorno; Benedito Sebastião Chiaretto; Cacilda Gallo; Fausto de Marco; Flávio Tallarico; Francisco Todescan; Gerson Álfio de Marco; Glenan Leite Dias; Helmut Troppmair; Jayme Regallo Pereira; Jacira Godoy Puppo; José Carlos Tallarico Adorno; Lázaro Timótheo do Amaral; Luiz Carlindo Arruda Kastein; Luiz Carlos de Lima; Luiz Gonzaga Lício; Manuel Pereira de Godoy; Mário Ângelo Vitúlio Zambelli; Mário Joaquim Filla; Mário Sebastião Bonitátibus; Milton Timótheo do Amaral; Monsenhor João Baptista de Carvalho; Monsenhor José Canônico; Odenor Pedro Ivo Ferreira Bettarello; Orestes Rocha; Oscar Ferreira de Carvalho; Padre Gustavo Montovani; Paulo Belli; Reverendo Mattathias Campos Fernandes; Sonia Belli. Os frutos desse trabalho, materializado, de certa forma, também nesse livro, são dedicados a todos os professores e profissionais da educação que acreditam na melhoria das condições de vida da população através da universalização da escolarização.

# *Apresentação*

## **APRESENTAÇÃO**

**DIZERES PREFEITO**

**SECRETÁRIA**

**SEEC**

# SUMÁRIO

11	INTRODUÇÃO	
12	PERSONALIDADE Leônidas Borges de Oliveira	74
14	CAPÍTULO I Aspectos Naturais	76
22	PUBLIEDITORIAL Mineração Jundu	86
24	CAPÍTULO II Origens Indígenas	87
38	PERSONALIDADE Nhô Totico	94
39	CAPÍTULO III Origens Históricas	96
50	PERSONALIDADE Vital Brazil	110
51	CAPÍTULO IV Economia Cafeeira	111
62	PUBLIEDITORIAL Marcenaria da Fazenda	117
64	CAPÍTULO V Desenvolvimento Ferroviário	120
	PERSONALIDADE Euclides da Cunha	74
	CAPÍTULO VI A Evolução da Educação	76
	PERSONALIDADE Paulo Lauro	86
	CAPÍTULO VII A Festa do Divino	87
	PUBLIEDITORIAL Mineração Descalvado	94
	CAPÍTULO VIII A Metade do Século XX	96
	PERSONALIDADE Lygia Fagundes Telles	110
	CAPÍTULO IX Patrimônio Cultural	111
	PUBLIEDITORIAL Usina Ipiranga	117
	FAMÍLIAS DESCALVADENSES	120
	BIBLIOGRAFIA	126

# INTRODUÇÃO

Esse livro não é um compêndio da história de Descalvado, uma cronologia dos seus fatos marcantes e principais personagens: não tivemos a pretensão de fazê-lo. Muito há para ser pesquisado em nossa região e no município. Pretendemos apenas ampliar algumas das reflexões que já foram realizadas por memorialistas e pesquisadores que se dedicaram ao estudo do município. Ainda restarão muitas lacunas a serem preenchidas para que possamos compreender as especificidades das transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais passou o interior paulista, em especial o município de Descalvado e redondezas. Os autores dos artigos não tiveram a pretensão de esgotar nenhum dos assuntos tratados. A história é peregrina, a história nunca termina e, assim sendo, nada está pronto, acabado, definitivo. Essa é a única certeza: tudo está em transformação! Os capítulos que se seguem, versando sobre a produção e a reprodução da existência, os costumes, a educação e a cultura locais em um dado momento histórico apresentam-se como uma reflexão: através do entrecruzamento de informações obtidas a partir das lembranças de muitos, das pesquisas documentais e da bibliografia pertinente foi possível traçar as relações entre o processo de transformação pelo qual o país passava e as formas específicas que assumiram em um contexto mais particular. As relações entre o contexto nacional e o regional foram praticamente o eixo central dos trabalhos aqui reunidos.

No primeiro capítulo Kátia R. N. Cirelli apresenta as principais características ecológicas do município dentro do panorama físico-natural do estado de São Paulo, com destaque para a localização de Descalvado sobre o Aquífero Guarani, o maior manancial de água doce subterrânea transnacional do mundo. Outra preocupação da autora foi destacar os ecossistemas predominantes e discutir a necessidade do uso adequado do solo e da água para a preservação do meio ambiente local e nacional.

O segundo capítulo traz à tona a discussão sobre os primeiros habitantes das terras que seriam a futura Descalvado. Guaranis ou Kaingangues? A historiadora Alessandra de Jesus B. Paganotto procurou responder a essa pergunta contrapondo a produção acadêmica recente e a produção dos memorialistas e pesquisadores locais sobre a ocupação indígena na região.

Enquanto o Brasil conseguia a sua autonomia política e administrativa, os sertões locais começavam a ser explorados, ao que tudo indica, por egressos da atividade mineradora. A partir desse contexto os pesquisadores Fransérgio Follis e João Paulo da Silva analisam, no terceiro capítulo, o processo de fundação do município, iniciado com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Belém de Descalvado, em 1844, e consolidado com sua elevação à vila em 1865. Os autores partem da crítica à bibliografia histórica local/regional, de forte tendência ufanista e celebrativa, para construir

uma abordagem histórica diferente, pautada na análise criteriosa e objetiva de documentos.

No capítulo seguinte, Alessandra de J. B. Paganotto e Marco Antonio Pratta tratam da chegada do café ao município e de seus efeitos econômicos, sociais e culturais: o crescimento demográfico, gerado pela necessidade de mão de obra para os cafezais e pela transição do trabalho escravo para o assalariado, a implantação de infraestrutura urbana e a chegada da ferrovia. A dupla também procura destacar a efemeridade desse surto econômico e os limites do afamado progresso associado ao ouro verde.

Leandro Guidini trata da revolução provocada pelo transporte ferroviário e os seus desdobramentos políticos, sociais e culturais: a extensão de um ramal da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais associou a região e o município a uma matriz econômica de exportação que, na época, permitiu, inclusive, a relação do interior paulista com o mercado europeu e o norte-americano.

No sétimo capítulo, Maria Fernanda F. M. de Carvalho faz uma análise histórico-antropológica da Festa do Divino em Descalvado, procurando compreender, através dela, alguns aspectos da comunidade descavadense.

No capítulo oito Marcelo Fila Pecenin traçou um perfil do contexto local na primeira metade do século XX, após a crise cafeeira, e as alternativas que a região encontrou para sobreviver diante de um universo econômico em transformação.

No nono capítulo, Talita F. de Carvalho faz uma discussão sobre a importância do patrimônio cultural e elenca alguns desses bens em Descalvado, tais como o Hotel dos Viajantes, a Estação Ferroviária, o antigo Grupo Escolar Cel. Rafael Tobias, entre outros. A autora também destaca a importância de sua preservação para a história e identidade locais.

Reiteramos que o livro privilegia apenas alguns momentos das transformações e aspectos da economia, da sociedade local. Dessa forma, nosso desejo é que muitas pessoas, amigos, professores, estudantes e cidadãos, de uma forma geral, pensem, repensem, critiquem e contribuam para que esse trabalho seja, literalmente, dissecado: ele é apenas uma tentativa de problematizar e refletir sobre as origens e os rumos, o caminho percorrido até aqui, os projetos que uma dada população pretende direcionar e implantar, desde que ela seja conhecedora dos dilemas do passado e dos desafios atuais. A História é como uma mulher exigente, uma esposa resoluta, uma namorada inconformada: o óbvio e o costumeiro são comuns, estão incorporados, por isso sempre se exige um pouco mais! O comum representa muito, mas ele perde a força com o passar do tempo. O que já foi consolidado torna-se parte do cotidiano: o inconformismo pode, assim sendo, ser uma qualidade, um desafio, um obstáculo a ser transposto.

# A CARRETERA PANAMERICANA

A HISTÓRIA DE UM DESCALVADENSE OUSADO

O projeto era antigo: unir o continente americano, de norte a sul, através de uma ligação rodoviária, desde o Brasil até os Estados Unidos. Na V Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada no Chile, em 1923, a ideia ganhou força, tentando assim uma maior integração entre os povos americanos. Em 1928 três brasileiros, financiados pelo governo do presidente Washington Luís (1926-1930) e apoiados pelo jornal O Globo, do Rio de Janeiro, e pelo Jornal do Comércio, de São Paulo, iniciaram a longa viagem de exploração: Francisco Lopes da Cruz<sup>1</sup>, natural de Florianópolis, Santa Catarina; o mecânico Guiusepe Mário Fava<sup>2</sup> (1907-2000), natural de Bariri, São Paulo; o tenente do exército Leônidas Borges de Oliveira, natural de Descalvado, comandante da expedição.

Leônidas Borges de Oliveira (1903-1965) era filho de Leôncio Borges de Oliveira e Rosa Machado Borges de Oliveira. Passou toda a sua infância em Descalvado, mudando-se com a família, posteriormente, para São Paulo, onde ingressou na carreira militar. Durante a viagem pelas Américas conheceu, no México, a médica Maria Buenaventura Gonzáles, com quem se casou e teve dois filhos: Erland de Oliveira e Margot de Oliveira. Posteriormente fixou-se com a família na Bolívia, onde exerceu a função de cônsul privativo do Brasil neste país por mais de vinte anos. Seus filhos, médicos de profissão como a mãe, vivem lá até hoje.

Os três aventureiros conduziram um automóvel Ford modelo T – o popular Ford Bigode da época – e uma caminhonete Modelo T. O primeiro foi batizado de Brasil e o segundo de São Paulo. Todo o percurso, de 28.000 km, foi percorrido em 10 anos (1928-1938), atravessando dezesseis países<sup>3</sup>. As aventuras foram inúmeras. O grupo perdeu-se no Pantanal matogrossense. Atravessaram a Cordilheira dos Andes, em quatro meses, escapando duas vezes da morte por deslizamentos. Na Bolívia, devido à falta de álcool combustível, os automóveis foram movidos por

bebidas indígenas feitas à base de milho. Na Colômbia, para atravessar a floresta, os pneus precisaram ser preenchidos com capim. No Panamá encontraram-se por acaso com a delegação olímpica brasileira que se dirigia para os jogos de Los Angeles. Na Nicarágua foram recebidos pelo líder guerrilheiro Augusto Sandino, em luta contra o governo local, dois dias depois do encontro foi assassinado. Em alguns países foram recebidos com honras de chefes de Estado. Nos anos finais da aventura a expedição foi bancada por doações particulares. Na Guatemala o governo deu uma grande quantidade de dinheiro para o grupo continuar a viagem. Tudo isto somado às constantes infecções intestinais, aos temporais e chuvas torrenciais.



**ENCONTRO DOS EXPEDICIONÁRIOS** com o presidente Getúlio Vargas, em 1938. O presidente está ao centro. À esquerda está Leônidas Borges. Atrás de Leônidas, de óculos, está Francisco Lopes da Cruz. Atrás do presidente Vargas, está Mário Fava. Na extrema direita está Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil na época



**LEÔNIDAS BORGES DE OLIVEIRA**  
Jovem oficial do exército brasileiro

**ENCONTRO DOS EXPEDICIONÁRIOS** com o presidente Roosevelt, em 1938. O presidente norte-americano está sentado. Na extrema esquerda está Francisco Lopes da Cruz; no centro, atrás do presidente, está Mário Fava e, na extrema direita, Leônidas Borges



**LEÔNIDAS BORGES E A SUA FAMÍLIA**, em São Paulo, pouco antes de iniciar a viagem, em 1928, com o Ford Modelo T

Enquanto a expedição se estendia, ocorria a grande crise mundial de 1929 e, no Brasil, terminada a República Velha, em 1930, Getúlio Vargas assumia o poder e arrebatava a Revolução Constitucionalista em 1932. Chegando finalmente aos Estados Unidos, os três brasileiros são recebidos com festa por autoridades e populares: Henry Ford, da indústria automobilística, ofereceu-se para comprar os dois automóveis, proposta que não foi aceita; o presidente Franklin Delano

Roosevelt recebeu-os na Casa Branca; Eliot Ness, o "intocável" perseguidor de mafiosos e bandidos, deu a autorização para que os três dirigissem automóveis nos Estados Unidos. O grande objetivo da viagem era sensibilizar os governos nacionais a construírem a Rodovia Panamericana – a Carretera. Os brasileiros retornaram para casa de navio, sendo aqui recebidos por Vargas. Em homenagem ao feito, três ruas da capital federal de então receberam os nomes da terra natal dos integrantes da expedição – Bariri, Descalvado e Florianópolis. Apesar de todos os esforços, o plano não saiu do papel com muita facilidade. Para os padrões da época, seriam necessários 500 milhões de dólares para toda a obra. O México foi o primeiro país a terminar a rodovia em seu território. Atualmente existe uma Rodovia Panamericana, acompanhando a costa do Pacífico, do Alasca ao sul do Chile, porém em um percurso muito menor que o empreendido pelos aventureiros. Muitas regiões atravessadas por eles, como a selva colombiana e a panamenha, além de várias regiões andinas, ainda hoje são inacessíveis.

<sup>1</sup> Oficial da Aeronáutica, após a viagem fixou residência no Rio de Janeiro, sem manter mais contato com o grupo.

<sup>2</sup> Filho dos italianos João Fava e Cezira Mazucatti, Mário Fava, como era conhecido, após a viagem pelas Américas trabalhou na construção da rodovia Belém-Brasília e na terraplanagem para a construção da nova capital federal. No final da vida estabeleceu-se no Paraná. É considerado o grande herói da expedição, uma vez que era o responsável pela manutenção dos automóveis.

<sup>3</sup> Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, México e Estados Unidos.

# CARACTERIZAÇÃO & ECOLÓGICA

## DE DESCALVADO

Por Kátia Cirelli<sup>1</sup>

Muita coisa mudou no município de Descalvado desde a chegada dos primeiros colonizadores. Naquela época eles se orientavam por referenciais naturais, sendo os morros e serras os melhores deles. Por isso quem marcava o caminho correto para Araraquara era o Morro Descalvado. Este belo morro faz parte da Serra do Descalvado ou Serrote Descalvado e está localizado ao sul do município, com a sua altura variando de 750 m a 900 m de altitude. No nosso município ainda existem outros morros, os quais apresentam alto valor turístico e estão registrados no mapa turístico

do Estado. Também ao sul, nos limites com Analândia, temos o Morro do Quadrão, com altura de 700 m.; a oeste temos a Serra da Estrela, que chega a altura de 750 m. e a noroeste temos o Morro da Janelinha que mede, aproximadamente, 700 m. de altura. Este tipo de relevo privilegia a ocorrência de belas cachoeiras, sendo as mais famosas e conhecidas o Salto do Pântano, localizada no ribeirão do Pântano, com cerca de 50 ms de queda d'água, e o Salto do Gasoso, de menor porte. Essas, como as outras cachoeiras presentes no município, estão em propriedades



**SERRA DO DESCALVADO**, acidente geográfico que dá nome ao município

<sup>1</sup> Kátia Resende Netto Cirelli é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Ciências pela Universidade Federal de Lavras (1992) e Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (2002). Atualmente atua em pesquisa e desenvolvimento de projetos em controle biológico aplicado, adequação e regularização ambiental, legal de áreas produtivas e naturais e em educação ambiental.



**MORRO DO QUADRÃO**



**SERRA DA ESTRELA**



**MORRO DO JANELINHA**

particulares, por isso necessitam de aprovação prévia para a visitação (Toresan, 2005), representando uma oportunidade para projetos de desenvolvimento turístico local e regional. O Morro Descalvado é importante também por outro motivo: ele representa a unidade geomorfológica das Cuestas Basálticas, que foram formadas pelos remanescentes erosivos das camadas de rochas vulcânicas basálticas da Bacia do Paraná, na faixa que vai desde Ituverava e Franca, a nordeste, até Botucatu e Avaré, a sudoeste. A presença das Cuestas na região influencia sensivelmente o clima local, o regime pluviométrico e a variação de temperaturas; a quantidade de dias de chuvas e o total da precipitação aumentam em direção à frente da Cuesta, onde também ocorre menor temperatura e maior frequência de geadas nas porções mais altas dessa forma de relevo (Moraes, 1985).



**SALTO DO PÂNTANO**  
Foto de Fábio José de Mello



**LOCALIZAÇÃO TRANSCONTINENTAL***do Aquífero Guarani*

Moreira et al (2008) registra que o clima de Descalvado é do tipo Cwa, isto é, mesotérmico úmido subtropical de inverno seco, com a temperatura média do mês mais frio inferior a 18° C e a do mês mais quente superior a 22° C, sendo que, do ponto de vista de balanço hídrico, há uma nítida distinção entre as estações seca (maio a setembro) e chuvosa (outubro a abril).

Conhecer o tipo geomorfológico local é importante para as decisões políticas do uso e ocupação do solo. Ross & Moroz, 1977, citado por Tavanti et al (2009), classificaram a região segundo a sua fragilidade potencial regional como baixo a médio, por causa da predominância de colinas de topos convexos e tabulares.

**O Aquífero Guarani**

Quando associamos a presença de água subterrânea com a formação geológica temos a formação hidrogeológica. Descalvado é constituído pelas formações Botucatu e Piramboia, que compõem o Aquífero Guarani, o maior manancial de água doce subterrânea transnacional do mundo.

O termo Aquífero Guarani, foi proposto, recentemente, em uma reunião de pesquisadores de várias universidades de países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) como forma de unificar a nomenclatura de um sistema aquífero comum a todos eles e também como homenagem à nação dos índios guaranis, que habitavam por aqui (este aquífero era denominado, no Brasil, como Botucatu, pois a sua principal camada de rocha foi reconhecida e descrita pela primeira vez no município paulista de Botucatu).

Este importante reservatório internacional de água está localizado na região centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste. Ocupa uma área de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, estendendo-se pelo Brasil (840.000 km<sup>2</sup>), Paraguai (58.500 km<sup>2</sup>), Uruguai (58.500 km<sup>2</sup>) e Argentina (255.000 km<sup>2</sup>). Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (São Paulo-SMA, 2000).

O Aquífero Guarani é constituído de várias rochas sedimentares pertencentes à Bacia Sedimentar do Paraná. Das rochas que compõem o aquífero a mais importante é o arenito Botucatu, de idade triássico superior a jurássico inferior (190 milhões de anos atrás). Este arenito foi depositado em ambiente desértico, o que explica as características que o tornam um ótimo reservatório de água: os grãos sedimentares que o constituem são de uma grande homogeneidade, havendo pouco material fino (matriz) entre os mesmos. Isto confere a este arenito alta porosidade e alta permeabilidade, características que devem ser muito bem compreendidas e respeitadas para se evitar a sua contaminação. A espessura média do Aquífero Guarani é de cerca de 100 metros, havendo locais onde chega a 130 metros. O arenito Botucatu está exposto à superfície nas regiões marginais da Bacia Sedimentar do Paraná. À medida que caminhamos para as partes centrais desta Bacia, isto é, para o interior dos estados do Sul, este



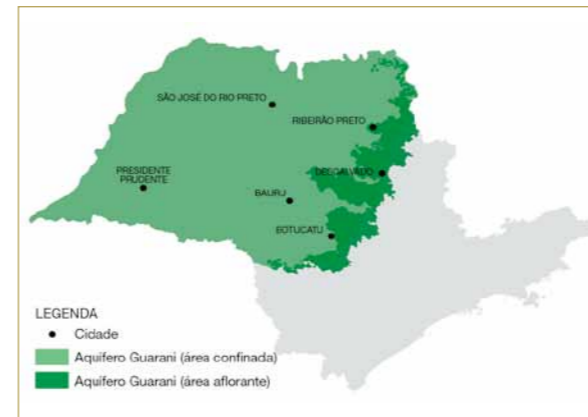
arenito vai ficando cada vez mais profundo.

A região onde o arenito Botucatu aflora constitui os locais de recarga do aquífero. Nas regiões onde ele está recoberto por rochas vulcânicas não há recarga e o sistema está confinado, ou seja, é artesiano, chegando a profundidades de até 1.500 metros. Apesar desta profundidade, como é um sistema confinado, nos poços que o alcançam nesta profundidade a água sobe chegando a pouco menos de 100 metros da superfície, havendo locais onde a pressão é suficiente para que a água jorre espontaneamente pela boca do poço.

Com relação à hidrografia do estado de São Paulo, ou seja, as águas superficiais que formam o Aquífero Guarani temos os rios Tietê, Piracicaba, Mogi-Guaçu, Pardo e Paranapanema, entre outros de menores proporções, destacando-se o rio do Peixe e o rio São José dos Dourados.

A constituição arenosa com baixo teor de argila e caráter homogêneo faz com que o Aquífero Guarani apresente altos índices de vulnerabilidade (São Paulo-CERH, 2005), sendo que os maiores índices ocorrem nas áreas onde os aquíferos estão a menos de 10 m de profundidade. Gomes (2009) explica que possíveis contaminações poderão ocorrer nas áreas com materiais geológicos e pedológicos de constituição textural arenosa e não, em toda a área de abrangência desse aquífero; desta forma, o uso e ocupação do solo devem levar em conta esta característica geológica para a preservação das águas subterrâneas e proteção da saúde dos seres vivos que habitam a região.

O Aquífero Guarani constitui-se em uma importante reserva estratégica para o abastecimento da população, para o desenvolvimento das atividades econômicas e do lazer. Sua recarga natural anual é principalmente pelas chuvas (Toresan, 2005). Estudos têm revelado que as águas do Aquífero Guarani ainda estão livres de contaminação. Contudo, considerando que a área

**LOCALIZAÇÃO HIDROGRÁFICA** do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo

de recarga coincide com importantes áreas agrícolas brasileiras, onde se tem usado intensamente herbicidas, é de se esperar que são necessárias medidas urgentes de controle, monitoramento e redução da carga de agrotóxicos, sob pena de se vir a ter sérios problemas de poluição. O Setor das Águas Subterrâneas e do Solo - TQAA da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, faz análise da qualidade das águas subterrâneas em poços de monitoramento duas vezes ao ano.

Outros perigos são:

- Uso descontrolado e excessivo, principalmente nos locais que apresentam artesianismo jorrante, sendo necessário um rígido controle para se evitar o desperdício de água e a consequente diminuição da pressão interna do sistema, o que viria a prejudicar os outros usuários das redondezas do poço jorrante;
- Poços abandonados: todo poço, que atinja ou não o Aquífero Guarani, e deixe de ser usado, deve ser convenientemente selado para evitar a entrada direta de águas poluídas;
- Vedação: todo poço deve ser bem vedado para evitar a entrada de água poluída no espaço anelar existente entre o revestimento do mesmo e as paredes da perfuração;
- A alta vulnerabilidade natural das áreas de recarga direta do aquífero coloca a população em situação de alta exposição ao risco de contaminação por fontes difusas de agrotóxicos, por exemplo, tanto do lençol freático quanto dos lençóis profundos, como também favorece a formação de ravinas e voçorocas, principalmente por meio de práticas agrícolas inadequadas (Gomes et al., 2002).

Em Descalvado, o afloramento do Aquífero Guarani abrange 73,5% de sua área. A população rural e urbana utiliza a água desse aquífero por meio de poços artesianos, sendo que 40% do abastecimento da cidade vem de 16 poços distribuídos por toda a cidade (Ferraz, 2011).

Em 1988, o Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Deliberação CRN nº 18) declarou como Área de Proteção Máxima (APM) "a região compreendida pelo afloramento do Aquífero Guarani e as áreas limítrofes com no mínimo 1 km de largura (...) localizadas nos compartimentos Médio Mogi Superior e Médio

Pardo Superior (São Paulo; Deliberação CRH nº18/98).

Esta deliberação está diretamente relacionada com Descalvado, pois o município está localizado na região hidrográfica da Bacia do Mogi-Guaçu, sendo os seus principais rios o Quilombo, o do Pântano e o Bonito, que são os principais afluentes da margem esquerda do rio Mogi-Guaçu na direção sul-norte. Eles correm em vales amplos, sendo que, em algumas áreas, o vale se alarga e os rios se espraiam formando meandros.

A vazão desses rios varia durante o ano, de acordo com o clima, sendo que, são pequenos riachos na época da seca e se transformam em grandes rios na época das chuvas. Esta particularidade aumenta muito o seu poder de carregar sedimentos, provocando assoreamentos (depósito de sedimentos) em regiões de pouca profundidade. Encontramos também áreas pantanosas, pois, por serem planas, os rios perdem velocidade, provocando uma diminuição no poder de transporte e a consequente deposição de sedimentos (Moreira et al, 2008).

Além desses rios encontramos, ainda, quarenta e sete (47) córregos: Olaria, Anhumas, Cajuru, Capivara, Descaroador, São João, Campo, Matança, Espriado, Ipiranga, Barra Grande ou Água Vermelha, Paraíso, Jacutinga, Paiolinho, Santa Rosa, Patos, Gaviãozinho, Água Podre, Sujo, Santa Eulália, Água Limpa, Capeitinga, Santo Antonio, Cajuru, São Domingos, Cateto, São Rafael, Sapé, Prata, Gasoso, Serrinha, Bebedouro, Ibicoara, Gregório, Bomba, João Porto, Tabôa, Jatobá, Vila Nova, Tamanduá, Pinheirinho, Montes Claros, Capão Alto, Olho D'Água, Água Choca, João Bias e Buraco da Onça.

O município de Descalvado está situado na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI - 9, juntamente com Santa Rita do Passa Quatro, Luiz Antônio, Guataporá, Pradópolis, Motuca, Guariba, Jaboticabal, Barrinha e Dumont (Miranda et al, 2005).

**Bacias hidrográficas**

Uma bacia hidrográfica é formada pela água, recurso natural finito e crítico para o desenvolvimento das cidades e da produção agropecuária.

As bacias hidrográficas são estratégicas para o desenvolvimento do Estado, tanto que, em 1994, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH - publicou a lei 9034/94, que dispôs sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e instaurou as 22 UGRHI. Os rios, em geral, são as principais unidades morfológicas das bacias hidrográficas e interagem diretamente com a atmosfera e seu entorno, fazendo trocas de energia e matéria com o ambiente; por isso são afetados por modificações microclimáticas locais e regionais e pelas atividades humanas (desenvolvimento da cidade e agricultura), as quais podem alterar a sua morfologia e seu fluxo de água.

As bacias hidrográficas são unidades naturais que encontramos na paisagem e não são delimitadas por limites políticos. Desta forma o planejamento ambiental é importante, pois as bacias hidrográficas refletem os recursos presentes e as atividades interligadas e interdependentes existentes no local e na região e toda essa dinâmica poder ser rompida devido à mudanças no uso da terra.

É muito importante ressaltar que a manutenção e restauração das matas ciliares que formam as Áreas de Proteção Permanente - APP - de rios, riachos e córregos contribuem para o suprimen-

to de água dos rios (efeito esponja), principalmente nos períodos de estiagem, e pela presença de um microclima mais ameno junto às nascentes e ao longo dos cursos d'água. E ainda que a presença de APP favorece vários componentes ambientais, tais como a manutenção da biodiversidade, a proteção das encostas, taludes e barrancos junto aos cursos d'água, evitando o desencadeamento de processos erosivos e o consequente assoreamento, principalmente, durante os períodos de chuvas intensas e concentradas (Gomes et al. 2006).

### Os solos de Descalvado

Torezan (2005) caracterizou os solos presentes no município de Descalvado como: latossolos, seguidos dos neossolos, argissolos e gleissolos, fato que faz dessa região uma das mais produtivas do estado de São Paulo. Com essa matriz a agropecuária é a base da economia municipal, tendo como principais atividades as culturas da cana-de-açúcar, laranja, avicultura e a pecuária. O leite apresenta ainda significativa importância, pela presença da Fazenda Agrindus, a segunda maior produtora de leite do Brasil. A agricultura familiar está sendo impulsionada pela implantação de alguns assentamentos rurais, com produção principalmente de hortaliças e legumes (Lima, 2011). A produção de mel também vem tendo destaque no município. Diante das características físicas regionais do solo, a rotação de culturas e os sistemas integrados de produção agrícola, respeitando a aptidão agrícola do solo, contribuem para a manutenção das suas propriedades físicas, químicas e biológicas, como também a sua conservação (controle da

erosão) e da água (favorecimento à infiltração) no meio agrícola. O setor secundário e o terciário têm crescido nos últimos anos (Oliveira, 1995), sendo que o setor secundário contribui significativamente para a geração de renda do município e é composto por um parque industrial considerado ainda jovem, com empresas instaladas a partir da década de 80. Predominam as atividades de extração de areia (duas mineradoras ligadas a grandes grupos internacionais e ainda algumas empresas que atuam no setor cerâmico), produção de álcool e açúcar e de produtos alimentícios, sendo que o setor de nutrição animal está ampliando a possibilidade de novos negócios. Existem sete empresas ligadas direta ou indiretamente ao setor (SEEC, 2011).

A produtividade agrícola e a qualidade de vida têm sido amplamente associadas à conservação do meio ambiente e à utilização racional dos recursos naturais (Falkenmark & Suprapto, 1992). A proteção dos recursos naturais e o conhecimento das comunidades que coexistem nestes locais revestem-se de grande importância, pois estes estão diretamente associados às atividades que sustentam a economia local, isto é, agropecuária e indústrias relacionadas.

### Fauna e Flora

Descalvado situa-se nos domínios da Mata Atlântica e cerrados, como toda a região nordeste do estado de São Paulo. A partir de meados do século XIX houve redução significativa da vegetação natural devido à expansão da fronteira agrícola, com a introdução da cultura do café na região de mata (solo fértil), à exploração da madeira para uso como lenha, dormentes ou matéria-



RESERVA DE MATA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL, ao fundo, na região centro-oeste de Descalvado, com plantações de cana em seu entorno



EXEMPLO DA FORMAÇÃO VEGETAL QUE RECEBE O NOME DE CERRADÃO  
Em sua base, plantação de cana-de-açúcar

-prima para casas e móveis e, em parte, à formação de pastagens (Rodrigues & Hott, 2010).

No Inventário Florestal do Estado de São Paulo sobre as categorias de vegetação remanescente no estado, realizado pelo Instituto Florestal de São Paulo (2005), verificou-se que restam 13,9% de cobertura vegetal nativa no Estado (34.573 km<sup>2</sup>), localizada em áreas com aptidão agrícola variada.

A importância ecológica do município motivou a implantação da Área de Preservação Ambiental – APA – Lei 1.600, de 06/1996; do Parque Ecológico Sebastião Fiochi – Jardim Bela Vista – Lei 2.117, de 08/05/2001, e do Parque Ecológico Doutor Mário de Barros Gentil – localizado entre os Jardins do Lago e São Francisco - Lei 2.316, de 11/09/2003.

As APAs são unidades de conservação - UCs - de uso sustentável e reguladas pela Lei nº. 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - que admitem, inclusive, a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

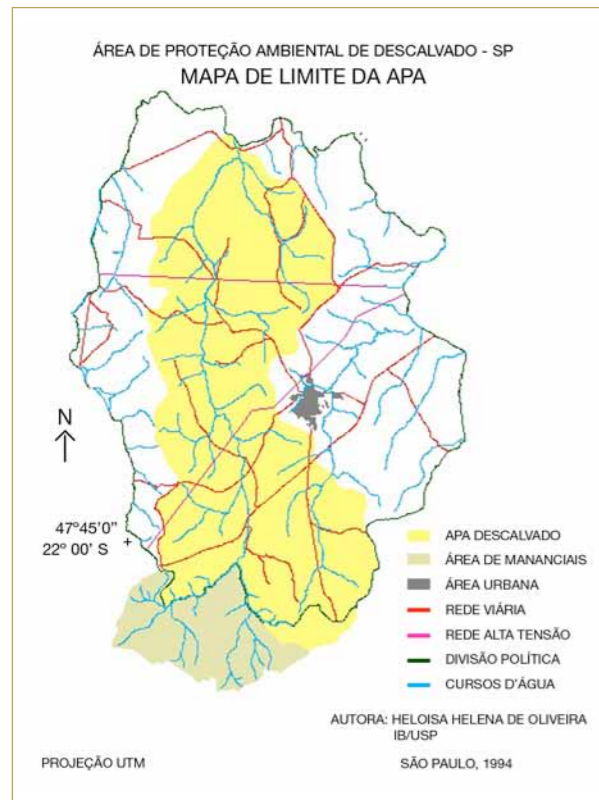
Oliveira (1995) propôs a criação da APA, abrangendo as porções sul e central, totalizando 40.000 ha. Os seus limites foram traçados em função das bacias dos dois principais rios municipais: o Ribeirão do Pântano, que tem suas nascentes protegidas pela APA Estadual de Corumbataí, e que foi incluído em toda a extensão contida no município até desembocar no rio Mogi-Guaçu; a bacia do Ribeirão Bonito foi incluída nas áreas de abrangência das nascentes e do curso médio do rio. A APA

de Descalvado atinge apenas a área rural, sendo excluídas tanto a zona urbana como a área onde se localizam indústrias e mineradoras de areia de grande porte, por apresentarem graus de alteração antrópica que dificultam a implantação de programas de conservação ambiental.

De forma geral, a APA de Descalvado caracteriza-se pela presença de terras relativamente baixas, entre 500 m e 800 m. de altitude. As formações vegetais identificadas são a Mata Estacional Semidecídua, o cerrado e a mata ciliar. Inseridas dentro de um contexto agropecuário, as comunidades vegetais encontradas na área de estudo têm sofrido modificações em diversos níveis em sua estrutura e fisionomia (op. cit.).

A Mata Estacional Semidecídua também é denominada Mata Mesófila; é assim denominada, pois, no período mais seco e frio do ano, de 20% a 50% das árvores que compõe a floresta perdem as folhas. Ela é uma vegetação de porte médio a alto, com dossel fechado e sub-bosque denso, sendo considerada, em termos de composição de espécies, uma transição entre as florestas sempre-verdes do litoral e o cerrado. Em geral, esta formação vegetal está associada à presença de solos mais férteis, às áreas de solos rasos Litólicos e Latossolo Roxo e a algumas porções de Terra Roxa e Latossolo Vermelho escuro. As suas árvores são predominantemente altas (10 m a 25 m), com formação de dossel denso, apresentando sub-bosque desenvolvido. Observa-se a presença de espécies como Jacareúba (*Calophyllum brasiliensis*), Canela (*Ocotea carymbosa* e *Ocotea diospyrifolia*), *Xylopia emarginata* e *Guarea* sp. (OLIVEIRA, 1995). Ela é encontrada atualmente

### EXEMPLO DE VEGETAÇÃO TÍPICA DO CERRADO: galhos retorcidos e cascas grossas.



#### MAPA DO LIMITE DA APA DE DESCALVADO

na APA de Descalvado cobrindo principalmente as encostas íngremes, onde, em especial, a dificuldade de desenvolvimento de práticas agrícolas manteve historicamente algumas reservas. Geralmente temos no entorno dessas matas pasto e eucalipto. O cerrado é considerado uma das formações vegetais mais ameaçadas no Brasil, devido à ocupação das terras para produção agrícola. Atualmente, no estado de São Paulo, existem poucas reservas, restando apenas ilhas de pequenas extensões, o que reforça a importância em se proteger as áreas remanescentes no Município de Descalvado. As fisionomias de cerrado identificadas na APA foram reunidas em duas classes: o cerrado senso estrito, que reúne as porções de vegetação mais aberta e baixa, e o cerradão, que representa a forma florestal, com vegetação mais alta e densa.

Na entrada do município (a sudoeste) podemos observar cerca de 1.200 ha de cerrado contínuo que chega até próximo ao início do centro urbano. Esta vegetação desenvolve-se sobre areias quartzosas, mantendo árvores de porte baixo e médio (4 m - 8 m de altura), dispondo-se em três estratos distintos: árvores – que ficam espalhadas, o que permite a iluminação direta dos arbustos e das plantas rasteiras. Os arbustos são os mais abundantes e apresentam galhos muito retorcidos e casca grossa, resistentes às queimadas. As plantas rasteiras são encontradas por todo o local. As espécies de árvores são aquelas semelhantes as do cerradão,



sendo mais baixas, com galhos retorcidos e casca grossa (aspecto xeromórfico). Encontramos o angico vermelho (*Anadenanthera peregrina*), barbatimão (*Stryphnodendron polyphyllum*), carvoeiro (*Amaioua guianensis*) e muitas outras (op. cit.). No seu entorno destacam-se as lavouras de cana-de-açúcar e de citros. O cerradão geralmente desenvolve-se sobre solos provenientes da alteração de rochas pobres em bases, como as Areias Quartzosas. Representa a fisionomia florestal das savanas, onde o estrato dominante é constituído por árvores de porte médio a alto (6 m a 18 m de altura). A formação de um dossel contínuo e fechado, sombreando o sub-bosque, cria condições microclimáticas particulares de umidade e temperatura. O solo é mais úmido e húmido que na fisionomia não florestal do cerrado. O sub-bosque é pobre em lianas (cipós) e epífitas (orquídeas), sendo constituído por árvores jovens da mesma espécie da floresta madura. É quase sempre semidecídua, com algumas espécies de árvores características da floresta estacional semidecídua, sendo que a maioria é exclusiva dos cerrados e são as mesmas árvores encontradas nas formações abertas, porém mais retilíneas e com ramificações mais altas. Encontram-se espécies como ucuúba-vermelha (*Virola sebifera*), canela-santa (*Vochysia tucanorum*), abiu-piloso (*Pouteria torta*) entre outras (OLIVEIRA, 1995). A mata ciliar é uma formação vegetal que está associada aos cursos d'água, cuja ocorrência é favorecida pelas condições físicas locais, principalmente relacionadas à maior umidade do solo. Essas áreas são de fundamental importância no gerenciamento ambiental, pois, além de contribuírem para a manutenção da qualidade dos



GARÇAS-BOIADEIRAS repousando nas imediações do Rio Mogi-Guaçu  
Foto de Fábio José de Mello

recursos hídricos, funcionam como corredores úmidos entre as áreas agrícolas, favorecendo a proteção da vida silvestre local. Nos vales fluviais mais encaixados, formados por vertentes íngremes, a floresta se assemelha à mata mesófila, apresentando árvores com dossel contínuo nas áreas melhor conservadas. Nos vales mais amplos e de solos frequentemente encharcados, encontram-se as várzeas, correspondendo à vegetação de porte herbáceo-arbustivo.

Está associada à presença de solos hidromórficos e porções de Latossolo Roxo e Terra Roxa. Nela predominam indivíduos vegetais de porte médio e alto, com altura entre 6 e 20 m. Entre as espécies mais comuns encontram-se jacareúba (*Calophyllum brasiliensis*), copiúva (*Tapirira guianensis*), figueira (*Ficus enormis*), sangra-d'água (*Croton urucurana*), açafroa (*Guarea guidosa*), andiroba (*Trichilia palida*) e o palmitero (*Euterpe edulis*) (op. cit.). Grande parte das matas ciliares foram substituídas por área de pastagem, a qual é mantida através de manejo agropecuário. Oliveira (1995) também relatou que as áreas de vegetação remanescentes abrigam espécies animais raras na região, com registros de ocorrência de lobo guará, urubu-rei, veado mateiro, saúá, entre outros.

Existem locais de nidificação de aves, onde o ninhal é o local de abrigo e nidificação de diversas espécies de aves encontradas na APA, podendo abrigar, na época da procriação, mais de 4.000 indivíduos. As aves, em geral, passam todo o dia dispersas por

toda a área, em busca de alimento, e se reúnem no final da tarde no mesmo local, nas proximidades de uma pequena represa, de propriedade particular. A garça boiadeira (*Bubulcus ibis*) é a espécie mais abundante no ninhal, com grande concentração de indivíduos adultos e filhotes. Várias outras espécies foram encontradas em menor número, como a garça branca (*Casmerodius albus*), socozinho (*Butorides striatus*), socó dorminhoco (*Nicticorax nicticorax*) e biguá (*Phalacrocorax olivaceus*).

Todas as comunidades terrestres estão regidas por interações de plantas, seus predadores (herbívoros) e seus inimigos naturais como, por exemplo, os parasitóides (Price et al. 1980). Esses insetos são ecologicamente importantes, pois além de serem agentes reguladores de diversos grupos de insetos herbívoros (a comunidade mais abundante e diversa da maioria dos ecossistemas), servem como indicadores da presença ou ausência destas populações (Matthews, 1974; Lasalle, 1993). No plano econômico, o grupo oferece alternativas para o controle de insetos-praga para a agricultura através de inimigos naturais, minimizando o uso de agroquímicos (González & Ruiz, 2000).

Cirelli et al (2003) estudaram os *Hymenoptera parasitóides*, presentes nos remanescentes naturais do município. Foram levantados 2.262 espécimes de Braconidae, sendo que foram publicados 8 espécies novas (Cirelli et al., 2002) do gênero *Pseudognaptodon*, sendo que uma espécie, o *Pseudognaptodon descaldensis*, foi nomeado em homenagem ao município.

# MINERAÇÃO JUNDU

**A** Jundu iniciou suas atividades em 03 de fevereiro de 1959, tendo como fundador Cid Muniz Barretto (1917-1993), engenheiro civil de formação, especialista em pesquisas de jazidas minerais.

Seu primeiro parque industrial localizava-se no município de Peruibe, litoral sul paulista, onde extraía areia de praia. O termo "jundu" surgiu de uma vegetação tipicamente litorânea, que cresce sobre as dunas. Esta vegetação, de pequeno porte, tem como característica desenvolver-se em situações adversas, como a falta d'água e de nutrientes, parecendo nascer do nada, situação semelhante à origem da empresa, familiar e pequena, a princípio.

A areia litorânea extraída era fornecida quase que exclusivamente para as fundições localizadas na região da Grande São Paulo. Com o crescimento da empresa ampliou-se o quadro societário com a admissão de novos acionistas: Louis Frederic Guttin, Hugo José Policastro e Sergio David Fernandes. Posteriormente, graças aos resultados de constantes pesquisas geológicas, em busca de outras fontes de areia quartzosa, em 1962 a Jundu transferiu-se para o município de Descalvado, onde foi encontrada uma jazida de areia sedimentar de excelente qualidade, com uma reserva estimada de mais de 60.000.000 toneladas. Entretanto, não foi fácil convencer as fundições brasileiras a substituir as areias litorâneas pelas areias sedimentares de cavas. A Jundu realizou exaustivos testes para comprovar a excelente qualidade das areias do interior paulista.

Em 1974, quando da descoberta de imensa reserva específica, dentro da própria planta arenosa de Descalvado, com características químicas adequadas para a fabricação de diversos tipos de vidros, iniciou-se então a produção e o fornecimento de areias quartzosas industriais para este setor. O número de funcionários, já na década de 70, era cerca de 440. A Jundu, posteriormente, diversificou suas atividades. Atuou no ramo de criação de frangos de corte e gado leiteiro, reflorestamento com eucaliptos e na construção civil. Inicialmente montou uma fábrica de artefatos de concreto, onde eram produzidos blocos, lajes, vigas, postes, canaletas e tubos. Construiu em Descalvado mais de trezentas casas, localizadas nos bairros Jardim Belém e Santa Cruz, além de

ser a responsável pelo primeiro lote de casas populares do Jardim Albertina.

No final do ano de 1998, o Grupo Saint-Gobain, de origem francesa, assumiu o controle acionário da Jundu, intensificando os projetos de reestruturação organizacional. Em 2000, em função da incorporação da Santa Susana Mineração, outra empresa do Grupo Saint-Gobain, a Jundu ampliou seu portfólio de produtos para os mercados vidreiro e cerâmico, produzindo e comercializando dolomita, calcário e feldspato, expandindo sua atuação nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, com plantas de extração em Bom Sucesso de Itararé - SP, Pirituba - SP, São João del Rei - MG, e Viamão - RS. Em março de 2002, o Grupo Saint-Gobain, atento ao desenvolvimento e às necessidades do mercado brasileiro de matérias-primas naturais, estabeleceu uma joint venture com a UNIMIN, empresa de origem norte-americana, controlada atualmente pelo grupo belga SCR-SIBELCO, mantendo o nome Mineração Jundu.

A SCR-SIBELCO, atuante há mais de cento e trinta anos no mercado, é líder mundial no segmento de minerais industriais não metálicos, contando com mais de 245 plantas produtivas no mundo e, aproximadamente, 8.000 empregados. Totalmente informatizada, a Jundu possui o



EM DESCALVADO, areias quartzosas e areias cobertas para shell molding



#### PATROCÍNIO DE APRESENTAÇÕES

de peças teatrais para alunos do Ensino Fundamental da rede pública, atendendo às cidades de Descalvado, Analândia, Bom Sucesso de Itararé e Guararema

**PROJETO BRINCANDO FELIZ:** doação de brinquedos, jogos educacionais e armários para a Creche Sonho Infantil (bebês, maternal, pré-escola e reforço escolar)



dos projetos de difusão cultural para as comunidades onde a empresa desenvolve as suas atividades produtivas.

#### MEIO AMBIENTE

A mineração causa significativos impactos ambientais. A lavra de areia industrial nas unidades da Jundu é executada de modo a mitigar o impacto ambiental da extração do minério, pois é realizada dentro das mais modernas e adequadas técnicas, a fim de que se possa aproveitar ao máximo o bem mineral e impactar o mínimo o meio ambiente. É o que se chama de boas práticas na mineração. Ao longo dos anos tem ocorrido um aumento crescente de investimentos em controle ambiental, tais como a construção de tanques dotados de bacias de contenção, tratamento das águas residuárias, monitoramento da estabilidade geotécnica, manutenção dos sistemas de despoeiramento, sistemas de fossas sépticas e gerenciamento de resíduos. Para áreas já exploradas há compromissos de recuperação das áreas degradadas, executadas concomitantemente à exploração da jazida, de maneira a se obter a estabilização ambiental da área o mais rapidamente possível. Como exemplo pode ser citada a reabilitação da primeira área de lavra, paralisada na década de oitenta, quando se passou a lavar na atual frente. No local foi construído o Jundu Clube, depois transformado no Projeto Criança. O lago utilizado para dragar o material foi remodelado e teve sua profundidade reduzida com a deposição de areia no seu fundo. Estas instalações também são utilizadas, atualmente, para o funcionamento da universidade instalada no município, sediando o curso de graduação em Educação Física.

seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado segundo a norma ISO 9001, desde 1997, e o seu Sistema de Gestão Ambiental em fase de implantação, tendo a planta do município de Analândia já recebido a certificação segundo a norma ISO 14.001.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

O conceito de Responsabilidade Social, para a Jundu, é amplo, tendo a ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage. A empresa possui vários programas voltados à saúde e integridade física e mental dos colaboradores e investe em seu desenvolvimento profissional através da concessão de bolsas de estudo e programas de treinamento. Também são muito frequentes as atividades sociais e culturais direcionadas para as comunidades onde a empresa está implantada.

Em agosto de 1987 a empresa criou o Projeto Criança, programa de cunho social através de atividades que se fundamentam em aulas e práticas esportivas, complementadas por expressões de apoio à educação e desenvolvimento integral das crianças, visando contribuir no desenvolvimento físico, social e cultural da juventude, atendendo crianças, dos 7 aos 14 anos de idade, da comunidade de Descalvado. O projeto foi citado em uma publicação norte-americana, a revista Rock Products International, de Chicago, Estado de Illinois, EUA, em fevereiro de 1992.

A partir de 1996 o Projeto Criança passou a ser gerenciado através de uma parceria estabelecida entre a Jundu, que cedeu todas as instalações, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura do Município de Descalvado e o SESI - Serviço Social da Indústria. Até hoje o projeto continua funcionando nestes moldes, enfatizando a formação integral das crianças e dos adolescentes, no período contrário ao das atividades escolares regulares, atendendo cerca de 800 alunos matriculados em suas várias atividades esportivas e culturais.

Entre os seus Projetos Sociais destacam-se as iniciativas junto à Creche Sonho Infantil, entidade mantida pela UNIDOS - União Descalvadense de Obras Sociais, além

# GUARANIS E KAINGANGUES

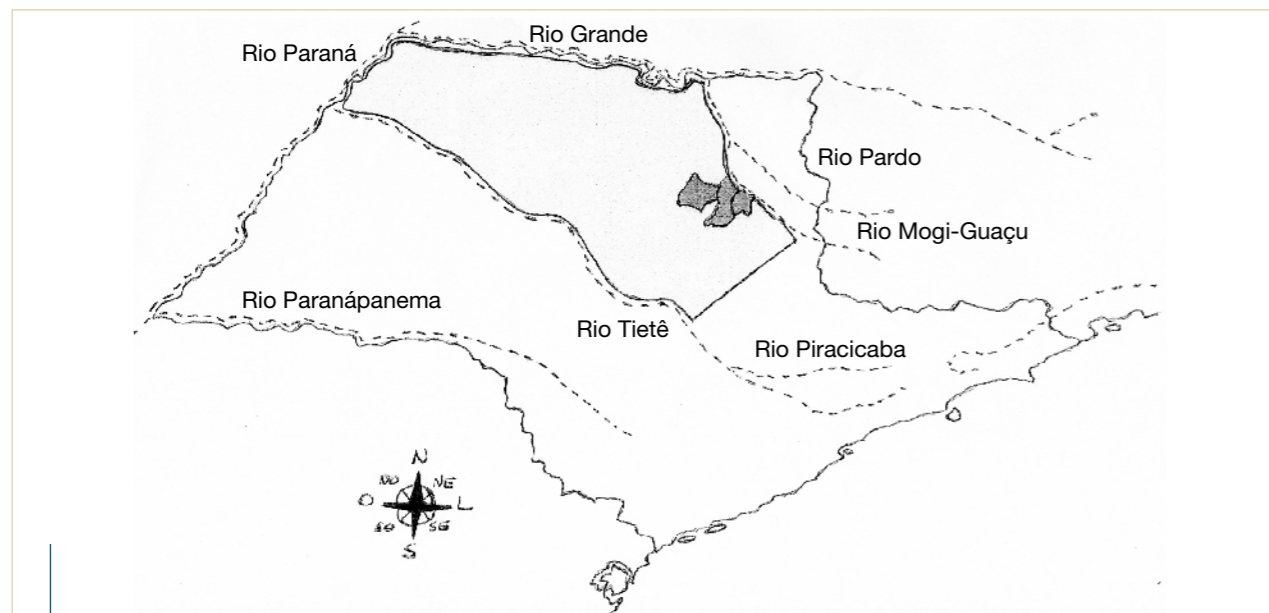
OS PRIMEIROS HABITANTES DAS TERRAS DESCALVADENSES

Por Alessandra Paganotto<sup>1</sup>

## Os campos de Araraquara: delimitação da área e chegada dos primeiros brancos

O território onde hoje se localiza o município de Descalvado pertencia a uma vasta região conhecida historicamente como os Campos de Araraquara, que se estendiam no sentido sudeste-noroeste, do rio Piracicaba ao rio Grande e, no sentido leste-oeste, entre os rios Mogi-Guaçu e Tietê. A macrorregião incluía também municípios como Piracicaba, Limeira, Rio Claro, Pirassununga, Porto Ferreira, São Carlos e Araraquara. Os Campos de Araraquara faziam parte dos chamados sertões,

paragens para além do litoral, desconhecidas pelos portugueses, mas não desabitadas, pois antes da chegada dos colonizadores, essas terras eram ocupadas por vários grupos indígenas forçados a abandoná-las frente ao contato devastador com o homem branco. Nosso objetivo é desvelar quem foram os primeiros habitantes da região e como se deu o processo de incorporação da área ao território brasileiro. Desta maneira, esperamos entender a história de Descalvado dentro de um contexto mais amplo



OS CAMPOS DE ARARAQUARA aparecem no mapa em destaque, juntamente com os municípios de Descalvado, São Carlos e Araraquara, dispostos respectivamente na direção leste-oeste. A região compunha os chamados sertões paulistas uma área bem mais extensa, pouco conhecida e pouco explorada até meados do século XVII, quando se tornaram um entreposto no caminho tomado pelos bandeirantes rumo às minas das Gerais, Goiás e Mato Grosso

<sup>1</sup> Alessandra de Jesus Batista Paganotto é formada em História pela Universidade Federal do Pará - UFP - e Mestre em História Social do Brasil pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente é professora no curso de História do Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos e coordenadora da área de Ciências Humanas do Núcleo de Atualização Educacional de Descalvado - NAE - da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEEC.



VALE DA SERRA DO MAR  
Jean Baptiste Debret

que incluí a construção/formação do território paulista e subjugação/extermínio daqueles que se constituíam nos maiores obstáculos para a expansão territorial do país nos primeiros quatro séculos de sua história, os índios.

Como sabemos, nos primeiros anos, a colonização se concentrou inicialmente no litoral. Era prioridade consolidar a produção da cana-de-açúcar a fim de tornar o Brasil um empreendimento lucrativo e garantir a posse do território diante das investidas estrangeiras que ameaçavam o domínio lusitano. O primeiro governador-geral Tomé de Souza chegou, inclusive, a criar mecanismos de controle para inibir o estabelecimento de missões jesuíticas ou núcleos de povoamento no interior, procurando com isso concentrar esforços na produção açucareira e na defesa do litoral. Porém, essas tentativas de controle acabaram se mostrando ineficazes. Eram frequentes as incursões além da costa em busca de mão-de-obra indígena para atender os engenhos de açúcar. Sempre é bom lembrar que no primeiro século de colonização, a força de trabalho utilizada nas propriedades agrícolas era formada principalmente por silvícolas, os chamados "negros da terra"<sup>2</sup>, como bem observou John Monteiro (1994). Segundo o autor, muito antes da fundação da vila de São Vicente por Martim Afonso de Souza em 1532, ali havia um importante ponto de comércio de escravos indígenas que eram capturados no entorno daquela região.

Outros que não se contentaram com os limites impostos pela coroa foram os jesuítas. O propósito que os traziam para a Amé-

rica portuguesa era ampliar o número de fiéis católicos através da catequização da população indígena local. Firmes em levar a cabo as orientações da Companhia de Jesus, subiram a Serra do Mar em 1554 e fundaram o colégio de São Paulo de Piratininga. Entre os religiosos envolvidos na empreitada estavam os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, nomes de reconhecido destaque na historiografia brasileira por suas ações missionárias. Mem de Sá, quando assumiu o governo geral, ao contrário de seu antecessor, incentivou a ocupação do planalto. Motivado pela limitação de solos férteis no litoral e pelo risco de ataques dos Tupinambás<sup>3</sup>, decidiu-se pela interiorização. Como parte da política de remanejamento da população do litoral para o interior, o então governador-geral extinguiu a vila de Santo André da Borda do Campo, localizada nas escarpas serranas, metade do caminho para o planalto. Seus moradores foram mandados para as imediações do colégio dos jesuítas em 1560 (MONTEIRO, 1994/ VILLA, 2009).

O local se tornou a partir de então um foco de irradiação de aventureiros em direção a oeste. Aproveitando os caminhos abertos pelos índios ou seguindo o percurso do rio Tietê e seus afluentes iam os desbravadores se aprofundando nos sertões. O Tietê, usado como uma das principais vias de acesso ao interior possui uma peculiaridade, enquanto os demais rios das bacias hidrográficas brasileiras correm em direção ao litoral, ele faz o percurso inverso: nasce na Serra do Mar e percorre todo o interior paulista até desaguar no rio Paraná no sentido sudeste-noroeste,

<sup>2</sup> Negros da terra era um termo correlato à denominação dos africanos como "negros da Guiné". Na Idade Média, em Portugal, a palavra "negro" tornara-se quase sinônimo de escravo, e com certeza no século XVI ainda tinha implicações de servilismo (SCHWARTZ, p. 58, 1988).

<sup>3</sup> Os portugueses se juntaram aos Tupiniquim, tradicionais inimigos dos Tupinambás, e incitaram vários conflitos entre as duas tribos, com vistas a transformarem em escravos os prisioneiros de guerra de seus aliados. Os Tupinambás reagiram através da união de vários grupos indígenas na Confederação dos Tamoios, que promoveram vários ataques aos assentamentos luso-indígenas entre o litoral de São Vicente e Cabo Frio na chamada Guerra dos Tamoios (1558-1567).

como pode ser observado no mapa anterior. Ajuntando-se a ele seus afluentes, destaque para o Piracicaba, tinha-se os caminhos fluviais que levaram os paulistas até o rio Paraná de onde adentram no Paranaíba, nos atuais estados de Goiás e Minas Gerais, e, daí partiram para o São Francisco e Tocantins na região central do Brasil (DAVIDOFF, 1994).

A hipótese mais usada como justificativa para a interiorização aponta o fator pobreza. A falta de recursos teria levado os paulistas a buscarem seu sustento fora dali, e, impelidos pela necessidade, saíam na captura de índios. Essa explicação está assentada na teoria de que os bandeirantes foram os principais responsáveis pelo alargamento das fronteiras nacionais, alçados, por isso, à condição de heróis pela historiografia tradicional, que atenuou e escondeu a ação genocida dos chamados desbravadores do sertão. Trabalhos mais recentes como o de John Monteiro (1994) buscam desconstruir a imagem do bandeirante enquanto herói, responsabilizando-os pelo extermínio de milhares de índios. Outra razão, menos polêmica, foi a possibilidade de encontrar metais preciosos. Indiscutivelmente, foi constante essa busca na expectativa do colonizador. Semelhante aquilo que ocorrera com os espanhóis, os portugueses alimentavam a esperança de que isso também deveria se concretizar com eles. As expedições para o interior foram motivadas por um ou outro motivo: se não tinha ouro, servia os índios. Mas, no início, nada aguçava tanto a empreitada como a esperança de se encontrar as tais riquezas naturais, o eldorado. A crença de que nas regiões próximas ao rio São Francisco se encontrava a lendária Serra de Sabarabuçu embalava os sonhos bandeirantes. Segundo as narrativas correntes na época tratava-se de uma formação montanhosa cintilante por causa do ouro, da prata e das pedras preciosas que a recobriam. Tamanho era o brilho que da serra resplandecia, ao que se dizia, que de bem longe podia-se avistá-la. Num tempo

carregado pela mentalidade edênica, a busca pelo paraíso estava presente no imaginário dos primeiros povoadores europeus aqui na América, nem que esse Éden fosse agora mais premiado com riquezas materiais no lugar do repouso espiritual. Tal imaginação fértil permitiu encorajá-los a se embrenharem em expedições destinadas à descoberta de tão sonhadas riquezas, nem que para isso fosse necessário desbravar matas fechadas, enfrentar animais desconhecidos e índios bravios. Entre o final do século XVI e início do XVII, vários empreendimentos exploratórios foram organizados com esse objetivo, mas sem nenhum sucesso. Momentaneamente foi posto de lado o escopo inicial, e numa conjugação aparentemente contraditória, centram suas atividades na preação de índios. Digo contraditória porque entre as missões do colonizador estava a evangelização dos gentios e não o cativo como terminou ocorrendo. Mas os negócios falam mais alto e a necessidade de braços para as propriedades agrícolas da capitania vicentina fizeram com que as armações se voltassem quase que exclusivamente para a captura e escravização de mão-de-obra. Segundo John Monteiro (1994), o desejo dos colonos de encontrar ouro continuava subjacente, mas o alvo preferencial dessas penetrações passou a ser os negros da terra. O destino das bandeiras da primeira metade do século XVII era o sul e sudoeste de São Paulo, regiões habitadas por povos guaranis, que receberam as denominações de Carijó, Araxá e Patos. No afã de ampliar o número de escravos indígenas, os vicentinos foram responsáveis pela destruição das reduções jesuíticas espanholas do Guairá, Itatim e Tape, localizadas nos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. As aldeias missionárias eram economicamente pródigas com uma agricultura e uma pecuária bastante desenvolvidas, mas a maior riqueza eram seus milhares de índios catequizados e aculturados, e, portanto, acostumados ao ritmo de



ÍNDIOS CIVILIZADOS TRAZENDO ÍNDIOS SELVAGENS PRISIONEIROS

Jean Baptiste Debret

## ZUMBI DOS PALMARES

Óleo de Manuel Victor

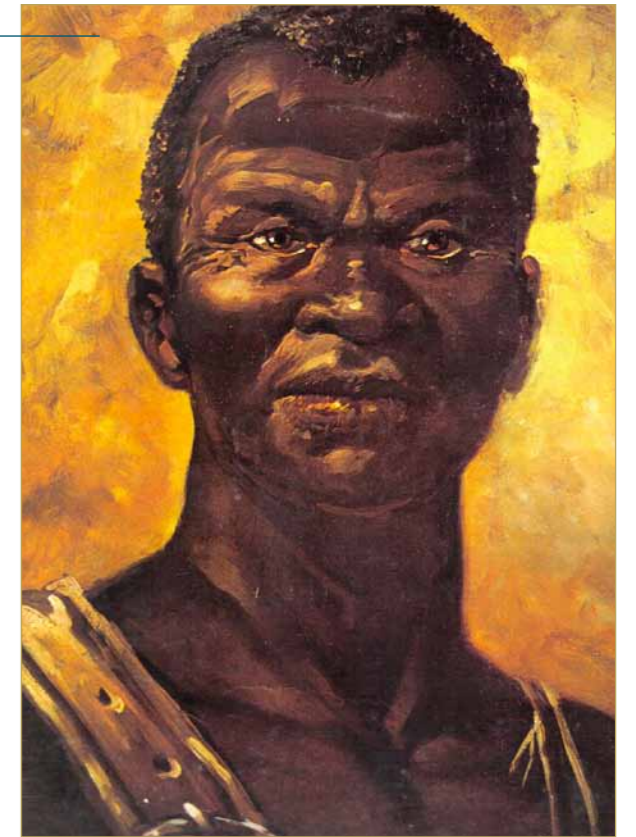
trabalho exigido nas propriedades dos colonos.

Desde 1570 a escravidão indígena era considerada ilegal, mas a coroa portuguesa admitia a chamada "guerra justa" em casos de violência dos índios ou quando recusassem a soberania portuguesa e a proteção missionária. Permitia-se então fazer uso de ação enérgica contra os indígenas recalcitrantes e os custos decorrentes da ação deveriam ser cobertos pelo apresamento e posterior venda dos vencidos como escravos. A brecha na legislação abriu prerrogativa para os colonos continuarem escravizando indígenas por mais um século pelo menos. Justificar as ações não constituía tarefa difícil, tendo uma fiscalização débil, argumentar contra os índios ficava extremamente fácil, prevaleciam os interesses econômicos sobre aqueles de ordem moral. Assim, era comum encontrá-los nas propriedades de seus caçadores. Muitos bandeirantes depois de se assenhorearem de um número significativo de índios passaram a utilizá-los em seus domínios, como foi o caso de Raposo Tavares, "que contava, em 1632, com um plantel de 117 índios" em sua fazenda nas margens do Tietê (MONTEIRO, 1994, p.79).

Além de se especializarem na prática de capturar índios, os bandeirantes também alugavam seus serviços para pacificar, entendam-se destruir, tribos consideradas inimigas ou para caçar escravos foragidos. Um exemplo significativo nesse sentido são os feitos do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, conhecido como o exterminador de índios e que foi contratado pelos senhores de engenho de Pernambuco para destruir o Quilombo dos Palmares. Após inúmeras resistências dos quilombolas, eles foram derrotados e mortos aos milhares e seu líder Zumbi, teve sua cabeça entregue ao governador da capitania da Bahia Caetano de Melo e Castro como prova de seu assassinato (MONTEIRO, 1994).

A partir do final do século XVII, o apresamento de índio deixou de ser uma atividade economicamente lucrativa. Primeiro porque os índios se tornaram uma mercadoria cada vez mais rara à medida que foram sendo exterminados ou que adentraram para regiões mais distantes, tornando sua caça uma empreitada de alto risco; segundo, havia muita resistência à escravidão indígena tanto por parte da sociedade portuguesa como dos jesuítas, o que forçava a coroa a aumentar a restrição à utilização dos silvícolas como mão-de-obra servil; e, terceiro, porque a oferta de escravos africanos elevou-se juntamente com o poder aquisitivo dos colonizadores, que sempre preferiram os negros da guiné aos da terra para a execução de tarefas ligadas à produção do açúcar. Segundo Schwartz, havia em toda a América portuguesa uma crença generalizada de que o africano era mais produtivo que o índio americano, no que se confirmava pela fragilidade deste último no que se refere aos efeitos do contato com o branco. Em caso de epidemias, as maiores baixas eram sempre entre os negros da terra. Além disso, os africanos possuíam uma maior experiência na agricultura de longo prazo, o que era de grande utilidade aos senhores e lavradores de cana-de-açúcar (SCHWARTZ, 1995).

Nessa mesma época aumentaram os rumores da abundância de ouro no interior da capitania de São Paulo, que por esses idos en-



globava os atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os bandeirantes, então, voltaram a focar suas expedições na buscas de metais e pedras preciosas. Oficialmente, o primeiro a se aventurar foi Fernão Dias Pais, "o caçador de esmeraldas", que saiu de São Paulo em 21 de julho de 1674 em direção a tão sonhada Serra de Sabarabuçu, tão reluzente como lendária. Não se sabe ao certo seu percurso, mas suspeita-se que tenha passado por onde hoje é Sabará, Mariana e Ouro Preto. Em 1681, Fernão Dias encontrou pedras verdes, que acreditava ser esmeraldas, depois do achado, porém, foi assolado por uma febre que terminou lhe levando a morte. Seu filho mais velho Garcia Rodrigues Pais, se encarregou de levar as pedras até a câmara de São Paulo, de onde partiu para Lisboa para dar as boas novas ao príncipe regente D. Pedro II de Portugal. Chegando lá, para a sua decepção, recebeu a notícia de que não se tratavam de esmeraldas e sim de turmalinas verdes (SILVA LEME, 1903-1905/2011).

De volta ao Brasil, Garcia Rodrigues Pais retomou o sonho de seu pai e organizou outra expedição a Sabará. Consta em alguns documentos oficiais que ele teria sido o primeiro a encontrar ouro no ano de 1697, mas não se sabe se isso corresponde a fatos verdadeiros. A certeza é que a partir do final do século XVII diferentes pessoas em diferentes lugares começaram a encontrar metais e pedras preciosas nos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Iniciava-se a corrida do ouro, pessoas provenientes de várias regiões do Brasil, de Portugal e de outros países da Europa dirigiram-se para as minas em busca de riquezas. As disputas por áreas para serem exploradas levaram a inúmeros conflitos. O mais famoso deles ficou conhecido como Guerra dos Emboabas (1708-1709), travada entre os vicentinos, que reclamavam



### COMBATE CONTRA BOTOCUDOS (BANDEIRANTES)

Jean Baptiste Debret

para si a exclusividade sobre as riquezas encontradas, e os reinóis recém-chegados, ávidos pelos afamados metais e esmeraldas da Serra de Sabarabuçu (FAUSTO, 2008).

Com o intuito de coibir conflitos como esses e também garantir o controle e a cobrança de impostos sobre a produção de ouro, a coroa portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709, que incluía os atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso. Foi nomeado para governar a agora principal capitania da América Portuguesa, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, tendo que, entre outras funções, criar casas de fundição, cobrar o quinto e organizar regimentos militares mantenedores da ordem e responsáveis por coibir o contrabando e garantir o pagamento dos impostos. No seu governo iniciou-se um processo crescente de militarização de São Paulo com o aumento do número de tropas Regulares, Auxiliares e das Ordenanças. As duas primeiras eram organizadas e financiadas pelo governo e se constituíam num verdadeiro exército. As últimas exerciam o policiamento local, lideradas pelos grandes proprietários de terra não remuneravam seus integrantes. Todo esse aparato policial não fora pensado somente para controlar a produção e circulação das riquezas minerais, também fazia parte do rol de suas atribuições, a abertura de caminhos e estradas que levassem às áreas mineradoras, dizimar índios que oferecessem algum tipo de empecilho aos empreendimentos da coroa e destruir quilombos.

Essas forças militares oficiais substituíram as bandeiras no processo de ampliação da ocupação do território. Os movimentos do século XVI e XVII não tinham como plano povoar o sertão,

seus interesses como vimos estavam diretamente relacionados à caça de mão de obra indígena e à descoberta de minas de metais e pedras preciosas. Todavia, as entranças criavam a precisão de pousos que possibilitassem o descanso dos homens e dos cavalos e o reabastecimento das tropas ao longo dos novos caminhos que se abriam. Essas paragens terminaram dando origem a várias cidades do interior paulista como Rio Claro, Araraquara e São Carlos. As expedições militares do século XVIII, por outro lado, tinham por objetivo estabelecer povoamentos fixos ao longo das estradas já abertas, bem como expandir ainda mais as fronteiras da ocupação lusa rumo a oeste (MANO, 2006).

Podemos concluir, antecipadamente, que o movimento de expansão dos domínios portugueses na América será, de forma direta ou indireta, responsável pela chegada dos primeiros colonizadores a Descalvado e municípios vizinhos. Os bandeirantes foram os primeiros a chegar. Segundo Lemos (apud FOLLIS, 2010) as terras araraquenses foram “palmilhadas” por esses homens que passaram pela região em busca de riquezas minerais e que, como não encontraram nada se limitaram a percorrer as bordas da área, margeando os rios Tietê e Grande, ou abrindo caminhos como o dos Guaiases, que passava pelo vale do Mogi-Guaçu em direção à Vila Boa de Goiás. Da ação desses paulistas nasceram muitos povoados, entre eles, Itu, Sorocaba e Piracicaba, “que se encontravam nas franjas da região conhecida historicamente como Campos de Araraquara” (MANO, p. 35, 2006) e que a partir de meados do século XVII passam a se tornar pontos de partida para as expedições em direção às minas e a outros pontos do interior paulista.

No século seguinte os Campos de Araraquara aparecem como uma referência constante nos documentos e relatos que se referiam às vias de acesso às minas de ouro e prata do Brasil central. Em 1724, o então governador da Capitania de São Paulo D. Rodrigo César de Menezes, mandou que abrissem um novo caminho de São Paulo até Cuiabá acompanhando o trajeto do Tietê por terra a fim de evitar as correntezas e outros perigos que a navegação desse rio apresentava, como o ataque constante de animais e de índios. O percurso, que ficou conhecido como o Picadão de Cuiabá, passava pelos Campos de Araraquara, terras que hoje correspondem aos municípios de Araraquara, São Carlos, Descalvado e Rio Claro (CAMARGO, 1915/2007). A via, porém, não atraiu muitos viajantes e nem povoadores, a falta de um implicava também na ausência do outro. Sem moradores ao longo do trajeto o mesmo tornava-se inviável. Escolher um caminho dependia muito do que o mesmo oferecia, além de segurança e agilidade, era indispensável a presença de habitantes ao longo do mesmo, gente que oferecesse o apoio mínimo necessário para viajar, como instalações para descanso dos tropeiros e seus animais. Também tinham que fornecer alguns mantimentos para o reabastecimento das tropas, algo fundamental, já que andavam sempre com pouca bagagem para evitar desgaste dos cavalos e mulas. Não havendo tais condições mínimas, era natural que procurassem rotas alternativas. Segundo Follis (2010, p. 12) o “fracasso se deu especialmente em razão da preferência dos viajantes, tropeiros e povoadores pela Estrada dos Goiases, que durante o século XVIII se consolidou como a principal via de penetração para o interior do território paulista a partir de São Paulo”.

O caminho conhecido como Estrada dos Goiases foi desbravado pelo famoso bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, no início do século XVIII. Na passagem aberta por ele era mais fácil o viajante encontrar pouso e mercadorias, além de ser mais seguro que o Picadão de Cuiabá. A preferência pela Estrada dos Goiases levou ao abandono gradativo da outra trilha. Em 1730, para evitar o contrabando do ouro, o Picadão de Cuiabá foi interdito pela coroa portuguesa.

No final do século XVIII, a necessidade de abrir novas veredas ligando aos centros de produção aurífera voltou a preocupar as autoridades paulistas. O governador da Capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo, incumbiu o sargento-mor da vila de Itu, Carlos Bartholomeu de Arruda, avô do futuro Conde do Pinhal, da missão de construir uma estrada que ligasse Piracicaba ao rio Paraná através dos Campos de Araraquara. Arruda tinha muitos interesses nesse projeto, era proprietário de duas sesmarias na região, a do Monjolinho e a do Pinhal que, mais tarde, dariam origem a atual cidade de São Carlos. Segundo Truzzi (2000) desde a década de 80 do século XVIII que ocorriam pedidos de cartas de sesmarias para a apropriação de terras na macrorregião de Araraquara. As solicitações eram geralmente de Campinas, Itu e Piracicaba.

Apesar da intensificação da disputa por sesmarias na área, os Campos de Araraquara ainda eram considerados territórios ermos e desabitados, pois a ocupação efetiva pelos colonizadores só se realizou a partir do século XIX. As disputas por propriedades, segundo Truzzi (2000), estavam relacionadas à especulação financeira ou a confirmação de status social e político, pois terra

sempre foi sinônimo de prestígio social no Brasil, garantia-se o título de propriedade sobre a terra através da doação feita pela coroa – evidenciando o quilate de sua influência - mas isso não significava sua imediata ocupação, embora fosse esse o princípio prático para as concessões, as terras continuavam intactas, muitas vezes assim permanecendo por anos a fio. O capitão Carlos Bartholomeu de Arruda exemplifica bem esse processo, embora possuísse sesmarias na região, não realizou a ocupação efetiva de nenhuma. A do Monjolinho, que deu origem a parte setentrional de São Carlos, mudou de posse seis vezes antes de sua ocupação e a do Pinhal só foi ocupada efetivamente a partir de 1831, quando seu filho Carlos José Botelho pediu para demarcar suas terras e plantou os primeiros pés de café em 1840. Nesse mesmo período, outras fazendas foram formadas por famílias procedentes de zonas de mineração em decadência (DEAN, 1977).

Há fortes indícios de que a ocupação da região só começou com a crise da mineração. A criação de propriedades agrícolas nos Campos de Araraquara a partir do século XIX coincide com a decadência da produção aurífera na região das minas. Com a crise, muitos mineiros abandonam suas atividades em busca de áreas para plantar ou criar gado. Alguns se estabeleceram nas terras férteis do planalto central paulista. Esse movimento migratório ficou conhecido como bandeirantismo de retorno e foi determinante para a ocupação dos sertões do Brasil meridional (DEAN, 1977). Nesse contexto temos a formação das fazendas pioneiras de Descalvado.

Em 1809 chegaram os primeiros habitantes, Agostinho José Alves do Amorim, natural de Santa Catarina e os irmãos Nicolau e Manuel Antonio Lobo vieram de Minas. O primeiro abriu a Fazenda Caridade com 1.350 alqueires paulista, aproximadamente 3.267 ha, localizada às margens dos rios do Pântano e Mogiguaçu; enquanto que os irmãos abriram outra propriedade que formava as fazendas Grama, Nova e Areias, juntas abrangiam cerca de 1.800 alqueires paulista (cerca de 4.356 ha). Eram, para os nossos atuais padrões, enormes propriedades, mas se pensarmos o modelo de colonização adotado pelos portugueses baseado no latifúndio, não eram das maiores, ainda hoje encontramos nas regiões norte e centro oeste do país propriedades de dimensões superiores. Vale ressaltar que essas primeiras fazendas abertas foram obras da prática posseira, atividade na qual a ocupação se dá de forma irregular mediante a não reclamação da terra por outra parte. Normalmente os limites dessas propriedades eram dados por acidentes do relevo e da orografia resultando em grandes dimensões. O valor da terra ainda era ínfimo e a utilização de áreas para atividades econômicas diminuta, em pouco tempo essas propriedades foram se subdividindo. Os irmãos mineiros Tomé e José Ferreira da Silva compraram duas fazendas que antes havia pertencido aos seus conterrâneos Nicolau e Manuel Lobo. Tomé adquiriu a propriedade próxima ao Cuzcuzeiro, hoje parte da fazenda Monte Alverne, e José Ferreira, a fazenda Areias correspondente à área central do município, onde foi construída a capela que daria origem à vila de Descalvado (KASTEIN, 1996). Daí em diante a ocupação foi se efetivando e a localidade passou a atrair uma quantidade cada vez maior de habitantes, número esse que teve grande salto a partir do desenvolvimento da cafeicultura nas décadas seguintes. Acompanhando o desenvol-

**O SINAL DE COMBATE (COROADOS)**

Jean Baptiste Debret

vimento econômico proporcionado pelo chamado ouro verde veio o crescimento demográfico e a estruturação da localidade como município politicamente autônomo. Aqui a história de Descalvado deságua no contexto mundial, passando o município, como toda a região, a ser incorporado à lógica da economia capitalista. Chega o trem. Através da malha ferroviária ia-se integrando as mais longínquas partes do planeta ao mercado mundial num processo aparentemente irreversível, condição intrínseca à modernidade, não, porém, livre de suas contradições. Por ora, retomemos nossos sertões. Antes é preciso lembrar que, embora muitas vezes a expressão designasse vazio demográfico, não seria bem o caso dos Campos de Araraquara, tendo em vista que a região já era ocupada por tribos indígenas antes da chegada dos primeiros colonizadores. Portanto, é bom esclarecer bem de que povoadores estamos falando e, aqui aproveitarmos para nos livrar da carga etnocentrista que o termo povoamento carrega. Pesquisadores são unânimes em afirmar que a ocupação indígena na região foi significativa a tirar pelos vários vestígios arqueológicos deixados por essas tribos ou pelos relatos dos primeiros desbravadores brancos do território. A partir dessa documentação é possível afirmar que esses índios pertenciam aos dois grandes grupos étnicos brasileiros, os Tupi-Guaranis e os Jês, mais especificamente as sub-etnias meridionais, ou seja, localizadas no sul do Brasil, os Guaranis (Guaycuru, Payaguá, Araweté) e os Jê-meridionais (Kayapó, Bororo, Kaingang)<sup>4</sup>. Segundo o antropólogo Marcel Mano (2006), a diversidade cultural dessas populações está diretamente ligada a heterogeneidade ecológica dos Campos de Araraquara, área formada por cerrados, matas, florestas e rios, habitat de uma grande variedade de espécies animais e vegetativas, que devem ter exercido um forte poder atrativo sobre essas tribos.

Um bom exemplo da grande oferta de presas para a caça e pesca são os nomes dados aos rios da região que fazem referência a abundância da fauna que habitavam suas margens. É o caso do Capivari – rio das capivaras; Jaguarí – rio do jaguar, também conhecida como onça-pintada; Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu; e o Mogi-Guaçu, que significa rio da cobra grande, uma referência clara à sucuri, a maior cobra do Brasil, ainda muito comum na zona rural de alguns municípios. Esses rios e suas imediações formavam uma grande reserva animal composta por lontras, ariranhas, antas, aves aquáticas e centenas de espécies de peixes. Só na bacia mogiana, Manuel Pereira de Godoy catalogou 83 das 106 espécies conhecidas. Os campos, matas e florestas também eram providos de uma rica fauna, que inclui veados, tatus, tamanduás, antas etc. (GODOY, 1974/MANO, 2006).

Toda essa diversidade, sem dúvida nenhuma, atraiu vários grupos humanos para a região antes da chegada dos colonizadores e as suas características hidrográficas tiveram um papel fundamental nesse processo, tanto é assim que a maior parte dos ves-



tígios arqueológicos encontrados ocorreram nas proximidades dos principais rios e de seus afluentes.

Nas terras, que hoje constituem Descalvado, encontramos algumas das principais características ecológicas acima descritas. A vegetação do município é bastante diversificada, composta por manchas de mata Atlântica e uma predominância de cerrado com áreas de vegetação mais ou menos densas e campos. Provavelmente as matas eram muito mais fechadas e recorrentes antes da instalação das primeiras fazendas no início do século XIX e deviam formar junto com o campos uma reserva rica de animais de todos os portes: veados, tatus, tamanduás, antas etc. Alguns desses exemplares ainda podem ser encontrados nas reservas florestais do município. Essa fauna deve ter exercido um papel de atração importante para povos onde a caça representava uma das principais atividades para a obtenção de proteínas. Nesse sentido, os rios que banham o município também foram importantes, pois segundo Alfio De Marco, sempre foram piscosíssimos. E foi exatamente nas proximidades dos dois principais rios, Mogiguaçu e Pântano, que foram encontrados a maior parte dos vestígios arqueológicos das tribos indígenas que se estabeleceram nas terras descaldenses. Quanto ao solo, há a presença tanto de terra pobre em nutrientes como também a presença da chamada terra roxa, ou vermelha, de excelente aproveitamento agrícola, característica que deve ter sido de grande valia para a agricultura de subsistência dessas sociedades indígenas (JESUÍNO, 2010).

<sup>4</sup> Os índios brasileiros são divididos em dois grandes grupos baseados em diferenças e aproximações linguísticas que são chamados de Macro-etnias, são elas os Tupi-Guarani e os Jê. Nessa classificação não estão incluídos algumas etnias da Amazônia como os Aruaque e os Caraiabas, por exemplo. Essas categorias, por sua vez, estão subdivididas em várias famílias e sub-etnias, que, ainda se subdividem em várias tribos. Os Macro-Jês, por exemplo, compõem-se de três categorias, que dizem respeito às suas distribuições geográficas (Meridionais, Setentrionais e Centrais). Entre as tribos que compõem os Meridionais estão os Kaingang e os Bororo. Entre os Tupi-Guarani estão os Tupi e os Guaranis, fazem parte do último grupo, os Payaguá e os Araweté, só para citar alguns exemplos.

**O SINAL DE RETIRADA (COROADOS)**

Jean Baptiste Debret

Todos esses fatores fizeram dos Campos de Araraquara, uma área privilegiada para o estabelecimento de tribos indígenas, fossem do tronco Tupi-Guarani como dos Jê. Descrita a área, onde, lembrando, se encontra Descalvado, e expostas suas vantagens para o estabelecimento de grupos humanos, vamos passar ao estudo daqueles que primeiro usufruíram das riquezas naturais da região.

**Guarani e Kaingang: os primeiros habitantes de Descalvado**

Para conhecermos um pouco mais da história das populações indígenas que habitaram Descalvado nos utilizaremos dos dados da pesquisa do antropólogo Marcel Mano, que trabalhou com a macrorregião de Araraquara, dos estudos realizados pelo cientista pirassununguense Manuel Pereira de Godoy, que desenvolveu um importante trabalho na cachoeira de Emas e ao longo do Mogi-Guaçu e seus afluentes e dos trabalhos dos memorialistas dos municípios de Porto Ferreira, São Carlos, e, como não poderia faltar, dos descaldenses Gérson Alfio De Marco e Luis Carlindo de Arruda Kastein. A coleta de dados, textos, relatos e outros documentos realizada pelos pesquisadores locais, é de grande relevância para a preservação da memória dos municípios e fundamental para a escrita da história regional, inclusive etnográfica na medida em que seus estudos, via de regra, se iniciam por ensaios sobre as sociedades indígenas.

Os ensaios etnográficos realizados por esses memorialistas estão geralmente baseados em vestígios arqueológicos deixados pelas populações indígenas antes de serem definitivamente empurrados para outras regiões do país. A maioria desses objetos foram encontrados de forma acidental durante o preparo de terras para o plantio, construção de estradas ou ferrovias e não se constituíram em sítios arqueológicos para estudos mais aprofundados. Por isso, muito se perdeu e boa parte das vezes o que temos são apenas relatos memorialísticos ou notícias de jornal da época em que ocorreram os achados.

No caso dos municípios que compõem a bacia mogiana, a principal fonte de referência é o trabalho de Manuel Pereira de Godoy que se formou em História Natural com especialidade em peixes, mas se dedicou a uma longa pesquisa sobre as sociedades indígenas que ocuparam a Cachoeira de Emas e outros pontos das margens do rio Mogi-Guaçu. Com esses estudos, Godoy mapeou cinco aldeias, quatro na cachoeira e outra no rio Jaguará Mirim, também localizado no município. Suas investigações se estenderam até outros municípios, incluindo Porto Ferreira e Descalvado, que o levaram a recolher um acervo incontável de peças cerâmica (vasos e urnas funerárias) e de pedra lascada e polida (machados e pontas de lanças e flechas). A maioria dessas peças compõe uma coleção particular que está sob a guarda de seus filhos.

O trabalho de Manuel Pereira de Godoy é importante porque a principal fonte para a história indígena no Brasil é a cultura material, cerâmica, artefatos líticos (de pedra) e pinturas rupestres



(GUIDON, 1992). E o acervo recolhido e documentado por ele é fundamental para os estudos acerca dos índios dos Campos de Araraquara.

Os vestígios arqueológicos encontrados por Godoy, urnas funerárias e outros objetos cerâmicos, pilões de pedra polida, pontas de flecha e lança etc., apontam para uma ocupação dos Guarani na região. Nas palavras do pesquisador: “os primeiros humanos [da região de Pirassununga] foram, provavelmente, índios da grande família Tupi-Guarani” (GODOY, 1974, p. 149). Os resultados desses levantamentos foram publicados em 1974 no trabalho intitulado Contribuição à história geral e natural de Pirassununga que é a principal referência sobre as sociedades indígenas que viveram na região.

Entre os achados de Godoy que merecem destaque estão as chamadas igaçabas, uma espécie de vaso cerâmico, utilizado cotidianamente para guardar alimentos, água ou para cozinhar, mas que tinham também uma função ritualística importante, pois serviam como urnas funerárias para o enterramento de chefes-guerreiros. Os Tupi-Guaranis eram antropofágicos, acreditavam que ao devorar o inimigo adquiriam sua força e habilidade e, por outro lado, que ser devorado era uma honra e sinal de força e destreza. Só eram comidos guerreiros de alta qualidade, medrosos e traidores não mereciam esse mesmo fim. Morrer pelas mãos dos inimigos também era a garantia de um ingresso rápido e seguro a “terra sem males”, o paraíso dos Tupi-Guaranis. Essa crença explica em parte, o caráter guerreiro dessas tribos, onde as disputas intertribais desempenhavam um papel importantíssimo na sua organização política e social.

*O modo de ser Tupi fazia o homem se constituir enquanto ma-*



tador e vingador. Até o seu fim: como vítima da vingança do inimigo ou inumado numa içaçaba. Para a vítima que se portava a altura –valente até o último momento- a morte gloriosa (cuja forma particular era o esfacelamento do crânio) conduzia sua alma para o caminho rápido e seguro da terra sem males, “o paraíso dos matadores e vingadores e não dos perdoadores” (CARNEIRO DA CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p.199 apud MANO, 2009, p. 125).

A guerra entre os Tupi-Guaranis se constituía em um dos principais fins de sua existência, o guerreiro era criado para matar os inimigos ou, em caso de ser capturado, ser morto e depois devorado por eles. Aqueles guerreiros que por algum motivo escapassem desse fim seriam consumidos por seus deuses canibais e suas almas se tornariam imortais. A içaçaba, que antes havia servido para o preparo de alimentos, era o recipiente ideal para servir a alma desses guerreiros aos deuses. Segundo a tradição Tupi-Guarani, o guerreiro era esquartejado, assado e servido às divindades como se fosse um inimigo. Assim “ao chefe ou guerreiro que não terminasse seus dias sacrificado pelos inimigos reservava-se uma inumação num grande vaso de cauim ou chicha para ele mesmo ser devorado pelos deuses canibais” (VIVEIROS DE CASTRO apud MANO, 2009, p. 123).

As içaçabas utilizadas no cotidiano para produzir ou guardar alimentos eram bem menores que aquelas utilizadas como urnas funerárias. Geralmente usava-se as mesmas das chamadas cainagem, quando os Tupi-Guaranis de várias tribos se reuniam para beberem juntos o cauim, bebida fermentada de mandioca, utilizada em rituais religiosos coletivos. Essas içaçabas eram maiores que as outras e podiam comportar os restos mortais dos chefes. Segundo a tradição Tupi-Guarani, o guerreiro era esquartejado, assado e servido às divindades como se fosse inimigo, sendo dessa forma incorporado ao mundo dos deuses, tornando-se imortal como eles (MANO, 2009).

O enterramento nesse tipo de vaso não era uma característica exclusiva dos povos Tupi-Guaranis, pois outros também tinham esse costume, o que faz com que os estudiosos da área tenham certeza que essas içaçabas eram tupis é o tipo de ornamento que recebiam, geralmente corrugadas ou com formas geométricas diversas pintadas de branco, preto e vermelho como as que foram encontradas por Godoy (1974, p.193) na cachoeira de Emas. Outra característica comum aos rituais funerários praticados pelos Guarani de Pirassununga é o enterramento secundário nas içaçabas, isso pode ser comprovado porque as encontradas na região geralmente continham ossos de mais de um indivíduo provavelmente aparentados entre si. Acredita-se que o primeiro sepultamento ocorresse no interior das ocas e

**MÚMIA DE UM CHEFE COROADO.** Os Kaingangs eram também conhecidos por Coroados por conta do hábito de raspar o centro da cabeça. Como vemos, essa tribo também costumava enterrar seus mortos dentro de vasos funerários, chamados de camucis. Nessa urna retratada por Debret, o chefe tribal foi enterrado sozinho com todas as suas indumentárias enquanto que as localizadas no vale do Mogi-Guaçu, geralmente continham restos mortais de mais de um chefe guerreiro Jean Baptiste Debret

que, depois de um tempo, os ossos eram colocados dentro da içaçaba para que então servissem, ritualisticamente, de alimento para os deuses.

Também foram descobertas outras ao longo do Mogi-Guaçu e seus afluentes nos municípios de Porto Ferreira e Descalvado, em ambos os casos os achados ocorreram acidentalmente, não se constituindo em um trabalho sistemático que levasse a delimitação de um sítio arqueológico ou que envolvesse qualquer preocupação de preservação da área para posteriores pesquisas. Em Porto Ferreira, trabalhadores municipais que construíam guias de calçadas na rua São Sebastião, altura do número 172, encontraram uma içaçaba intacta com restos de ossos humanos em 1957. O objeto foi doado à Manuel Pereira de Godoy e hoje constitui parte de sua coleção particular. Em 1970, foram encontradas outras içaçabas, só que desta vez, os objetos foram completamente destruídos pela ação do arado que preparava a terra do Sr. Benedito Costa para o plantio de cana. O que sobrou foi levado ao museu histórico e pedagógico Prof. Lourenço Filho, localizado no município, juntando-se a outros objetos arqueológicos como uma mão-de-pilão, que servia para triturar ou descascar alimentos, encontrada na fazenda Viradouro em Porto Ferreira nos anos de 1950 (OLIVEIRA, 2005).

Em Descalvado as descobertas também ocorreram ao acaso. Em 1939, quando Afonso Guimarães, então proprietário da fazenda Bela Aliança, mandou fazer reparos na estrada que ligava sua propriedade a estação de trem da Aurora, seus funcionários encontraram uma içaçaba intacta, que foi destruída por eles no afã de saber o que havia dentro. Essa urna também guardava os restos mortais de algum chefe tribal, segundo notícia da época, os ossos estavam em estado avançado de decomposição com



**IGAÇABA encontrada na fazenda Cateto no Butiá de propriedade do Sr. João Bet e seus irmãos em outubro de 1980. A peça foi doada ao museu de Porto Ferreira Prof. Lourenço Filho e encontra-se exposta na sala Manuel Pereira de Godoy**

exceção das tíbias, que continuavam intactas. A notícia informa ainda que o proprietário da fazenda dirigiu-se até a Prefeitura para atestar que o evento era verdadeiro e providenciar o transporte para a cidade. Segundo Luiz Carlindo, essa içaçaba foi parcialmente reconstituída e guardada na Prefeitura Municipal durante algum tempo, de onde desapareceu, podendo inclusive ter sido descartada como sucata (KASTEIN, 2011).

Na década de 1960, Luiz Carlindo de Arruda Kastein, importante memorialista descaldense, então estudante do Ginásio Estadual, ficou responsável pela equipe que apresentaria um trabalho sobre as sociedades indígenas que habitaram Descalvado durante a feira de ciências da escola. Na ocasião entrou em contato com o professor Manuel Pereira de Godoy, que ao saber dos achados realizados próximo a estação da Aurora, resolveu acompanhar os estudantes até o local em busca de maiores provas da presença dos Guarani em Descalvado. Apesar de terem se passado quase vinte anos desde que a içaçaba fora encontrada pelos funcionários de Afonso Guimarães, a expedição obteve sucesso, pois o grupo encontrou vários vestígios de cerâmica que obedeciam ao mesmo padrão das encontradas na cachoeira de Emas, com figuras geométricas policrômicas, predominantemente vermelha. Segundo Kastein (2011), parte desses objetos foram expostos na feira de ciências daquele ano. Hoje, infelizmente, ninguém sabe dizer onde se encontra esse acervo. Em 1980, ocorreu outro achado importante em Descalvado, dessa vez na fazenda Cateto, de propriedade de João Bet e seus irmãos, localizada no bairro rural de Butiá. Lá foi encontrada uma içaçaba usada como urna funerária, ainda com ossos dentro. O artefato foi doado ao museu de Porto Ferreira Prof. Lourenço Filho e encontra-se exposto na sala de História Natural Manuel Pereira de Godoy. Essa içaçaba é ornamentada com uma textura corrugada em estilo escama de peixe a exemplo das muitas encontradas por Godoy na cachoeira de Emas.

A presença das urnas funerárias corrugadas em forma de escama de peixe ou decoradas com formas geométricas em branco, vermelho e preto são, segundo Mano (2009), uma comprovação cabal da presença dos Guarani nos Campos de Araraquara e por consequência em Descalvado.

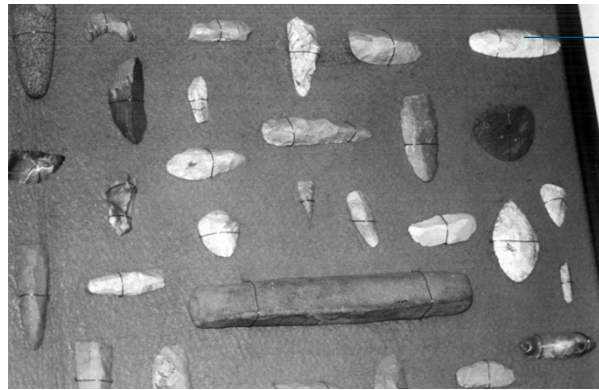
Os Guarani vinham originalmente da Amazônia e foram se espalhando por todo o território brasileiro em busca da chamada “terra sem males”, crença mitológica dos índios Tupi-Guarani, que justificava as migrações da etnia de tempos em tempos em busca de um paraíso terrestre onde haveria abundância de caça, pesca e alimentos em geral. Essa movimentação ocorre desde tempos imemoriais, se constituindo em uma das principais características indentitárias do grupo. A saída de um determinado local para o outro estava, estruturalmente, relacionada ao esgotamento dos recursos naturais do acampamento anterior e à necessidade de encontrar terras ainda inexploradas. Um outro fator, de grande relevância a partir do século XVI, foi o contato com o homem branco que empurrou as populações indígenas



**IGAÇABA detalhe da peça, mostrando a textura corrugada das içaçabas que lembram escamas de peixe**

para áreas cada vez mais distantes dos núcleos colonizadores. Na área da mineração Jundu, próximo à Serra do Descalvado, foram encontrados vários objetos líticos, produzidos a partir de lascas de rocha, que eram utilizados pelas populações indígenas para caça e preparo dos alimentos, como ponta de lanças ou flechas, cortadores, raspadores e mãos de pilão. Essas peças foram recolhidas durante as extrações de areia e compõem parte de um acervo particular que pertenceu ao proprietário da empresa, Dr. Cid Muniz Barreto. A coleção foi fotografada nos anos de 1990 por funcionários da Câmara Municipal de Descalvado.

Na foto, a seguir, podemos verificar a predominância de ferramentas de pedras - cortadores, raspadores, pontas de lança, perfuradores - obtidas a partir do lascamento de rochas que recebiam o acabamento de acordo com as funções desejadas, geralmente a caça e o preparo dos animais abatidos. Dois objetos, no entanto, destoam dos demais por receberem um acabamento mais refinado, a mão de mó que está localizada no canto superior esquerdo e a mão de pilão, peça maior, posicionada horizontalmente na parte de baixo da fotografia. Ambas eram utilizadas para moer ou amassar grãos, mandioca ou outros produtos alimentícios



*UTENSÍLIOS e pedra dos índios Gês encontrados na Mineração Jundu*

consumidos pelos índios. Esses dois objetos podem indicar que as peças encontradas na Serra do Descalvado eram utilizadas por índios que também praticavam a agricultura.

Na legenda que acompanha a foto há uma indicação de que se tratavam de “utensílios de pedra dos índios Gês”. A interpretação de quem catalogou a fotografia está baseada na ideia de que os Jê eram essencialmente caçadores e coletores e que portanto ainda não se utilizavam de utensílios de argila, típicos das sociedades agricultoras. Segundo KASTEIN (2011) objetos de pedra foram encontrados em vários pontos da atual Descalvado, principalmente no bairro rural do Butiá e nas imediações dos rios do Pântano e Mogi-Guaçu. O pesquisador acredita que os Kaingang chegaram à região antes dos Guarani, mas terminaram sendo expulsos por estes. Suas teorias partem das conclusões de outro descavadense, Gérson Álfio De Marco, que afirmou em vários trabalhos que os índios que habitaram Descalvado eram da etnia Kaingang:

*Terra de índios, ainda terra dos Caiangues, da família dos Jês. O rio Mogiguaçu, com águas largas, corredeiras, muito piscosíssimo, então, passando rente às malocas dos silvícolas. O rio do Pântano, seu afluente, nutrindo também populações indígenas marginais com muitos peixes que possuía então. O rio Bonito, águas mais estritas, a receber inúmeros riachos, em seu curto trajeto, ladeado, também, de moradias de aborígenes (DE MARCO apud KASTEIN, 1996, p. 3).*

De Marco é uma das principais fontes sobre a história do município, porém desconhecemos o que o levou a afirmar que os índios que viveram em Descalvado antes da chegada dos colonizadores eram Jê meridionais. Seria a descoberta de artefatos líticos na região? Se for assim, a presença de instrumentos de pedra por si só podem indicar a presença dos Kaingang em Descalvado? Vamos ver o que tem a nos dizer outros especialistas no assunto.

O pirassununguense Manuel Pereira de Godoy realizou um achado que confirmaria a presença dos Jê nas imediações do Mogi-Guaçu. Tratam-se de dois machados-âncoras feitos de pedra polida, geralmente utilizados na cultura Jê como insígnias de poder político e ou religioso. A presença desses artefatos na cachoeira de Emas apontaria, na visão do autor, para um possível contato entre as duas etnias. Entretanto, é necessário enfatizar que não há referências específicas aos Kaingang (GODOY, p.197, 1974).

A hipótese levantada por Godoy foi confirmada pelas pesquisas realizadas pelo antropólogo Marcel Mano que acredita na presença de grupos não-tupis nas terras que margeiam o Mogi-Guaçu e seus afluentes. Segundo ele: “os vestígios arqueológicos até agora disponíveis mostram que as ocupações Tupi-Guaranis pré-coloniais nos Campos de Araraquara não ocupavam esse território de forma contínua ou exclusiva, mas os repartiam com grupos não-tupis” (MANO, 2006, p. 232). Entre as várias tribos que habitaram a região estavam os Itararé, também conhecidos como Guayaná, ancestrais dos Kaingang, povos que preferiam habitar os campos das áreas centrais do Brasil, mas que também teriam transitado nos cerrados do interior paulista e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que hoje concentram a maioria das reservas indígenas dessa tribo.

Pela tese de Mano não podemos descartar que os torrões descavadenses com suas várias manchas de campos e cerrados somadas a piscosidade de seus rios podem sim ter atraído algumas levas de Kaingang. Teoria que é alentada pelo trabalho do advogado Theodorico de Camargo publicada no Almanaque de São Carlos de 1915. O estudioso afirma que onde foi construída a estação de trem Conde do Pinhal existia antes uma tribo pertencente “provavelmente, à confederação dos guyanases” (CAMARGO, 1915/2007, p. VI), que como vimos anteriormente era um termo genérico usado para denominar povos não-tupis e em muitas ocasiões os próprios Kaingang. A possibilidade da presença dessa etnia na região de São Carlos é reforçada pelos pinheiros que existiam no local e que justificaram o nome de uma das sesmarias, a do Pinhal, que deu origem a São Carlos. Ocorre que essa propriedade, originalmente, fazia limites com a porção sudoeste do atual município de Descalvado. As florestas de araucárias encontradas por Carlos Bartholomeu de Arruda, avô do futuro conde do Pinhal, Botelho não é típica dos campos do planalto central paulista e sua presença pode sugerir que tenham resultado do plantio de sementes, trazidas de regiões mais frias do sul do Brasil, provavelmente pelos Kaingang, pois a pinha fazia parte da tradição alimentar desse grupo (MANO, 2006).

De Marco pode ter se utilizado das conclusões de Camargo ou de suas fontes para afirmar a presença dos índios Kaingang em Descalvado. Algumas tribos dessa etnia ocupavam o sul do rio Tietê, onde recebiam a denominação de Coroados e Guayná, por se tratarem de grupos essencialmente caçadores e coletores, era hábito a constante migração em busca de regiões que oferecessem abundância de recursos naturais, as características ecológicas do vale do Mogi-Guaçu e adjacências se constituíam em uma reserva importante de caça e pesca que pode ter atraído tribos dessa etnia para os arredores de Descalvado e São Carlos. Se há uma unanimidade quanto a presença de não-tupis nos Campos de Araraquara e fortes indícios de que entre eles estariam os Kaingang, isso não quer dizer que os achados líticos como os da Mineração Jundu sejam as provas conclusivas da presença desse grupo em Descalvado. Primeiro, porque os Jê se utilizavam da agricultura para complementar as atividades de

caça, pesca e coleta e produziam vários artefatos de cerâmica, entre eles vasos, usados para acondicionar alimentos ou para enterrar seus mortos, os camucis, que não parecem ter sido encontrados nesse sítio. Segundo, os Guaranis, além de serem excelentes ceramistas, se utilizavam de instrumentos feitos de pedra, nas palavras de GODOY (1974, p. 194) “o nosso Tupi-Guarani foi um exímio fabricante de objetos de pedra, lascada e polida, como: - machados, martelos, pilões, pontas de flecha e de lança, quebra-nozes, pedras para fazer fogo etc.”. Portanto não há nada que descarte a possibilidade dos objetos serem de tradição Guarani. O próprio Luiz Carlindo levanta a hipótese de que a Serra do Descalvado pudesse ser uma área de caça para esses grupos: “Esses índios (Tupi-Guaranis) com toda certeza caçavam nas proximidades da Serra Descalvado, prova disso é que nas escavações para extração de areia, feitas pela Mineração Jundu, encontrou-se um número muito grande de pontas de flecha, machadinhos, etc.” (KASTEIN, 2011).

Daí podemos concluir que o uso dessas peças estava relacionado principalmente à caça, mas não possuímos dados o suficiente para confirmarmos se pertenceram aos Kaingang, como supunha De Marco, ou aos Guarani, como defendeu Kastein. E, para complicar mais ainda não podemos descartar uma outra hipótese. Esse conjunto de peças líticas pode ter pertencido a grupos que ocuparam o território antes da chegada dos Kaingang ou dos Guarani. Para o antropólogo Marcel Mano (2006, p. 233) a ocupação dos Campos de Araraquara teria ocorrido em dois momentos, um anterior ao século V a.C., por grupos de caçadores-coletores-pescadores, cujas ferramentas eram obtidas a partir de pedra lascadas e, um mais recente, a partir do século XVI e XVII, por povos agricultores como os Kaingang e os Guarani entre outros, que já conheciam a cerâmica.

Pelo que observamos até aqui, a história dos habitantes que viveram em Descalvado antes dos fundadores do município, ainda nos é muito obscura devido à falta de fontes e de investigações sistemáticas. Lembremos que a maioria dos achados arqueológicos foram extraviados ou não estão disponíveis para serem submetidos a exames mais conclusivos, daí a dificuldade em afirmarmos a que etnia pertenceram os artefatos encontrados ao sul do município. Mas se não temos a prova material da presença dos Kaingang em Descalvado, não podemos descartar

os vários indícios apresentados até aqui, como as características ecológicas da região com seus campos e cerrados, a presença dos pinhais em São Carlos e dos machados-âncoras encontrados por Godoy em Pirassununga. E, claro, o testemunho de De Marco, que embora não nos tenha informado sobre suas fontes, sua tese de que os primeiros índios que habitaram Descalvado foram os Kaingang veio ao encontro de trabalhos como o de Marcel Mano, que se assenta em bases metodológicas científicas e que tem servido como uma das principais referências para o estudo das sociedades indígenas que habitaram os Campos de Araraquara.

Sendo assim, embora a ocupação dos Guarani tenha sido bem mais significativa e documentada que a dos Jês meridionais, pois há vários vestígios arqueológicos de sua passagem pela região, inclusive por Descalvado, não podemos descartar a presença dos Kaingang por aqui. Por isso, nos próximos parágrafos, vamos levantar algumas características gerais desses povos a fim de conhecermos um pouco mais sobre seus hábitos, usos e costumes. Godoy afirma que em Pirassununga eram cinco aldeamentos principais, a maioria localizada na cachoeira de Emas, onde foram encontradas inúmeras urnas funerárias. A partir da disposição desses objetos, que eram comumente enterradas dentro das ocas, ele pode concluir que as habitações indígenas se dispunham em semicírculo, uma ao lado da outra. No centro das habitações, chamado de ocará, os índios se reuniam para realizar suas festas, reuniões e rituais religiosos. Dentro das ocas sempre havia um fogo aceso que tinha várias funções, entre elas, “manter algum alimento assado, aquecer o ambiente e produzir um pouco de fumaça para repelir insetos” (GODOY, 1974, p.162). Cada núcleo familiar possuía uma fogueira e seus pertences, entre os quais estavam incluídas as redes de dormir.

Os Kaingang se utilizavam de vários tipos de habitação, mas dois modelos foram predominantes na época do contato com os brancos: as habitações subterrâneas, compostas de casas circulares escavadas na terra em rochas basálticas típicas do planalto paulista, que foram encontradas em acampamentos mais ao sul de São Paulo; e as moradias de superfície, chamadas grandes casas caingangues que podiam abrigar até 80 pessoas cada. Nessas residências cobertas de palmeiras, os Kaingang dormiam e preparavam as suas refeições. Assim



*HABITAÇÃO DOS SELVAGENS*

Jean Baptiste Debret



### CAÇA À ONÇA

Johann Moritz Rugendas

como entre os Guarani, sempre mantinham um fogo aceso em seu interior e cada núcleo familiar era responsável pela sua fogueira (D'ANGELIS/VEIGA, 2003/2011).

Os Guaranis preferiam erguer suas moradias nas matas próximas aos rios, pois eram tradicionalmente de uma cultura ribeirinha, mais especificamente amazônica, região de onde teriam se originado os Tupi-Guaranis, antes de sua dispersão por quase todo o território brasileiro em busca da chamada "terra sem males". Provavelmente se utilizaram dos rios para chegar ao atual estado de São Paulo por volta do século V, espalhando-se por todo o médio Tietê e Piracicaba e depois o Mogi-Guaçu a partir do século XVI, onde permaneceram até a década de 80 do XVIII, antes da chegada dos primeiros colonizadores. O veículo utilizado pelos Guarani para se movimentarem ao longo dos rios eram as canoas (GODOY, 1974 / MANO, 2006).

Se os Guarani preferiam erguer suas habitações em florestas ou matas, os Kaingang, por sua vez, construíam suas moradias entre os campos do cerrado e das florestas de araucárias.

Quanto à alimentação, os Guarani eram povos tradicionalmente agricultores, cujo produto principal era a mandioca, com a qual faziam farinhas, beijus e bolos, porém a caça e a pesca também se constituíam em atividades fundamentais para a sua sobrevivência. Para pescar se utilizavam de anzóis

"feitos com espinhas grandes de dourados", "redes trançadas de fibra vegetal" (GODOY, 1974, p. 164) e armadilhas chamadas de paris, uma espécie de labirinto, onde o peixe entrava e depois não conseguia mais sair. Esse tipo de armadilha foi utilizada por pescadores do Mogi-Guaçu até o século XIX e ainda hoje podem ser encontrada nos rios da Amazônia, pois foi incorporada pela população ribeirinha local. Como complementação de sua alimentação comiam insetos, larvas, mel, palmito e raízes moles.

Os Kaingang eram essencialmente caçadores e pescadores, mas se utilizavam da agricultura da mandioca, milho e batata doce para garantir sua sobrevivência, além de plantarem algodão e tabaco. Fazia parte de seu cardápio insetos, moluscos e mel. E não podemos nos esquecer que outro alimento fundamental na dieta básica dos Kaingang era a pinha que poderia ser obtida por meio da extração onde ela era nativa, ou através do cultivo das araucárias em regiões onde a planta não era típica, como parece ter sido o caso dos pinhais de São Carlos.

Ambos, como já vimos aqui, enterravam seus mortos em grandes vasilhas de barro, chamadas de igaçabas pelos Guarani e camucis pelos Kaingang, que indica que eram grandes ceramistas, a ponto de seus produtos terem resistido até os dias de hoje. O que não descarta a produção de objetos de pedra

polida e lascada como pontas de flecha e de lanças, cortadores, machados, mãos de pilão, etc.

Com relação à indumentária, os Guarani e os Kaingang andavam nus, os primeiros pintavam-se com uma mistura de óleo vegetal e urucum para protegerem-se do sol e dos insetos e costumavam enfeitar-se com penas de pássaros silvestres. Os últimos raspavam o centro da cabeça, hábito que justifica o apelido de coroados dado pelos brancos, além de arrancarem todos os pelos do corpo, inclusive as sobrancelhas e os cílios.

Quando os primeiros colonizadores chegaram à Descalvado no século XIX, esses grupos indígenas já haviam fugido para o interior a fim de escapar da escravização ou dizimação como já havia

ocorrido com outras tribos do território brasileiro. Como bem sabemos, essa fuga não evitou que durante a marcha do café para o oeste fossem todos mortos ou subjugados em aldeias sob tutela de organismos governamentais como o SPI – Sistema de Proteção ao Índio, que foi extinto nos anos de 1960 por conta dos inúmeros casos de corrupção. Hoje, no atual estado de São Paulo, temos 31 reservas indígenas, 28 delas são habitadas exclusivamente por Guaranis. Entre elas, estão as terras Araribá localizadas no município de Avaí, na região de Bauru, onde vivem cerca de 500 índios Guarani, Terena e Kaingang. Quem sabe aí, ainda haja descendentes dos primeiros habitantes que passaram pelas terras descaldenses.

# VITAL FERNANDES NHÔ TOTICO

A HISTÓRIA DE UM DESCALVADENSE OUSADO

Uma das maiores expressões da era de ouro do rádio brasileiro, Vital Fernandes da Silva nasceu em Descalvado, em 1903, época em que o município vivia basicamente da cafeicultura e do comércio dele decorrente. Era filho de Adelina Mandelli e de João Fernandes da Silva, o popular "João Baiano", como era conhecido este migrante de Rio das Contas, interior baiano. O pai de Nhô Totico era músico, o que motivou o menino "Totó", depois "Totico" para o meio artístico. Nhô Totico nasceu em uma casa situada na esquina das atuais Ruas 24 de Outubro e Siqueira Campos, casa esta que existe até hoje. Seu pai possuía um grupo musical que animava as sessões de filmes mudos nas salas de cinema de Descalvado. Chegaram a existir três salas de projeção na cidade, simultaneamente, entre a Rua do Comércio e a Rua Uruguayana<sup>1</sup>, núcleo central da área urbana na época. Totico demonstrava, desde pequeno, grande pendor para o teatro. O pai, mecânico de máquinas e automóveis, foi convidado para trabalhar em grandes oficinas da capital do Estado. Nhô Totico frequentou por um ano o seminário dos padres salesianos em Lavrinhas, no Vale do Paraíba e, depois da sua saída, ligou-se aos grupos teatrais dos frades do Largo de São Francisco, no centro da cidade. Presenciou a realização da Semana de Arte Moderna de 1922. Vivenciou o bombardeio da capital paulista na Revolução Tenentista de 1924. Conviveu e trabalhou com Oduvaldo Viana Filho, Procópio Ferreira, Otávio Gabus Mendes, Carmem Miranda, Monteiro Lobato e Assis Chateaubriand. Trabalhou na Rádio Record, na Rádio Cultura de São Paulo e na Rádio América. Conciliava o trabalho artístico com o emprego de funcionário da Repartição de Águas e Esgoto de São Paulo, na qual se aposentou. No início desta atividade, percorria a capital paulista de bicicleta: era "abridor", uma espécie de leitor de hidrômetros da época. Conhecendo bem a capital, travou contato com variados tipos e personagens, imigrantes e nacionais, estrangeiros e nordestinos, que lhe serviram de inspiração no trabalho humorístico. Foi

voluntário na Revolução Constitucionalista de 1932. Casou-se duas vezes. A primeira esposa, Catharina Christ (1904-1941), faleceu devido a uma epidemia de tifo na capital paulista. Em 1946 casou-se com Jutta Hertel. Não teve filhos. Na década de 40 as salas de cinema das grandes cidades brasileiras eram utilizadas para shows humorísticos, palcos nos quais Nhô Totico brilhou. Suas apresentações no auditório da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, atraíram centenas de pessoas. Entre seus programas permanentes nas emissoras de rádio destacaram-se a "Escolinha da Dona Olinda" e a "Vila do Arrelia". Em 1950 recebeu o prêmio Roquete Pinto de melhor humorista do rádio brasileiro. Era chamado de "O Acrobata da Voz", o "Rei do Riso", o "Imitador Inimitável". Em um mesmo programa representava várias personagens. Com o advento das redes de televisão, Nhô Totico já estava praticamente se aposentando. Chegou a trabalhar na TV Record por um breve período, na década de 50. Em 1983 fez algumas participações na Rede Globo de Televisão, no programa "Som Brasil", apresentado por Rolando Boldrin. Foram seus últimos trabalhos públicos. Faleceu em 1996, em São Paulo, onde foi enterrado, prestes a completar noventa e três anos de idade.



# ORIGENS HISTÓRICAS

DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Por Fransérgio Follis<sup>1</sup> e João Paulo da Silva<sup>2</sup>

## Dos Sertões de Araraquara à fundação da cidade

Esse capítulo aborda a origem de Descalvado. Nosso mergulho ao passado dessa localidade começa pela análise do processo de conhecimento e ocupação dos chamados Sertões de Araraquara, região onde, no século XIX, foi fundado o município e seu núcleo urbano. Trata-se, portanto, de trazer à tona um passado remoto que antecede o surgimento do município. Após a apresentação da história do povoamento da região, partiu-se para a análise do processo de fundação do município, iniciado com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Belém do Descalvado em 1844 e consumado com a sua elevação à condição de vila<sup>3</sup> em 1865, momento em que a localidade conquista a sua autonomia político-administrativa, ou seja, adquire a sua independência enquanto município. Na maioria das pequenas e médias cidades do estado de São Paulo, onde os trabalhos acadêmicos sobre a história local/regional são insuficientes ou até mesmo inexistentes, predomina uma produção histórica tradicional elaborada por escritores que classificamos como amadores (cronistas, memorialistas, curiosos e outros). Esse tipo de produção é geralmente pobre em análise crítica e desprovida de preocupações teórico-metodológicas científicas. Nesse sentido, pouca preocupação se tem em fundamentar ou apresentar comprovação para aquilo que se afirma. Sua característica fundamental é a pura e simples narrativa de acontecimentos eleitos como os mais importantes, geralmente ações "gloriosas" de membros da classe dominante local – políticos, fazendeiros, comerciantes, industriais etc. Nessas produções esses elementos das classes dominantes são apresentados como os únicos protagonistas da história, verdadeiros promotores do progresso, da civilidade e do bem comum. Esse tipo de bibliografia histórica local/regional apresenta uma forte tendência ufanista, expressa na construção de uma

história celebrativa da localidade e de sua classe dominante. Nesse sentido, o progresso apresentado como algo construído por homens de grandes virtudes que agem em prol da coletividade e não em prol de interesses econômicos e políticos particulares, homens que são associados à imagem heróica do bandeirante desbravador e civilizador, bastante cara aos paulistas. Quase sempre o propósito primordial desses escritos sobre a história local é eleger e construir o herói povoador, o herói fundador da cidade, os heróis do progresso (o grande fazendeiro, o empresário empreendedor, o político que promove o progresso). Por conseguinte, nesse tipo de produção quase sempre estão ausentes as contradições, a exploração do homem pelo homem, os conflitos, as injustiças, o favoritismo, os interesses privados e os privilégios de todo tipo. Boa parte do que se tem escrito sobre a história de Descalvado também apresenta essas características. Não obstante, apesar de todos esses problemas, não é salutar ao historiador de ofício descartar esse tipo de produção, pois costuma trazer informações, relatos e transcrições de documentos históricos que devidamente confrontados e analisados podem ser importantes na (re)construção da análise histórica sob um viés mais científico e crítico. Para o estudo aqui empreendido, além de várias referências bibliográficas sobre a história da região, será utilizada também a obra sobre a história de Descalvado intitulada "Coneção Descalvado", cujo autor é Luiz Carlindo Arruda Kastein (04/11/2011). Trata-se de uma coletânea que reúne textos de diversos memorialistas locais, onde é possível perceber a construção de uma história celebrativa pautada nos feitos heróicos e virtuosos de membros da sua classe dominante local, erigidos à condição de heróis que vencem todo tipo de dificuldade em prol do progresso e do bem comum, protagonistas de um

<sup>1</sup> Fransérgio Follis é graduado em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - campus de Franca, São Paulo. Realizou o seu Mestrado, na mesma área e na mesma instituição, e o seu Doutorado em Sociologia pela UNESP de Araraquara. É professor do Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos.

<sup>2</sup> João Paulo da Silva é graduado em História pelo Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos e, atualmente, é graduando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. É professor da rede estadual de Ensino Fundamental e Médio do estado de São Paulo.

<sup>3</sup> Vila era a unidade político-administrativa autônoma, equivalente a município, empregada por Portugal no Brasil colonial, em substituição à designação de município, mas que continuou sendo utilizada no Brasil até o final do Império (IGC, 1995 apud SEADE, 03/11/2011).

<sup>1</sup> Avenida Guerino-Oswaldo e Rua Coronel Rafael Tobias, respectivamente, na atualidade.

**BANDEIRANTE**

Belmonte - Ilustração de "No Tempo dos Bandeirantes"

passado glorioso, de um processo histórico linear progressista e civilizador. Por extensão, a importância ou a presença de outros atores históricos (como escravos, camponeses, operários) é minimizada ou simplesmente ignorada. Mas essa produção também tem o seu mérito e se constitui em fonte bibliográfica importante para aqueles que pesquisam ou buscam conhecer a história do município, pois a obra apresenta relatos e informações significativas, além de transcrições fiéis de documentos históricos importantíssimos.

Tendo em vista todas essas questões, assim como as dificuldades diante do pouco tempo de pesquisa, esse trabalho tem a modesta pretensão de construir uma abordagem histórica diferente, pautada na análise crítica e objetiva das origens históricas de Descalvado, desvinculada do objetivo de celebrar ações ou de eleger heróis povoadores, fundadores ou civilizadores.

**Os Sertões de Araraquara**

O município de Descalvado foi fundado em meados do século XIX em terras dos antigos Sertões de Araraquara, expressão que servia para designar uma extensa área que se principiava na margem direita do rio Piracicaba, nas proximidades da sua confluência com o Rio Tietê, e se estendia ao longo da grande faixa compreendida entre os rios Tietê e Mogi-Guaçu até atingir o Rio Grande no sentido norte (divisa com o atual estado de Minas Gerais) e o rio Paraná no sentido noroeste (divisa com o atual estado de Mato Grosso do Sul).

Os Sertões ou Campos de Araraquara eram, portanto, a designação genérica e maleável produzida pela memória coletiva para uma imensa área situada no planalto ocidental paulista, território cujo interior se manteve pouco conhecido do "não índio" até o último quartel do século XVIII, em contraponto à região da margem esquerda do rio Piracicaba, mais trilhada e conhecida dos paulistas.

Entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, os povoadores definiam o início desses extensos sertões a partir da área despovoada que se principiava logo adiante do povoado de Piracicaba, núcleo urbano fundado em 1767 que durante um longo período foi "boca de sertão", ou seja, porta de entrada para os ermos Sertões de Araraquara.

O território dos Sertões de Araraquara herdou o seu nome dos Morros ou Montes de Araraquara, cadeia de montanhas localizada ao longo da margem direita dos rios Tietê e Piracicaba (no atual município de Itirapina) que servia de ponto de referência para os monçoneiros e bandeirantes que se aventuravam pelo rio Tietê ou por terra sertão adentro. O topônimo "araraquara" é de origem indígena e significa toca de araras<sup>4</sup>.

Araraquara fora também a denominação escolhida para dar nome à primeira freguesia fundada nesses extensos sertões, ou seja, a freguesia de São Bento de Araraquara. Criada em 1817, essa freguesia ocupava a maior parte dos Sertões de Araraquara,

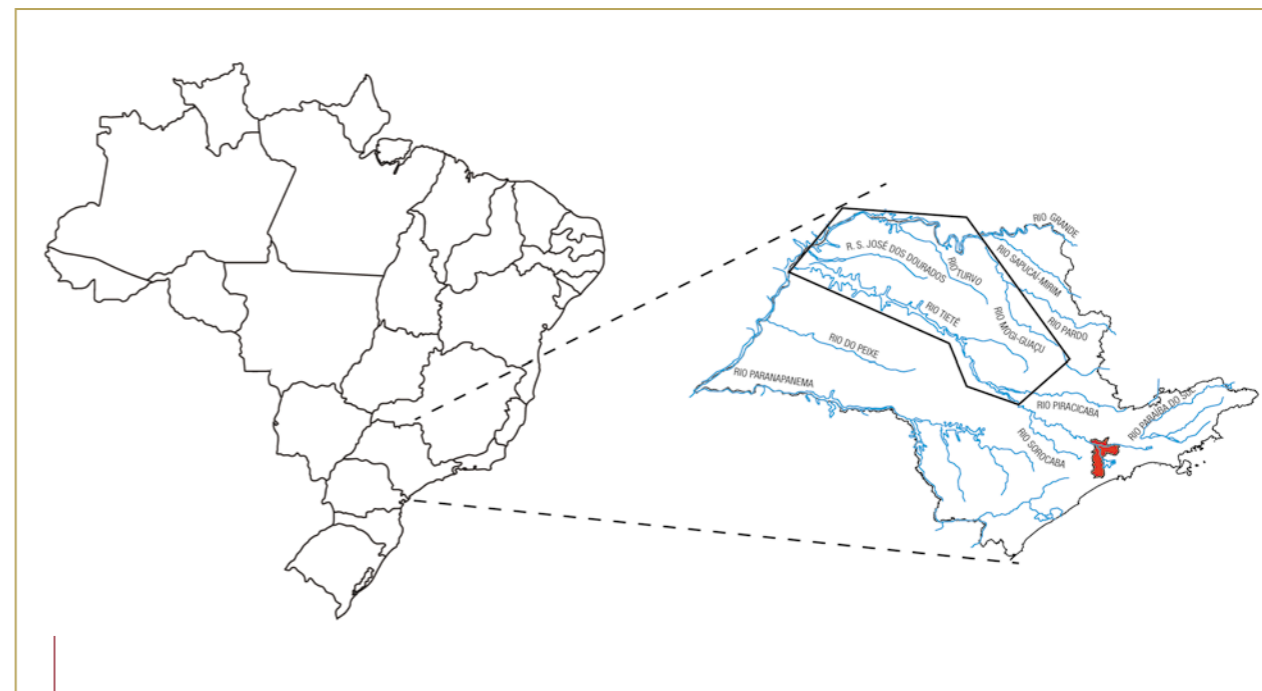


ra, pois abrangia a área dos sertões que ia dos Morros de Araraquara até às margens dos rios Grande e Paraná. A freguesia de Araraquara permaneceu subordinada à vila de Piracicaba até 1832, quando conseguiu então a sua independência político-administrativa com a elevação à condição de vila. Dos diversos desmembramentos do imenso território da vila de Araraquara surgiram vários municípios, dentre os quais Descalvado.

No século XVII, apenas o curso do Rio Tietê, limite meridional desses sertões, era mais conhecido do "não índio", pois um dos principais caminhos utilizado pelos paulistas para atacar e aprisionar indígenas das missões jesuíticas espanholas do Guairá era justamente o percurso fluvial pelo Tietê até sua foz no rio Paraná, e daí para o sul percorrendo a bacia Paraná-Paraguai (Mano, 2006, 51). A primeira expedição que se tem notícia por esse caminho data de 1602, quando Dom Francisco de Sousa ordenou o paulista Nicolau Barreto a descer o Tietê à procura de metais preciosos. Para isso, organizou uma bandeira com cerca de trezentos brancos e mamelucos, além de vários indígenas. Ao não encontrar os tão desejados metais, atacou e apressou índios na região do Guairá, voltando a São Paulo somente em 1604 (Carvalho Franco, 1989, 58, apud Mano, 2006, p.51-52). Conforme constatou Marcel Mano (2006, p.52):

*Ao longo do século XVII, esse trajeto foi notadamente utilizado pelos paulistas. Numerosas expedições se sucederam à de Nicolau Barreto, muitas delas chefiadas por ícones bandeirantes da história tradicional: Antonio Raposo Tavares, Pedro Brás de Barros, Brás*

<sup>4</sup> A esse respeito ver França (1915); Almeida (1948); Corrêa (1967); Braga (1994); Truzzi (2000) e Mano (2006).

**MAPA DOS SERTÕES DE ARARAQUARA**

Adaptado de Mano (2006, 12) e Mapa Hidrográfico do Estado de São Paulo, IBGE

Leme, Borba Gato, Manuel Preto, entre outros, responsáveis por trazer um grande número de índios escravos daquela região.

Na primeira metade do século XVIII, os Sertões de Araraquara passaram a ser um pouco mais conhecidos em razão da intensificação do tráfego pela via fluvial do Tietê, utilizada pelos viajantes que partiam de Piratininga ou Itu em direção às minas de ouro de Mato Grosso, descobertas em 1718. Dessa forma, a partir da década de 1720, a denominação Sertões ou Campos de Araraquara começa a aparecer nos relatos de viajantes, aventureiros e em documentos oficiais<sup>5</sup>.

Em princípio, existiam dois caminhos de acesso às minas de Goiás e Mato Grosso. Um, com destino a Goiás pelos Sertões do Rio Pardo, era feito por terra pela "Estrada dos Goyazes" ou Estrada do Anhanguera, que depois passara a ser conhecida também como Estrada do Sal. Saía de São Paulo em direção a Jundiá, dirigindo-se em seguida para Mogi Mirim, Mogi-Guaçu e Casa Branca. A partir daí tomava a direção noroeste, passando pelos atuais municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava, atravessava o Rio Grande entre as atuais cidades de Igarapava e Miguelópolis e seguia pelo Triângulo Mineiro até chegar à Vila Boa de Goiás. Daí era possível seguir caminho em direção a oeste e chegar até as minas de Cuiabá. O outro caminho tinha como destino Mato Grosso e era feito por via fluvial, partindo do Tietê e seguindo por outros rios até chegar a Cuiabá. Sobre essa rota Marcel Mano (2006, 22) observou que Araraitaguaba, hoje Porto Feliz, fora usada "durante todo século XVIII como ponto de partida para as monções que, descendo o curso do Tietê, alcançavam Cuiabá".

<sup>5</sup> Lemos (1972, p.13) identificou uma série de outras designações para a região em documentos do século XVIII e XIX: Aracoara, Araquá, Aracoarara, Araguara, Araquará, Araracoara, Araracuara, Araraguara, Araraguará e Araquará.

<sup>6</sup> A esse respeito ver Corrêa (1967) e Lemos (1972).

Tudo indica que os inconvenientes do caminho pelo Tietê, rio de difícil navegação em razão da presença de "saltos e precipícios, que às vezes, em sua voragem, tragavam homens e animais, quando não o receio de febres palustres, insidiosas e renitentes, que derreavam o ânimo de muitos bandeirantes aventureiros [...]" (Lemos, 1972, 16), somado aos ataques de índios ribeirinhos, tenham despertado nas autoridades coloniais a necessidade de se estabelecer um caminho por terra até as minas de Cuiabá pelos Sertões de Araraquara.

Depois de algumas tentativas mal sucedidas<sup>6</sup>, em 1723 o paulista Luís Pedroso de Barros, também conhecido como Luís Pedroso Castanho, negociou com as autoridades a abertura de uma picada terrestre até Cuiabá e partiu com seus comandados para cumprir a tarefa. Em relatório datado de 02 de maio de 1724, encaminhado ao governador de São Paulo, o sertanista registrou os resultados da expedição.

*A dois de agosto parti da vila de Itu, seguindo o caminho do rio Capivari e dali ao rio Piracicaba e daí até ao morro de Araquara, donde principiam os campos do dito Araquara. O mato que se intermete da vila de Itu a Araquara serão sete ou oito dias. Atravessei os ditos campos até as cabeceiras do Jacaré-Pepira, que serão dez dias. Desta paragem continuei a marcha, rompendo por ela a ponta do mato do Jacaré-Pepira, na demanda e diligência de ver se podia descobrir mais campos; e aí caminhei sempre por serrados, contando algumas pontas de mato virgens, porém tudo o mais cantanduvas, a que chamam serrados, até dentro do rio grande [atual Paraná].* (Lemos, 1972, 19).

## ESCRAVOS FUGIDOS

Richard Ansdell



Ao justificar a demora na construção da picada, Luís Pedroso de Barros alegou a carência de campos que pudessem facilitar a tarefa e concluiu ser indispensável para o estabelecimento de uma estrada na região o seu povoamento. Finalizou o relatório propondo o seguinte ao governador: "Quando V.Exa. seja servido que se abra o caminho por onde eu fiz a picada estou à obediência de V.Exa. concedendo-me os oito companheiros que V.Exa. nomeie" (Corrêa, 1967, 24). Em 1725, Pedroso de Barros dava por concluído o caminho de São Paulo às barrancas do rio Paraná. No ano seguinte, o seu sobrinho Manuel Dias da Silva, que havia lhe auxiliado nessa tarefa, trazia de Mato Grosso, por essa via, o primeiro comboio de gados vacum e cavalari (Lemos, 1972, 19).

Esse novo caminho, entretanto, não se consolidou. Não atraiu viajantes para as minas de Cuiabá e muito menos povoadores para a região dos Sertões de Araraquara, o que seria de fundamental importância para a sua manutenção. Já em 1730, para se precaver do contrabando do ouro, a Coroa Portuguesa baixou uma lei condenando a utilização dessa via<sup>7</sup>.

A nosso ver, o fracasso do caminho pelos Sertões de Araraquara se deu especialmente em razão da preferência dos viajantes, tropeiros e povoadores pela Estrada dos Goiazes, caminho que durante o século XVIII se consolidou como a principal via de penetração para o interior do território paulista a partir das regiões mais povoadas da província de São Paulo. Já nesse século, ao longo da Estrada dos Goiazes foram se estabelecendo vários pousos de passagem que forneciam pernoite e abasteciam viajantes e tropeiros em trânsito, além de comerciar gêneros da terra e alguns serviços. Segundo observou Bacellar e Brioschi (1999, 47):

*Seu traçado devia ser bem conhecido e relativamente livre de empecilhos no ano de 1722, quando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva levou apenas 20 dias para chegar ao rio Grande, com dois dias e percursos diários de 24 a 26 quilômetros, englobando as passagens dos rios. A população indígena foi sendo afastada e a "frente civilizadora" avançava, deixando atrás de si uma população dedicada a uma cultura do excedente, produzindo para o próprio consumo e exercendo o comércio com os viajantes.*

Desprezado e proibido o caminho para Cuiabá pelos Sertões de Araraquara, até as duas últimas décadas do século XVIII essa extensa região manteve a sua condição de sertão, sendo habitada ou visitada apenas por indígenas e, provavelmente, por escravos fugidos<sup>8</sup> e aventureiros a procura de metais e pedras preciosas. Dessa forma, partindo de São Paulo em direção a esses sertões, a presença do "não índio" terminava em terras da freguesia de

Piracicaba.

Nas últimas décadas do século XVIII, as autoridades voltaram a manifestar o interesse em abrir um caminho por terra até Mato Grosso e Goiás pelos Sertões de Araraquara. Foi com esse objetivo que o capitão-geral Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, vulgo Morgado de Mateus, informado sobre o picadão aberto por Luís Pedroso de Barros, ordenou que Antônio Corrêa Barbosa procurasse os seus vestígios. Segundo Alberto Lemos (1972, 76), embora tenham sido encontrados sinais do antigo caminho, "parece ter sido depressa esquecido, senão julgado impraticável", pois, em 1799, o novo governador, Antônio Manuel de Melo e Castro Mendonça, continuava imbuído do mesmo propósito, tendo inclusive declarado ser "medida de inadiável necessidade" a abertura de vias de acesso mais rápidas a importantes centros do território colonial. Conforme apurou Neves (1997, 14), a construção do caminho tinha como finalidade "socorrer os viajantes que se destinassem a Cuyabá e Matto Grosso, facilitar as diligências do Real Serviço e promover a prompta e eficaz comunicação com as fronteiras, quando se restabelessem em segurança do Estado".

Dessa vez, a tarefa de construir um caminho saindo de Piracicaba e atravessando os Sertões de Araraquara até a margem direita do rio Paraná foi confiada ao sargento mor Carlos Bartholomeu de Arruda. A abertura dessa via pelos Sertões de Araraquara interessava pessoalmente a Bartholomeu de Arruda, visto que ele já era proprietário de duas sesmarias na região, uma adquirida junto à Coroa, em dezembro de 1785, e outra comprada do cirurgião mor Manuel Martins dos Santos Rêgo, em março de 1786.

Tendo em vista as ações para a abertura desse novo caminho e o processo de expansão da pecuária pelo interior do território paulista, no último quartel do século XVIII tem-se início o povoamento e a apropriação de terras nos Sertões de Araraquara mediante apossamentos e carta de sesmarias. No ano de 1781 foram concedidas as primeiras três cartas de sesmarias na região.



## REPOUSO DE UMA CARAVANA

Johann Moritz Rugendas

A partir desse momento, os Sertões de Araraquara passaram a atrair migrantes paulistas e mineiros a procura de pastagens naturais para a criação de gado. Não por acaso, a maioria dos pedidos de sesmaria na região era acompanhada da justificativa "para criar gado", e as terras requeridas geralmente eram de campos, e não de matas. Nos censos populacionais efetuados entre os anos de 1809 e 1811, a pecuária aparece como a principal atividade dos moradores (Corrêa, 1967, 30).

A apropriação da terra mediante a conquista de cartas de sesmarias não significou, entretanto, a efetiva ocupação dos Sertões de Araraquara. Contrariando o que determinava a lei do sesmarialismo, poucos foram os sesmeiros que resolveram tornar produtiva a sesmaria recebida gratuitamente da Coroa. Muitos utilizaram a sesmaria obtida para fins meramente especulativos, comercializando-a assim que a oferta se mostrou compensatória. A maior parte daqueles poucos sesmeiros que resolveram ocupar a terra, ou melhor, uma parte apenas do grande latifúndio, o fez por meio de administradores<sup>9</sup>, auxiliados por alguns camaradas e poucos escravos. Nessas circunstâncias, a criação de gado se constituiu na atividade economicamente mais viável no início do povoamento, pois requeria menor investimento em mão-de-obra e se constituía numa mercadoria mais fácil de ser transportada por caminhos tão longos e precários. Além disso, havia demanda pelo produto nas regiões açucareiras de Campinas, Itu, Mogi-Guaçu, Sorocaba e Jundiá.

Em regra, a concessão de sesmarias estava restrita às pessoas

mais influentes e ricas da colônia. Os homens de poucos recursos tinham poucas chances de conseguir uma sesmaria, já que, para esses, as autoridades coloniais eram mais cuidadosas na observação da lei, que dentre outras coisas exigia que o requerente comprovasse possuir meios capazes de tornar a terra pleiteada produtiva. Assim, para a camada mais pobre da sociedade colonial o acesso à terra esteve praticamente restrito a uma única possibilidade: a realização de um apossamento, ocupação pura e simples de terras devolutas ou das não raras glebas de sesmarias recebidas e não ocupadas por seus donatários. Dessa forma, vários desses homens modestos que se viram impossibilitados de ter acesso à terra gratuitamente por meios legais mediante uma carta de sesmarias se dirigiram para as áreas despovoadas do interior do território colonial em busca de terras devolutas (vagas) que pudessem ser apossadas. Não por acaso, os posseiros vão se constituir nos primeiros povoadores "não índios" dos Sertões de Araraquara.

A prática do apossamento conviveu lado a lado com a doação de cartas de sesmarias desde o início da colonização, mas se intensificou no século XVIII com a ocupação de grandes áreas interioranas para a atividade pastoril. As terras devolutas eram mais abundantes em regiões do interior do território como os Sertões de Araraquara, pois aí as grandes culturas voltadas para a exportação, como a monocultura da cana-de-açúcar, se mostravam menos viável economicamente.

Apesar das Ordenações Filipinas do Reino de Portugal permitir

<sup>7</sup> A lei é mencionada tanto por Camargo (1917, 5) como por Lemos (1972, 75).

<sup>8</sup> Mano (2006, 70) ressalta que alguns indícios apontam para a existência de quilombos de negros nos Sertões de Araraquara durante o século XVIII, como o relato do astrônomo português Francisco José de Lacerda e Almeida, em 1788, sobre a presença de negros fugidos na região e o documento emitido pelo governador Franca e Horta, em 1804, para que o Sargento mor e capitão das Ordenanças de Piracicaba, Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, atacasse quilombos de negros foragidos na região. Segundo esse pesquisador, tais informações documentais se coadunam, ainda, com descrições da toponímia local, como a Sesmaria do Quilombo e o Ribeirão dos Negros, os dois situados onde hoje se encontra o bairro da Babilônia, município de São Carlos.

<sup>9</sup> Os administradores das fazendas eram classificados nos censos como fazendeiros.

a aquisição de terras por mera ocupação, ou seja, apossamento, nas contendas entre sesmeiros e posseiros o ganho de causa quase sempre era dado ao primeiro, pois esse, geralmente, se constituía em uma pessoa de maior poder econômico e político, que melhor conhecimento tinha dos caminhos legais e ilegais para a legalização de terras. Ademais, ao contrário da maioria dos posseiros pobres, os sesmeiros de maior poder contavam também com o apoio de advogados e de autoridades, além de possuir mais armas de fogo e jagunços. Faz-se importante ressaltar, entretanto, que isso não significa que posseiros de menos recursos e poder não tenham lutado para legalizar suas posses ou pelo menos negociar os seus direitos possessórios.

A partir do século XVIII, o apossamento com cultura efetiva se tornou um costume e se estabeleceu como um modo de aquisição legítima de domínio, firmando-se posteriormente como um direito consuetudinário. Durante os vinte e oito anos compreendidos entre a extinção do sistema de sesmarias, em 1822, e a aprovação da Lei de Terras, de 1850, o Brasil ficou sem nenhuma lei de regulamentação da apropriação da terra. Em razão disso, o apossamento se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre a terra, tanto para pobres como para ricos, ainda que apenas de fato.

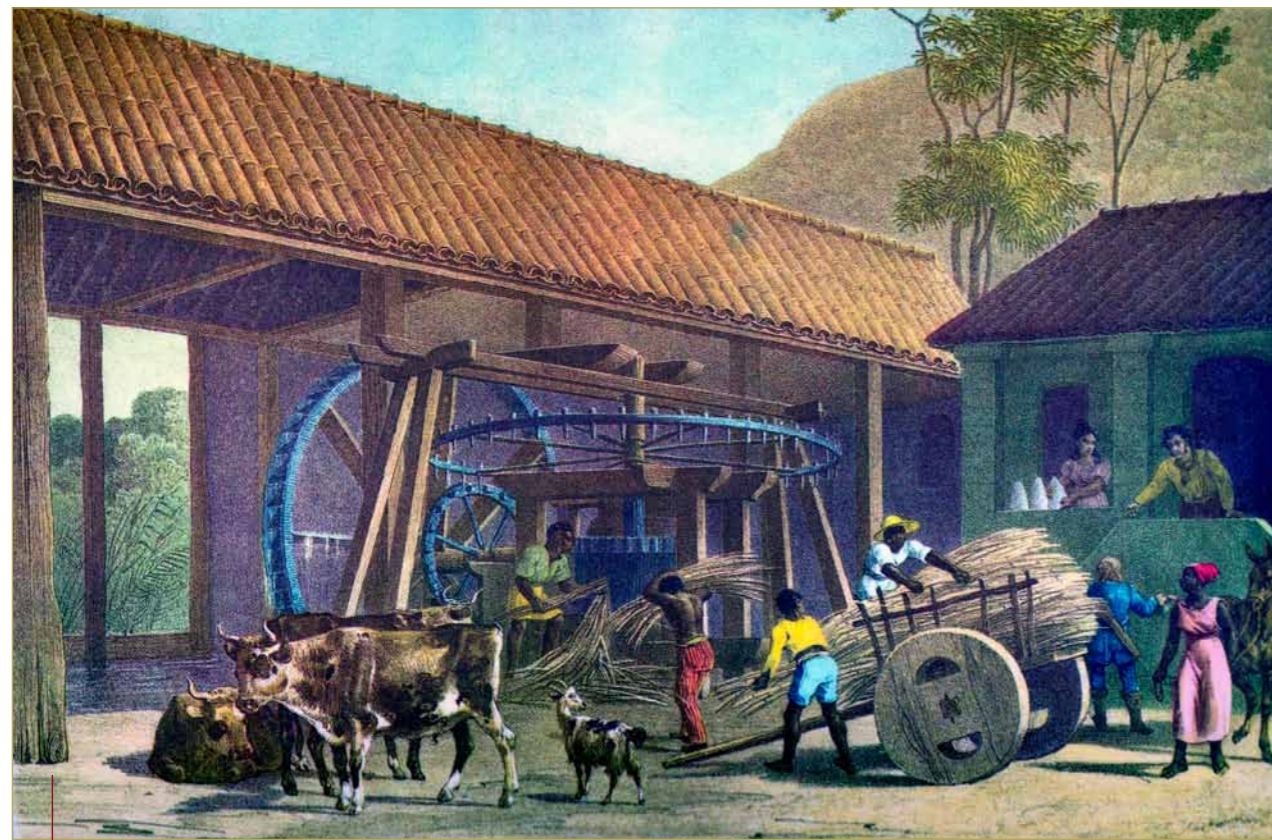
As áreas de matas dos Sertões de Araraquara, geralmente compostas de solos mais férteis, somente passaram a ser mais valorizadas a partir da segunda década do século XX, quando se tem início a produção de cana-de-açúcar e são construídos os primeiros engenhos na região. Uma exploração mais intensiva

dessas áreas, entretanto, ocorreria somente a partir de meados do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira.

Nas primeiras décadas de povoamento, ao lado da criação de gado, principal atividade dos moradores, a ainda pequena população dos Sertões de Araraquara desenvolvia também uma economia de subsistência baseada especialmente na produção de milho, arroz e feijão. Além desses produtos, os censos de 1809 a 1811 registram a produção de algodão e cana-de-açúcar. Destacavam-se também a criação de porcos, a produção de queijos, mel e cera de abelha, além do cultivo do fumo.

Muitos desses produtos, especialmente o algodão e os gados vacum e cavalos, eram comercializados com as regiões próximas mais povoadas, sobretudo Piracicaba, vila produtora de açúcar que "funcionava como mercado consumidor e distribuidor dos produtos dos Campos de Araraquara" (Corrêa, 1967, 57). De Piracicaba e outras localidades forneciam para os sertões ferramentas e o necessário sal para o gado. Um ofício de 1823, encaminhado ao presidente da província de São Paulo para reivindicar a melhoria do caminho de Piracicaba à recém fundada freguesia de Araraquara, nos dá mostra das estreitas relações comerciais estabelecidas entre os moradores dos Sertões de Araraquara e Piracicaba. Nesse documento, reproduzido por Corrêa (1967, 57), o inspetor do caminho relatou o seguinte:

*[...] sendo aliás êsse comércio muitas vèzes vantajoso a esta vila [Piracicaba] que pela maior parte trabalha no fabrico do açúcar*



**ENGENHO DE AÇÚCAR**

Johann Moritz Rugendas

### ASSINATURA DO BANDEIRANTE AMADOR BUENO DA VEIGA

Belmonte - Ilustração de "No Tempo dos Bandeirantes"

*e daquela freguesia [Araraquara] vêm boiadas que aqui se compram para o trabalho nos engenhos, além de outros gêneros que aqui se consomem como queijos e algodões que de lá vem com tanta abundância [...]*

Em 1827, o alferes Adriano José de Campos, ao solicitar melhorias para a freguesia de Araraquara ao governador da capitania de São Paulo, ressaltou a importância que a localidade tinha enquanto centro fornecedor de vários produtos às regiões vizinhas:

*[...] esta freguesia já utiliza a nação porque em seus campos já se criam muito gado vacum além de ter excelentes terras lavradas que produzem com admiração cana, algodão e fumo, gêneros que produzem a maior parte de seus habitantes, além de grande número de porcos, que desta freguesia são vendidos para várias partes [...]* (Corrêa, 1967, 57).

É nesse contexto de expansão da criação de gado e porcos, e das culturas de cana, algodão e fumo, com consequente aumento das transações comerciais e da busca pela apropriação de terras na região, que será fundada a freguesia de Belém do Descalvado, uma das primeiras localidades surgidas nos Sertões de Araraquara após a fundação de seu primeiro núcleo urbano, a vila de Araraquara.

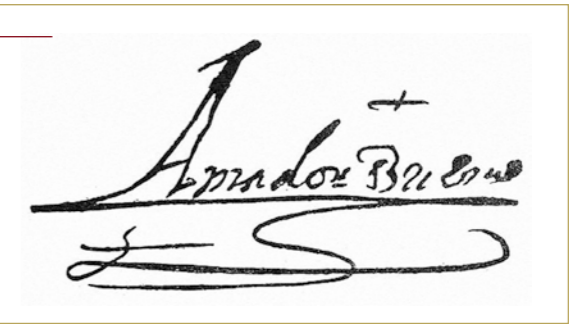
### A fundação de Belém do Descalvado

A maioria dos memorialistas que escreveram sobre a história de Descalvado, apesar de não apresentar qualquer prova documental, aponta que, no início do século XVIII, as terras que depois constituirão o município nos Sertões de Araraquara teriam sido doadas em sesmaria ao famoso bandeirante Amador Bueno da Veiga, por recompensa a sua participação na Guerra dos Emboabas. Esse bandeirante teria recebido essa sesmaria, mas não a teria ocupado. O interessante é que esse suposto fato é utilizado por esses escritores para vangloriar o passado da localidade, para lhe conferir uma origem nobre, visto que os bandeirantes são vistos, especialmente no estado de São Paulo, como heróis desbravadores e civilizadores dos sertões.

Entretanto, não há qualquer indício que permita comprovar essa versão. Os próprios memorialistas não apresentam qualquer fonte documental que sustente essa versão. Muito pelo contrário, autores que fizeram minuciosas pesquisas documentais sobre a concessão de sesmarias nos Sertões de Araraquara, como Alberto Lemos (1972), não mencionam concessão alguma em nome do citado bandeirante na região. Além disso, as concessões de sesmarias nesses sertões só tiveram início em 1781, mais de meio século depois da data que se acredita a doação a Amador Bueno da Veiga, que, aliás, faleceu em 1719. É mais plausível

### DOIS BANDEIRANTES

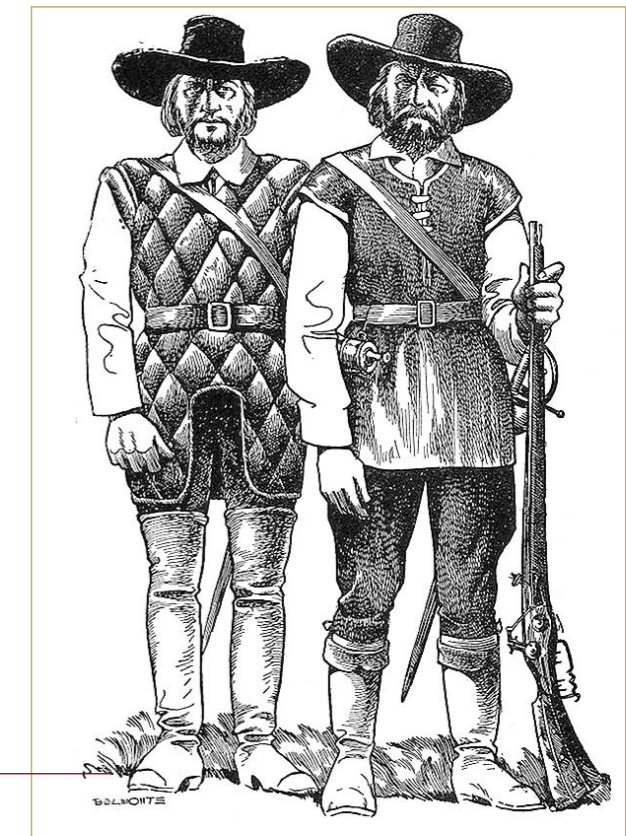
Belmonte - Ilustração de "No Tempo dos Bandeirantes"



a versão defendida por escritores de outras localidades de que a sesmaria recebida por esse bandeirante localizava-se em terras do atual município de Mogi-Guaçu. Segundo a carta de doação dessa sesmaria, datada de 21 de julho de 1707, foram doadas a esse bandeirante "[...] três léguas de terra em quadra, principiado do fim do termo da Vila de Jundiá até o rio que chamam de Mogi [...]" (Mogi Guaçu - SP, 01/11/2011).

A região aonde posteriormente viria a ser fundado o município de Descalvado foi ocupada, de início, por apossamentos. A presença de posseiros na região aparece na descrição de vários memorialistas citados por Kastein (04/11/2011). Dois desses posseiros foram Nicolau Antônio Lobo e Manuel Antônio Lobo. Nascidos em Minas Gerais, esses dois irmãos teriam se apossado de terras na região em 1809. Posteriormente teriam vendido partes de seus apossamentos e se retirado.

Parte das terras desses dois posseiros foi comprada por Alexandre José de Castilho, que depois vendeu uma parte a José Ferreira da Silva. Castilho se tornou um comerciante de terras na região. Em 1855 o livro de registros paroquiais de terras da



freguesia de São Bento de Araraquara traz informações sobre a venda de uma propriedade sua na freguesia do Belém do Descalvado.

*Aos trinta e hum dias do mez de Maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco, por Joze Francisco de Lima me foi apresentado hum titulo de terras cujo é do theor seguinte. Dizemos nos abaixo assignados Alexandre Joze de Castilho, e minha mulher Maria Angelica de Jezuz, que entre os mais bens que possuímos, com livre geral administração, bem assim huma sorte de terras no lugar denominado cabeceira do braço direito do Ribeirão do Ferreira que se divide principiando na barra do primeiro córrego maior chamado Agoa Limpa, seguindo pelo veio da Agoa do dito acima até a cabeceira subindo o espigão até rodear as ditas Agoas, e decendo o ribeirão até rodear digo o espigão abaixo até frontear a barra dito córrego da Agoa Limpa onde teve principio, cujas terras assim divizadas vendemos como de facto vendida terras de hoje para todo sempre ao Senhor Joze Francisco de Lima pelo preço e quantia de seiscentos mil réis com o prazo de tres anos em tres pagamentos iguais [...]*

O nome de Alexandre José de Castilho consta também no registro de outras propriedades comercializadas nos Sertões de Araraquara. Assim, é bem provável que Castilho mantinha algumas propriedades na região a fim de vendê-las após valorização.

Outro possessor que aparece no rol dos primeiros habitantes de Descalvado é Agostinho José Alves de Amorim. Vindo de Santa Catarina em busca de terras, se fixou na região, onde fundou a fazenda Caridade. Ao contrário dos irmãos Lobo, Agostinho de Amorim permaneceu nas terras apossadas e se transformou num importante fazendeiro da região (Kastein, 04/11/2011). Ao lado de Alexandre José de Castilho e outros fazendeiros da região, Agostinho José Alves de Amorim participará do processo de criação da freguesia de Belém do Descalvado.

Outros povoadores constituíram propriedade mediante compra de terras apropriadas por antigos posseiros. É o caso dos irmãos Tomé Ferreira da Silva e José Ferreira da Silva, que chegaram à região em 1820. O primeiro fundou uma fazenda no bairro do Cuscuzeiro (atual município de Analândia), onde se notabilizou como produtor de fumo. Já o segundo adquiriu parte das terras do já citado Alexandre José de Castilho, onde fundou a fazenda Areias, na região do morro de Descalvado. É em parte dessa fazenda, doada à Igreja em 1842 para o estabelecimento de uma capela curada, que posteriormente fundou-se a freguesia de Belém do Descalvado.

Sobre a origem do município de Descalvado, verifica-se que, em 10 de novembro de 1842, José Ferreira da Silva e sua esposa, Florência Maria de Jesus, doaram uma parte das terras de sua fazenda Areias como patrimônio à Igreja, juntamente com uma pequena e rústica capela que existia no local, reformada por ocasião da doação. Essa capela havia sido inaugurada em 8 de setembro de 1832 em nome de Nossa Senhora do Belém, santa de devoção da proprietária da fazenda. Com a aceitação do patrimônio e da capela por parte da Igreja, foi constituída uma capela curada, ou seja, uma capela ministrada em caráter permanente por um pároco, um cura, vinculado à paróquia da vila de São Bento de Araraquara. Cumpriam-se, assim, duas exigências fundamentais para que fosse solicitada a fundação de uma fre-

guesia, passo importante no processo de fundação de um município no período imperial.

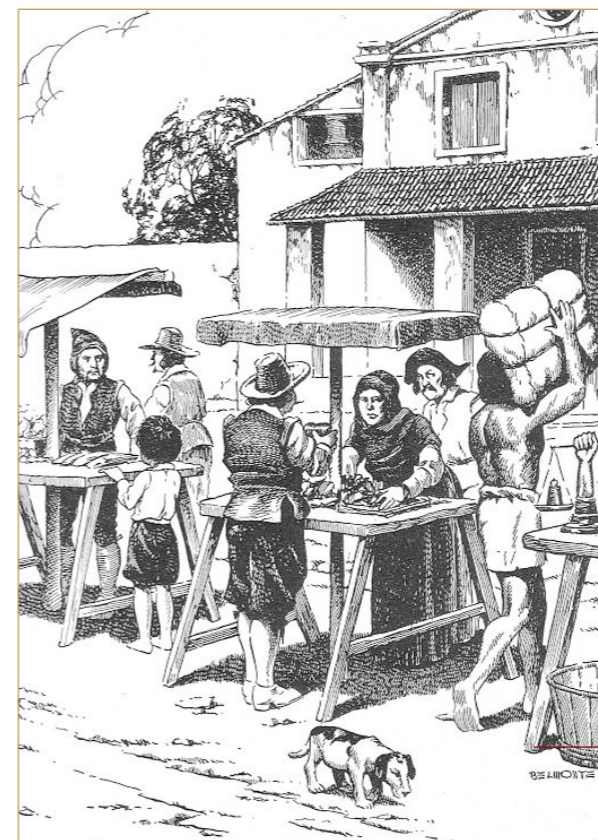
Na escritura de doação do patrimônio à Igreja, José Ferreira da Silva e Florência Maria de Jesus, em virtude de serem analfabetos, foram representados por Agostinho José Alves de Amorim e Alexandre José de Castilho, dois dos mais prósperos e poderosos fazendeiros da região. A presença desses dois proprietários revela uma ação organizada de fazendeiros da região no sentido de se fundar uma freguesia e, posteriormente, uma vila. No documento de doação reproduzido por Kastein (04/11/2011) são estabelecidos os limites do patrimônio doado, assim como a indicação para que a Igreja passe a vender terrenos dentro do patrimônio para que seja então desenvolvido um núcleo urbano.

*Dizemos nós abaixo assinado, eu José Ferreira da Silva e minha mulher Florência Maria de Jesus, que somos senhores e possuidores de um terreno livre e desembargado, neste lugar denominado Descalvado, do Termo da Vila da Constituição o que tem por divisa o que se segue, principia pela barra do Tamanduá, acima até a sua última cabeceira e desta a rumo direito ao Córrego do nosso monjolo e por este acima até as cabeceiras divisando com a Fazenda Nova, até o alto pelo lado esquerdo e daí pelo espigão que divisa as águas de São Bento com as que pertence a esta doação e seguindo pelo mesmo espigão a procurar o Ribeirão Bonito até a cabeceira do Córrego da divisa e por ele abaixo até a sua barra com o Ribeirão Bonito onde mora João da Silva e pelo dito ribeirão acima até a barra do Tamanduá já referido onde teve principio esta divisa, ficando reservado terreno de quatro alqueires que hoje possui Cândido José Soares e também cem braças, para cá, digo, e também cem braças de terreno desde a forquilha do Córrego pelo braço direito acima até a barra do corguinho de nossa aguada até sua cabeceira e desta arruma direto até o Córrego do Manjolo onde fizer testada outras cem braças da dita forquilha o qual terreno assim divisado doamos como de fato doado temos de hoje em diante a Nossa Senhora do Belém, pelo Patrimônio de sua Igreja, que será distribuído este terreno aos povos que nele se quiserem arranchar e contribuir para as obras da mesma Igreja, por um Procurador da Igreja que o Capelão ou Pároco nomear para esse fim o qual Procurador assim nomeado poderá passar título dos terrenos do dito patrimônio que distribuir com os povos recebendo o preço e quantia que com os mesmos contratar para ser aplicado nas obras da dita Igreja. Declaramos que durante a vida de mim e minha mulher ninguém poderá fazer obras dentro do terreno que se compreende nos dois córregos que faz forquilha abaixo de nossa casa porém sim em todo o mais terreno e por ser esta doação feita de nossas livres vontades e sem constrangimento de pessoa alguma, pedimos e rogamos as Justiças deste Império que dê a este papel toda força e vigor como se fosse escritura, digo, fosse escritura pública que não duvidamos passar quando se nos exigir e se nele faltar alguma cláusula ou cláusulas em direito necessários para seu inteiro vigor, aqui as havemos por expressadas como se de cada uma dela fizéssemos especial menção. E para constar mandamos passar para o presente que vai assinado a meu rogo por Agostinho José Alves de Amorim e a rogo de minha mulher assina Alexandre José de Castilho por nós não sabermos ler e nem escrever. Capela de Nossa Senhora do Belém do Des-*

*calvado, 10 de novembro de 1842. Assino a rogo do doador José Ferreira da Silva, Agostinho José Alves de Amorim. Assino a rogo de Florência Maria de Jesus, Alexandre José de Castilho. Testemunha Antonio Joaquim Leme. Testemunha que esta faz e vi assinar. Manoel Leandro de Araújo.*

A fundação da freguesia de Belém do Descalvado só viria a acontecer, entretanto, em 28 de fevereiro de 1844. Ao mesmo tempo ocorre também a desanexação em relação à vila de São Bento de Araraquara e a anexação à vila de Mogi Mirim. Um ano mais tarde, a freguesia também se separaria de Mogi Mirim para se incorporar, em 7 de março de 1845, à vila de São João do Rio Claro. O documento de criação da freguesia de Belém do Descalvado (Lei n. 21, de 28 de fevereiro de 1844), reproduzido na íntegra por Kastein (04/11/2011, p.11), expunha o seguinte:

*Manoel Felizardo de Souza e Melo, Presidente da Província de São Paulo, faço saber a todos os habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Artigo 1º - Fica erecta em Freguesia a Capela Curada de Nossa Senhora do Belém do Descalvado, da Paróquia de Araraquara, e o Presidente da Província autorizado para demarcar-lhe limites. Artigo 2º - Esta nova Freguesia fica desanexada do município de Araraquara, e reunida com todo o seu território ao de Mogi-Mirim. Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Mando portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo de São Paulo*



*ao 28 de fevereiro de 1844. assinado Manoel Felizardo de Souza Melo. - Carta da lei pela qual V. Excia manda executar o decreto da Assembléia Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevando à categoria de Freguesia, a Capela Curada de Nossa Senhora do Belém do Descalvado, no Município de Araraquara, e anexando-o ao de Mogi-Mirim, como acima se declara. Para V. Excia ver. Joaquim José de Andrade e Aquino a fez).*

A separação da freguesia de Belém do Descalvado em relação à vila de São Bento de Araraquara teria ocorrido em razão de desavenças com políticos dessa vila, pois estes não concordavam com a pretensão dos habitantes da região do futuro município de Descalvado de buscar a emancipação da região (Kastein, 04/11/2011).

A freguesia se constituía na fração territorial de uma diocese, a sede de uma igreja paroquial, mas que exercia também uma administração civil sobre a localidade. Era uma categoria oficial institucionalmente reconhecida, com uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa de paroquianos (IGC, 1995 apud SEADE, 03/11/2011). Não possuía autonomia político-administrativa, mas já se estabelecia enquanto território com limites definidos e um núcleo urbano, que se desenvolveria em torno da igreja. Com a freguesia tinha-se a oportunidade de constituir um aparelho burocrático municipal, ainda que incipiente, congregando a população, dando-lhe condição civil, tributando-lhe as rendas por meio da cobrança obrigatória dos dízimos que integravam o Tesouro Imperial.

A freguesia constituía-se em um passo importante para a criação de uma futura vila, unidade político-administrativa autônoma, equivalente a município. Com efeito, grande parte das cidades paulistas surgidas durante o período colonial e imperial se constituíram inicialmente como freguesia e, posteriormente, como vila. Nesse processo a Igreja assumia o papel de mediadora, de fomentadora do fenômeno urbano ao legitimar como freguesia a criação ou o reconhecimento de núcleos urbanos. Isso significava um primeiro passo para se fomentar as bases político-administrativas responsáveis pela manutenção de sua existência e posterior independência.

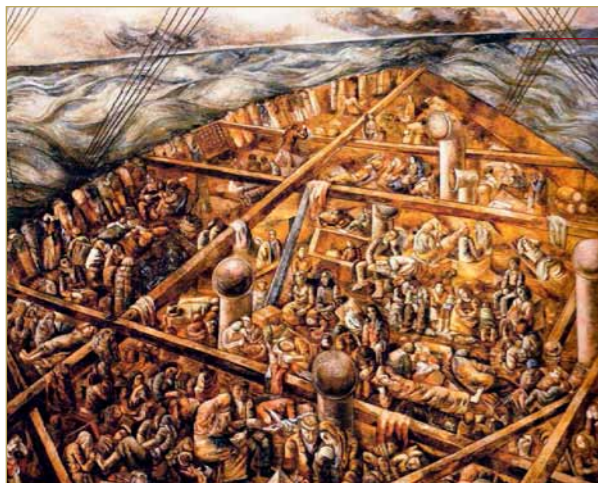
O elemento religioso apresenta-se como um fator importante na constituição de freguesias. Segundo Truzzi (2000, 31), “é provável que o elemento religioso viesse ao encontro das aspirações dos fazendeiros de disciplinar a vida em comum e suas posses de terra na frente pioneira”. Nesse sentido, o acompanhamento moral através do catolicismo possui função de disciplinarização dos indivíduos, muitas vezes rústicos, que chegavam às paragens sertanejas. A Igreja adotava, assim, uma postura voltada para a disciplinarização moral e acompanhamento das famílias que se dirigiam ao sertão, a fim de impedir que se desgarrassem da doutrina cristã.

Após a criação da freguesia, o objetivo a ser buscado passa a ser a sua elevação à condição de vila, o que daria ao povoado a tão almejada autonomia político-administrativa. A freguesia de Belém do Descalvado consegue a sua elevação à vila em 22 de abril

#### FEIRA LIVRE NA VILA

Belmonte - Ilustração de “No Tempo dos Bandeirantes”





### NAVIO DE IMIGRANTES

Lasar Segall

a população cai para 22.035 habitantes e em 1950<sup>10</sup> para 14.113 (Kastein, 04/11/2011). A localidade somente consegue ultrapassar a casa dos trinta mil habitantes no final do século XX.

A análise do processo de fundação de Descalvado permite concluir que nesse aspecto o município não destoa do processo histórico de surgimento da maioria das cidades brasileiras durante o período colonial e o imperial. Em regra, a fundação de cidades no Brasil nesses períodos não esteve ligada somente a fatores políticos e econômicos, mas, intimamente, ao fator religioso. Com exceção dos núcleos urbanos criados pela Coroa Portuguesa na costa litorânea, a grande maioria dos municípios do interior teve sua criação mediada pela Igreja Católica. Durante o período colonial, era costume a Coroa deixar para os povoadores a iniciativa e o trabalho de fundarem núcleos urbanos no interior do território. Essa tradição foi mantida durante o Império. Assim, tanto na Colônia quanto no Império, era comum os fazendeiros se organizarem para combinar a doação de terras e de uma capela como patrimônio à Igreja com o objetivo de se fundar uma freguesia e seu centro urbano, para depois buscar a autonomia política da localidade mediante sua elevação à categoria de vila. Dessa forma, os atores políticos desse processo podiam tirar proveito do poder público municipal ali estabelecido. Observa-se, assim, que a fundação de cidades no Brasil imperial se deu mais como fruto de ações coletivas, que como resultado de ações puramente individuais. Tratava-se de um processo que envolvia várias ações e etapas, que ia desde a doação de terras e de uma capela como patrimônio à Igreja, passando pela negociação política para se criar a freguesia, culminando na sua elevação à condição de vila mediante outra ação política. Ao longo desse processo sempre é possível identificar a participação ativa de um número considerável de pessoas. Dessa forma, parecemos nada significativo do ponto de vista histórico eleger como fundador da cidade apenas um ou poucos participantes. Logicamente, isso vale também para Descalvado.

Por último, é interessante observar que enquanto a maioria das cidades comemora a data de sua fundação a partir da criação da freguesia, ou somente após a conquista da autonomia político-administrativa, adquirida com a elevação à categoria de vila, Descalvado comemora o seu surgimento já a partir da inauguração da capela de Nossa Senhora do Belém na fazenda Areias, ocorrida em 8 de setembro de 1832, capela esta que somente em 1842 fora doada pelos proprietários à Igreja, juntamente com uma parte de terras, para que fosse fundada a freguesia, o que ocorreu em 28 de fevereiro de 1844.

de 1865, se emancipando, assim, do município de São João do Rio Claro e mantendo os mesmos limites da freguesia.

Com a elevação à categoria de vila, no ano seguinte é empossada a primeira Câmara Municipal, composta por sete vereadores, a maioria fazendeiros: Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho (advogado e proprietário rural, filho do Barão de Souza Queiroz), Antônio de Camargo Campos (proprietário rural), José Elias de Toledo Lima (proprietário rural, futuro Barão do Descalvado), Gabriel Amâncio Lisboa (comerciante e comissário de café), Feliciano Alves de Oliveira ("abridor de fazendas"), Bernardino José Pereira (proprietário rural) e José Gonçalves de Araújo (Kastein, 04/11/2011).

Constam entre as primeiras providências tomadas pela administração, ainda em 1866, a fixação de um edital na porta da Igreja para contratação de professor e a elaboração do Código de Posturas (leis municipais) da nova vila (Kastein, 04/11/2011).

Em primeiro de abril de 1889, Belém do Descalvado alcança o status de município e cidade. Em 1908 tem o seu nome simplificado para Descalvado.

No que se refere a sua demografia, observa-se que, em 1854, a então freguesia de Belém do Descalvado possuía 2.430 habitantes (Camargo apud Truzzi, 2000, 35). Já em 1872, a população da vila era de 5.709 pessoas (Kastein, 04/11/2011, p.5). Um crescimento bem maior é constatado entre os anos de 1886 e 1910. Nesse período a população salta de 8.257 habitantes para significativos 29.200 moradores (Kastein, 04/11/2011). Esse expressivo crescimento se explica pela chegada de grande número de imigrantes europeus, sobretudo italianos, que vêm para o município em busca de trabalho na cultura cafeeira, que atinge o seu auge nesse período. Com a decadência da economia cafeeira, ocorre uma grande queda demográfica no município. Em 1920

<sup>10</sup> Não encontramos dados para as décadas de 1930 e 1940.

# VITAL BRAZIL

UM CIENTISTA EM DESCALVADO

Os pais de Vital Brazil, os mineiros José Manuel dos Santos Pereira e Maria Carolina Pereira de Magalhães, decidiram não colocar os próprios sobrenomes nos filhos para, ao invés disso, homenagearem as suas origens. Era um costume comum na época, tendo em vista um sentimento de valorização da nacionalidade, da cultura brasileira e das origens geográficas da família. Dessa forma, o seu nome completo era Vital Brazil Mineiro da Campanha, nascido na cidade que lhe dá o sobrenome em 28 de abril de 1865. Seus irmãos, na mesma linha de raciocínio, eram: Maria Gabriela do Vale do Sapucaí, Acácia Sensitiva Indígena de Caldas, Fileta Camponeza de Caldas...

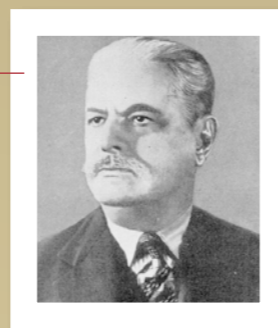
Com muitas dificuldades econômicas, Vital Brazil formou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1891. Começou a trabalhar em cidades do interior paulista que, na época, sofriam com as constantes epidemias de tifo, malária, varíola, febre amarela e peste bubônica. Em 1893 trabalhou em Descalvado, no primeiro posto de saúde público instalado na cidade, em um prédio, ainda existente, na atual Rua José Bonifácio, vizinho ao armazém da Estação Ferroviária. A cidade passava por um grande surto de febre amarela, que acometeu inclusive o próprio médico, como relatava a imprensa na época:

**Estado sanitário.** Não tem melhorado infelizmente o nosso estado sanitário. As providências, que temos instantaneamente reclamado não se têm tomado. Em uma casa à Rua Urugayana<sup>1</sup> já faleceram de febre amarela três pessoas; entretanto até hoje não nos consta que se tenha procedido à desinfecção que exige esse prédio, onde não se observava nenhuma condição de asseio (Gazeta do Descalvado, 06/03/1892, 2).

**Belém do Descalvado.** Continuando mau o estado sanitário da cidade, a "Gazeta de Descalvado" publicou a seguinte declaração: "se não melhorar o estado sanitário da cidade, suspenderemos a publicação da "Gazeta" até que possa continuar sem os inconvenientes

VITAL BRAZIL  
MINEIRO DA  
CAMPANHA  
(1865 – 1950)

Fonte: Instituto Vital Brazil



que são de receber-se para o nosso pessoal na presente quadra (...) (O Estado de São Paulo, 08/03/1892, 3).

Gradativamente foi se especializando em imunologia e infectologia. Fez um estágio no Instituto Pasteur, em Paris. Trabalhou com Adolfo Lutz (1855-1940), Oswaldo Cruz (1872-1917) e Emílio Ribas (1862-1925). Foi convidado pelo governo paulista para trabalhar no Instituto Serunterápico de São Paulo, organizado na capital estadual a partir de 1899, posteriormente denominado Instituto Butantã. Um grave problema de saúde pública, na época, no interior, era o número de pessoas picadas por cobras e animais peçonhentos, o que acabava por acarretar grande quantidade de óbitos. Foi o idealizador de uma campanha para que a população rural aprisionasse cobras vivas para enviá-las ao Butantã. É um dos pioneiros do país em pesquisas que acabaram levando ao desenvolvimento do soro antiofídico e do soro antitetânico, além do tratamento da difteria. Foi premiado pela Fundação Rockefeller. Vital Brazil foi casado duas vezes. Do primeiro casamento, com Maria Conceição Filipina de Magalhães, sua prima, nasceram doze filhos. Viúvo, novamente casou-se, com Dinah Carneiro Vianna, com a qual teve mais nove filhos. Dos vinte e um herdeiros, dezoito chegaram à vida adulta: alguns médicos, professores, pianistas, escritores, um psicanalista e um arquiteto. Vital Brazil faleceu no Rio de Janeiro, em 1950, aos oitenta e cinco anos de idade.

# ECONOMIA E SOCIEDADE

TRANSFORMAÇÕES NO INTERIOR CAFEIEIRO

Por Alessandra de Jesus Batista Paganotto<sup>1</sup> e Marco Antonio Pratta<sup>2</sup>

Consta no livro tomo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Belém que, em 1809, iniciou-se a ocupação da região da futura Descalvado. As primeiras famílias vieram para cá atraídas pela vasta extensão de terras férteis, livres de qualquer tipo de ocupação humana. Até a criação da Lei de Terras, de 1850<sup>3</sup>, o apossamento de áreas devolutas e desabitadas era uma das principais formas de obtenção de domínios territoriais no Brasil. Agostinho José Alves de Amorim e os irmãos Manuel e Nicolau Antônio Lobo, aproveitando-se da inexistência de propriedades no lugar, trataram de se fazer donos, abrindo fazendas para plantar milho, algodão, feijão e criar porcos (AESP apud Belli, 1996). O primeiro se estabeleceu "ao norte do município, próximo às margens dos rios do Pântano e Mogi-Guaçu" onde ergueu a fazenda Caridade. Os irmãos Lobo formaram três fazendas, que foram vendidas, a partir de 1820, à segunda leva de desbravadores que chegaram por aqui, entre os quais estavam os irmãos José e Tomé Ferreira da Silva, que adquiriram respectivamente, a fazenda Areias, hoje correspondente à parte central da cidade, e outra que ficava próxima ao morro do Cuzcuzeiro, ao sul do município, na atual fronteira com o município de Analândia (De Marco apud Kastein, 1996). Aos poucos outras fazendas foram sendo formadas por lavradores que vinham em sua grande maioria de cidades mineiras e da região de Campinas. As propriedades produziam milho, feijão, algodão, arroz, porcos e outros produtos para a subsistência, além de algumas cabeças de gado que eram comercializadas principalmente em Piracicaba<sup>4</sup> (AESP apud Belli, 1996). Para complementar sua alimentação, utilizavam-se da caça, pesca e

extração de produtos disponíveis na natureza, tais como palmito, mel e frutas (guabirobas, araçás, marmelos, jabuticabas) (Kastein, 1996).

A distância das principais cidades, as péssimas condições das estradas e as dificuldades de transporte, que na época se restringia ao desconforto dos dorsos das mulas e dos cavalos ou dos carros de boi, faziam com que se evitasse, ao máximo, as viagens. Todas essas dificuldades tornavam as propriedades autossuficientes, com todos os equipamentos necessários para a sobrevivência do núcleo familiar, de seus dependentes e escravos: "os paióis, as pocilgas, o estábulo, o moinho, o monjolo, os depósitos e, com certeza a capela singela, se na construção, um oratório modesto não a substituísse".

As primeiras edificações, incluindo a casa grande e a senzala, eram de pau a pique, um método de construção tradicional feito a partir de uma estrutura de madeira, entremeadada de bambus trançados preenchida com barro, típica do período colonial, até hoje comum em áreas rurais mais pobres do país.



## IGREJA MATRIZ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O templo era bem menor que o atual, com as torres mais baixas. Observa-se, ao fundo, o prédio do Fórum e da Cadeia Pública Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

<sup>1</sup> Alessandra de Jesus Batista Paganotto é formada em História pela Universidade Federal do Pará - UFP - e Mestre em História Social do Brasil pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente é professora no curso de História do Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos e coordenadora da área de Ciências Humanas do Núcleo de Atualização Educacional de Descalvado - NAE - da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEEC.

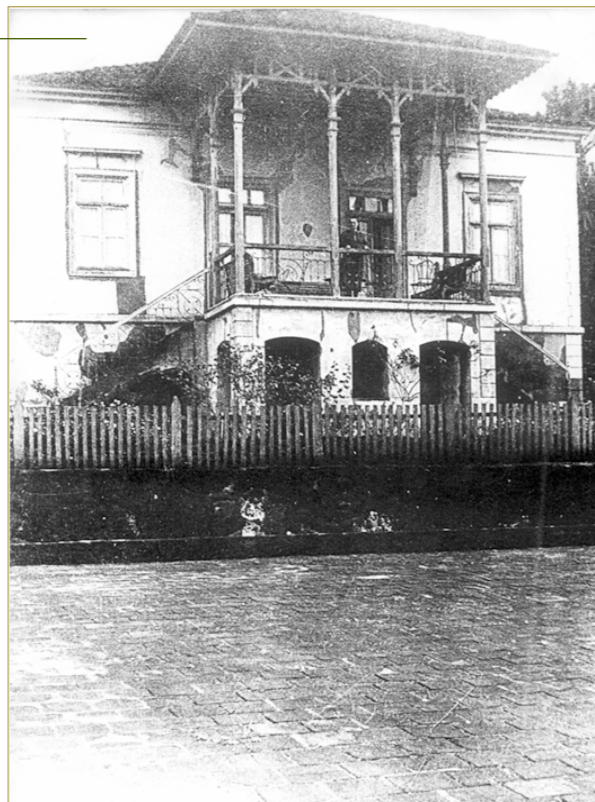
<sup>2</sup> Marco Antonio Pratta é graduado em Filosofia, Geografia e Educação. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (1998) - e Doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005). É professor no Ensino Médio, no Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos e na Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO - campus de Descalvado. É diretor de escola da rede estadual paulista, conveniado junto ao município de Descalvado, onde é, atualmente, Diretor da Divisão de Educação da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

<sup>3</sup> Essa lei estabelecia que, a partir de 1850, a única forma de ocupar as terras devolutas seria através de compra junto ao governo.

<sup>4</sup> Com a independência do país esse núcleo urbano passou a chamar-se vila de Constituição. Posteriormente, voltou ao nome original.

<sup>1</sup> Atual Rua Coronel Manoel Tobias.

**CASA GRANDE DA FAZENDA IBITIRA,**  
no início do século XX, grande produtora de café,  
localizada ao norte do município  
Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta



O que não podiam produzir, os tecidos, os calçados melhores, as ferramentas, as armas, a munição, as velas, o querosene, o sal valiosíssimo, iam buscar em centros comerciais mais desenvolvidos, de onde também traziam mulas, cavalos e escravos. Os mascates tinham um papel importante no abastecimento da comunidade e na atualização das notícias que circulavam na capital e nas cidades que visitavam (De Marco apud Kastein, 1996, 6).

Não há muitos dados para falarmos da evolução demográfica dos primeiros anos de ocupação do território, mas não é difícil presumir que o número de habitantes devia ser bastante diminuto, se restringindo ao núcleo familiar dos desbravadores e seus dependentes, agregados e escravos.

O trabalho das fazendas mais prósperas era realizado pela mão de obra servil como era o caso das propriedades de Alexandre José Castilho e de Agostinho José de Amorim, que possuíam, respectivamente, doze e nove escravos em 1836. Havia também os jornaleiros, trabalhadores que realizavam serviços gerais, que prestavam jornadas diárias de trabalho, sem que se constituíssem vínculos empregatícios; a maioria deles vinha de Minas Gerais (AESP apud Belli, 1996).

Em 1832 José Ferreira da Silva doou parte de suas terras para a construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Natividade, depois denominada Nossa Senhora do Belém, onde se formaria o atual núcleo urbano de Descalvado. Associou-se a data ao dia oito de setembro que, no calendário cristão católico, é a festa do nascimento da Virgem Maria. Antenor Erveu Beta-rello (apud Kastein, 1996, 6), em um estudo sobre a alimentação nas primeiras décadas da história do município, descreve assim o desenvolvimento do centro urbano: "As cinco casinhas em redor da rústica capela em 1832, tempos depois aumentadas em número de edificações para trinta ou quarenta taperas. (...) Pelo ano de 1850 a capela curada possuía perto de 80 casebres".

Em 1854 o número de habitantes chegava a 2.430, total que dobraria duas décadas depois, em 1874, quando a população chegaria a 5.709 indivíduos (Camargo apud Truzzi, 2000, 29). Esse crescimento populacional da então pacata vila é explicado pelo processo de expansão da produção de café para o oeste paulista, que havia se iniciado vinte e quatro anos antes a partir da região de Campinas<sup>5</sup>.

A inserção das terras descaldenses ao chamado ciclo do café significou sua incorporação à lógica da economia capitalista, o que gerou várias transformações em seu território, em seus aspectos urbanos e demográficos. O trem, símbolo de modernidade da época, foi inaugurado em meio a grandes festejos no ano de 1882; dez anos depois chegava a luz elétrica, o telefone, o cinema e outras inovações tecnológicas da virada do século. A população chegou a 8.257 indivíduos em 1886, número que triplicou em 1900, ao bater a casa de 30.000 habitantes. Um cres-

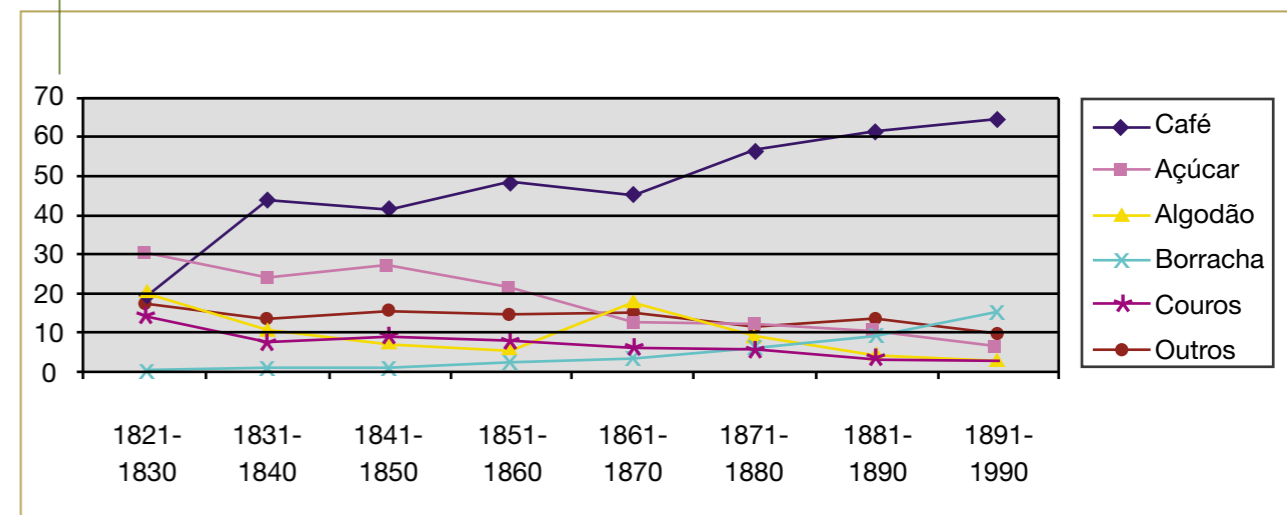
cimento extraordinário para menos de vinte anos, resultado da injeção de 3.000 famílias imigrantes na década de 1890. No período, o número de prédios urbanos ultrapassava quatrocentos, entre os quais podíamos encontrar hotéis, casas comerciais, bares, restaurantes, fábricas, tipografias, etc. A cidade pulsava! Os lucros advindos de milhares de toneladas de café produzidas no município o colocava entre os três maiores produtores da província de São Paulo e mudava gradativamente as feições da cidade.

A euforia, no entanto, não duraria muito tempo. Os primeiros sinais de alerta ocorreram com as superproduções de café nos anos de 1890 e outras no início do século XX, todas remediadas pelo governo republicano que se empenhava em políticas de valorização de modo a evitar prejuízos aos produtores. Em 1929 veio o golpe de misericórdia, com a crise econômica mundial que se iniciou nos Estados Unidos: o preço do café despencou, o que levou muitos cafeicultores à falência. O evento marcou o fim do ciclo do café e o retraimento da economia nacional e, por consequência, da municipal. Entre os efeitos imediatos, a ruína dos principais produtores, o fechamento de lojas nas fazendas e armazéns e o decréscimo no número de habitantes, que em 1950 havia caído para 14.200, menos da metade da população de 1900.

Este artigo pretende analisar a inserção de Descalvado no processo de modernização do sudeste brasileiro, proporcionado pelo chamado ouro verde. Acompanharemos as mudanças demográficas, geradas principalmente pela transição do trabalho escravo para o assalariado, a implantação de infraestrutura urbana, iluminação e saneamento básico, a chegada da ferrovia,

### PARTICIPAÇÃO (EM %) NA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES

Adaptado de Singer, 1977, 355.



bem como de equipamentos e instituições que demonstrassem a prosperidade econômica do município, a Santa Casa de Misericórdia, o Grupo Escolar Coronel Tobias, o Cemitério Municipal, os jardins públicos e outros.

### A expansão da cafeicultura

A partir das primeiras décadas do século XIX se iniciam as experiências com a plantação do café no chamado Oeste Paulista, em Campinas<sup>6</sup>, por volta de 1817, e em Nossa Senhora das Dores de Limeira, em 1828. Não se tratavam de plantações comerciais, pois essas fazendas estavam essencialmente voltadas para a produção de cana-de-açúcar. Porém, as iniciativas serviram para comprovar a compatibilidade da planta com os solos vermelhos de alta fertilidade e com o clima tropical de altitude do planalto central paulista. A partir de meados de 1840, quando o açúcar atingiu preços baixíssimos no mercado internacional, e a procura pelo café cresceu, muitos produtores passaram a substituir suas antigas lavouras canavieiras pelos pés de café que se mostravam cada vez mais rentáveis. Na década seguinte o produto era plantado em larga escala de Campinas até São João do Rio Claro (Dean, 1977, 45).

Na tabela anterior podemos observar que, na década de 30, as exportações de café foram tomando o lugar dos outros produtos, superando o açúcar, cuja produção caiu de forma irreversível nos anos 60. Somente em São Paulo eram 70 milhões de sacas de café em 1880, número que saltou para três milhões de toneladas na safra de 1890-1891, chegando a 7.220.000 toneladas entre 1904 e 1905 (Petroni, 1987, 105).

Os responsáveis pela introdução do café na região de Campinas foram os grandes proprietários de terras que outrora haviam acumulado capital com a produção canavieira. Entre eles, destacamos o brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiróz (1746-1819)

e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) que direta ou indiretamente serão os principais responsáveis pela inserção de Descalvado no ciclo do café. Esses dois homens fundaram a empresa Vergueiro & Souza em 1816, para a exploração agrícola das terras dos vastos Sertões de Araraquara<sup>7</sup>. Após a morte de Luís Antônio, a empresa foi desfeita, mas os laços de amizade das duas famílias se estreitaram através do casamento de seus filhos, Francisco Antônio de Souza Queiróz e Antonia Eufrosina de Campos Vergueiro.

A prática de estreitar os laços de família entre sócios comerciais era bastante comum na elite agrária paulista. O brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiróz, fidalgo de origem portuguesa e que, graças às atividades comerciais de abastecimento da região mineradora de Mato Grosso, havia acumulado "a maior fortuna paulista nas primeiras décadas do século XIX", casou-se com Genebra Leite de Barros, filha de Antônio de Barros Penteado, rico produtor de cana na região de Itu, que também havia acumulado capital com a exploração de ouro. Os filhos do casal, com o mesmo objetivo, se casaram com sobrinhas, primas e tias, como era muito comum na época (Campos, 2008/2011). Os laços de consanguinidade eram atualizados constantemente, o que se traduzia em uma questão financeira e patrimonial.

Nicolau de Campos Vergueiro plantou experimentalmente os primeiros pés de café em sua fazenda Ibicaba, localizada no atual município de Cordeirópolis, no ano de 1817. Em 1840, se inicia o plantio em larga escala de Campinas a São João do Rio Claro, graças à exaustão do solo do vale do Paraíba e às características geoclimáticas favoráveis da nova área (Dean, 1977).

Depois de vinte anos, o café chega a Descalvado pelas mãos dos herdeiros de Vergueiro e Souza Queiróz. Francisco Antônio de Souza Queiróz (1806-1891), Barão de Souza Queiróz, a partir do sucesso obtido por seu pai e seu sogro, passa a investir na compra de terras da então freguesia de Nossa Senhora do

<sup>5</sup> O que chamamos de Oeste paulista aqui não corresponde à divisão geográfica do Estado de São Paulo e sim à região que ficava a oeste do chamado Vale do Paraíba, área que inclui as fronteiras do Rio de Janeiro com São Paulo e que foi a pioneira na produção comercial do café no Brasil.

<sup>6</sup> Antigamente conhecida como vila de São Carlos.

<sup>7</sup> Sobre a definição dos Sertões ou Campos de Araraquara ver capítulos 2 e 3 deste livro.



### COMBOIO DE CAFÉ

Jean Baptiste Debret

Belém do Descalvado. Entre as suas principais aquisições estavam as fazendas Bela Aliança, Ibjuba, Jaguarandy e Santa Maria, passadas a seus filhos em 1864. Seu sobrinho Paulo de Souza Queiróz, filho do irmão Vicente de Souza Queiróz (1813-1872), primeiro Barão de Limeira, era proprietário da fazenda Palmeiras. Todas elas aparecem entre as maiores produtoras de café do município a partir do final dos anos 80. Segundo De Marco (apud Kastein, 1996, 28):

*No ano de 1878, Descalvado era o 3º. maior produtor de café, junto com outros 17 municípios paulistas; enviaram para a França duas mil sacas de café que foram expostas na Exposição Universal de Paris. Os principais produtores de café eram as fazendas: Palmeiras, de Paulo Souza Queiróz, com 35 mil arrobas; a Tamandaré, de Inácio Mendonça Uchoa, com 22 mil arrobas; a Lagoa Alta, de Elisário Ferreira de Andrade, com 20 mil arrobas; a Monte Alverne, de José Ferreira de Figueiredo, com 18 mil arrobas; a Santa Maria, de Rafael de Aguiar, com 18 mil arrobas; a São Rafael, do Coronel Tobias, com 18 mil arrobas; a Jaguarandy e a Bela Aliança, de Nicolau de Souza Queiróz, com 12 mil arrobas cada (grifo nosso).*

Das sete principais fazendas listadas, cinco pertenciam aos filhos e netos do Barão de Souza Queiróz: Palmeiras, Tamandaré, Santa Maria, Jaguarandy e Bela Aliança. Entre as fazendas menores, está outra fazenda da família, também denominada Santa Maria, de propriedade da Baronesa de Limeira, Maria Angélica de Souza Queiróz Barros.

### PREÇO DE ESCRAVO DO SEXO MASCULINO, de 15 a 29 anos de idade, em São João do Rio Claro

Fonte: Dean, 1977, 66.

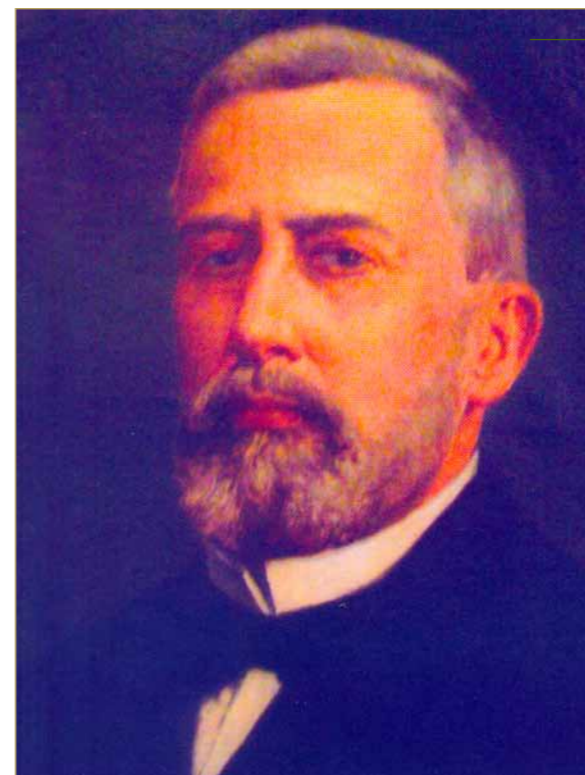
Década	1840	1850	1860	1870	1880
Preço médio em mil réis (\$R):	509	1.179	1.879	2.044	1.056

Os Souza Queiróz também foram os principais agentes da introdução da mão de obra imigrante em Descalvado. A chegada do café ao município coincide com a crise de mão de obra escrava instaurada a partir da extinção oficial do tráfico negreiro, em 1850<sup>9</sup>, e as leis posteriores que apontavam o fim da escravidão no Brasil: a Lei Rio Branco, conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre (1871), e a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários (1887).

Quando da implantação das fazendas de café, a principal mão de obra utilizada era a de escravos adquiridos nas praças comerciais das cidades de São João do Rio Claro e São Carlos do Pinhal, cujo preço havia aumentado exorbitantemente desde a década de 50, como podemos observar na tabela a seguir.

Inicialmente, os escravos vinham de regiões em decadência econômica, como o nordeste açucareiro, as regiões mineradoras e as fazendas do vale do Paraíba. A procura, no entanto, era bem maior que a oferta, o que elevou o preço para mais de 300% na década de 70. Diante desse contexto, os cafeicultores paulistas começaram a se organizar para garantir o fluxo de mão de obra para suas fazendas. Em março de 1871, segundo Basseto (1982) com o apoio e incentivo do governo provincial, os fazendeiros mais influentes fundaram a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, que tinha como objetivo introduzir 15 mil colonos europeus nas fazendas de café paulista no prazo de três anos (apud Udaeta, 2010).

Essa associação firmou um contrato com o governo provincial se responsabilizando por "recepcionar, alimentar, abrigar e enca-



**LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA QUEIROZ FILHO**, presidente da Câmara de Descalvado na III Legislatura (1873-1876). É irmão do primeiro presidente, Francisco Antônio de Souza Queiróz Filho  
Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

(Udaeta, 2010). A mudança de endereço se justificou, na época, pela distância da primeira em relação às principais estações ferroviárias e a presença de vários problemas de saneamento, o que favorecia a proliferação de doenças.

A escolha do terreno onde seria erguida a nova Hospedaria dos Imigrantes ficou a cargo mais uma vez de Nicolau, que dessa vez contou com a ajuda do seu primo Rafael Paes de Barros, também proprietário em Descalvado. Segundo o Barão de Parnahyba, então presidente da província, em Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, datado de 17 de janeiro de 1887:

*(...) Para dar cumprimento à Lei Provincial n. 56, de 21 de março de 1855, e de inteiro acordo com as idéias emitidas pelo meu ilustrado antecessor em seu relatório, resolvi fazer a aquisição do terreno escolhido pelos Drs. Raphael Aguiar Paes de Barros e Nicolau de Souza Queiroz, na freguesia do Braz, para nele se dedicar a nova hospedaria de imigrantes (Telles, 1887).*

minhar para o trabalho, nas lavouras, imigrantes em São Paulo". Como os cafeicultores não tinham capital para se responsabilizar por todo o processo, a saída foi dividir essa responsabilidade com o Estado. Assim os serviços executados pela Associação eram ressarcidos pelo Governo Provincial, inaugurando-se assim a chamada Imigração Subvencionada, ou seja, financiada pelo governo<sup>9</sup>. Entre os pioneiros na luta para a introdução dos imigrantes nas fazendas paulistas estavam os membros da família Souza Queiróz. É importante destacar que a primeira experiência com a utilização de estrangeiros na lavoura de café ocorreu nas terras do senador Vergueiro, sogro do Barão de Souza Queiróz, que foi o primeiro presidente da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração (Udaeta, 2011).

No ano seguinte essas ações já deram resultado: entraram 2.006 imigrantes italianos em São Paulo. Nos anos 80, em Campinas, que se constituía no maior centro de produção cafeeira do país, escravos e colonos europeus trabalhavam lado a lado. As experiências iniciais serviram para que o governo provincial e várias sociedades de cafeicultores passassem a defender abertamente a abolição e o estímulo à vinda de imigrantes.

Em 1881 Nicolau de Souza Queiróz, filho do barão de Souza Queiróz e proprietário de duas fazendas em Descalvado, assumiu o cargo de Delegado da Imigração do Governo da Província. Entre seus feitos está a instalação de uma hospedaria para os imigrantes no Pari, próxima às estações ferroviárias da São Paulo Railway Company e da Sorocabana e a indicação da compra e reforma do prédio no Bom Retiro, onde funcionou a Hospedaria do Imigrante até a inauguração do prédio do Brás, em 1887

A Hospedaria do Brás, que hoje abriga o Memorial e o Museu da Imigração, foi construída para receber trabalhadores trazidos da Europa pela Sociedade Promotora da Imigração, fundada em 1886. A Sociedade Promotora tinha um caráter civil e foi formada com um capital de 500.000\$000 integralizado pelos seus fundadores. Entre estes, alguns eram proprietários de fazendas em Descalvado: os irmãos Raphael e Francisco Aguiar Paes de Barros, Nicolau de Souza Queiróz, Luiz Antônio de Souza Queiróz e Francisco Antônio de Souza Queiróz Filho. A participação deste último, que na ocasião era vice-presidente da província de São Paulo e do próprio presidente, Antônio de Queirós Telles (1831-1888), Barão de Parnahyba, confirmam o interesse do governo na organização da entidade (Santos, 2011). Francisco Antônio de Souza Queiróz Filho<sup>10</sup>, aliás, antes de ser vice-presidente da Província de São Paulo, foi o presidente da primeira Legislatura da vila de Belém do Descalvado, entre 1866 e 1868 (Kastein, 1996).

A Promotora localizava, contratava, transportava e colocava os imigrantes nas fazendas; o resultado de todo o processo dependia diretamente da Hospedaria do Imigrante, que recebia o trabalhador, hospedava-o por, no máximo, oito dias, e o distribuía nas fazendas do interior paulista.

Embora as iniciativas ficassem a cargo dos representantes dos cafeicultores, quem financiava toda a operação era o governo provincial e o imperial. Com a República, a responsabilidade passou a ser dos governos estaduais.

Em 1888, quando a Lei Áurea foi assinada, abolindo completamente a escravidão no país, o Brasil já havia recebido mais de um milhão de europeus, concentrados principalmente nas pro-

<sup>9</sup> Os gastos com alimentação, estadia, assistência médica e deslocamento eram pagos pela Associação Auxiliadora, que depois era ressarcida pelo Governo Provincial mediante a apresentação de relatórios à Tesouraria da Fazenda. Em 1876 o Império criou a Inspeção Geral de Terras e Colonização, que assumiu essa responsabilidade (Udaeta, 2010).

<sup>10</sup> Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, na capital provincial, em 1857, foi proprietário da fazenda Bela Aliança, em Descalvado, durante certo período.

<sup>8</sup> Lei Eusébio de Queiróz.

víncias de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Nos primeiros anos houve proibição, em alguns países, da vinda de imigrantes para o Brasil por conta das condições de trabalho que lhes eram impostas. Para resolver esse problema o governo brasileiro, a partir de 1870, interveio e passou a fazer algumas exigências aos fazendeiros, entre elas a assinatura de um contrato bilíngue, que deveria ser assinado ainda na Hospedaria do Imigrante, para que os colonos tomassem conhecimento das condições de sua contratação (Truzzi, 1987).

Essa foi a alternativa encontrada pelos cafeicultores do oeste paulista para garantirem braços para suas fazendas. Dessa forma, bem antes da abolição da escravatura, esses homens de negócio já vinham substituindo gradativamente a mão de obra escrava, cada vez mais cara e rara, por trabalhadores livres de origem europeia. Somente a Sociedade Promotora de Imigração paulista, desde sua criação, em 1886, até 1902, trouxe 266.732 imigrantes, a maioria italiana (Petrone, 1987).

A participação dos Souza Queiróz no processo de transição do trabalho escravo para o assalariado explica o fato do município já contar com um número significativo de mão de obra imigrante dois anos antes da Abolição. Os dados demográficos de 1886 demonstram isso: do total de 8.257 habitantes, 2.182 eram escravos e 1.124 eram estrangeiros, ou seja, metade da mão de obra que trabalhava nas fazendas já era de origem europeia. Na

fazenda Bela Aliança, por exemplo, há registros da compra de escravos provenientes da Bahia ainda em 1877. Por outro lado, na virada do século já residiam na mesma fazenda trinta famílias de imigrantes, como os Perez, os Factor e os Adorno. A colônia dessa fazenda chegou a ter quarenta e sete (47) casas. Na vizinha fazenda São Pedro, na chamada Colônia da Igreja, eram tantos habitantes nas décadas de 20 e 30 do século XX que uma família de origem alemã fabricava cerveja para o consumo local. Havia até uma sala de música, na colônia, na qual se ministravam ensinamentos para a formação de talentos locais.

O já falecido Antônio Segatto, proprietário comercial em Descalvado, afirmou em relato que sua família viera para morar na fazenda Monte Alverne, proveniente da Itália, no final do século XIX, juntamente com outras trinta e nove famílias, entre as quais os Franzin, Giacomelli, Brassaloto, Romão, Sassi, Taborelli e Casonato. Na fazenda, no início do século XX, moravam sessenta famílias italianas, que cuidavam de um milhão e meio de pés de café, distribuídos em duzentos alqueires, que antes eram cuidados por cerca de oitenta escravos negros. Muitos desses negros, após a Abolição, ficaram sem ocupação fixa ou moradia e acabaram migrando para as cidades maiores. Segundo o entrevistado, a maioria da população de ex-escravos foi aos poucos deixando a região e que, entre 1910 e 1920, restavam apenas seis famílias de ex-escravos, entre elas os Oliveira e



**NEGROS LIVRES VIVENDO DE SEUS TRABALHOS**

Jean Baptiste Debret

**MOVIMENTO POPULACIONAL** do município de Descalvado entre os anos de 1854 e 1960

Fonte: Camargo (apud Truzzi, 2000, p. 35); IBGE - recenseamentos de 1886, 1920, 1950, 1960 (apud Troppmair, 1969, 84).

	1854	1874	1886	1900	1910	1920	1950	1960
População	2.430	5.709	8.257	30.000	29.200	22.035	14.200	15.869

os Clemente (Pratta, 2002).

A maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil era de origem italiana. Isso se deve às condições sócioeconômicas da Itália no século XIX. O país europeu havia se unificado recentemente, era uma nação pobre, extremamente povoada e sem condições de competir com as outras potências industrializadas do continente europeu. Havia também o serviço militar obrigatório para os jovens, que muitos não desejavam cumprir. Somada a isso, havia uma forte campanha do governo brasileiro e de agências particulares para atrair esses italianos para o Brasil, mostrando as terras americanas como um paraíso com fartura de terras e de emprego (Santos, 1987).

Como vimos anteriormente, essa população não contava com recursos o suficiente para custear suas viagens. Quem fazia isso era o governo brasileiro e as agências particulares; sendo assim, quando o imigrante era contratado, o fazendeiro pagava suas despesas e passava a ser seu credor. Em outras palavras, o trabalhador iniciava uma nova vida devendo muito, o que gerou inúmeros conflitos. Muitos fazendeiros, acostumados a maltratar os escravos e a ver o trabalhador como gente de segunda categoria, submetiam os colonos a situações de extrema violência, chegando, inclusive, a proibi-los de sair da fazenda até que tivessem quitado todas as suas dívidas. Em muitos contratos, inclusive, havia uma cláusula que estipulava que a família, antes de dois anos de permanência, não poderia deixar a fazenda onde inicialmente havia se fixado.

Segatto lembrava que a viagem da família de seu pai, do norte da Itália para o Brasil, durou quarenta dias; todas as crianças embarcadas, com menos de um ano de idade, morreram no trajeto. As dívidas que adquiriram para chegar até a fazenda levaram, no caso da sua família, vinte anos para serem quitadas. Só então a família pode comprar sua primeira propriedade, o mesmo ocorrendo com outras famílias (Pratta, 2002).

Na realidade, o acesso à terra por parte das famílias imigrantes só ocorreu depois das crises de superprodução e do abandono das terras exauridas pelos grandes latifúndios a partir do início do século XX, como veremos mais à frente (Petrone, 1984).

A vinda dos imigrantes para Descalvado gerou um grande impacto demográfico naquela vila acanhada de outrora, como indica a tabela acima.

Observamos um aumento da população a partir de 1886, que chegou ao patamar máximo em 1900. Sem dúvida alguma, esse aumento está diretamente ligado à injeção de um número significativo de famílias imigrantes.

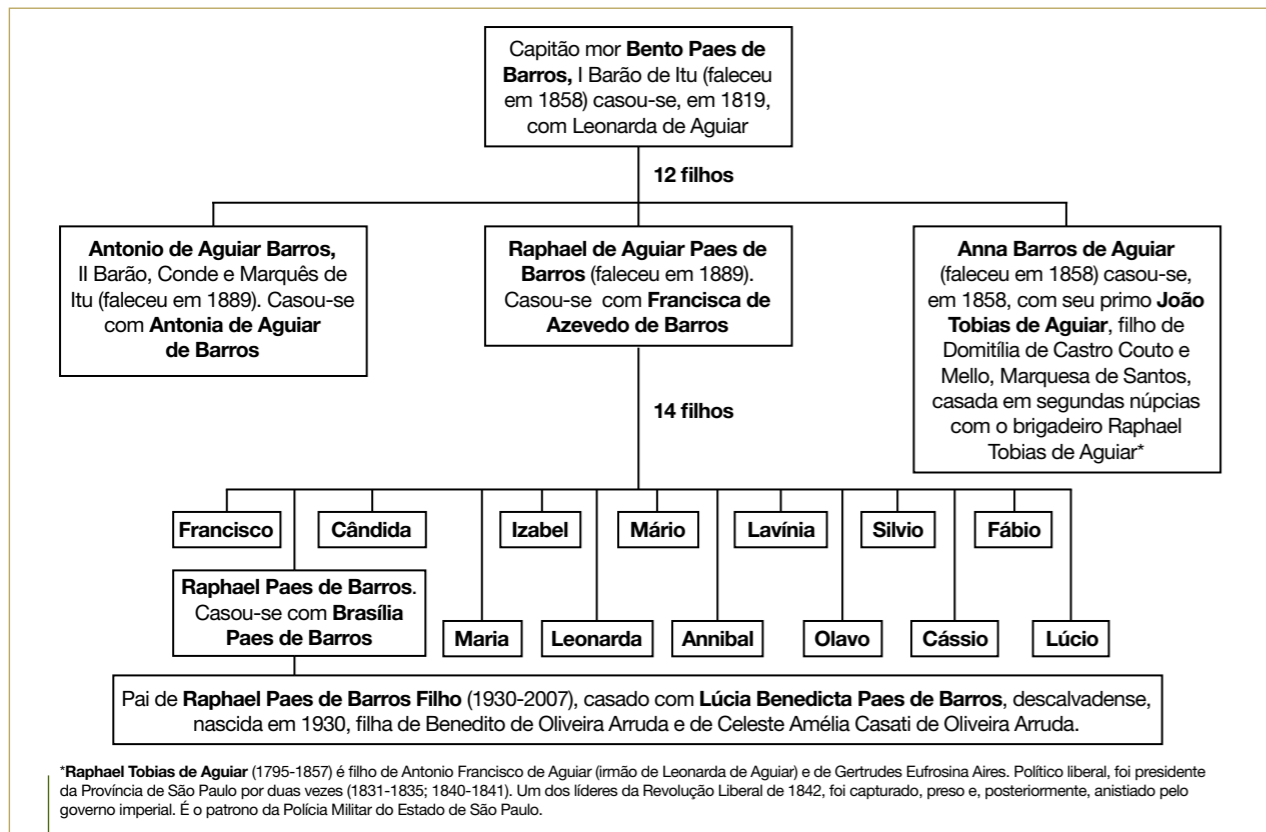
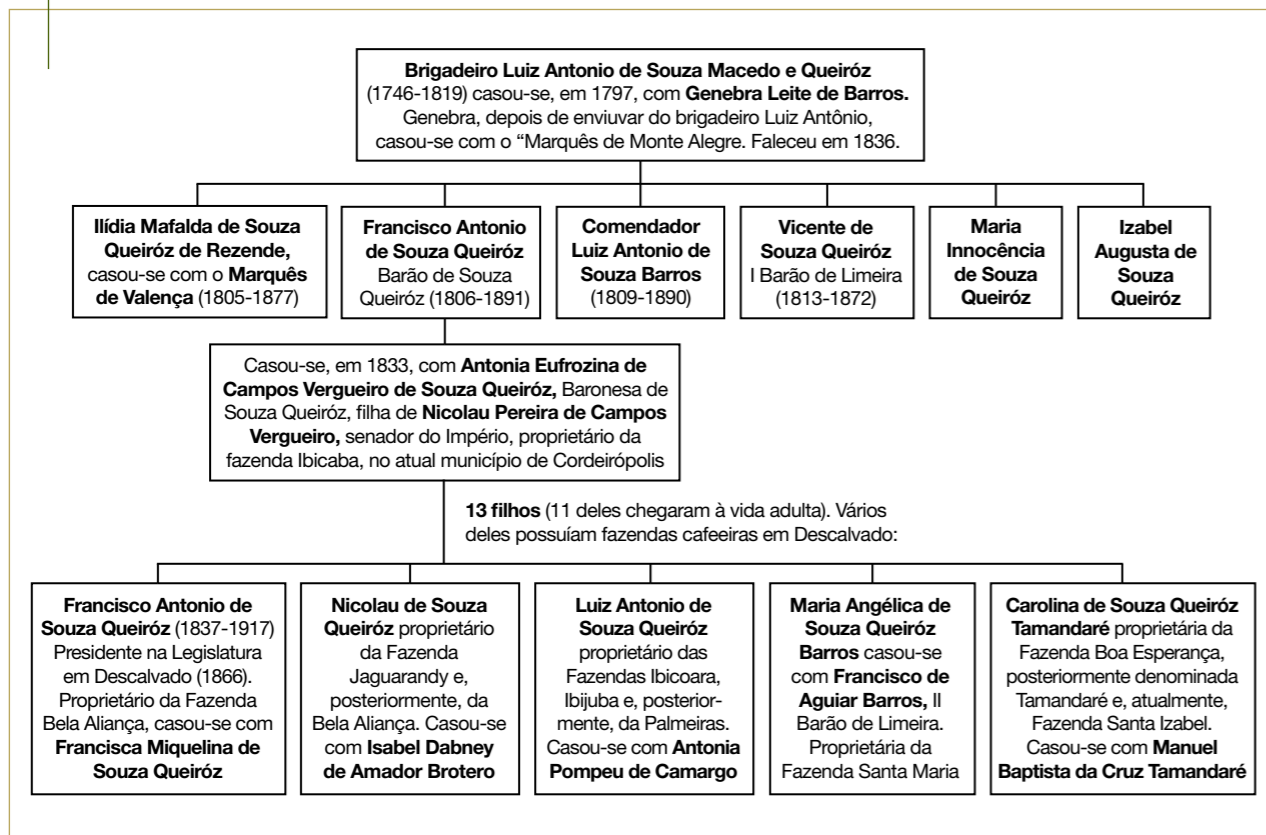
A tabela também indica que, a partir de 1910, a população se retrai. Segundo Helmut Troppmair (1969), o decréscimo de-

demográfico está associado às crises de superprodução de 1906 e de 1910, quando a safra foi muito maior do que o mercado poderia consumir. Esses problemas foram parcialmente solucionados com as políticas de valorização do café, que incluíam a realização de empréstimos pelos governos estaduais para a compra e armazenagem do excedente da produção. O protecionismo dos sucessivos governos estaduais aos cafeicultores criava uma falsa sensação de estabilidade que logo seria abalada por outros eventos de ordem natural e econômica. Em 1918 uma forte geada atingiu os pés de café da região de Descalvado, gerando graves prejuízos aos produtores e comerciantes ligados ao mercado do café no município. Os efeitos foram registrados pelos jornais da época. Segundo O Descalvadense (5/12/1918):

*Esta cidade, a sua sede e, dir-se-ia, o seu coração, definha dia por dia, diminuindo a olhos vistos o seu movimento commercial e augmentando rapidamente o número das casas que se fecham, graças ao acentuado êxodo dos seus habitantes, que a vão deixando em busca de logares prósperos.*

Pelo reclamo do jornal, vemos que a maior preocupação é com o êxodo da população para regiões mais prósperas, o que nos indica que ele já vinha ocorrendo mesmo antes da geada de 1918. Na realidade, esse processo havia se iniciado a partir dos anos 10, decorrente, principalmente, de um problema maior que a economia descavadense teria que enfrentar: o esgotamento do solo. A cultura cafeeira era extremamente predatória, baseada na produção extensiva. Plantava-se sucessivamente até a exaustão da terra; quando isso ocorria, os produtores procuravam novas áreas para reiniciar o ciclo, vendendo ou abandonando suas antigas propriedades. Os trabalhadores, sem ter onde trabalhar, acompanhavam a expansão do café rumo ao chamado Novo Oeste, em direção a Ribeirão Preto ou para o Paraná. Foi assim, por exemplo, com os Souza Queiróz que, depois de muitas décadas no município, aqui venderam todas as suas propriedades. Troppmair (1969, p. 87), em sua tese de doutorado sobre Descalvado, demonstrou a redução dos cafezais durante as primeiras décadas do século XX: "em 1900 existiam 15 milhões de pés de café; em 1920, 10,5 milhões e, em 1930, 7 milhões". A diminuição dos pés de café se refletiu diretamente sobre a demanda por mão de obra, o que explica o êxodo populacional a partir de 1910. Observamos nos dados levantados pelo geógrafo uma redução mais drástica dos pés de café nos anos 30, fenômeno resultante da crise econômica mundial iniciada em 1929, nos Estados Unidos, principal consumidor do café brasileiro. Segundo o comer-

ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA SOUZA QUEIRÓZ



\*Raphael Tobias de Aguiar (1795-1857) é filho de Antonio Francisco de Aguiar (irmão de Leonarda de Aguiar) e de Gertrudes Eufrosina Aires. Político liberal, foi presidente da Província de São Paulo por duas vezes (1831-1835; 1840-1841). Um dos líderes da Revolução Liberal de 1842, foi capturado, preso e, posteriormente, anistiado pelo governo imperial. É o patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA PAES DE BARROS

ciente Eduardo Oswaldo Elias, o popular Seu Nenê Elias, filho de um imigrante sírio casado com imigrante italiana, em sua juventude viu a cidade se despovoar rapidamente, com muitas famílias de colonos se mudando para a extremidade oeste de São Paulo e mesmo para outros estados. O armazém de secos e molhados de seu pai, Felipe Elias, começou a declinar rapidamente em razão da saída em massa dos trabalhadores das fazendas. Em seus relatos ele afirmava que:

*Com a decadência do café as fazendas e as cidades foram minguando e as pessoas foram embora. O norte do Paraná inteiro povoou-se de descalvadenses (...). A fazenda Tamandaré, de propriedade do senador Inácio Uchoa, e a fazenda Santa Maria, de Alfredo Aguiar de Barros, que foi prefeito municipal no início do século XX, também foram abandonadas aos poucos.*

As duas fazendas citadas acima eram propriedades dos herdeiros Souza Queiróz, pioneiros na introdução do café no município. A Tamandaré permaneceu com a família até o final da década de 1940. Após a morte de Inácio de Mendonça Uchoa, senador da República, casado com Adélia, filha de Manuel Baptista da Cruz Tamandaré e Carolina de Souza Queiróz Tamandaré, a fazenda foi vendida a descendentes de imigrantes italianos. Atualmente a fazenda, chamada de Santa Izabel, pertence à Usina Ipiranga, produtora de açúcar e álcool. A fazenda Santa Maria, de Alfredo de Aguiar de Barros, foi repartida e vendida a imigrantes italianos, entre eles para a família Pozzi.

Fazendas com terras esgotadas, com consequente perda do valor monetário, foram retalhadas e vendidas para famílias de imigrantes. O Livro de adesão de lavradores para a fundação da Associação de Agricultores de Café de Descalvado, que faz parte do acervo da Câmara Municipal, demonstra claramente a transferência das terras para os descendentes de italianos no município. Entre os trinta e seis signatários da associação, vinte deles apresentam sobrenomes europeus, como os Riekmann, os Fuzaro, os Biazoli, só para citar os maiores produtores da época. Entre os antigos cafeicultores, anteriores à chegada dos italianos, que insistiram em continuar plantando o produto depois de 1929, estão os Penteados, os Alves Aranha e os Tobias de Oliveira (1931). Apesar da efemeridade do ciclo do café em Descalvado, parte do capital gerado pelo ouro verde foi investido em melhorias urbanas. As camadas enriquecidas com o café não abriam mão de determinados confortos que o dinheiro poderia proporcionar. Muitos mandavam seus filhos estudarem na Europa, construíram palacetes em São Paulo, como foi o caso dos Souza Queiróz

e familiares. Os Souza Queiróz viviam na capital e, eventualmente, passavam pequenas temporadas nas fazendas do interior. Outros investiram na cidade com o objetivo de lhe dar contornos mais modernos e civilizados.

O ápice da produção ocorreu entre os decênios de 1890 e 1900, como demonstra a tabela a seguir.

O crescimento da produção do café está diretamente associado a várias transformações de infraestrutura para atender às novas necessidades geradas pela economia cafeeira. A primeira, e a mais importante delas, foi a chegada da estrada de ferro da Paulista, inaugurada em 07 de novembro de 1882.

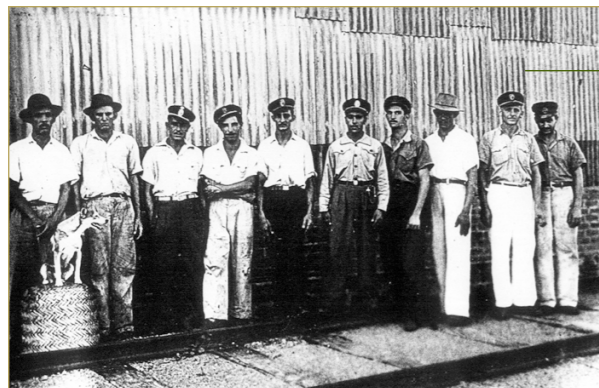
A Companhia Paulista de Estradas Férreas e Vias Fluviais foi fundada em 1867 por um grupo de fazendeiros com o objetivo de estender as linhas de trem de Jundiá até Campinas. De Jundiá até o porto de Santos o transporte era realizado pela São Paulo Railway Company, de capital inglês. Entre os acionistas fundadores da Companhia Paulista estava mais uma vez o Barão de Souza Queiróz; depois de sua morte, em 1891, seus herdeiros, com propriedades em Descalvado, continuaram como acionistas da empresa. A Paulista deveria estender-se inicialmente até São João do Rio Claro, passando por Nossa Senhora das Dores de Limeira. Durante a construção do primeiro tronco, os cafeicultores terminaram levando os trilhos até as margens do rio Mogi-Guaçu, com a intenção de transportar sal, produto valiosíssimo na época, e o café de suas fazendas localizadas nos Campos de Araraquara. Assim, em 1880 é inaugurado o ramal que ligava a região de Cordeiro, atual município de Cordeirópolis, ao distrito do Porto do Ferreira, então pertencente ao município de Descalvado; no ano seguinte o ramal foi estendido, trazendo o trem até Descalvado (Perinelli Filho, 2008).

Além dos membros da família Souza Queiróz, também eram acionistas da Paulista outros produtores descalvadenses, entre eles Antônio Augusto de Bezerra Paes (1838-1892), José Rodrigues Penteados, Coronel Rafael Tobias de Oliveira (1832-1902), Valentim Tobias de Oliveira e o Dr. Manuel Batista da Cruz Tamandaré, genro do barão de Souza Queiróz; este último, aliás, doou o terreno onde foi erguida a Estação Ferroviária. Inicialmente foram construídos os armazéns de carga, de madeira, que abrigaram provisoriamente o terminal para passageiros. Em 1883 foi construído o prédio para o embarque e desembarque de passageiros, onde desceu a comitiva do Imperador D. Pedro II (1825-1891) e da Imperatriz D. Teresa Cristina (1824-1889), em 1886, em visita às principais cidades do interior paulista. No início do século XX a Estação recebeu reformas que lhes deram as feições atuais, com traços ecléticos de origem inglesa (Giesbrecht, apud Silva, 2011).

PRODUÇÃO DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO EM ARROBAS (1886-1907)

Fontes: Parecer da Comissão Central de Estatística de 1886 (apud De Marco, In Kastein (1996); Livro do lançamento do imposto de café (1893-1906). Câmara Municipal de Descalvado.

1886	400.000	1896	648.020	1900	222.900	1904	497.835
1893	281.250	1897	610.000	1901	784.050	1905	404.000
1894	648.440	1898	746.550	1902	623.156	1906	1.127.080
1895	469.805	1899	517.216	1903	473.013	1907	272.346



#### FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA PAULISTA responsáveis pela limpeza dos trilhos e das margens da ferrovia, no início do século XX

Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

No dia 14 de dezembro de 1902, era festivamente inaugurada a iluminação elétrica. A usina fornecedora de energia localizava-se hoje no bairro do Butiá no Ribeirão Bonito, obra do Engenheiro Emilio Kuntgen. Com grande festejo, Descalvado comemorou a substituição dos poéticos lampiões pela luz maravilhosa. Alvorada com queima de uma bateria de 21 tiros, a doação de 1.500 litros de chope aos munícipes e visitantes, trem especial até a Usina fornecedora, no bairro do Butiá, no Ribeirão Bonito, mais a queima de 2 baterias de fogos, uma defronte a Câmara Municipal e outra na então Praça 15 de novembro, hoje Barão do Rio Branco (Jardim Velho). Houve também concertos de bandas musicais, onde quatro corporações alegraram os festejos da intensa comemoração popular. Portanto há 91 anos Descalvado serve-se de luz elétrica e a conquistou quando ainda poucas cidades do Brasil a usufruíam, numa demonstração clara de sua importância naqueles tempos remotos.

Pelos festejos realizados para comemorar a inauguração da energia elétrica podemos imaginar o impacto dessa inovação para Descalvado, uma cidade de forte vocação agrária. Depois da energia elétrica vieram o telefone, em 1904, e o cinematógrafo, em 1910. A imprensa também prosperava: entre 1884 e 1927 foram abertos 28 jornais, a maioria de duração efêmera e ligados aos cafeicultores locais, como os Penteado, que chegaram a fundar quatro jornais nesse intervalo de tempo: O Descalvadense (1888), Gazeta do Descalvado (1892), O Movimento (1904) e o Correio do Descalvado (1906) (Kastein, 1996, 57). Uma cidade que na virada do século pretendesse se tornar moderna e civilizada não podia deixar de combater as heranças do passado, que eram consideradas sinais de vergonha e atraso. Entre elas estavam as manifestações culturais de origem colonial, consideradas retrógradas, e a prostituição. O jornal Cidade do Descalvado, em sua edição de 01 de janeiro de 1905, sintetizou a opinião da elite sobre esse tipo de comportamento:

*Parece-nos que os sambas não devem ser mais tolerados. Deve-se poupar às famílias o sacrifício de se perderem noites de sono, devido a algazarra infernal de pretos ebrios, de mulheres de vida alegre, os únicos apologistas do ridículo divertimento que tanto depõe contra o nosso estado de adiantamento.*

O trecho, embora curto, é muito elucidativo para compreendermos o clima da cidade no início do século XX. O samba, ritmo associado aos afrodescendentes, aparece como um símbolo de atraso que deveria ser combatido a todo custo por denegrir a imagem de cidade civilizada que a elite vinha procurando construir. Por outro lado, deixa claro que as benesses do café eram bastante restritas, não incorporando a população mais pobre e seus padrões culturais, considerados incivilizados e alvos de inúmeras



#### CASAS DE FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA PAULISTA, na rua D. Pedro II, ao lado da atual Diretoria de Cultura, antigo armazém da Companhia Paulista de Estradas de Ferro Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

Mas os cafeicultores descavadenses não estavam satisfeitos. Para que o café chegasse até a estação ainda tinham que se utilizar das ultrapassadas mulas e carros de boi, principais responsáveis pelo transporte do café das fazendas até a Estação Ferroviária. Com o intuito de resolver esse problema e dinamizar o transporte do café para a cidade, reuniram capital e instalaram um trem de bitola estreita que saía da região da Aurora, na porção sudoeste do município, passava próximo ao Salto do Pântano, percorria várias fazendas e, por fim, chegava na estação de Descalvado (Guidini, 2011).

A chegada do trem atendia diretamente aos interesses dos cafeicultores que teriam agilidade e segurança no transporte do café das fazendas até o porto de Santos. Além disso, o acesso à capital provincial e a outros centros comerciais foram facilitados. Uma viagem de trem, entre Descalvado e a capital, levava oito horas, no máximo, enquanto no tempo das tropas de mulas esse tempo prolongava-se por uma semana. A administração das fazendas tornou-se mais eficiente à medida que os proprietários podiam deixar a administração das fazendas na mão de terceiros, podendo supervisioná-las à distância e mais próximos aos centros de decisões políticas.

A cidade também recebeu outras inovações tecnológicas que trouxeram conforto e reforçaram seu ingresso na modernidade do início do século XX. Uma das mais entusiásticas inovações desse período foi a chegada da energia elétrica na cidade. Segundo Kastein (1996, 58):

#### FESTEIROS DO NATAL EM 1922

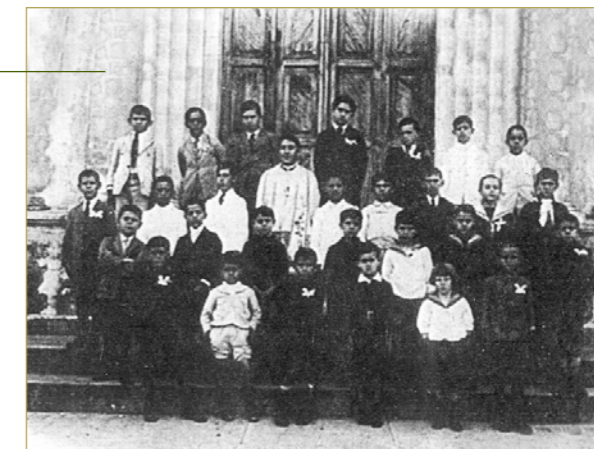
Todo ano a paróquia de Nossa Senhora do Belém escolhia jovens e meninos locais para auxiliarem nos preparativos da festa do Natal

Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

tentativas de controle por parte do poder público (Pratta, 2002). Além da preocupação com a saúde, também era importante tornar a cidade mais bela e atraente. Com esse intuito a praça que outrora havia abrigado um antigo cemitério passou por uma reforma, em 1900, com a instalação de um coreto, de um chafariz e do plantio de quatro figueiras nas suas extremidades, que até hoje são os seus maiores símbolos. Era a concepção, na época, de um Passeio Público, como já ocorria nas maiores cidades do país. Esses três elementos eram marcas características das reformas urbanas realizadas nas principais cidades brasileiras e que procuravam inspiração na moderna Paris da Belle Époque, na virada do século.

No final do século XIX, o município foi assolado por uma epidemia de febre amarela. A essa altura os médicos sanitaristas apontavam que doenças como essas eram em grande parte causadas pela falta de saneamento básico, o que motivou as autoridades locais a implantarem algumas reformas de ordem sanitária e de saúde pública. A primeira delas foi levar água encanada até as casas, uma vez que os moradores tinham que se servir de poços, bicas públicas ou diretamente de ribeirão, na maioria das vezes sem as mínimas condições de higiene. Os debates em torno da questão se acirraram na Câmara Municipal a partir dos grandes surtos de febre em 1889 e 1893. O óbito de dezenas de pessoas levou a indicação do engenheiro dr. Domingos Maria de Oliveira Roxo para levantar a planta da cidade e estabelecer o serviço de abastecimento de água e a rede de esgotos. As obras de canalização de água se iniciaram em 08 de Janeiro de 1896 e a entrega da obra ocorreu dois anos depois. A rede de esgoto só foi finalizada em 1912 (Betarello; Betarello, apud Kastein, 1996).

A fundação do Cemitério Municipal, em 1893, também deve ser entendida dentro das tentativas de conter as epidemias e doenças decorrentes da falta de higiene. Os antigos Campos Santos, localizados no Jardim Velho e na atual Praça Santa Cruz das Al-



mas já estavam lotados e abandonados, além do governo local querer assegurar que os mortos não fossem mais enterrados nas fazendas ou nas igrejas, como era comum naquela época. Ademais, a Constituição Republicana de 1891 separava oficialmente o Estado da Igreja Católica, o que garantia que mesmo pessoas que não fossem de confissão católica tivessem assento nos cemitérios, o que não ocorria no tempo do Império, quando a religião católica apostólica romana era oficial no país. Para atender aos doentes de famílias pobres e dos imigrantes recém ingressos, os cafeicultores e comerciantes descavadenses, com o apoio das autoridades municipais, resolveram reunir esforços para fundar a Santa Casa de Misericórdia local, a exemplo do que já ocorria nas maiores cidades do Brasil desde o período colonial. De origem portuguesa, nascida na Idade Média, as Associações da Misericórdia eram entidades caritativas que socorriam doentes pobres, aleijados, mutilados de guerra, órfãos e crianças abandonadas. Na versão brasileira, a Santa Casa era, sobretudo, um hospital, um local de cuidados com os doentes sem recursos. Para os que possuíam melhores condições, era um sinal de progresso. Para os remediados, ir para a Santa Casa era estar com o pé na cova, como se dizia na época, com grandes chances de falecimento eminente. Em 02 de junho de 1895 os estatutos da instituição foram aprovados e sua construção se iniciou imediatamente, em terreno doado pelo comerciante Francisco de Paula Carvalho (1842-1896), que também se responsabilizou por angariar fundos e dirigir a obra. O prédio serviria para confinar o grande número de pacientes assolado pelas epidemias, uma vez que as famílias abastadas tinham condições de tratar dos seus enfermos no próprio domicílio. Prédio imponente, a arquitetura suntuosa para a época contrastava com a precariedade dos tratamentos e a falta constante de médicos no interior.

**LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL** da reforma da Igreja Matriz, no início do século XX. Observa-se, à direita, o coreto de madeira que existia, primitivamente, bem próximo ao prédio, muito antes do coreto de alvenaria, construído posteriormente mais no meio da praça  
Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

# MARZENARIA DA FAZENDA

## FAZENDA SANTANA DO MONTE ALEGRE

Com o desejo de reconstruir a antiga tulha de café, sem tanta intervenção na estrutura original, os proprietários desta fazenda contrataram um grupo de marceneiros para restaurar móveis e recuperar o madeiramento. Nascia assim a Marcenaria da Fazenda... Em 1994 iniciou-se a restauração da tulha de armazenagem de café, do século XIX, em ruínas. A partir daí, a obra ganhou tal proporção que foi necessário criar uma marcenaria no interior da gleba, que trouxe de volta a utilidade e a beleza de vigas, pilares, assoalhos, esquadrias e escadas. Além disso, foram produzidos novos armários, guarda-corpos e até parte da caixilharia. Depois dessa obra minuciosa, a velha tulha se tornou a menina dos olhos da família. Uma vez terminada a restauração, ela passou a ser a casa principal

dos proprietários. Da incansável dedicação de uma família em manter viva a memória de uma construção, nasceu também a história da Marcenaria da Fazenda. Em 2005, a Marcenaria da Fazenda abriu as portas para terceiros. Uma das primeiras encomendas veio da designer



de móveis Claudia Moreira Salles. Ela pediu à equipe que produzisse a cadeira que seria usada pelo Papa Bento XVI em sua visita ao Brasil, em 2007. Com esse móvel, a Marcenaria da Fazenda ganhou notoriedade. O segredo, que hoje encanta designers e arquitetos, está na produção e no acabamento caprichado de itens como móveis, painéis, esquadrias e assoalhos executados pela equipe de marceneiros. Esses artesãos têm na destreza das mãos e na concentração da mente a receita para fazer cortes precisos na chapa de madeira, lixar superfícies que ficam tão lisas quanto uma folha de papel e produzir encaixes perfeitos. Embora tudo seja feito sob encomenda, a Marcenaria apresenta também uma coleção própria de móveis e objetos. O que começou para atender a um projeto particular vem se consolidando como uma marca de alta costura de madeira. Baseada no cuidado e no respeito, a Marcenaria lida com madeiras de reuso, madeiras de corte, sob supervisão do IBAMA, e madeiras certificadas pelo FSC - Forest Stewardship Council. As peças mais usadas são os assoalhos, por conta da versatilidade. Todo material fica organizado em galpões que o protegem da chuva e umidade. A família proprietária da fazenda, preocupada com questões de sustentabilidade, reservou uma extensa área para implantar um viveiro de mudas de manejo com espécies nobres e raras, tais como o Jacarandá da Bahia, Cabreúva e Peroba do Campo; foi à maneira que encontraram de retribuir à natureza a madeira usada no restauro da fazenda.



# OS TRILHOS E O PROGRESSO

## A COMPANHIA PAULISTA EM DESCALVADO

Por Leandro Guidini<sup>1</sup>

As lavouras cafeeiras de Descalvado foram aumentando a sua produção, com o passar do século XIX, tocadas pelos braços dos escravos de origem africana e, posteriormente, dos imigrantes europeus. Era o ouro verde que vinha dominando o sertão paulista, como se dizia na época. Grandes fazendas cafeeiras se estabeleceram por todo o território paulista, e Descalvado não foi exceção, tendo importantes unidades produtivas, tais como a Fazenda Graciosa, São Miguel, Monte Alverne, Santa Maria, Monte Olimpo, Bela Aliança, entre tantas outras. A produção do café paulista superava qualquer outra do Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Este foi um fato fundamental para o desenvolvimento das ferrovias paulistas, que, em sua maioria, não dependeram de incentivos governamentais profundos, pois as exportações de café justificavam qualquer investimento privado. No ano da chegada do trem em Descalvado, o núcleo urbano do município possuía 14 ruas denominadas e diversos estabelecimentos comerciais, inclusive pequenas indústrias de manufaturas, mantidas pelo comércio intenso com a população rural, que era a maioria. Nesta época, a transição da escravidão para o trabalho assalariado, somada ao começo da imigração, criava o cenário ideal que atraiu a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Este fato mudou por completo a vida da cidade e da região, que agora possuíam o moderno trem de ferro, ícone da tecnologia e do transporte da época. Era o fim das lentas tropas de muars e de bovinos, a extinção dos carros de bois, era o começo da inserção mais intensa do Brasil no mercado mundial, pois a chegada do trem, antes de tudo, era uma forma rápida de comunicação com a capital da província e o porto de Santos. Descalvado já não estava mais sozinha no grande sertão.

### O ramal Cordeiro-Descalvado

Com a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais, em 1868, seu primeiro trecho de linhas férreas foi

construído entre as cidades de Campinas e Jundiaí, em 1872, sendo esta última cidade a ponta de linha extrema da San Paulo Railway Company, companhia inglesa que fazia a ligação entre o porto de Santos e o interior. Estava assim garantida a integração entre as duas linhas, incrementando a expansão do trem de ferro rumo ao interior cafeeiro a partir de Campinas. A Companhia Paulista construiu a sua via seguindo os padrões da Inglesa, como era conhecida, na época, a San Paulo Railway: bitola<sup>2</sup> larga de 1,6 m, para facilitar o escoamento dos produtos, sem necessidade de baldeação, de mudança de trens, interligando o interior diretamente ao porto de Santos. A marcha do café pelo interior de São Paulo proporcionou o surgimento de diversas ferrovias cata-café, ou seja, pequenos ramais particulares que, aos poucos, iam sendo comprados e integrados, gradativamente, pela Companhia Paulista. No ano de 1876 a Paulista chegava à cidade de São João do Rio Claro, onde os trilhos da bitola larga encontravam os trilhos da Rio Claro Railway, ferrovia em bitola estreita de 1 m. Esta ferrovia já era de propriedade da Companhia Paulista, que, inicialmente, não via a necessidade de alargar a bitola, até porque o seu maior interesse no momento era prolongar a estrada de ferro até Ribeirão Preto, grande centro cafeeiro.

O local escolhido para este ponto de expansão foi entre Campinas e Rio Claro, em uma localidade denominada Cordeiros (atual município de Cordeirópolis). Esta estrada ficou conhecida, popularmente, como a Estrada do Mogy-Guassú. Em 1877 a Paulista abria o primeiro trecho, partindo de Cordeiros até a vila de Patrocínio das Araras; dali ocorreu um prolongamento até a vila de Manoel do Leme, em 30 de setembro de 1877, e em outubro de 1878 a ferrovia chegava à vila do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga. Em 1880 a linha atingiu a freguesia do Porto do Ferreira, então pertencente ao município de Bethelém do Descalvado, na mesma época em que a auto-

rização para cruzar o rio Mogi Guaçu, em direção a Ribeirão Preto, foi indeferida pelo Governo Provincial em favor de outra empresa, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Desde 1876 a Paulista já apresentava interesse pela vila de Bethelém do Descalvado. Em um relatório oficial da Companhia, deste mesmo ano, está destacado que:

*Ramal do Bethelém do Descalvado. Não foi também esquecido pela Directoria um outro trabalho tecnico, que lhe mostrasse a conveniência do ramal para o Bethelém do Descalvado, ponto de importância pela florescente lavoura que ali se desenvolve. Mandou que sobre o terreno se fizesse o exame que consta da penúltima parte do relatório do mesmo Engenheiro Chefe (...).*

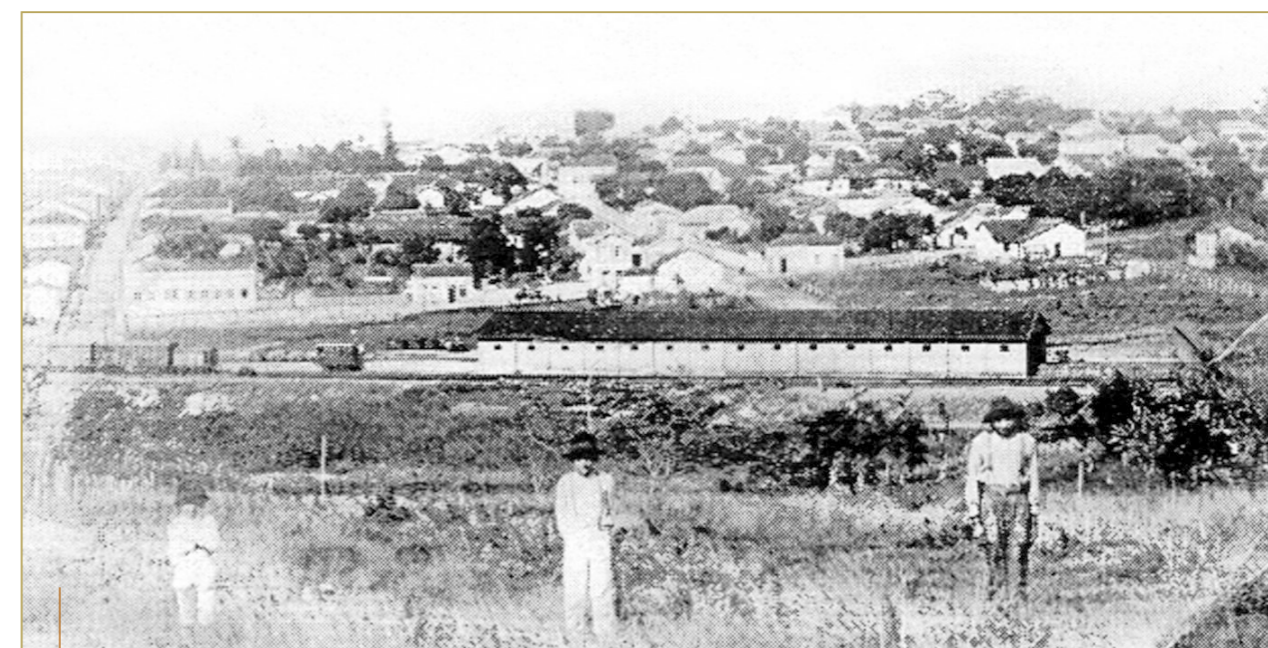
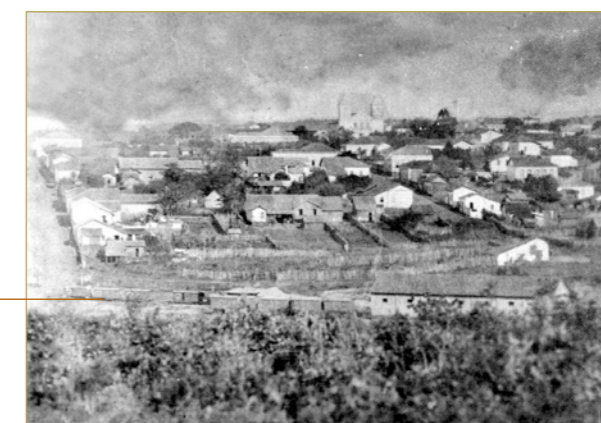
Em Porto do Ferreira, a linha da Paulista, dada a interdição do prolongamento até Ribeirão Preto, foi então desviada para sudoeste, atingindo a vila de Bethelém do Descalvado no final de 1881. A Paulista possuía, nessa época, sua linha principal, seu tronco central, portanto, entre Jundiaí e Descalvado, com um pequeno ramal entre Cordeiros e Rio Claro, além das suas extensões em bitola estreita para frente desta cidade. Em 1916 começou o prolongamento da via férrea além das cidades de Rio Claro e de São Carlos, na linha da antiga ferrovia Rio Clarense, o que fez com que o novo trecho fosse considerado como novo

*NESTA FOTO DE 1895, uma das mais antigas da cidade, nota-se o armazém primitivo de Descalvado. Nele foi abrigada a primeira estação, tanto para cargas como para passageiros. No canto esquerdo observam-se os pequenos vagões do primitivo ramal*

tronco, posteriormente o seu tronco principal, deixando assim o percurso entre Cordeiros e Descalvado como um ramal, que ficou ativo para trens de passageiros até 1976.

### A ferrovia em Descalvado

Construída em terreno doado por Manoel Baptista da Cruz Tamandaré<sup>3</sup>, proprietário das terras da fazenda Boa Esperança<sup>4</sup>, na parte oeste da então comarca de Bethelém do Descalvado, começou a ser erguida em 1881 o armazém de cargas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais. À frente da obra ficou o subempreiteiro José Pera. Os tijolos vieram de olarias da região de Pirassununga: este primeiro armazém, ainda pequeno, abrigava também as instalações para o serviço de passageiros. Um grande armazém, construído com o padrão arquitetônico



*FOTO TIRADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1920*

*Observa-se o armazém antigo, já ampliado, mas ainda com suas feições originais, com os vagões entrando nele para o carregamento*

<sup>1</sup> *Leandro Ottoni Guidini, paulistano, é formado em mecânica industrial e trabalha como maquinista de locomotivas a vapor, restauração e preservação ferroviária. Participa de inúmeras entidades preservacionistas da memória ferroviária do Brasil e, em especial, do Estado de São Paulo. Praticante de ferromodelismo – coleção de trens em miniatura. As famílias de seus avós, Franzini e Guidini, são de Descalvado. Atualmente é maquinista de uma locomotiva Maria Fumaça na Estrada de Ferro Perus-Piraporã, na Grande São Paulo, pequeno ramal restaurado que realiza viagens voltadas para o ecoturismo e atividades culturais.*

<sup>2</sup> *Distância entre os trilhos de acordo com as dimensões da composição (locomotiva e vagões).*

<sup>3</sup> *Manuel Baptista da Cruz Tamandaré, grande cafeeiro, era casado com Carolina de Souza Queiróz Tamandaré, filha dos barões de Souza Queiróz, neta do senador Nicolau de Campos Vergueiro. Família numerosa, cinco irmãos de Carolina possuíam fazendas em Descalvado na época. Eram elas: fazenda Palmeiras; fazenda Jaguarandi; fazenda Bela Aliança; fazenda Santa Maria; fazenda Iboara e fazenda Ibijuba*

<sup>4</sup> *Posteriormente denominada fazenda Tamandaré, atualmente é a fazenda Santa Isabel.*

*NA DÉCADA DE 40, o armazém já possuía as feições atuais. Destacam-se a cobertura metálica e a plataforma para cargas*

da Companhia Paulista, com os vagões entrando literalmente no prédio. A inauguração deu-se neste armazém no dia 7 de setembro de 1882, com grandes festejos e a presença de toda a sociedade descalvadense, os políticos, diretores e autoridades da Paulista, que vieram com o comboio ferroviário. O trem foi recebido com foguetes e as bandas marciais Santa Cecília e Recreio da Mocidade, representantes, respectivamente, do Partido Liberal e do Partido Conservador. Foram feitos discursos sobre a importância do transporte ferroviário para a cidade: era o fim das tropas de muires, longas e penosas, era o começo de um progresso promissor. As festividades adentraram a noite, sendo oferecido um banquete a todos os presentes no Clube da Lavoura e do Comércio. À noite a Sociedade Dramática Aurora apresentou uma de suas peças. Ao fim dos espetáculos e festejos o comboio ferroviário retornou com o encerramento das festividades de inauguração da era ferroviária em Descalvado.

O aumento da produção de café do município fez com que este armazém fosse ampliado anos mais tarde, mas ainda mantendo o seu padrão, com os vagões entrando em suas dependências, e não ficando encostados ao seu lado. O armazém ainda é o mesmo que está lá atualmente. Na década de 1910, a Estação sofreu uma pequena reforma, assim como o armazém: para aumentar ainda mais sua capacidade de cargas, a entrada dos vagões no armazém foi fechada e uma plataforma foi construída externamente, dando uma característica peculiar ao conjunto. Fora feita uma cobertura metálica com telhas de zinco sobre esta plataforma. O



armazém servia tanto ao Trenção como ao Trenzinho, bitola larga e bitola estreita respectivamente, cada um estacionando de um lado do armazém, sendo que o Trenzinho tinha os seus trilhos ao nível do solo, sem precisar da plataforma para a descarga do café. O armazém passou por poucas reformas desde a sua construção, entre 1881 e 1882. É o prédio ferroviário mais antigo da cidade. Com o fechamento da ferrovia, foi utilizado como um entreposto de frutas e verduras por muitos anos, até ser restaurado e transformado em um centro cultural.

### A estação de passageiros

O primeiro prédio da estação foi entregue em 1883, tendo somente uma plataforma. No ano de 1886, recebeu a visita do imperador Dom Pedro II (1825-1891), da imperatriz Dona Teresa Cristina (1822-1889) e uma pequena comitiva. Foram recebidos com festejos pela população, permanecendo na cidade por algumas horas. Com a construção do ramal da Aurora, efetivada toda com capital dos fazendeiros da região, em bitola de 60 cm, o prédio sofreu uma reforma. Uma nova plataforma para o Tren-



*A ESTAÇÃO NOS ANOS DE 1910, com os cedros ainda novos à sua frente. Avistam-se as duas plataformas, e ao fundo, dois depósitos, um para a bitola larga e o outro para a bitolinha*

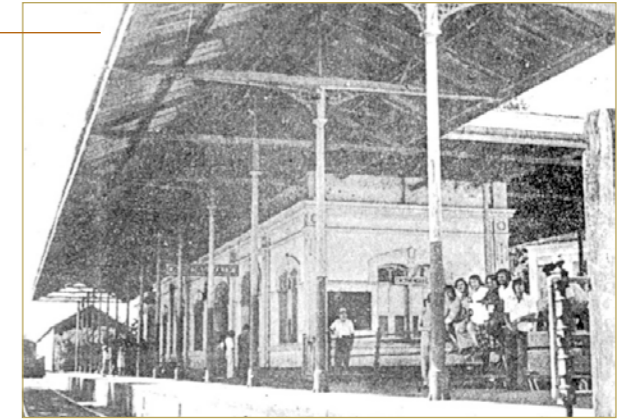
*ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NA DÉCADA DE 70, nota-se, ao fundo, o barracão. A Estação possuía outro depósito, idêntico, ao lado*  
Foto de Ricardo Carandina

zinho da Aurora foi construída em sua ala leste. Esta reforma foi entre 1889 e 1891. Na década de 1910 a Estação sofreu uma nova intervenção, o que lhe garantiu as feições que permanecem até os dias atuais. É uma bela estação em estilo neoclássico, com 80 metros de plataforma da bitola larga, que era usada pelos trens maiores, e 42 m para a bitola estreita, a do Trenzinho. Todo o prédio possui 30,5 m de comprimento por 6,5 m de largura. Este prédio abrigava a sala do chefe da estação, serviços de correios e telégrafos, a sala de bagagens, a bilheteria e a sala de senhoras, com seu banheiro. Possui um hall de entrada com dois grandes arcos trabalhados nas portas. Para quem entra pela antiga plataforma do Trenzinho, à sua esquerda está a sala de bagagens e o quadro de avisos; à direita estão os guichês do telégrafo, a bilheteria e a porta para as repartições da ferrovia. À frente há um pequeno balaustre de madeira que separava quem ia embarcar no Trenção dos acompanhantes. Para as mulheres, havia sempre uma sala reservada, com cadeiras confortáveis e mesa de centro, ambas de madeira, e um banheiro próprio, bem limpo e higienizado. Para os homens, haviam os bancos de ferro na plataforma, com acentos de ripas de madeira de lei. Na parte metálica dos móveis aparecia o emblema CP, Companhia Paulista, envolto em ramos de café estilizados. Um pequeno prédio, separado do corpo central, mas dentro do espaço da cobertura metálica, abrigava o banheiro masculino: sem muito luxo, com privadas individuais, afixadas no chão, daquelas que se faz uso agachado, comuns na época. Toda a gare da cobertura é feita com estrutura mista, com muita madeira de lei, principalmente pinho de Riga e cabriúva, formando as tesouras. Os postes possuem uma mão francesa, fundida com temas circulares em forma de adorno. Toda a Estação é coberta por telhas de zinco que cercam todo o prédio e as suas plataformas. Seis cedros foram plantados à frente da plataforma para criar uma agradável sombra.

Existiam dois barracões ao fundo da estação, um servindo ao ramal da Aurora e o outro servindo a bitola larga da Companhia Paulista. Nestes barracões as composições pernoitavam e os carros de passageiros eram limpos e reabastecidos de água. Eventualmente um pequeno reparo era efetuado. As locomotivas também pernoitavam neste barracão. Os barracões eram grandes e construídos internamente com trilhos para a locomoção dos vagões e locomotivas; a cobertura era de telhas de barro do tipo francesa e, suas laterais, revestidas de telhas de zinco, com janelas de madeira para a iluminação. Era pintado de cinza com o rodapé externo em óxido. Os dois barracões foram demolidos na década de 80, após o término do funcionamento da ferrovia.

Havia também um girador para as locomotivas no pátio, existente até os dias atuais. Ele é da marca Ransomes & Rapier Ltda., de 1901. É um girador com as duas bitolas embutidas, a

*CASA DO CHEFE DA ESTAÇÃO, vista da plataforma*  
Foto de Leandro Guidini, 2008



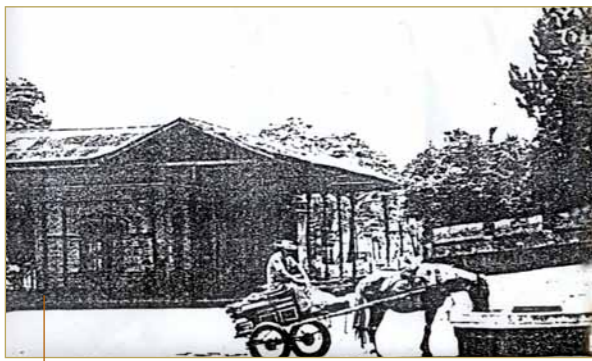
*O GIRADOR e suas duas bitolas embutidas*  
Foto de Leandro Guidini, 2008

larga, de 1,6 m, e a estreita, de 0,6 m. Grande, possui aproximadamente 20 m de diâmetro.

Ao redor da Estação, fechando o conjunto arquitetônico, há outros quatro pontos importantes: a casa do chefe da Estação, a Casa de Turmas, o Hotel dos Viajantes e o bebedouro de animais. A Casa do Chefe é uma grande casa, para os padrões da época, situada ao lado da Estação. Com muitos cômodos e um belo terreno com jardim, tem sua entrada independente, na rua, e uma escadaria que termina na plataforma da estação, facilitando para o chefe a entrada e a saída de casa para o trabalho. No terreno da casa está a caixa d'água que abastecia as locomotivas a vapor, mantendo-se bem conservada. A casa sedia, atualmente, a Escola Municipal de Música "Maestro Quique Todescan". O prédio que servia como Casa de Turmas da conservação da ferrovia funciona, atualmente, como uma residência. Ao seu lado está o prédio do Hotel dos Viajantes, propriedade da fa-



*A CASA DE TURMAS à direita, e o Hotel dos Viajantes na esquina, logo acima*  
Foto de Leandro Guidini, 2008



*O BEBEDOURO EM USO, na década de 70*

mília Landi Cabianca. Ainda é possível dormir no hotel no esquema *bed and breakfast*<sup>5</sup>. O bebedouro de animais tem uma história interessante, bem curiosa, por sinal. Em sua inauguração, em 1948, o vereador autor da indicação para a sua construção, na cerimônia de inauguração, em um dado momento, tomado de emoção, chamou todos e, com as mãos, bebeu uma golada da água do bebedouro e disse “Está inaugurado o bebedor de animais” (Kastein, 2001). As gargalhadas foram mais intensas que o barulho dos fogos e da banda de música.

Com o fim da ferrovia, durante vários anos a Estação ficou abandonada e entregue aos andarilhos e mendigos da cidade. O pátio ferroviário foi tomado pelo mato e pelo lixo, mas manteve seus trilhos até 1996, quando estes foram definitivamente arrancados. Diferentemente do armazém, a estação não foi utilizada, durante este período, e chegou a ter suas portas lacradas com blocos de concreto. Esta fase de interdição do local durou até o ano 2000, quando a Estação Ferroviária passou por uma restauração. O prédio da Estação, no momento, sedia o Departamento de Turismo, ligado à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo – SELT. O armazém de cargas também foi restaurado e, atualmente, abriga o Departamento de Cultura, ligado à Secretaria

*A ESCADARIA DE ACESSO à plataforma da Estação e a caixa d'água*

<sup>5</sup> Pernoite e café da manhã.

*O PÁTIO, a Estação Ferroviária e o armazém abandonado*



*A ESTAÇÃO e o armazém já reformados*  
Foto de Leandro Guidini, 2003



ria de Educação e Cultura - SEEC, e o Cine Teatro Estação.

### A estação do Butiá

A Estação do Butiá, na zona rural do município, era um prédio pequeno que abrigava, em uma sala, os serviços da ferrovia, outra parte para o armazém de cargas e o restante do prédio era a moradia do chefe da estação. Era a estação mais nova e foi a de vida mais curta de todo o ramal. Foi construída pela iniciativa da família Colussi, que doou o terreno para a Companhia Paulista construir a estação. Com o contínuo aumento da produção do café da região de Descalvado, o armazém da estação principal já não comportava mais a demanda. A estação do Butiá veio para desafogar esta demanda. Foi entregue em 15 de dezembro de 1920 e teve vida curta, durando somente cinquenta e seis anos. Foi desativada com a passagem do último trem de passageiros, em 1976. Os moradores do bairro rural reclamaram muito do fechamento, mas foi inevitável. Em 1986 já estava em estado de total abandono, como consta no relatório da FEPASA S/A. Foi demolida logo em seguida. A plataforma ainda está no mesmo lugar, no pequeno vilarejo, que leva este nome por causa de uma frutinha típica da região de cerrado. Atualmente toda a região é formada por algumas fazendas e sítios resultantes do desmembramento das antigas propriedades. Muitas eram as festas, na ocasião, nas quais os trens especiais eram cedidos pela empresa, mediante pedido da população local, para transportar o grande fluxo de pessoas. A estação sempre foi de vital importância para a localidade: nela encontravam-se os serviços de correios e telégrafos, além da conexão com os trens que transportavam comerciantes e fazendeiros para São Paulo e os estudantes que se dirigiam para Descalvado ou para a Escola Normal da cidade de Pirassununga. Existia, inclusive, o “vagão dos normalistas”, reservado para os estudantes que, pela manhã, dirigiam-se para Pirassununga e, ao final da tarde, retornavam para Descalvado.

### Os trens de passageiros

Os trens de passageiros, em Descalvado, circularam por noventa e quatro anos, entre 1882 e 1976. Havia a opção de tomar um trem direto, da estação da Luz, na capital paulista, até



*A ESTAÇÃO COM O TREM*  
Foto de José Pascon Rocha, em 1975



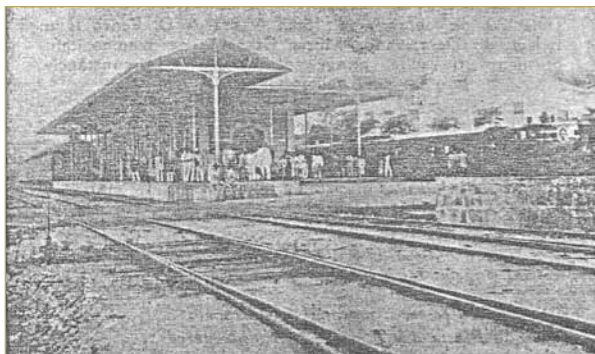
*O DÍSTICO DA ESTAÇÃO, com suas janelas fechadas*

Descalvado, pela manhã, ou tomar um expresso que passava por Cordeiro (atual município de Cordeirópolis), para baldear nesta estação, tomando outro trem até Descalvado, pela tarde. Na volta seguiam as mesmas opções. O trem direto partia da Luz com nove carros de passageiros. Estes carros iam parando ao longo do caminho: nas estações de Nova Odessa (para o ramal de Piracicaba) e de Pirassununga (para o ramal de Santa Veridiana), chegando em Descalvado com apenas três carros, sendo um bagageiro, um carro de primeira classe e um de segunda classe. O trem da baldeação, à tarde, era menor: saía de



*TREM ESTACIONADO na plataforma de Descalvado*  
Foto de José Pascon Rocha, em 1975





*OTRENZINHO DA AURORA, em frente à antiga sede da Fazenda São Miguel, em 1956*

dade, com certo comércio, incluindo um armazém de secos e molhados. Além das estações, havia pequenas paradas em algumas fazendas de café, como a de Jacyntho Penteadado, com uma plataforma de vinte e oito metros de extensão, e a da Fazenda São Miguel, com cento e dois metros de extensão.

A ferrovia foi comprada pela Companhia Paulista em 20 de março de 1891, com escritura lavrada no Livro de Notas do 2º Tabelião da Capital do Estado de São Paulo, Dr. Estevam Leão Bourroul, número 87, folha número 49. O valor de compra foi de 28:000\$000 (vinte e oito mil contos de réis). O inventário da ferrovia, nessa época, trazia as seguintes informações:

*Quatorze quilômetros de via permanente, além de chaves, desvios e triângulo. Duas casas de Estação. Duas Ditas de armazém. Uma dita para depósito de material rodante. Uma dita para emprega-*

#### **PARTIDA DOTRENZINHO DA AURORA**

*Acervo da Câmara Municipal de Descalvado*

*dos no ponto terminal. Uma dita para o pessoal de conservação. Uma caixa d'água. Uma linha telephônica com três aparelhos. Duas locomotivas. Cinco vagões de carga. Três vagões de lastro. Dous vagões de passageiros. Quatro quilômetros de trilhos com chapas e parafusos. Uma machina para ferro. Um torno com mesa. Quarenta e duas cepas de ferro. Trinta e cinco mancaes usados. Sete caixas para mollas. Oito ditas para graixa. Dous macacos, um de madeira e outro de ferro. Vinte e um pares de rodas. Quinze ditos usados. Uma caixa de grampos. Dous trolys para uso da conserva. Duas mesas para prensas. Duas prensas para copiar. Duas mesas com armário. Dous lampeões para mesa. Dous ditos de signal. Doze cadeiras austríacas. Dous relógios de parede. Dous espanadores. Dous lavatórios com bacia e jarro. Tres cassambas. Quatro bancos para a plataforma. Quatro balanças decimaes, duas grandes e duas menores. Dous fogões econômicos. Livros e acessórios para tráfego.*

O trenzinho partia em dois horários diários, um pela manhã e outro pela tarde, levando, em média, 50 minutos de viagem até a Estação da Aurora. Partia de Descalvado às 7 horas, retornando para esta Estação às 9 horas e 50 minutos, com nova partida às 15 horas e retorno às 17 horas e 50 minutos. A formação do trem era de um carro de correios e bagagens e um outro carro composto, com a primeira e a segunda classe juntas, lotação para 8 passageiros de primeira classe e 18 de segunda. Sua oficina de manutenção era localizada em Descalvado e o depósito de carros de passageiros na Aurora.

A Companhia Paulista operou esta ferrovia, oficialmente, desde 20 de março de 1891 até março de 1960, seguindo a autorização dada pela Inspeção de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, publicada em Diário Oficial de São Paulo na data de 2 de fevereiro de 1960. Foram sessenta e nove anos de serviços prestados. Com o declínio da produção cafeeira o ramal foi mantido ainda pela cana-de-açúcar, pelo transporte de leite e pelo acesso dos passageiros aos distritos rurais mais distantes. Esse quadro, com o tempo, levou a ferrovia a um contexto deficitário crescente, sendo que a renda já não justificava o alto custo de manutenção do equipamento. Nesta época, já com o êxodo rural aumentando e o avanço do transporte rodoviário, o trenzinho da Aurora estava fadado à extinção: os trilhos foram arrancados e seus materiais vendidos<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Agradecimentos especiais a Rafael Corrêa, Rodrigo Cabedro, Thomas Corrêa e Karin Bizarro.

# EUCLIDES DA CUNHA

UM DESCALVADENSE DE PASSAGEM

Vizinha da fazenda Lagoa Alta e da fazenda Lageado, na porção sudoeste do município de Descalvado, fronteira com São Carlos, existia no início do século XX a fazenda Trindade. Esta nomenclatura não é mais utilizada, até porque, depois do seu desmembramento, partes desta fazenda acabaram por pertencer à jurisdição de São Carlos. A fazenda Trindade era propriedade, entre o final do século XIX e o início do XX, do baiano Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, pai do escritor Euclides da Cunha (1866-1909).

Euclides Rodrigues da Cunha nasceu em uma fazenda no atual município de Cantagalo, então província do Rio de Janeiro. Sua mãe, Eudóxia Alves da Cunha, faleceu quando ele tinha três anos de idade. Terminado os estudos elementares, ingressou na Escola Politécnica da capital imperial, em 1885, mas acabou por abandoná-la. Em 1886 passou a cursar a Escola Militar da Praia Vermelha, preparando-se para ser oficial do exército. Republicano convicto, provocou um incidente em 1888: o Ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho, passava as tropas da escola em revista, quando o jovem Euclides lançou-lhe a espada aos pés. Apesar das justificativas das autoridades escolares, que o jovem estava exausto e, por isso, na verdade teria derrubado acidentalmente a arma, o argumento não foi aceito: o estudante foi expulso do colégio. No ano seguinte, com a proclamação da República, é reincorporado.

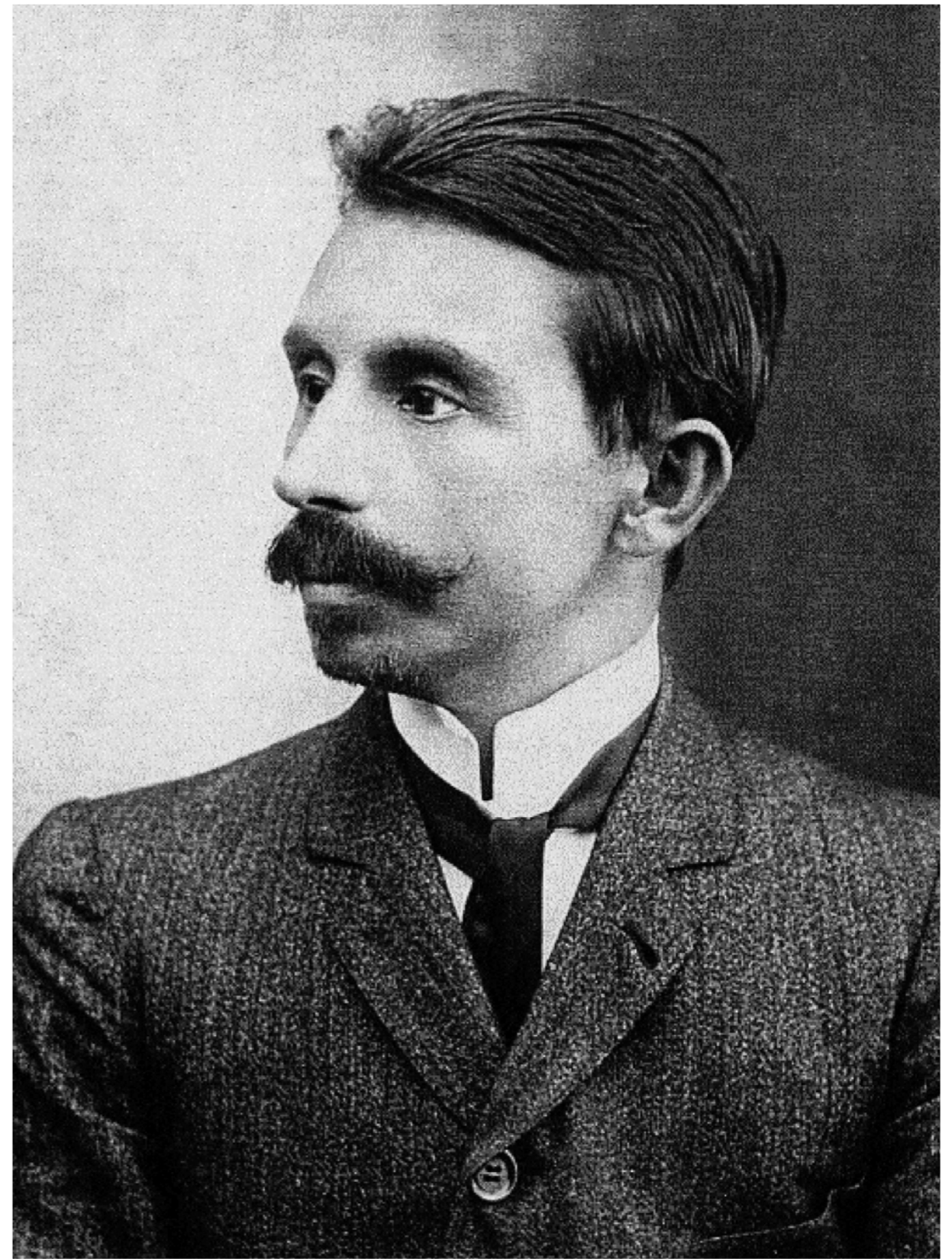
Em 1891 conclui os seus estudos na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Formou-se em Matemática. Na condição de militar e com os seus conhecimentos de engenharia, apesar de não graduado na área, acompanhou a construção de ramais ferroviários, pontes e prédios públicos em muitas regiões do país. Residiu por alguns anos em São José do Rio Pardo, São Carlos e Lorena, no interior paulista. Como as viagens eram muitas, sua família comumente ficava na fazenda Trindade, em Descalvado.

**Notas.** Acha-se neste município, na propriedade agrícola de seu pai, o Sr. Pimenta da Cunha, o Dr. Euclides da Cunha, ilustrado homem de letras

e membro da Academia Brasileira (Correio do Descalvado, 18/08/1907, 2).

Em 1897 Euclides da Cunha foi representante do jornal O Estado de São Paulo na campanha de Canudos, conflito entre a população sertaneja do interior baiano, liderada por Antonio Conselheiro e considerada simpatizante da monarquia, e as tropas federais. A partir dos relatos sobre o conflito, foi publicada a sua principal obra, Os Sertões, editada pela primeira vez em 1898. Em São José do Rio Pardo, Euclides da Cunha supervisionou a construção de uma ponte metálica; a historiografia atribui a este período a redação do texto de sua principal obra. Neste aspecto, entretanto, há controvérsias. Um artigo de Mathias Arrudão, publicado no Estado de São Paulo em 19 de maio de 1948, fundamentado em depoimentos da viúva do escritor, Anna Emília Ribeiro, afirma que a maior parte do texto foi escrito em Descalvado, tendo em vista os longos períodos em que a família aqui permanecia. Em 15 de agosto de 1909, no Rio de Janeiro, o escritor faleceu, alvejado por tiros em um confronto com o militar Dilermando de Assis, suposto amante de sua esposa. Após a morte do escritor, Dilermando de Assis foi absolvido, sob a alegação de legítima defesa. Dilermando e a viúva de Euclides da Cunha casaram-se posteriormente e viveram juntos durante alguns anos. A imprensa de Descalvado também noticiou amplamente o fato:

**Filozofando.** A notícia da morte do eminente homem de letras e cientista Euclides da Cunha foi um pregão de dor lançado ao Brasil todo. (...) Tive a fortuna de conhece-lo e com elle tratar por algumas horas aqui no Descalvado, há muitos annos, bem antes da publicação do seu melhor livro – “Os Sertões”. (...) Um pouco mais de reflexão teria reduzido aquella horrorosa tragédia a um simples drama de lar sem originalidade e sem a dolorosa e impreenchível perda para as letras brasileiras. Incontestavelmente o divórcio faria, nesse cazo, o efeito de uma salvadora modificação. (...) (O Descalvadense, 22/08/1909, 1).



EUCLIDES RODRIGUES DA CUNHA

Por George Huebner

# A EDUCAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA

## DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS AO GRUPO ESCOLAR

Por Marco Antonio Pratta<sup>1</sup>

Durante todo o período colonial brasileiro, por mais de três séculos, não havia uma legislação clara e definida a respeito do funcionamento de escolas. Tal como no reino português, a maioria das salas de aula e colégios estava em mãos da Igreja Católica, inicialmente com as ordens e congregações religiosas masculinas que se dedicavam ao ensino. Entre esses agrupamentos, os mais atuantes na realidade brasileira, inicialmente, foram os jesuítas, os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas<sup>2</sup>. A "escola", como era chamada, tanto podia ser uma pequena sala em um convento ou no anexo de uma igreja, onde eram ministrados ensinamentos religiosos, como também um prédio próprio, geralmente nos centros urbanos maiores do litoral, ou até mesmo um pequeno cômodo em uma casa onde um "professor" ministrava alguns conteúdos. Cidades como Salvador (BA), Olinda (PE), Recife (PE), Paraíba (atual João Pessoa, PB), Rio de Janeiro (RJ), Angra dos Reis (RJ), São Sebastião (SP), Santos (SP) e São Paulo (SP) possuíam os seus colégios, nos quais os religiosos ministravam aulas de literatura grega e latina, humanidades (ciências naturais, história e geografia), história sagrada e filosofia.

Em parte, isto explica o fato de não existir a preocupação com a alfabetização na colônia. A escola não existia para o aluno aprender a ler e a escrever: o objetivo das aulas, no Brasil, era a preparação para eventos futuros. Não havia cursos organizados e muito menos uma sequência curricular de aulas; ao contrário, cada aluno, independentemente da idade, assistia às aulas por um tempo considerado suficiente por ele ou por sua família. Caso o jovem pretendesse ingressar em uma universidade europeia, o primeiro passo era prestar lá um exame de qualificação; se fosse aprovado, estava inscrito no curso, independentemente dos seus anos de escolarização (Cunha, 1986). Não existia, portanto, um sistema educacional propriamente dito. Muitos jovens, desta forma, cursavam o Ensino Superior sem nunca terem frequen-

tado uma escola elementar: como a frequência escolar não era obrigatória, se a família possuísse condições financeiras ela poderia educar os seus filhos em casa, com professores particulares. Muitos destes professores eram religiosos. Os príncipes filhos de D. João VI (1767-1826), por exemplo, assim que a Corte portuguesa instalou-se no Brasil, em 1808, ficaram sob os cuidados do frei Antônio de Arrábida (1771-1850), frade franciscano. Há muitos relatos de jovens que se tornavam graduados, geralmente em Direito, Medicina ou Filosofia, com dezesseis, dezessete e dezoito anos de idade: a escolarização não era pré-requisito para



**FREI ANTÔNIO DE ARRÁBIDA**  
S. A. Sisson, 1861

<sup>1</sup> Marco Antonio Pratta é graduado em Filosofia, Geografia e Educação. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (1998) - e Doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005). É professor no Ensino Médio, no Centro Universitário Central Paulista - UNICEP - São Carlos e na Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO - campus de Descalvado. É diretor de escola da rede estadual paulista, conveniado junto ao município de Descalvado, onde é, atualmente, Diretor da Divisão de Educação da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC.

<sup>2</sup> Companhia de Jesus (Societas Jesu), Ordem de São Bento, Ordem dos Frades Menores - OFM - e Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, respectivamente.

### O MARQUÊS DE POMBAL expulsando os jesuítas Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet, 1766

o ingresso em um curso superior. Eram doutores muito cedo! No período pombalino (1750-1777) ocorreu uma tentativa de retirar da Igreja Católica, em parte, o controle sobre a educação escolarizada. O marquês de Pombal (1699-1782)<sup>3</sup>, ministro do rei português D. José I (1714-1777), criou o sistema de aulas régias: aulas pagas pela Coroa, aulas reais, portanto, ministradas por pessoas letradas e com algum conhecimento na área em questão. A Companhia de Jesus foi proibida de lecionar, expulsa da colônia e, posteriormente, suprimida em todo o reino português. Os jesuítas perderam todos os seus colégios no Brasil, em 1759<sup>4</sup>, sendo substituídos, enquanto docentes, por padres de outras ordens religiosas e por cidadãos leigos tais como advogados, funcionários públicos e outros profissionais autônomos. Esta iniciativa passou a se constituir em uma espécie de padrão legal para as gerações futuras: qualquer pessoa letrada poderia ministrar aulas, independentemente da sua formação, desde que autorizado, motivo pelo qual, no Brasil, praticamente até quase o final do século XIX não existiam propriamente prédios escolares no país. Uma pessoa podia ministrar aulas, na sua casa ou em um prédio público, pago pelo Estado; este espaço, geralmente de um único cômodo, era chamado, sempre, de escola. Uma escola nada mais era que uma sala de aula! Qualquer um, portanto, poderia ministrar aulas, desde que autorizado. Com a independência política em relação a Portugal, em 1822, e a instalação, no ano seguinte, da Assembleia Nacional Constituinte, começaram as acaloradas discussões no Parlamento a respeito da necessidade de regulamentação e instituição de um sistema de educação pública para a jovem nação. As concepções muito divergentes a respeito do assunto, entre os senadores e deputados, é um retrato interessante da própria formação da cultura e da identidade nacionais. Enquanto o deputado pela Bahia, bispo D. Romualdo Seixas, afirmava que "é necessário que a mocidade brasileira saiba ler e escrever" (Xavier, 1980, 44) outro parlamentar, o deputado Pereira de Vasconcelos, por Minas Gerais, preocupado com a questão dos salários, argumentava que:

*A Nação não tem meios, nem eu acho necessidade de aumentar tantos ordenados a tantos mestres, porque os ordenados devem ser proporcionados aos avanços que os empregados fazem para desempenhar os seus deveres; este mestre não precisou ter consumido grandes cabedais para adquirir esses conhecimentos de que necessita; por isso não deve ser pago tão liberalmente (Xavier, 1980, 49).*

Em novembro de 1823 a Assembleia Constituinte é dissolvida a mando do imperador D. Pedro I. O país é dotado de uma Constituição, em março de 1824, a primeira de sua história, elaborada por um pequeno grupo de confiança do governo e outorgada,



aprovada sem votação, pelo imperador. O texto constitucional limitou-se a dizer que "a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos"<sup>5</sup> (cf. Xavier, 1980, 36). Os trabalhos legislativos são retomados apenas em 1826, com a reabertura do Parlamento. Os debates sobre o tipo de educação que a nação necessitava continuavam. Na sessão de 30 de agosto de 1827, em meio à polêmica sobre a educação das meninas, após um longo discurso do senador Visconde de Cayru a propósito da superioridade masculina, o Marquês de Caravellas arrematou: "as meninas não tem desenvolvimento de raciocínio tão grande como os meninos" (id., ibid.), o que justificaria a necessidade de criação, apenas, de escolas masculinas nas áreas urbanas. Em 15 de outubro de 1827 surgiu a primeira legislação educacional propriamente nacional: a Lei das Escolas das Primeiras Letras. Cada vila ou cidade deveria ter, no mínimo, uma escola masculina e uma escola feminina, ou seja, pelo menos uma sala de aula para cada sexo. Cabia às Câmaras Municipais de cada localidade cuidar das escolas, normatizando-as, e pagar os docentes nomeados pelo governo provincial. Os governos provinciais, ao contrário, cuidavam diretamente das chamadas escolas secundárias, atualmente correspondentes ao Ensino Médio, que só existiam nas maiores capitais, enquanto o governo central, a Corte, como era chamado na época, era o responsável pelo Ensino Superior. Os primeiros cursos de Direito e de Medicina<sup>6</sup> do país são abertos ainda no I Reinado (1822-1831). Este tipo de organização escolar criou três situações distintas, mas ao mesmo tempo complementares:

- As cidades ou vilas abriam, geralmente, apenas escolas masculinas, uma vez que não existia demanda para as escolas femininas. O número de analfabetos, no Brasil, ainda era maioria, particularmente entre as mulheres que, por uma questão cultural, não tinham acesso à escolarização até por imposições familiares, além do fato da maioria começar a trabalhar muito precocemente. Ademais, em algumas regiões metade da população era formada por escravos.

<sup>3</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo.

<sup>4</sup> Ao todo, os jesuítas, no Brasil, perderam 36 missões, 25 residências (conventos) e 17 colégios e seminários. Cerca de 500 religiosos desta ordem foram exilados, presos ou simplesmente retornaram para Portugal. Alguns foram mortos (Cunha, 1986).

<sup>5</sup> Constituição Política do Império do Brasil. Título VIII – Das Disposições Gerais e Garantia dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, art. 179, parágrafo 32.

<sup>6</sup> Os novos cursos são estrategicamente colocados ao Norte (Nordeste) e ao Sul (Sudeste) do país: Direito em Olinda, depois transferido para o Recife, e em São Paulo; Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro. Os cursos de Medicina surgiram junto a hospitais militares mantidos pela Marinha em zonas portuárias.

- A maioria das vilas do interior alegava que não possuía orçamento para manter uma escola funcionando. Quando isto ocorria, simplesmente a escola não era aberta.
- O governo imperial preocupou-se muito mais com os cursos superiores, haja vista a pressão das camadas dirigentes e mesmo das camadas médias pela escolarização neste segmento. As camadas populares, iletradas, dificilmente reivindicavam a abertura de escolas, até porque a sua primeira necessidade era a sobrevivência diária e não necessariamente a escolarização.

Durante todo o período monárquico brasileiro a maioria das cidades e vilas do interior possuía poucas escolas, além do problema crônico da falta de docentes. Muitas vezes, tal como na época colonial, qualquer pessoa poderia ser nomeada professor de uma escola (sala de aula) pública, dada a inexistência de cursos para a formação específica de professores. Muitas vezes, enquanto não aparecia uma oportunidade melhor, lecionava-se por certo período e, posteriormente, abandonava-se a atividade.

*Tudo falta! Não temos escola normal com exercícios práticos a par das aprofundadas preleções, onde os alunos se instruem e se adestrem no tormentoso encargo de Mestre das primeiras letras. Os vencimentos insuficientes não atraem aos concursos cidadãos com inequívoca aptidão. Nos exames, os cidadãos escapam a rigorosas provações – ostentam conhecimentos superficiais quase nulos. Diogo de Mendonça Pinto. Inspetor de Instrução Pública, 1858 (cf. Monarcha, 1999, 42).*

Em Bethelém (Belém) do Descalvado, município emancipado de São João do Rio Claro<sup>7</sup> em 22 de abril de 1865, através da Lei Provincial nº 72 (Kastein, 2001), a criação e a instalação da Câmara Municipal possibilitaram a criação das cadeiras de primeiras letras. Em 1867 são nomeados os dois primeiros professores públicos da localidade: João Baptista de Oliveira Santos, 26 anos de idade, e Manoel Leônico da Silva Amarante, 40 anos. O primeiro vai embora da vila em dezembro de 1870 e o segundo em janeiro de 1871. Antes deles, entre 1862 e 1864, Francisco José de Souza ministrava aulas no pequeno núcleo urbano, mas eram aulas particulares. São nomeados, em seguida, para substituí-los os professores José Ferraz de Arruda Sá, 52 anos de idade, casado, e José de Castro Pereira, 68 anos, viúvo. Em 18 de março de 1874 o professor José de Castro Pereira muda-se para Pirassununga, onde ocupa o cargo de agente do correio local. Os salários muito baixos obrigavam os docentes, muitas vezes, a procurarem outras ocupações, no serviço público ou na iniciativa privada. A Câmara nomeia, para substituí-lo, o professor Florêncio Fernandes de Oliveira que, em 12 de julho de 1874, pediu transferência para Santa Rita do Passa Quatro. A transferência é concedida em janeiro de 1875. Para a sua vaga é nomeada a professora Maria Josepha de Amorim, em 9 de fevereiro de 1875. A professora

**RUA BEZERRA PAES, em frente à praça Nossa Senhora do Belém**  
Acervo de Márcio Aparecido Zanatta

Maria Josepha, a primeira mulher que se tem registros a lecionar na vila, também enfrentava muitos problemas relativos aos seus vencimentos, como demonstra o registro abaixo:

*Exmo. Senhor. Não havendo nesta Coletoria fundos provinciais para pagamento dos meus vencimentos como professora pública desta Vila, e sendo dificultoso receber pelo Tesouro nessa Capital, peço a V. Excia. Ordem para se me fazer suprir o pagamento pela Coletoria Geral, dando a devida ordem para este fim aos senhores Inspetores o darem ao Coletor. Deus Guarde a V. Excia. Bethelém do Descalvado, 20 de Outubro de 1875. Ao Ilmo. e Exmo. Senhor Dr. Sebastião José Pereira – M. D. Presidente da Província. A Professora Maria Josepha de Amorim (cf. Kastein, 2001, 56).*

Paralelamente, em algumas áreas rurais os proprietários locais contratavam professores, esporadicamente, para o atendimento local. Em uma sala atendiam-se muitos alunos, em diferentes níveis de aprendizagem e de dificuldade. Há registros da contratação de Bernardino de Almeida Gouveia, na fazenda Santa Rita, em 1871, de Alexandre Boaventura de Castro, na fazenda do Figueiredo, entre 1872 e 1873, de Francisco José das Chagas, no Bairro das Araras, em 1872, José Quirino Ribeiro, no Quarteirão da Olaria, em 1875, e Carlos Augusto Gregório, na Fazendinha, em 1890.

Em maio de 1882, entre tantas nomeações e saídas de docentes do município, é nomeado professor de primeiras letras o senhor Olímpio Catão (1850-1908). Ele trás consigo a esposa, a também professora Maria Lourenço de Oliveira Catão, docente em Lorena, terra natal do casal, que faz uma permuta com a professora Maria Josepha de Amorim. Em 29 de abril de 1883 o casal apresenta à Câmara a carta de nomeação de ambos. Os dois cursaram a Escola Normal da Província de São Paulo, na capital. Durante a permanência na cidade, o casal, além de ministrar aulas públicas, manteve o Colégio Catão, uma escola secundária que preparava os jovens para o ingresso em cursos superiores, além da criação do jornal "A Imprensa de Descalvado". O desejo de muitos jovens, na época, era o ingresso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital. O curso de Direito, na época, além de proporcionar uma cultura geral, clássica, era quase uma credencial, um requisito básico para o início de uma carreira política. O Colégio Catão estava localizado na Rua Bezerra Paes, na época chamada Rua do José Leite Machado, na esquina com a atual Rua José Rodrigues Penteado, em um prédio que não



<sup>7</sup> Atualmente Rio Claro



**BERNARDINO DE CAMPOS**  
Pinacoteca do Estado de São Paulo

*professores, já mal pagos e pouco atendidos, não avultarão as vocações para uma carreira que por ora, entre nós, não é ainda tão sedutora. Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1870 (cf. Haidar, 1972, 40).*

Com o advento da República, em 1889, e a promulgação da Constituição Republicana, em 1891, manteve-se a diretriz educacional, de certa forma, formulada no Império: enquanto os cursos superiores e a educação da capital federal estavam sob a responsabilidade da União, do governo central, o curso elementar e o secundário eram responsabilidade dos governos estaduais. Em 14 de junho de 1891 é promulgada a Constituição do Estado de São Paulo. Bernardino de Campos (1841-1915) é eleito presidente do estado para o período entre 1892 e 1896. Durante o seu governo instituiu-se a Reforma da Instrução Pública, através do Regulamento Geral da Instrução Pública, publicado em 27 de novembro de 1893. Assim foram criados os Grupos Escolares. Com inspiração francesa, as salas de aulas públicas passaram a ser agrupadas em um prédio único, por município, construído especificamente para funcionar como escola. Inicialmente o curso primário era constituído de cinco anos de duração, para crianças entre sete e onze anos de idade (Pratta, 2002). Em 1904 o ensino primário é reduzido de cinco para quatro anos. No Grupo Escolar a seriação era obrigatória: não se frequentava a próxima série sem a aprovação, por notas e frequência, na anterior (Reis Filho, 1995). O estado de São Paulo viu nascer assim verdadeiramente uma rede escolar, pela primeira vez, em todo o seu território: além das salas de aula isoladas, dispersas principalmente pelo interior, particularmente na zona rural, entre 1894 e 1920 foram construídos sessenta e quatro (64) Grupos Escolares e nove (09) Escolas Normais<sup>8</sup> em todo o Estado (Corrêa, Mello, Neves, 1991).

A primeira Escola Normal de Estudos Pedagógicos do estado foi criada, na cidade de São Paulo, em 1846, ainda no período imperial. Foi inspirada, inicialmente, na Escola Normal da Corte, sediada em um primeiro momento em Niterói, e no Real Colégio Pedro II. A Escola Normal paulistana funcionou, precária e interinamente, por mais de trinta anos, em um prédio contíguo a Sé Catedral, posteriormente na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, finalmente, no prédio do Tesouro Provincial. Em vinte anos de funcionamento formou apenas quarenta professores. Inicialmente a escola abria às 16 h, em todos os dias úteis, com as aulas tendo a duração diária de, no máximo, duas horas. O currículo era integrado pelos conteúdos de Gramática, Lógica, Aritmética, Geometria, Caligrafia e Religião. Os alunos, em sua maioria homens, eram muito pobres, pardos e mestiços, como se dizia na época, com um número acentuado de desistências ao longo do curso: a formação no magistério era uma possibilidade de ascensão para as camadas populares. Em 1876,

mais existe (Kastein, 2001). Mesmo durante a primeira metade do século XX ainda era comum a existência de aulas particulares preparatórias, na cidade, para o ingresso em cursos de continuidade aos estudos.

**Preparatórios.** Curso de principiantes – Preparatórios para as diversas escolas do Estado – Licções especiaes de Portuguese e Francez – Licções de Inglez e Latim. Lázaro Ferraz de Camargo (Jornal O Descalvadense, 29/07/1917).

Em outubro de 1891 o casal Catão removia-se para a capital, depois de nove anos de permanência na cidade. Para as vagas foram nomeados os professores Severiano José da Cruz e Antônio Vespasiano de Carvalho. Observa-se que a transferência ou remoção de professores entre cidades era uma prática muito comum. Em primeiro lugar, este contexto, no interior paulista, era fruto da própria marcha do café rumo cada vez mais ao interior, o que criava assim novas oportunidades de trabalho, dentro e fora do serviço público, à medida que o povoamento avançava rumo ao oeste. Este fluxo era facilitado pela expansão da rede ferroviária ao longo da zona cafeeira. Por outro lado, como os docentes eram nomeados geralmente pelo governo provincial, sem a existência de concursos públicos, o atendimento das solicitações dependia, muitas vezes, das filiações partidárias e da boa vontade dos responsáveis. Eram os professores de palácio (Monarcha, 1999), como se dizia na época:

*Em algumas províncias da remoção de professores se tem, mais de uma vez, feito arma eleitoral. É ponto êste que merece tôda a consideração, porque, a não se dar independência e segurança aos*

<sup>8</sup> As Escolas Normais, em prédios amplos e espaçosos, foram construídas na capital (1894), em Itapetininga (1900), Piracicaba (1913), Botucatu (1913), São Carlos (1913), Pirassununga (1918), Guaratinguetá (1918), Campinas (1919) e Casa Branca (1919).



por exemplo, havia noventa alunas matriculadas na Escola Normal; destas, apenas dezessete se formaram (Monarcha, 1999). Com a instalação do regime republicano foi realizada a reestruturação da Escola Normal, o que foi possível através da Lei nº 27, de 12 de março de 1890. Antonio Caetano de Campos (1844-1891), médico, dirigiu a Escola Normal paulistana entre janeiro de 1890 e setembro de 1891, quando faleceu repentinamente. Em 1894 foi inaugurado o prédio próprio, amplo e majestoso, com linhas neoclássicas, no antigo Largo 7 de Abril, atualmente Praça da República, prédio este que abriga hoje a Secretaria de Estado da Educação.

Começava a tomar forma, desta maneira, em São Paulo, um sistema público de ensino. A Escola Primária, com 4 anos de duração nas zonas urbanas e 3 anos na zona rural, ministrava conteúdos de Leitura, Escrita, História, Geografia, Instrução Moral e Ciências. Terminado este ciclo, em centros maiores existia a Escola Complementar, com 2 anos de duração, exatamente com as mesmas disciplinas da Escola Primária, acrescidas de mais uma ou duas línguas estrangeiras, geralmente Latim e Francês. A Escola Complementar foi a célula inicial do futuro Ginásio, ampliado posteriormente de 2 para 4 anos, atualmente parte integrante do Ensino Fundamental de 9 anos. Finalmente, somente nas capitais estaduais existiam os Cursos Secundários, subsequentes a Escola Complementar, com um currículo mais vasto, 3 anos de duração, a exemplo do Colégio Pedro II, na capital federal. Durante o período conhecido, portanto, como República Velha ou Primeira República Brasileira, entre 1889 e 1930, a educação no país estava organizada da seguinte maneira:

a) Curso Primário ou Escola Preliminar: ministrado no Grupo Escolar, nas escolas (salas de aula) rurais ou em colégios particulares. Quatro anos de duração.

b) Curso Complementar ou Escola Complementar: dois anos, depois ampliados para quatro. Difícilmente, nesta época, havia um prédio próprio para este curso: geralmente funcionava anexo ao Grupo Escolar.

c) Curso Secundário: origem do atual Ensino Médio. Na época, ministrado somente em escolas privadas ou nas escolas públicas das capitais.

Na Escola Primária, as salas de aula com mais de vinte alunos eram separadas por sexo, em quatro séries distintas. Nas escolas rurais e em todas as classes com menos de vinte alunos, geralmente, as salas eram mistas. Não havia ainda concursos públicos para o professor assumir uma sala, como já destacado aqui: as nomeações partiam da capital do Estado, com docentes do próprio município ou de outras localidades, geralmente a partir de indicações políticas. Quando o professor ministrava aulas durante alguns anos consecutivos, geralmente o governo estadual expedía uma portaria efetivando-o.

### GRUPO ESCOLAR CORONEL TOBIAS.

*A escola funcionou, entre 1903 e 1911, no prédio da Câmara Municipal, avenida Guerino-Oswaldo. Ao fundo, o sobrado onde funcionou, no mesmo período, o Colégio Santo Antonio Acervo de Márcio Aparecido Zanatta*

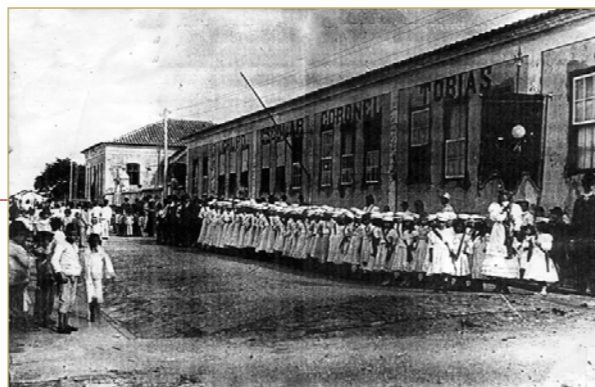
**Notas.** Completou o tempo regulamentar para sua nomeação de adjunta de Grupo Escolar a ex-substituta efectiva D. Thereza dos Anjos Puoli<sup>9</sup>, normalista secundária (Jornal O Descalvadense, 29/02/1920, 2).

A única exigência para o professor atuante no Grupo Escolar era que ele possuísse o diploma de conclusão da Escola Normal. A pasta da Instrução Pública, na organização estadual da época, era subordinada à Secretaria dos Negócios do Interior. O Estado foi dividido em trinta distritos escolares: cada distrito, que poderia comportar vários municípios, era coordenado por um Inspetor de Distrito. O Inspetor era nomeado pelo governo estadual, tinha que ser habilitado pela Escola Normal e ter, no mínimo, três anos de exercício no magistério público. Belém do Descalvado pertencia ao 23º Distrito Escolar, sediado em Limeira, que compreendia também os municípios de Patrocínio de Araras, Pirassununga e Santa Rita do Passa Quatro. O primeiro inspetor do distrito de Limeira, nomeado em 1892, foi o padre Cypriano de Souza e Oliveira (Bettini, 2000). Em escolas particulares ou mesmo em salas de aula da zona rural não se exigia tal formação específica para o docente, mantendo assim uma tradição que remontava ao período colonial: dada a falta de professores, qualquer pessoa letrada poderia ministrar as aulas.

Em 1896 a Câmara de Descalvado já pedia a criação de um Grupo Escolar na cidade. Em maio de 1896 foi criada mais uma cadeira de primeiras letras na cidade, com a nomeação de Júlio de Almeida como professor. Em 07 de setembro de 1897 era instalado, no prédio da Câmara Municipal, o grupo das Escolas Reunidas: todas as salas de instrução públicas da zona urbana foram agrupadas em um prédio central, em preparação à criação do futuro Grupo Escolar.

**Instrução.** Hontem e hoje tive o prazer de visitar as escolas reunidas desta cidade, que, apesar de não ser oficialmente reconhecido, constitue um verdadeiro grupo escolar, as quaes funcionam em dois prédios separadamente, isto é, um para a secção masculina e outro para a feminina. As escolas estão a cargo de hábeis professores e sob a direcção do antigo professor preliminar sr. Francisco Conceição (Jornal O Descalvadense, 04/09/1902, 2).

Em 9 de fevereiro de 1903 um decreto estadual criava o Grupo



<sup>9</sup> A professora Thereza dos Anjos Puoli (1899-1990) aposentou-se como docente, tendo grande participação na comunidade local. Era popularmente conhecida como Dona Zizinha. É a patrona da Escola Municipal de Ensino Fundamental do bairro Bela Vista, que atende toda a porção norte da zona urbana e uma grande parte da zona rural do município de Descalvado.



**PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR CORONEL TOBIAS**, na década de 1960. Da esquerda para a direita, em pé: Penha Cardoso Púlici, Nair Dupas Nocenzo, Geni Alcântara, Ulisses Ventura (diretor), Maria Aparecida Ciscato Martins, Ivette Galleti Marcatto, Hermínia Tallarico Adorno e Ilda Todescan. Sentadas (da esquerda para a direita): três primeiras (ainda a ser identificadas), Nair Ravazi Marini, mais uma sem identificação, Terezinha Motta Salomão e Isabel Fernandes.

cidade cheias de crianças, em idade de frequentarem escola, necessitando de instrução! Isto é desanimador (Jornal Cidade de Descalvado, 31/07/1904, 3).

Escolar da cidade, com a instalação provisória em 17 do mesmo mês. A escola recebeu o título de Grupo Escolar "Coronel Tobias"<sup>10</sup> (1832-1902), comerciante local, grande defensor da instrução pública, falecido, na ocasião, recentemente. A instalação solene, com os alunos e a presença de autoridades, ocorreu em 31 de março de 1903. O corpo docente era formado, inicialmente, pelos professores Francisco Conceição, Getúlio Nogueira, Olímpia Arruda e Orestes Oris de Albuquerque, sendo o primeiro nomeado diretor interino. Em 1911 era entregue o prédio definitivo onde a escola funciona até os dias atuais. Ele foi construído em uma das extremidades da área urbana, ao sudeste, vizinho a um antigo cemitério desativado do tempo do Império, que na época começava a tomar o aspecto de uma praça pública<sup>11</sup>. O prédio foi construído a partir de um projeto padrão elaborado pelo arquiteto José van Humbbeck, entre 1909 e 1911, utilizado como referência em outros dez municípios paulistas: Brotas, Cachoeira, Igarapava, Lençóes, Mattão, Piraju, São Bento do Sapucahy, São João da Bocaina, São Pedro e Tambahú (Correia, Mello; Neves, 1991).

Após a inauguração do prédio do Grupo Escolar, estando o ensino público organizado na zona urbana de acordo com a legislação vigente, o sonho de muitos republicanos no avanço da escolarização entre os mais jovens não se mostrou tão fácil de ser atingido. A frequência dos alunos era muito irregular, somada ao fato que a maioria das crianças residia na zona rural, em fazendas cafeeiras geralmente muito distantes do núcleo urbano, o que inviabilizava a continuidade dos estudos para a maioria. Além do mais, para boa parte das famílias a alfabetização era considerada um luxo inalcançável, distante das necessidades mais imediatas de sobrevivência das famílias de colonos pobres do interior. A escola pública existia, pelo menos na zona cafeeira, novo pólo de desenvolvimento do país, mas a frequência e a permanência dos alunos nela estavam distante da realidade da maioria.

**Instrução.** Não é a primeira vez que tratamos deste assunto importantíssimo. (...) Há pouco, o Governo do Estado, em vista da falta de frequência de alumnos, dispensou duas professoras distintas, as que regiam o 4º anno e as ruas da

<sup>10</sup> Natural de Rio Claro, estabelecido em Descalvado desde os dezoito anos de idade, Rafael Tobias de Oliveira foi entusiasta da instalação da ferrovia no município, da expansão da educação pública e um dos responsáveis pela ampliação do primitivo prédio da Igreja Matriz. Foi agraciado, pelo imperador D. Pedro II, com a Comenda da Ordem da Rosa, uma distinção da monarquia brasileira por serviços de benemerência (Kastein, 2001).

<sup>11</sup> Atualmente Praça Barão do Rio Branco, conhecida popularmente como "Jardim Velho".

<sup>12</sup> Já adulta, a menina Cesira tornou-se a irmã Clara.



**ESPORTISTAS DESCALVADENSES EM 1920**, dentro dos muros do Lar Escola Imaculada Conceição. Existia uma ampla área livre, usada para a prática de esportes, nas imediações da atual avenida Bom Jesus, entre o quarteirão onde depois foi construída a Escola Estadual “José Ferreira da Silva” e o Lar Escola. Posteriormente, em 1940, o CERD – Clube Esportivo e Recreativo Descalvadense – utilizou essa área como praça esportiva, primitivamente. Ao fundo da foto observa-se o prédio da Santa Casa de Misericórdia  
Acervo de Márcio Aparecido Zanatta

tro cavalos. Na primeira noite elas dormiram no chão da Santa Casa, em cima das próprias roupas. O prédio estava tão sujo que, no dia seguinte, o assoalho precisou ser raspado com enxadadas. Havia apenas uma doente internada, falecida alguns dias depois<sup>13</sup> (Pianta; Aquino; Silva, 1985). Um ano depois as religiosas fundaram o Lar Escola Imaculada Conceição, que recebia órfãs de toda a região. Em uma de suas viagens, por exemplo, irmã Cecília encontrou uma menina vagando, sozinha, pela estrada. Ela possuía, no máximo, quatro ou cinco anos de idade, tendo sido, provavelmente, abandonada por um circo que acabara de se locomover pela região<sup>14</sup>.

As Escolas Normais, ao contrário, eram procuradas tanto pelas jovens das camadas médias, que buscavam um ofício para o futuro, como pelas filhas dos proprietários de terras, que dispunham nestas escolas de um meio de acesso a uma cultura geral, clássica. Como o ramal ferroviário Cordeiro (atual Cordeirópolis) – Descalvado passava por Pirassununga, a Escola Normal desta cidade, fundada em 1918, era o destino natural das filhas de famílias que podiam arcar com os custos diários da viagem. O trem partia de Descalvado bem cedo e deixava os alunos na Estação de Pirassununga, localizada praticamente atrás da Escola Normal. Lá os estudantes passavam o dia, de segunda-feira a sábado: pela manhã as aulas teóricas, à tarde as atividades em sala de aula no curso primário, que funcionava no mesmo prédio da Escola Normal. Ao final do dia todos retornavam para Descalvado. Com o tempo o número de normalistas aumentou tanto que um vagão era reservado apenas para os estudantes. A maioria da demanda das Escolas Normais, na época, era já formada por mulheres.

Para os jovens e as respectivas famílias que podiam sonhar com o curso superior o destino almejado era, geralmente, Direito ou Medicina: o primeiro em São Paulo e o segundo na capital fe-

#### GRUPO DE ESTUDANTES NORMALISTAS, pegando o trem



deral. Eram os cursos mais próximos de Ensino Superior. Poucos tinham acesso, o que aumentava sobremaneira a distinção dos graduados em uma sociedade de analfabetos: como a maioria não possuía a mínima escolarização, um pouco de conteúdo e certo traquejo social era valorizado em demasia.

**Recenseamento escolar.** Encerram-se no dia 12 próximo passado os trabalhos do recenseamento infantil deste município, dirigidos pelos professores Salustiano Ramalho e Lázaro Ferraz de Camargo e tendo como escripturária a professora Srta. Francisca de Arruda. Total do Município: Creações de 06 a 12 anos: 3.920. Sexo masculino: 2.062. Sexo feminino: 1.858. Que sabem ler: 566. Que não sabem ler: 3.354. Que frequentam escola: 750. Que não frequentam escola: 3.170. De paes brasileiros: 1.413. De paes estrangeiros: 2.507 (Jornal O Descalvadense, 15/08/1920, 3).

Além dos habitantes locais, alguns profissionais provinham de outras regiões e cidades, geralmente médicos e advogados, buscando a zona cafeeira em função da possibilidade de uma clientela razoável e a consequente estabilidade econômica.

**Anniversário Acadêmico.** Amanhã completar-se-hão 18 anos que os Drs. Amâncio Penteado<sup>15</sup>, Sebastião Penteado, Salvador Meyer e Cândido Rodrigues<sup>16</sup> foram graduados em ciências jurídicas e sociaes pela Faculdade de São Paulo (Jornal O Descalvadense, 30/10/1902, 3).

<sup>13</sup> A filha desta enferma, Thereza Maintinguer, também foi acolhida pelas irmãs e, posteriormente, se tornou religiosa, adotando o nome de irmã Imaculada.

<sup>14</sup> Esta menina foi recolhida ao Lar Escola e, posteriormente, também se tornou religiosa, sendo chamada irmã Isabel do Sagrado Coração.

<sup>15</sup> Amâncio Guilhermino de Oliveira Penteado (1858-1923).

<sup>16</sup> Cândido Augusto Rodrigues (1863-1942).

#### MOVIMENTO DA CADEIA PÚBLICA DE BELÉM DE DESCALVADO, SÃO PAULO

Fonte: Jornal Cidade do Descalvado, 17/01/1904,2

Causas	1899	1900	1901	1902	1903
Embriaguez	20	07	22	14	12
Desordeiros	12	38	25	10	21
Desobediência	03	02	20	08	03
Ferimentos	12	03	20	04	12
Gatunos	05	02	23	02	02
Assassinatos	02	01	06	01	02
Outros	03	20	10	01	01
Totais	57	73	126	40	53

**Novo Médico.** Chegou há dias a esta cidade onde veio instalar o seu consultório médico o Dr. Glenan Leite Dias, jovem médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. É um moço distinto e hábil e que fez o seu curso com distinções (Jornal O Descalvadense, 07/10/1920, 2).

Em uma sociedade que gerava riqueza, mas a mesma estava em mãos de poucas pessoas, as disparidades sociais eram bastante acentuadas. Isto explica os índices acentuados de violência urbana, o que apenas reflete uma parte da realidade, tendo em vista que o núcleo urbano, sobre o qual se referem os dados, concentrava apenas uma pequena parcela da população do município. Até meados da segunda metade do século XX a maioria da população local ainda era rural: em 1960 a zona urbana concentrava 7.220 habitantes, enquanto no campo eram 8.639 cidadãos. Na cidade, muitos viviam do mercado informal, esporádico, do subemprego, além do fato de muitas pessoas, sem destino, chegarem pela linha ferroviária. Ovídio Rodrigues Cavalheiro<sup>17</sup> (1905-2003), morador local que durante anos negociou e adestrou cavalos na região, relatava também que muitas pessoas chegavam pelas estradas rurais, geralmente trazendo cavalos, mulas e utensílios domésticos para a comercialização de porta em porta, de fazenda em fazenda. Ainda havia os ciganos, muito comuns na época, artistas de circo, bastante frequentes, e outros que aqui aportavam para uma determinada temporada. Segundo ele, as “fazendas fervilhavam de gente, enquanto a zona urbana era pequena e pobre”. Eram constantes as brigas, grandes bebedeiras coletivas nos finais de semana e as agressões, geralmente com armas brancas. Todo homem adulto andava armado: mesmo que não possuísse uma arma de fogo, sempre havia uma faca, um pequeno punhal ou um canivete.

Com esse perfil econômico e social, essa sociedade tão desigual não podia deixar de ser excludente. Assim sendo, os índices de repetência e evasão escolares eram muito elevados. O Grupo Escolar estava aberto a todos, mas a sua organização, os seus



#### SOBRADO DA CADEIA PÚBLICA

critérios de avaliação e a própria cultura escolar, emanadas da Escola Normal onde a totalidade dos docentes havia estudado, representavam uma barreira para a maioria das crianças oriundas de famílias pobres e analfabetas. Era muito difícil avançar na seriação em um currículo extremamente enciclopédico, além da necessidade de boa parte das crianças e jovens começar a trabalhar muito cedo, geralmente em atividades correlatas às profissões dos pais. Os dados escolares comprovam esta realidade. Por quase quarenta e cinco anos o Grupo Escolar Coronel Tobias foi a única escola pública regular do município. Na zona rural havia muitas escolas isoladas, mas o funcionamento das salas era condicionado ao número de alunos existente. A crise cafeeira, a partir de 1929, a saída de muitas famílias do município, em busca de outras oportunidades, e a consequente estagnação econômica inviabilizaram a criação de Escolas Complementares, em continuidade ao curso primário. Os grandes fazendeiros, geralmente da capital, venderam aqui as suas propriedades, propriedades essas que passaram a ser divididas em lotes menores, pequenos sítios, o que possibilitou a aquisição de terras por parte de uma determinada parcela populacional, principalmente

<sup>17</sup> Natural do município vizinho de Porto Ferreira, Ovídio viveu a maioria dos seus noventa e oito anos de idade em Descalvado. Filho de um funcionário da estrada de ferro, ficou órfão muito cedo, sendo criado por uma família de ex-escravos em Descalvado. Transportava e comercializava gado bovino e muar para toda a região, inclusive para o sul de Minas Gerais. Viviu nas estradas rurais, muito antes das rodovias asfaltadas. Terminou os seus dias em uma pequena chácara, de sua propriedade, completamente lúcido, na zona urbana do município, junto com a sua família.

PROMOÇÕES E REPROVAÇÕES NO GRUPO ESCOLAR CORONEL TOBIAS DESCALVADO, 1915

Fonte: EMEF Coronel Tobias, Termo de Promoções e Reprovações, Livro de Promoções número 73, pp. 33-35

Série	Matriculados	Promovidos	Conservados
Primeiro Anno A masculino	30	16	14
Primeiro Anno A feminino	32	12	20
Primeiro Anno B masculino	29	13	16
Primeiro Anno B feminino	36	26	10
Primeiro Anno C masculino	30	17	13
Primeiro Anno D masculino	30	0	30
Segundo Anno A masculino	38	12	26
Segundo Anno A feminino	37	11	26
Segundo Anno B masculino	25	14	11
Segundo Anno B feminino	34	21	13
Terceiro Anno A masculino	33	19	14
Terceiro Anno A feminino	37	24	13
Quarto Anno A masculino	15	4	11
Quarto Anno A feminino	31	14	17
Totales	437	203	234

PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS NORMALISTAS

os filhos e netos de imigrantes europeus estabelecidos desde o final do século XIX. Em meados dos anos 40, com o crescimento da produção algodoeira local e o surgimento de tecelagens, o município voltou a respirar um bafejo de progresso. A demanda pela escolarização cresceu. O decreto estadual número 17.085, de 8 de março de 1947, criou o Ginásio Estadual de Descalvado, instalado no ano seguinte, provisoriamente, no prédio do Grupo Escolar. A primeira turma de graduandos, ou licenciandos, como se dizia na época, completou o curso ginásial no final de 1948, ainda no prédio do Grupo Escolar.

Neyre Maria Zaffalon Casati, atualmente com setenta e sete anos de idade, natural de Descalvado, estudava no Colégio São Carlos<sup>18</sup>, das irmãs sacramentinas, na cidade de São Carlos, com mais duas colegas: Ináh Aparecida Guimarães e Maria Terezinha de Jesus Alvarenga Hoffman. As três deixaram o colégio para terminar o curso ginásial em Descalvado, tão logo a escola foi instalada. Neyre cursou a terceira e a quarta série ginásial em 1948 e 1949, respectivamente. Desejando continuar os seus estudos, em 1950 passou a viajar diariamente para Pirassununga, de trem, onde iniciou o Curso Normal<sup>19</sup>. Concomitantemente iniciou-se a construção de um prédio próprio para a nova escola, em uma grande área aberta



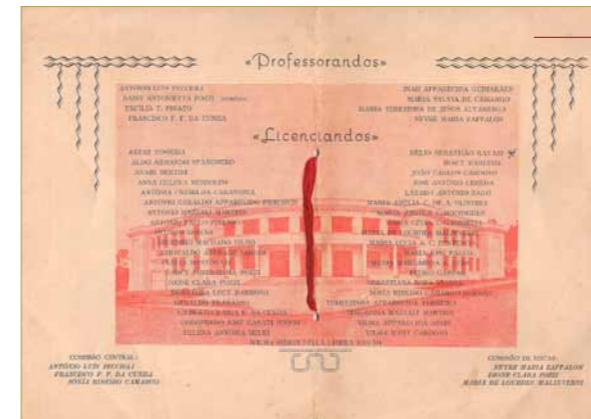
COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE FORMATURA



<sup>18</sup> O Colégio São Carlos foi fundado em 1904 pela Congregação das Irmãs do Santíssimo Sacramento, freiras de origem francesa. Na época a maioria das alunas frequentava o colégio no regime de internato. O colégio funciona até hoje, oferecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

<sup>19</sup> Na época o Curso Normal era formado por três séries: o Pré Normal, o I Normal e o II Normal.

<sup>20</sup> Atualmente Escola Estadual "José Ferreira da Silva".



localizada entre o centro, a praça da matriz e a Santa Casa de Misericórdia. Enquanto isso, as aulas continuavam a ser ministradas no Grupo Escolar. Em 1952 era instalado o Curso Normal: a estudante Neyre e um grupo de alunos transferem-se para Descalvado novamente. Em 14 de dezembro de 1952 era inaugurado o novo prédio da Escola Normal e Ginásio Estadual de Descalvado<sup>20</sup>, bastante amplo, com a urbanização de toda a área, que passou a denominar-se Praça 8 de Setembro. Em 18 de dezembro do mesmo ano, inaugurando o Salão Nobre da nova escola, formava-se a primeira turma de normalistas na cidade: Antonio Luís Peccioli (1930-2006), Daisy Antonietta Pozzi Biazollo, Ercília Finato Assoni, Francisco Fernando Faria da Cunha (1933-1955), Ináh Aparecida Guimarães, Maria Sylvia de Camargo, Maria Terezinha de Jesus Alvarenga Hoffman e Neyre Maria Zaffalon Casati.

Não era mais necessário viajar para Pirassununga ou mudar-se para uma cidade vizinha para a continuidade dos estudos. As distâncias tornaram-se menores! Em 1953 foi criado o curso primário anexo a Escola Normal, fundamental para que os nor-

CONVITE DE FORMATURA

malistas realizassem os estágios curriculares no mesmo prédio. Antes disso, os estágios eram realizados no Grupo Escolar ou mesmo nas escolas da zona rural, para as quais, eventualmente, as alunas se dirigiam. Em pouco tempo o município possuía, desta forma, todas as etapas da seriação que atualmente é denominada como Educação Básica: curso primário – quatro anos de duração; curso ginásial – quatro anos; curso secundário<sup>21</sup> – três anos; curso secundário na modalidade Normal – três anos. Logo em seguida, em 1959, é criada a Escola Técnica de Comércio, posteriormente denominada Colégio Comercial de Descalvado<sup>22</sup>. O país vivia um ímpeto industrial, principalmente com a abertura ao capital privado internacional na gestão presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Eram os chamados anos dourados, como a mídia da época divulgava. Descalvado continuava como um pólo basicamente agrícola, mas o grande número de fábricas de tecidos locais, com o surgimento do operariado e as consequentes obrigações administrativas e burocráticas, exigia uma mão de obra um pouco mais especializada. A iniciativa de sua criação uniu os interesses de Domingos Gentil (1910-2001), Plínio Dias da Silva e Antonio Bucco, com o auxílio do então cônego José Canônico<sup>23</sup> e o vigário auxiliar da paróquia, padre Octávio Dorigon<sup>24</sup>. A nova escola funcionou, em seus primeiros anos, como de costume, no prédio do Grupo Escolar. Sem dúvida alguma, o Grupo Escolar Coronel Tobias foi a mãe de todas as escolas do município, não só pelo fato de ser a mais antiga, mas, principalmente, por abrigar as primeiras salas de aula pública regulares e a primeira turma de normalistas. O país começava, lentamente, a mudar e, com ele, evidentemente, a educação escolarizada.

<sup>21</sup> No secundário o aluno possuía duas opções, além do Curso Normal: Clássico – com ênfase na área de Humanas, particularmente nos conteúdos de Literatura, Línguas e História; Científico – ênfase nas Ciências Exatas, como um preparatório para o ingresso em cursos superiores. Tradicionalmente o Clássico era frequentado mais por mulheres, enquanto o Científico era predominantemente masculino.

<sup>22</sup> A escola existe até hoje, como Curso e Colégio Evolução.

<sup>23</sup> Posteriormente designado monsenhor, José Canônico (1913-2003), sacerdote católico, foi vigário em Descalvado por cinquenta anos consecutivos (1946-1996).

<sup>24</sup> Monsenhor Octávio Dorigon reside, atualmente, em Pirassununga.

# PAULO LAURO

A HISTÓRIA DE UM POLÍTICO DESCALVADENSE

Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o advogado Paulo Lauro logo era um profissional conhecido e respeitado na capital estadual, destacando-se como criminalista. Havia saído de sua Descalvado natal para estudar, o que era muito raro, na época, para um jovem negro. Nasceu em 1907, filho de Alfredo Gonçalves Lauro e Leopoldina Gonçalves Lauro. Em 1946, com a redemocratização do país após o período do Estado Novo, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte. A nova Carta Magna do país, promulgada no mesmo ano, garantiu o surgimento de novos partidos políticos. Surgiu assim o PSP – Partido Social Progressista, ligado ao político Adhemar Pereira de Barros (1901-1969), que já havia sido governador do estado de São Paulo na condição de interventor, ou seja, governante estadual nomeado pelo poder federal.

Adhemar de Barros foi eleito governador de São Paulo para o período de 1947 a 1951. A Constituição estabelecia que os prefeitos das capitais estaduais fossem nomeados pelo respectivo governador. O prefeito da cidade de São Paulo, em 1947, era Cristiano Stokler das Neves (1889-1982) e o Dr. Paulo Lauro foi nomeado Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos. Em 1 de agosto de 1947 ocorreu um grande levante popular na capital em função de um aumento nas tarifas de bondes e ônibus da cidade. Na época, 65% da população paulistana ainda se locomovia em bondes, em um total de 220 quilômetros de trilhos dispersos pela cidade. A população, enfurecida com o aumento considerado abusivo, queimou veículos, invadiu alguns prédios públicos e montou barricadas em alguns pontos da cidade. Foi necessária a intervenção da polícia, na época denominada Força Pública. Nos dias seguintes o preço da tarifa foi rebaixado. Em 29 de agosto o prefeito Cristiano Stokler das Neves foi exonerado e Paulo Lauro foi nomeado para o cargo, nele permanecendo até 25 de agosto de 1948.

A metrópole crescia e o grande problema era a questão dos serviços públicos. Novos bairros não eram servidos, ainda, pelo transporte coletivo, pela rede de esgotos e pela coleta regular de lixo. Os grandes problemas, neste sentido, começavam na Zona Leste, a partir do novo bairro de

Vila Maria. O prefeito Paulo Lauro atuou nestas áreas, especificamente. Em 1950 foi eleito deputado federal pelo PSP, permanecendo ininterruptamente no Congresso Nacional até 1970. Faleceu em 1983, devido a problemas cardíacos, sendo sepultado no Cemitério da Consolação. É o primeiro prefeito negro da capital. São apenas dois, aliás, em um total de quarenta e cinco ocupantes deste cargo. A rodovia SP – 215, que atravessa a sua região natal, foi batizada com o seu nome.



DEPUTADO FEDERAL  
DESCALVADENSE  
DR. PAULO LAURO

Acervo de Márcio Aparecido Zanatta



# A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

EM DESCALVADO

Por Maria Fernanda Ferrato Melo de Carvalho<sup>1</sup>

Portentosa, estruturada, ornamentada, a Festa do Divino Espírito Santo, habitualmente chamada de Festa do Divino, é uma das tradições da cidade de Descalvado. Proveniente da Vila de Alenquer, situada nas delimitações distritais de Lisboa, a Festa do Divino tem como objetivo religioso o agradecimento ao Espírito Santo – terceira entidade da Santíssima Trindade, elemento central da fé católica – pelos dons e faculdades atribuídas ao Homem. Ela tem sua realização no dia de Pentecostes, marcado 50 dias após a Páscoa. Tendo seu início no século XIV, por meio da rainha Isabel

- canonizada em 1625, pelo Papa Urbano VIII - a Festa do Divino tornou-se um acontecimento religioso que se espalhou por vários povoados portugueses e, posteriormente, passou a ser reproduzido por outros países de colonização portuguesa. Muito embora a história oficial sobre o início da Festa do Divino evidencie a rainha Santa Isabel, como a chamam os portugueses, como a responsável pela gênese do evento, Carvalho (2008) apresenta uma outra hipótese. Esta traz como precursor da Festa um monge chamado Joaquim de Fiori, que viveu entre o século XII e XIII, na Itália. No entanto, se esta versão estiver correta, não se suprime a importância da rainha Isabel, sendo um fato seu impulso para que a festa ocorresse em terras lusitanas de forma maciça, tendo como ponto de difusão a vila de Alenquer.

No Brasil, a Festa do Divino aparece por influência portuguesa, já que foi inserida por imigrantes portugueses em alguns pontos do nordeste e no sul do país. A partir do século XVII e XVIII, com o advento da prática da mineração em solo brasileiro, muitos interessados em procurar metais e pedras preciosas começaram a ocupar o interior do Brasil. É nesse contexto que a Festa é disseminada pelo sudeste, como vislumbra Carvalho (2008). Muito embora tenhamos uma hipótese da rota que a Festa seguiu, sendo afluída em vários pontos geográficos do país, não há provas históricas que provem a sequência do aparecimento dos festejos nas regiões do país. Outra possibilidade a ser considerada é que não exista um único ponto de início de difusão da Festa do Divino no Brasil, mas alguns concomitantes, mais precisamente no nordeste, sudeste e sul.

Como todo elemento cultural que se desloca entre comunidades, se inserindo em outra configuração sociocultural, a Festa do Divino, no Brasil, apreendeu vários elementos das culturas das



GRAVURA DA RAINHA SANTA ISABEL  
Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra

<sup>1</sup> Maria Fernanda Ferrato Melo de Carvalho possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2004) e Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Tomar (2007), em Portugal. Durante o Mestrado, fez mobilidade na Università degli Studi di Ferrara, na Itália. Seu diploma de mestrado também é reconhecido pela Universidade de São Paulo, Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris, França) e Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha). Atua nas áreas de Antropologia Cultural, Arqueologia Pré-Histórica e ensino. Tem experiência como antropóloga, pré-historiadora e professora de nível superior na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - campus de Marília, São Paulo. Foi diretora vice-presidente da Associação Pró Casa do Pinhal, instituição que administra a Fazenda Pinhal, em São Carlos, patrimônio histórico nacional, entre 2008 e 2009, e tutora dos cursos de Pós-Graduação da RSZ Cursos de Capacitação. É professora de Sociologia e Filosofia da CEDESC - Cooperativa de Educação e Cultura de Descalvado - e Diretora da Divisão Municipal de Cultura de Descalvado.



comunidades que passaram a expressá-la. Assim, a Festa possui uma estrutura que se mantém e aspectos que dizem respeito às especificidades locais.

*“É uma festa eminentemente ritualizada, que exige um complexo processo de preparação, envolvendo uma ampla rede de relações entre todos os participantes, durante um longo período e, mesmo, o ano todo, em alguns festejos”* (CARVALHO, 2008, p. 3).

Sendo assim, Descalvado, ao apresentar a Festa do Divino, apresenta em seu preparo, organização, ornamentos e realização, variáveis próprias da comunidade descaldadense. O que se propõe neste artigo é nos voltarmos à compreensão de alguns aspectos da comunidade descaldadense, por meio da Festa do Divino, que é um acontecimento não somente religioso, mas também sociocultural. Por meio dos olhares de habitantes do município de Descalvado que participam ativamente dos preparativos para que os festejos sejam desenvolvidos, se busca entrar em contato com os saberes e os fazeres que dão à Festa seu caráter singular. Também serão explorados os significados dos símbolos que compõem essa expressão cultural, que, no Brasil se manifesta desde o século XVI e em Descalvado, se instaurou no final do século XIX.

A maior marca da Festa do Divino é a corte, que remonta a devoção daqueles que governavam a sociedade, na figura do Imperador e da Imperatriz, ao Divino Espírito Santo. Em Descalvado, as figuras citadas têm participação em três momentos do calendário religioso, são eles: Pentecostes, Corpus Christi e Festa da Padroeira. Mesmo que não tenhamos, no sistema governamental atual brasileiro e português, imperadores, esses dois elementos simbólicos e sua corte se mantêm, sendo promovida uma resignificação<sup>2</sup> a esses signos<sup>3</sup>. Simbolicamente, podemos dizer que essas duas figuras centrais indicam o contato entre o mundo etéreo e divino e o mundo dos homens, sendo que aqueles que “estão à frente da condução da sociedade” se deslocam em procissão para homenagear a Deus e agradecer sua intervenção na condução da vida humana.

A corte simboliza a nobreza, que outrora, fazia parte das principais relações sociais mantidas pela realeza. Sendo assim, a participação das figuras reais e nobres indicam a subordinação

*CORTE DO DIVINO DE 1960 posando para foto na escadaria da Igreja matriz de Descalvado, estando ao centro a Imperatriz Berenice Ravasi Sicchirolí e o Imperador Sílvio José Paschoal Sicchirolí. Ao fundo, estão situados os festeiros João Francisco Ravasi, Letícia Victoria Galetti Ravasi, Maria Aparecida Paschoal Sicchirolí e José Sicchirolí*

dos dirigentes do mundo dos homens a Deus – dirigente do universo – mais precisamente ao Espírito Santo, o distribuidor de dons e potencialidades aos homens. Para João Martins, que participa da Festa do Divino desde 1974, o sentido da Festa é o de agente dilatador do reino de Deus, a partir do impulso da fé, que se representa pelo paralelismo do reino de Deus e o reinado dos homens, que para nós, se traduz pela memória do reinado de raízes europeias.

Como figura de destaque, à frente dos imperadores, da corte e de toda a procissão se apresenta o Alferes da Bandeira, que, além de exibir a bandeira com o ícone do Espírito Santo, segura um mastro com uma pomba de metal na ponta, que simboliza a própria entidade. Nesse mastro, estão várias fitas coloridas que, a cada versão da Festa, recebe, em número de fitas, o número de crianças que fazem parte da corte, incluindo os imperadores e o Alferes da Bandeira. Em cada uma das fitas está gravado o nome de cada uma das crianças participantes. A cada ano, as fitas mais antigas são retiradas, devido ao grande volume que se forma, ao longo dos anos, permanecendo, portanto, os nomes das crianças das versões mais recentes.

Ao focarmos as festas tradicionais de base religiosa, estamos voltando o olhar não somente a um setor da sociedade, mas sim, compreendemos que esse acontecimento popular foi gerado a partir de um contexto social que continha elementos significativos de dada ordem religiosa. Assim, a Festa do Divino deve ser entendida não somente como uma festa católica, mas como uma expressão da tradição popular, sendo que sua forma foi moldada a partir de aspectos socioculturais do referido cenário de origem. Portanto, por ter sido elaborada em Portugal – país em que o catolicismo faz parte das vertentes norteadoras de papéis e condutas sociais – e trazida ao Brasil no âmbito do catolicismo, a Festa é tida como pertencente à Igreja Católica. No entanto, por seu teor simbólico e participação popular, os festejos ultrapassam as delimitações religiosas e passam a estar atrelados à memória das pessoas, às caracterizações da identidade cultural da comunidade, ou seja, à vida dos munícipes. Esses elementos poderão ser percebidos ao relatarmos a participação e o olhar de sujeitos da comunidade que se envolvem com a Festa e a significam de modo específico a cada edição, respeitando, no entanto, seus significados estruturais.

De acordo com Roberto DaMatta, antropólogo brasileiro, as procissões inseridas nas festas religiosas reorganizam de modo temporário os espaços sociais. Ou seja, por momentos, os limites entre as ruas e as casas se dissolvem, sendo que os observadores participam do acontecimento. Quem observa a procissão

<sup>2</sup> Resignificar significa dar um novo significado, atribuir um outro sentido além do original. Assim, símbolos existentes dentro de uma sociedade vão tendo seu significado moldado a partir das novas compreensões que se formam sobre ele.

<sup>3</sup> Signo é uma das duas partes de um símbolo, sendo a outra o seu significado. O signo é aquilo que é exposto, é a imagem, a figura, digamos, a base física do símbolo. Por exemplo, na Festa do Divino, a pessoa vestida de Imperador é um signo e seu significado o poder social. O Imperador, portanto é um símbolo, já que abarca signo e significado.



*OS IMPERADORES – GABRIELA ZAFFALON E FABIO DANAGA – NO CORREDOR CENTRAL DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO BELÉM, EM 1990.*

*Atrás, a corte formada somente por meninas*

do Divino por meio das janelas de suas casas, está dentro de seu espaço privado, mas participa de um acontecimento público.

*“Na procissão, o sagrado que entra nas casas e, dizem os religiosos, no coração de cada um dos acompanhantes e observadores. A procissão se configura como um momento em que o santo, que está acima de todos, suprime a dicotomia casa/rua, criando seu campo social próprio”* (DAMATTA, 1997, p. 104).

Os olhares, as sensações promovidas pela observação das figuras centrais - da Imperatriz e do Imperador, da corte e do Capitão de Mastro ou Alferes da Bandeira - fazem parte da vivência da comunidade descaldadense, não importando, para isso, os significados peculiares que cada sujeito atribui aos elementos. Para aqueles que comungam da simbologia católica, os elementos da Festa possuem um significado comum entre os membros, mas que pode ser experienciado de maneira diferenciada, a cada edição da Festa. Para os membros da comunidade que não se identificam com o viés religioso em questão, a Festa pode ser apreendida por meio de outros aspectos, sendo compreendi-

da somente como tradição. O que não podemos, portanto, é deixar de considerar esses entendimentos que perpassam pelas crenças e que fazem parte das dinâmicas sociais, para que possamos promover uma análise atenta sobre a relação da comunidade descaldadense e a Festa do Divino.

Examinando o fenômeno da Festa, quem observa, mesmo sem compartilhar da crença católica, participa dela, desempenha um papel nesse movimento. Os fiéis, no entanto, participam do evento como agentes e observadores, já que são impulsionados por seus valores religiosos e interiorizam o significado dos símbolos em sua leitura de mundo, além de contemplar sua dinâmica.

### A movimentação da comunidade em torno da Festa do Divino

De acordo com a senhora Neiva Salvador Tiengo, que há mais de 60 anos tem participado da organização da Festa do Divino, a corte até a década de 40 era formada somente por adultos. Já na década de 1950, nos deparamos com uma corte constituída



**CORTE DO DIVINO**, no altar da Igreja Nossa Senhora do Belém, em 2002. Ao centro, o Imperador Mateus Fila Pecenin e a Imperatriz Jéssica Galetti Martins. À direita extrema, D. Neiva Salvador Tiengo. Situados à extrema esquerda, Padre Ângelo Rossi e o Alferes da Bandeira, Anderson Sassi Fuzaro

unicamente por crianças, sendo que o Imperador, a Imperatriz, o pajem e as damas de companhia também são representados por crianças. Segundo Maria de Lourdes Miguel Pereira, mais conhecida como Lourdinha, essa mudança instituída há cerca de seis décadas permanece até os dias de hoje, tendo sido bem aceita, uma vez que as crianças simbolizam a pureza e a inocência, esses significados se adequaram de modo considerável ao propósito religioso da Festa – homenagear o Espírito Santo. Até meados da década de 1940, as cortes eram femininas e os meninos só poderiam estar presentes por meio da figura do Imperador, do pajem – aquele que era responsável por segurar a capa do primeiro – e o Capitão de Mastro. Em décadas posteriores, podemos notar a presença de meninos na corte, aparecendo, em várias versões da Festa como os pares das damas. Após a década de 1950, algumas versões apresentaram somente meninas na corte, com a exceção do Imperador, devido à dificuldade de abarcar participantes masculinos. Lourdinha, que há vinte e dois anos confecciona as vestimentas das daminhas e pajens do Divino, tem vivenciado as emoções dos preparativos de ornamentação da corte, demonstrando, por meio de relatos, os vínculos que os membros da comunidade têm estabelecido com o evento. Ela se depara com uma grande inclinação das meninas para participar da cerimônia, muitas vezes atraídas pela beleza dos vestidos, dos cabelos e dos adereços que remete às figuras de histórias as quais as meninas ocidentais, desde bem pequenas, acabam entrando em contato, por meio da educação. Os contos de fadas são repletos de princesas que usam vestidos longos, cheios de detalhes, penteados formosos e enfeites harmoniosos. Mesmo não sendo este o princípio central para as famílias que participam deixando seus filhos acompanharem a novena<sup>4</sup> do Divino Espírito Santo e a procissão como membros da corte, os elementos que exercem atração das crianças podem ser explicados por meio dos componentes da imaginação infantil, estimulados por aprendizagem dentro de uma ordem social. Os meninos, em sua maioria, acabam não encontrando identifi-

cação com as delimitações estéticas do evento. Esses atrativos devem ser considerados sem que se descarte objetivos religiosos e de respeito às entidades religiosas às quais a cerimônia faz menção. Isso porque as crianças interiorizam os estímulos que estão à sua volta e o ressignificam, atribuindo às situações às quais se inserem um sentido específico à sua compreensão de mundo. Essa afirmação pode ser respaldada pelo excerto abaixo:

*“as crianças não são apenas produzidas pelas culturas, mas também produtoras de cultura. Elas elaboram sentidos para o mundo e suas experiências compartilhando plenamente de uma cultura. Esses sentidos têm uma particularidade, e não se confundem e nem podem ser reduzidos àqueles elaborados pelos adultos.”* (COHN, 2005: p.35)

Os frequentadores das atividades religiosas católicas, e que se mostram envolvidos em relação aos acontecimentos sociais promovidos pela instituição, veem a Festa do Divino como uma possibilidade de abarcar famílias que não apresentam uma participação ativa, proporcionando um maior contato com os ritos e com a faceta social da instituição. Lourdinha aponta vários casos de maior participação de famílias na vida religiosa da comunidade, após terem tido a experiência de terem os filhos compondo a Corte do Divino. Segundo ela, “a Festa serve como porta de entrada”. Essa afirmação é consolidada pela percepção de João Martins, que também identifica um maior envolvimento de muitas famílias na vida religiosa, após participarem da Festa do Divino.

A partir dessa análise, pode-se dizer que a Festa, muitas vezes, tem adesão de um número significativo de pessoas pelo seu aspecto tradicional, estético e folclórico, sendo considerada, como um evento social. No entanto, ao se deparar com os valores religiosos e simbolismos que a Festa condensa, muda-se a concepção sobre o fenômeno, e, assim, há uma alteração da postura perante os elementos constitutivos dos festejos. A experiência dos teores religiosos, permite atribuir ao mesmo acontecimento, objetivos distintos. Por exemplo: a beleza da corte e das figuras centrais - Imperador e Imperatriz - podem ser tidas como componentes essencialmente estéticos, o que provoca o sentimento de afirmação social, como também podem ser considerados artefatos de grandiosidade visual com um fim único de oferecer a Deus. Entretanto, pela Festa ser de cunho religioso e ordem social, estando contida em uma estrutura social que a sustenta, não seria paradoxal identificar essas duas vivências e considerações em um olhar de um único sujeito.

Um símbolo a ser salientado é a coroa de Nossa Senhora, que é carregada pela Imperatriz durante todo o tempo em que fica exposta, tanto na novena que precede Pentecostes como nas procissões que a corte participa. Segundo Martins, o símbolo da coroa remete ao reino de Deus ao qual os fiéis são chamados a participar, por intermédio do Espírito Santo, a partir do momento do Batismo.

Uma outra interpretação pode ser lançada, por meio da ob-

servação dos componentes simbólicos em questão. Essa outra leitura não impossibilita a primeira, apontada por Martins, mas traz uma significação distinta aos elementos presentes. Ao observar a figura da Imperatriz guardando a coroa de Nossa Senhora pode-se dizer, portanto, que o que se reflete é o ato de reverência da mais poderosa mulher pela ótica da estratificação social – no caso a Imperatriz – àquela que para os católicos é a mulher mais pura, amorosa e interventora de todas – Maria, mãe de Jesus de Nazaré. É interessante notar que a representante da realeza, a Imperatriz, exhibe a coroa de Nossa Senhora, evidenciando que, para ela, a rainha a ser servida é Maria, já que para o catolicismo a mãe de Jesus Cristo é a rainha do Céu e da Terra. O ato de segurar a coroa pode ser interpretado como a legitimação, por meio da figura feminina da realeza, do título de rainha concedido à Maria. Assim temos a figura feminina de poder social segurando o símbolo do poder universal de uma única mulher. Outro aspecto a ser considerado é o da mudança ano a ano das Imperatrizes da Festa do Divino e a passagem da coroa de Nossa Senhora para as mãos da sucessora. Simbolicamente, é ressaltada a permanência do título de rainha à mãe de Jesus e a variação das mulheres que ocupam postos reais entre os homens, mais uma vez escancarando a superioridade dos títulos etéreos aos títulos vinculados somente às dinâmicas sociais. Desse modo, assiste-se ao longo dos anos, na Festa do Divino, o posto de Imperatriz sendo ocupado por várias representantes, permanecendo em suas mãos um único objeto pertencente sempre a uma única entidade, o que reflete a perpetuação do título de rainha à Nossa Senhora. A coroa é entregue à próxima Imperatriz no dia de Corpus Christi, que se celebra na quinta-feira, após cerimônia atribuída à Santíssima Trindade. Um símbolo que o Imperador carrega em sua trajetória, nas três vezes que se apresenta em público, é a Espada. Esta, também passada em ritual a seu respectivo sucessor no dia de Corpus Christi, é o símbolo que detém o significado de poder e soberania. Sobre a espada, Chevalier & Greerbrant (1982) indicam:

*“A espada é o símbolo do estado militar e da sua virtude, a bravura, bem como sua função, o poder. O poder tem duplo aspecto: o destrutivo, mas a destruição pode ser aplicada à injustiça, à maleficência e à ignorância, e assim tornar-se positiva; e o construtivo, pois estabelece e mantém a paz e a justiça.”* (Chevalier; Greerbrant, 1982: 298)

Como citado acima, o símbolo da espada tem uma faceta dupla, que só é definida pelo contexto em que se insere, no caso, pelas mãos de quem a usa. Na Festa do Divino, a espada está nas mãos do Imperador, que exalta e se curva ao poder do Espírito Santo. Assim, o Imperador portando a espada pode significar o trabalho do poder em prol das diretrizes divinas, sendo, as batalhas, as próprias dificuldades individuais dos seres humanos ou as adversidades dos diversos cenários que os sujeitos se inserem ao longo da vida. A espada também pode significar uma força temporária nas mãos daquele que a porta, ela eterniza o significado da supremacia vigente acima das mãos humanas, neste aspecto, representa uma força divina advinda de um poder duradouro e eterno que pode se voltar para atuar na vida dos seres humanos. Algumas das atuações do Espírito Santo pela ótica dos devotos

da Igreja Católica referem-se à iluminação e à atribuição de dons divinos. Neste sentido, a espada pode ser tida como ferramenta divina, não com a função de ferir, mas sim como ícone de coragem e persistência dentro da fé.

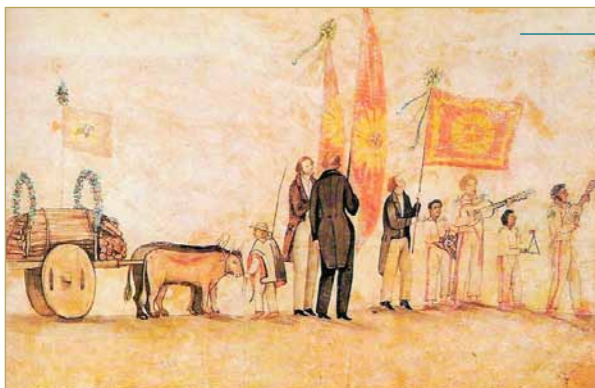
À frente do Imperador e da Imperatriz, segue o Alferes da Bandeira, que apresenta no topo do mastro, uma pomba. Esta, na simbologia cristã representa o próprio Espírito Santo. Como bem lembra Chaves (2010), a pomba está presente em várias passagens bíblicas significativas, sempre assinalando cenários de bênçãos e de prosperidade. Duas passagens enfatizadas por Chaves (2010) são: o término do dilúvio vivenciado, na Bíblia, por Noé e o batismo de Jesus. Na primeira, a pomba apresenta a Noé um galinho de oliveira, indicando que havia, naquela imensidão de água, um local em que a terra estava emersa e onde a humanidade e os outros animais terrestres poderiam viver. Isso marca um novo olhar de Deus sobre o mundo e sobre os homens, já que a ira divina dá lugar ao acolhimento. A segunda cena apontada, mostra a pomba próxima a Jesus enquanto ele era batizado, o que remete à ligação entre o humano e o divino naquele indivíduo – Jesus Cristo –, simbolizando a materialização dos caracteres e potenciais do Espírito Santo, além de trazer uma mensagem de um novo ciclo, a partir do nascimento de Jesus.

Os cânticos entoados ao longo das celebrações e das procissões evidenciam a devoção ao Espírito Santo e são repletas de agradecimentos e súplicas em direção aos dons que a entidade fornece à humanidade. Nesse sentido, cabe identificar quais são os sete dons atribuídos à força do Espírito Santo, são eles: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor a Deus. Cada dom é relacionado a uma cor. A corte apresentada em 2012 fez referência, por meio das suas vestimentas, aos dons do Espírito Santo. As crianças que representaram a nobreza nesse ano exibiram vestimentas que continham elementos das cores dos dons: azul claro, prateado, verde, vermelho, amarelo, azul escuro e roxo.

## A Festa do Divino, as famílias e a estratificação social

A participação na corte do Divino é considerada por muitas famílias descalvadenses como uma “iniciação”. Podemos considerar esse aspecto como um rito de passagem em que a criança passa a participar, de forma mais ativa, das dinâmicas da comunidade envolvida nas atividades religiosas. Lourdinha, que está em contato direto com os anseios, inquietações e expectativas das crianças – além das mães, pais, avós, tias e tios – aponta que muitas famílias, mesmo antes da criança nascer, já acenam como participantes futuras em cortes, a partir da criança que está vindo ao mundo. Muitas mães fazem promessas de que seus filhos participarão, pelo menos, uma vez da corte. Outras famílias se programam para que todas as filhas sejam, por um ano cada uma, Imperatrizes do Divino. O mesmo ocorre em relação aos meninos e o posto de Imperador. No entanto, os pais dos Imperadores, ou seus tutores, - denominados festeiros - têm um papel vital para que a Festa ocorra, já que são eles que devem promover ações que visam a arrecadação de verbas para auxiliar no pagamento de serviços e materiais relacionados à realização da Festa.

<sup>4</sup> A corte participa da novena em louvor ao Divino Espírito Santo, no entanto, os membros não utilizam a roupa de gala, mas um outro conjunto de vestimentas destinado para a apresentação da corte ao longo no contexto da novena.



### FESTA DO DIVINO

Miguelzinho Dutra - Museu Paulista

to Santo, louvado por meio das celebrações pela Igreja Católica, tem contado com a participação de amostras significativas da sociedade descavadense, não estando relacionada somente a um segmento socioeconômico. É com esse perfil heterogêneo que a corte é encarada hoje<sup>5</sup>.

## Os apêndices da Festa do Divino ontem e hoje

Juntamente aos ritos religiosos, que constituem os elementos centrais da Festa, existem os eventos sociais que estão estritamente ligados ao acontecimento religioso. Em décadas anteriores, um evento muito frequentado era o Leilão da Lenha, que era fomentado pelos fazendeiros da região. Também, eram vistas carroças enfeitadas no centro da cidade e caminhões, que marcavam um característico desfile.

*"...é o desfile das carroças, das carretas e dos caminhões, que bem ornamentados, carregados de lenha que os sitiantes e fazendeiros doam em benefício da festa e que são leiloados para isso. Às vezes, até o rinchar do velho carro de bois, parecendo surgir do passado, para também trazer sua contribuição, faz-se ouvir em meio às buzinas barulhentas dos modernos caminhões..." (Puoli, 1973, p.1)*

Atualmente, o Leilão da Lenha não é mais visto, mas vive na memória de muitos cidadãos descavadenses, como é o caso de João Martins, que indica que o referido leilão tinha como seu princípio o elemento fogo – que queimaria a lenha arrematada no evento. O fogo é um forte símbolo do Espírito Santo, já que em Pentecostes Ele se apresenta em forma de línguas de fogo. É importante ressaltar que o elemento em questão tem duas grandes capacidades: a de purificação e a de transformação. A primeira é vista a partir da esterilização que o fogo permite e a segunda pode ser observada pela transformação da matéria queimada ou aquecida.

Outro ponto interessante enfatizado por João Martins em entrevista era a sadia rivalidade entre entidades que eram representadas no Leilão da Lenha, que ocorria no sábado anterior à celebração de Pentecostes, ao meio dia. Martins conta que as pessoas com alto poder aquisitivo da cidade eram ligadas a alguma entidade assistencial. Assim formava-se uma "disputa" no que dizia respeito aos arremates das prendas, sendo oferecidos montantes para que a prenda fosse destinada à entidade que os proponentes estavam vinculados. Além da lenha, lembra Martins, leiloavam-se também animais como porcos, patos, etc. Em 2002, verificou-se que, em anos anteriores, o Leilão não mais contava com grande participação da comunidade, não se mostrando mais um meio eficaz para a obtenção de fundos para a Igreja. Nesse ano, decidiu-se, portanto, encerrar as atividades relacionadas ao Leilão, optando

Muitos fiéis, componentes da comunidade, auxiliam fornecendo como doação o seu trabalho. Este é o caso de Lourdinha, que confecciona as vestimentas sem cobrar pelo seu trabalho. Sua recompensa é contribuir para que a Festa se realize e tenha sua continuidade. É a partir de seu trabalho, detalhado e bem feito, que ela agradece e aflora sua devoção. Assim como ela, D. Neiva se dedica na organização espacial da corte, estabelecendo contato direto com as crianças para que elas saibam se orientar em meio ao andamento das celebrações. Outra pessoa que tem se destacado por auxiliar na coordenação das crianças é a senhora Regina Bonane, apontada por aqueles que têm grande envolvimento com a festa como importante agente.

A corte, anteriormente vinculada às camadas mais altas da sociedade descavadense, é hoje um pólo em que se integram membros das mais diversas classes sociais. Essa configuração se dá devido ao esforço dos componentes da comunidade que se dedicam para que a Festa do Divino seja uma tradição viva. Para abarcar sujeitos dos diversos estratos sociais descavadenses, o grupo tem estudado e aplicado estratégias para que uma criança que não tem condições financeiras de pagar o material para confeccionar seus trajes possa participar, se assim quiser. Para tanto, algumas crianças são "apadrinhadas", ou seja, têm suas despesas pagas por alguém que não é seu pai nem sua mãe. Alguns fiéis se propõem a pagar os gastos de algumas crianças que têm a vontade de participar da Festa, fazendo parte da corte, mas não têm recursos para isso.

O estrangulamento de custos é uma outra marca da organização atual do evento, já que os festeiros – pais ou tutores do Imperador e da Imperatriz – e componentes do grupo que organiza todos os anos a Festa estudam quais são as opções de compras mais viáveis e como reduzir as despesas por parte das famílias das crianças. Nesse sentido, nos deparamos com uma concepção de corte que conserva em seu bojo a nobreza espiritual, muito embora tenha uma representação, por meio dos símbolos e trajes, da nobreza social. As vestimentas que remetem à nobreza social ratificam o teor da corte, ou seja, acentuam o caractere "nobre". Seus componentes, as crianças, evidenciam o sentido que essa nobreza emana.

A Festa, portanto, por se tratar de um bem cultural do município de Descalvado, que tem como o cerne da temática o Espíri-

<sup>5</sup> Vale lembrar que, muito embora, em décadas passadas a corte estivesse atrelada à camadas mais altas da sociedade, muitas famílias de crianças que participaram dos festejos não possuíam muitos recursos, tendo sido amparadas por amigos, parentes distantes, ou membros da comunidade. No entanto, o olhar que se lançava sobre a corte era o de que ela estaria intimamente ligada à elite. Isso inibia manifestações de desejo em atuar efetivamente na Festa por parte de representantes de camadas mais baixas da população.

pela realização de bingos e rifas para se obter verbas.

Segundo Puoli (1973), outra prática existente em décadas atrás, sendo sua extinção anterior ao fim do Leilão da Lenha, era o Bando Precatório, que tinha como principal objetivo a arrecadação de oferendas e a distribuição de alimentos aos mais necessitados. "Eram os festeiros levando às casas a bandeira do Divino e recolhendo as ofertas do povo; este costume já foi abolido há tempos. Neste dia também havia farta distribuição de carne e pão aos pobres" (Puoli, 1973, p.1). Esta prática realizada há tempos em Descalvado carrega fortes elementos que remetem à memória da rainha Santa Isabel, conhecida pela sua grande generosidade e por distribuir significativas quantidades de pães aos pobres, às escondidas. Um dos milagres a ela atribuído, envolve a transformação dos pães, que carregava e que seriam doados, em flores, quando foi abordada por seu marido, D. Dinis. Na cidade de Tomar, Portugal, a festa mais tradicional é a Festa dos Tabuleiros, que acontece de quatro em quatro anos e remete à passagem da história da rainha Santa que a consagrou. Na Festa dos Tabuleiros, moças vestidas de branco e carregando tabuleiros nas cabeças ornamentados com flores e pães desfilam pelo pátio central, diante da Igreja que se situa no centro da cidade. Essa relação entre os símbolos da Festa dos Tabuleiros e a distribuição de pães que ocorria em Descalvado anteriormente se faz necessário já que fazem emergir elementos intimamente relacionados com a rainha Isabel, tida como figura histórica que deu suporte e promoveu a Festa do Divino abraçando toda a rica estrutura simbólica da corte e dos objetos envolvidos.

## Uma janela da cultura descavadense

Pairar o olhar sobre a Festa do Divino permite identificar uma rede de apoio para que a referida Festa se realize, que é característica da cidade de Descalvado. Além disso, os mecanismos criados para que se possa configurar ano a ano a estrutura da corte advém de uma adequação de condições sociais e possibilidades de tecer alternativas. As figuras que cooperam de modo voluntário com o desenvolvimento do evento, tornam-se identificadas por grande parte da comunidade, sendo que as formas de tratamento endereçados a elas são, muitas vezes, salpicados de entonações que fazem emergir a proximidade e a familiaridade provocadas pelas atividades que cumprem juntamente a tantas famílias descavadenses.

A Festa do Divino, mais que um festejo vinculado a uma ordem religiosa, representa uma expressão cultural do município de Descalvado, já que comporta elementos específicos provenientes da cultura descavadense, dos saberes da comunidade, das práticas daqueles que vivem e vivenciam a Festa, tanto a partir da égide católica como a partir da observação do fenômeno social. A Festa apresentada em Descalvado mostra, por fim, o produto das ressignificações do pertencimento de um símbolo – a Festa – primordialmente lusitano, que foi imbuído de componentes presentes na cultura do município de Descalvado.



# DESCALVADO MINERAÇÃO

No ano de 1974 a empresa Sandspar Minérios Ltda., da cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, obteve junto ao DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - o Alvará de Pesquisa para desenvolver pesquisa de areia quartzosa na Fazenda São Francisco, de propriedade de Virgílio Pozzi, localizada na estrada que liga Descalvado à Analândia, no km 01. A empresa Sandspar atuava na área, explorando minerais como o feldspato. A visão e a experiência por ela adquirida fez com que a empresa vislumbrasse, em Descalvado, um potencial fornecedor de areia quartzosa, pois as reservas minerais do município apresentavam qualidades excepcionais para fins industriais.

Outra grande vantagem era a posição geográfica do município, no centro do estado de São Paulo, com uma excelente malha rodoviária, que facilita o escoamento da produção para os centros consumidores. No ano de 1981, após a realização das pesquisas, com a constatação da existência da jazida de areia quartzosa e a apresentação dos resultados e do plano de viabilidade econômica do empreendimento, foi emitido pelo DNPM a "Portaria de Lavra" que autorizou a empresa Sandspar Minérios Ltda a se instalar e a explorar comercialmente a jazida de areia quartzosa. Nesse mesmo ano a empresa protocolou junto à CETESB - Companhia Estadual de



FOTO AÉREA da empresa em 2008



FRENTE DA LAVRA em 2010

venda de areia da empresa, dando-se aí o início formalmente de suas atividades.

No ano de 1991, com uma produção mensal de aproximadamente 10.000 toneladas de areia seca, a empresa foi adquirida pelo grupo Owens Illinois do Brasil S/A, multinacional norte-americana, líder mundial na produção de embalagens de vidro e detentora da Marca Cisper (Companhia Industrial São Paulo e Rio) para sua linha de objetos de mesa (copos, jarras, potes e outros).

A empresa, hoje, produz 50.000 toneladas/mês de areia quartzosa seca, para os segmentos industriais de vidro, fundição, cerâmica, filtro, argamassa, defensivos agrícolas, entre outros, tendo mais de 200 clientes, localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente é responsável pela geração de mais de 200 empregos no município, sendo 90 diretos, 30 funcionários próprios e 60 funcionários terceirizados, além de mais de 110 empregos indiretos.

A Mineração Descalvado tem um Programa de Recuperação das Áreas Lavradas, no qual desenvolve um plano de reflorestamento que é considerado uma referência no estado de São Paulo, onde, entre 1996 e 2011, já foram reflorestados cerca de 20.000 m<sup>2</sup> com espécies nativas do bioma do cerrado.

A Mineração Descalvado obteve a certificação na norma NBR ISO 9001, no ano de 2007, e no ano de 2008 foi a primeira mineração de areia industrial do Brasil a obter a certificação na norma NBR ISO 14001.

Um dos seus projetos é o Programa de Visitas Monitoradas: rotineiramente a Mineração Descalvado tem recebido visitas de alunos universitários, de graduação e de pós-graduação, para acompanhar o programa de gestão ambiental implantado na empresa, com ênfase no reflorestamento.

No projeto "A Mineração vai à Escola" são realizadas palestras nas escolas de Ensino Fundamental do município com o objetivo de expor a necessidade da atividade de mineração para o desenvolvimento sócioeconômico e a sua importância para o suprimento das necessidades básicas da população.

O projeto de reciclagem "Vidro é Vida", em parceria com a Prefeitura Municipal de Descalvado e com as Associações de Bairro, consiste na troca de embalagens usadas de vidro por cestas básicas para a população. Esses vidros coletados são reciclados na empresa Owens Illinois para a fabricação de novas embalagens de vidro, proporcionando a redução na extração de matérias-primas da natureza, redução no consumo de energia (gás natural) nos fornos de fusão e também o aumento da vida útil dos aterros sanitários. Outro projeto de cunho sócio ambiental que merece destaque foi realizado entre 2009 e 2010, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de reflorestamento de uma área total de 7.200 m<sup>2</sup>, no entorno da Represa da Rosária, onde foram plantadas mais de 11.000 mudas de espécies nativas de cerrado, contribuindo com a preservação desse importante manancial de água que abastece mais de 60% da população da cidade.



VISITA MONITORADA realizada em 2011



PALESTRA realizada na rede municipal de ensino em 2010

Tecnológica e Saneamento Básico - a solicitação de licença de Instalação da Empresa.

No ano de 1984 foram expedidas pela CETESB as primeiras Licenças de Instalação e de Funcionamento da empresa. No ano de 1985 a empresa Sandspar Minérios Ltda. efetuou a venda dos direitos minerários à empresa Mineração Descalvado Ltda., fundada em 7 de janeiro de 1985, tendo como proprietários Antonio Nestor Martins, de São Bernardo do Campo, José Antonio de Almeida, de Santo André, e Renato Garcia e Carlos Roberto Garcia, de Descalvado. Ainda neste ano, no dia 1 de Agosto, foi efetuada a primeira



# ANOS 1950 A 1960

Por Marcelo Pecenin<sup>1</sup>

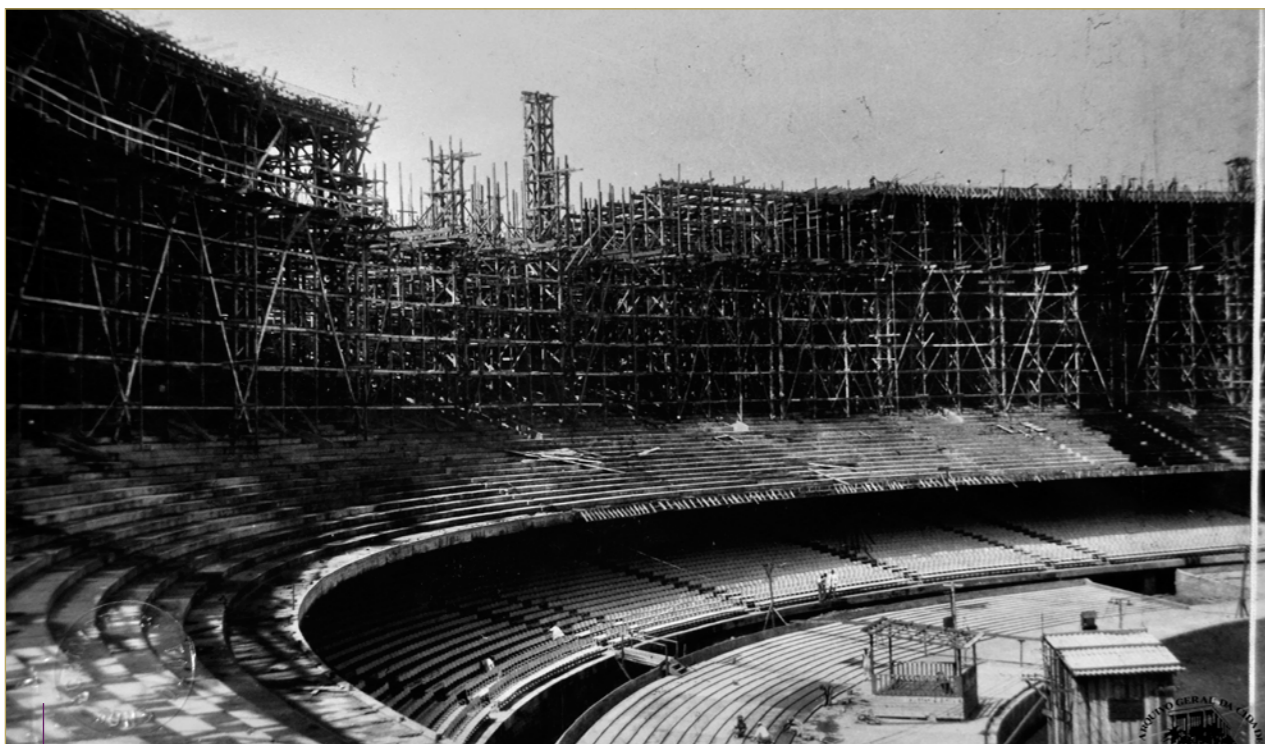
## O contexto nacional

Como é de imaginar, o Brasil da passagem dos anos 1950 para os anos 1960 era muito diferente do de hoje.

A começar pela população: quase 52 milhões de habitantes no início da década de 50 e pouco mais de 70 milhões no início da década de 60 contra os aproximadamente 193 milhões estimados em 2011. E mais da metade da população ainda vivia na zona

rural. O sonho de desenvolvimento e prestígio internacional, no entanto, vinha sendo alimentado desde o final dos anos 1940 – atualmente somos uma das oito maiores economias do planeta e referência no combate às crises financeiras.

E pareceu bastante real no ano de 1950, quando o país sediou pela primeira vez uma edição da Copa do Mundo de futebol,



### CONSTRUÇÃO DO MARACANÃ

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

<sup>1</sup> **Marcelo Fila Pecenin** é Mestre em Linguística e licenciatura em Letras, com ênfase nas línguas portuguesa e inglesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Foi professor substituto do Departamento de Letras dessa mesma instituição entre 2008 e 2009, tendo lecionado Português, Leitura e Interpretação de Texto, Comunicação e Expressão a diversos cursos de graduação. Também ministrou aulas de disciplinas da Linguística e de cursos de qualificação para os servidores técnico-administrativos. Desde 2008, é tutor virtual da UAB - Universidade Aberta do Brasil -, programa de expansão da EaD - Educação à Distância - do governo federal. Entre 2008 e 2009, integrou a equipe de material impresso da unidade da UAB instalada na UFSCar, fazendo a revisão linguística do material didático dos cursos oferecidos pela unidade. Em 2010, atuou como orientador educacional on-line de Língua Portuguesa na Redefor - Rede São Paulo de Formação Docente - programa de atualização profissional à distância voltado a professores da rede pública estadual de ensino. Entre 2010 e 2011, participou da correção das redações do SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - e do vestibular da UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Em 2011, após uma rápida experiência como gerente corporativo de uma empresa de TI (Tecnologia da Informação) sediada na capital, assumiu a Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estratégicas da Prefeitura Municipal de Descalvado.

### JUSCELINO KUBITSCHEK

Arquivo Público Mineiro



que voltara a ser realizada após 12 anos de interrupção devido aos estragos deixados na Europa pela Segunda Guerra Mundial, e construiu o Maracanã, batizado oficialmente como Estádio Jornalista Mário Filho.

Cronistas da importância do escritor José Lins do Rego, autor do romance "Fogo Morto", uma obra clássica da literatura nacional, escreviam nos jornais da época que a organização de um evento de repercussão mundial e a edificação de um templo esportivo para 200 mil espectadores certamente mostrariam ao mundo que o Brasil tinha vocação para o progresso e seguia em ritmo acelerado rumo ao seleto grupo de nações consideradas desenvolvidas, o famigerado Primeiro Mundo.

O país também estava à procura de uma identidade nacional própria. Ainda uma república jovem em comparação às tradicionais potências europeias, o Brasil ansiava uma característica ou um conjunto delas que pudesse identificá-lo e, ao mesmo tempo, destacá-lo em relação aos outros países do globo terrestre. A população ressentia-se da ausência de uma ou mais qualidades capazes de fazê-la reconhecer-se como brasileira e diferenciá-la positivamente dos outros povos.

O futebol podia suprir a carência, já que, desde os anos 1930, quando começaram a ser disputadas as Copas do Mundo, o jeito brasileiro de jogar distinguia-se dos demais pelos lances de efeito – dribles desconcertantes, passes de calcanhar, gols espetaculares, entre outros – e pela elevada capacidade de improvisação, encantando as multidões e demonstrando a supremacia verde-e-amarela numa atividade de apelo universal. Tanto que os próprios ingleses, considerados os inventores oficiais da modalidade, batizaram o estilo brasileiro de "beautiful game", que pode ser traduzido como "jogo bonito" ou "futebol-arte". Mas, contrariando todas as previsões, a seleção brasileira foi derrotada na final do Mundial de 1950, no dia 16 de julho, em pleno Maracanã lotado. E o país, que ainda não tinha se sagrado campeão do torneio, amargou uma das maiores decepções de sua história recente.

A conquista internacional era a última etapa para a consolidação da imagem vitoriosa que se delineava para o Brasil por meio do futebol.

O Maracanaço, como ficou conhecido o episódio, derrubou a autoestima nacional e, segundo o dramaturgo e cronista esportivo Nelson Rodrigues, estabeleceu o "complexo de viralata". Para o escritor, o brasileiro em geral não tinha a fibra moral necessária para impor-se, para fazer valer sua superioridade nos momentos decisivos, como a final de uma Copa do Mundo, e assim se sentia inferior aos outros povos, apequenando-se diante dos adversários e até se permitindo ser humilhado por eles – a eliminação na terceira partida da Copa de 1954, na Suíça, após goleada por 4 a 2 sofrida contra a Hungria, fez apenas acentuar o sentimento nacional de inferioridade, reforçando a tese de Rodrigues.

A esperança do desenvolvimento do país, no entanto, fortaleceu-se novamente em 1955, quando o mineiro Juscelino Kubitschek

foi eleito Presidente da República, tomando posse no ano seguinte. Seu Plano Nacional de Desenvolvimento, que continha 31 metas em áreas estratégicas da Administração Pública, prometia fazer o Brasil avançar "50 anos em cinco". Baseado no desenvolvimentismo, política econômica caracterizada pela participação ativa do Estado no crescimento da produção industrial e da infraestrutura e no aumento do consumo, o Plano de Metas facilitou a importação de máquinas e equipamentos industriais, promoveu a vinda de fábricas do exterior e investiu na abertura de estradas, na expansão da indústria pesada e na construção de uma nova capital.

Foi durante os cinco anos do mandato de JK, como o presidente também era chamado, que:

- Foram feitas as rodovias que até hoje integram diversas regiões do país, como a Régis Bittencourt (BR-116), que liga o Sudeste ao Sul, e a Rodovia Belém-Brasília (BR-153), que liga o Centro-Oeste ao Norte;
- Foram construídas as usinas hidrelétricas de Furnas, no curso do Rio Grande, e de Três Marias, no curso do Rio São Francisco – ambas em Minas Gerais;
- A Petrobrás, fundada em 1953 pelo presidente Getúlio Vargas para explorar petróleo em território nacional, dobrou sua produção;
- Foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), prestadora estatal de serviços telefônicos;
- O Brasil recebeu montadoras estrangeiras de automóveis e "ganhou" o seu primeiro porta-aviões, uma embarcação britânica capaz de transportar 1,3 mil pessoas e 14 aeronaves;
- O salário mínimo chegou, em termos reais, ao maior valor da história, e os eletrodomésticos começaram a se popularizar;



ARTHUR BERNARDES FILHO DISCURSA EM COMÍCIO ELEITORAL DE JÂNIO QUADROS

Arquivo Público Mineiro

■ Em 1960, a capital do país mudou-se do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF), cidade planejada pelo urbanista franco-brasileiro Lúcio Costa e ornamentada pelas construções criativas e exuberantes do arquiteto Oscar Niemeyer.

Embalada pelo sucesso internacional da Bossa Nova, gênero da música popular brasileira que consagrou o poeta e compositor Vinícius de Moraes e o músico Tom Jobim, a era JK foi, ainda, coroada pelo tão ansiosamente esperado primeiro título da seleção brasileira masculina de futebol numa Copa do Mundo, em 1958, na Suécia – formada por craques como Pelé e Garrincha, a equipe é considerada uma das mais notáveis de todos os tempos. Com a eleição de Jânio Quadros à presidência, em 1960, o Brasil atravessou uma fase de instabilidade política, que foi marcada pela renúncia no ano seguinte do político sul-mato-grossense radicado no estado de São Paulo, a instalação do parlamentarismo como regime político, o retorno ao presidencialismo em 1963 e a desconfiança crescente das elites em relação ao vice de Jânio e então presidente, João Goulart, o Jango, por causa de sua simpatia pelo comunismo.

A turbulência atingiu seu ponto crítico em 31 de março de 1964, quando as forças armadas destituíram Jango e tomaram o poder presidencial, inclusive com o apoio de setores conservadores da sociedade brasileira da época.

O Golpe Militar instaurou no país um longo período de ditadura que resultou na suspensão de direitos previstos na Constituição, supressão de liberdades individuais e censura.

A situação agravou-se em 1968 com a publicação do AI-5 (Ato Institucional n.º 5), que dissolveu o Congresso Nacional – a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – e cassou diversos direitos políticos dos cidadãos, abrindo alas para a perseguição, o encarceramento e a tortura física e psicológica aos que se ma-

nifestavam contrários ao governo. De quebra, esse estado de coisas forçou vários intelectuais e artistas brasileiros rotulados como subversivos pelos entusiastas da ditadura a exilarem-se fora do país.

### O contexto em Descalvado

A Descalvado da passagem dos anos 1950 para os anos 1960 ainda estava distante do desenvolvimentismo que marcou a era JK e do clima turbulento de repressão e resistência provocado pela Ditadura Militar.

Tanto que, ao desembarcar na estação ferroviária em abril de 1957, o médico piracicabano Edinir Salvador Sápia, que recebera convite para trabalhar no município, deparou-se com um cenário pouco empolgante:

*Encontrei uma cidadezinha de 12 mil habitantes, com uma igreja [de Nossa Senhora do Belém, a Igreja Matriz, no Centro] na praça, como só vi acontecer com as cidades do interior. Cheguei de trem e, quando olhei a estação, percebi que os trilhos terminavam ali; enfim estava eu em uma cidade “fim de linha” (expressão usada para as cidades onde a ferrovia terminava). Na época, as cidades que eram fim de linha não gozavam de bom conceito (SÁPIA, 2009, p. 103).*

Não estava sendo nada fácil para o forasteiro recém-chegado adaptar-se ao ritmo pacato da cidadezinha que viria a ser sua morada por mais de meio século, ainda mais porque estava habituado às movimentadas enfermarias da Santa Casa de São Paulo, onde aperfeiçoara seus conhecimentos depois de ter-se formado pela Escola Paulista de Medicina, que passou a ser chamada oficialmente de Unifesp - Universidade Federal de São Paulo - a partir de 1994:



VISTA DO JARDIM PÚBLICO CENTRAL, a partir das torres da Igreja Matriz, em 1930. Observam-se o chafariz central, no lugar do atual coreto, e o sobrado que, na época, pertencia à família Gabrielli, posteriormente comprado pelo Clube Esportivo e Recreativo Descalvadense - CERD. No fundo, à esquerda, no alto, a igreja de São Sebastião. Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

É claro que o médico-escritor não deixaria de descrever aquele que se tornaria um de seus principais ambientes de trabalho no município, o hospital da Santa Casa:

*Dormi no hotel e no dia seguinte fui com o Dr. Glenan [Leite Dias, que convidara o colega nascido piracicabano para clinicar em Descalvado] conhecer o hospital [localizado na altura do n.º 300 da Avenida Bom Jesus, no Centro].*

*Na frente, um prédio antigo central, com escadaria de mármore, onde havia duas enfermarias com oito leitos cada uma e a portaria. Ao lado esquerdo de quem entra, antes de subir as escadas, um prediozinho com seis cômodos pequenos, uma salinha de cirurgia com uma pia para lavar as mãos e um ralo no meio do chão, cuja existência me foi devidamente explicada pelo Dr. Glenan: após as cirurgias, a sala era lavada com uma mangueira que era usada para molhar as plantas do jardim, e tudo ia na direção daquele ralo (SÁPIA, 2009, p. 103-4).*

Os relatos remontam também à precariedade da estrutura e dos serviços de Saúde à disposição dos moradores de Descalvado na época, que ainda não podiam contar com o SUS (Sistema Único de Saúde) – que foi criado pela Constituição Federal de 1988

*O centro, com aquele calçamento antigo e, a 300 metros dele, para todos os lados, ruas sem calçamento, dava realmente a impressão mais de uma aldeia do que de uma cidade. Ao chegar à praça [onde se situa a Igreja Matriz], topei com um religioso de batina (naquela época, era traje obrigatório para os representantes católicos), que depois soube tratar-se do padre José Canônico [nasceu em 1913, em Minas Gerais, e assumiu o comando da Paróquia de Nossa Senhora do Belém, a santa padroeira de Descalvado, em 1946, permanecendo no posto até 1997. Faleceu em 2003].*

*(...)*  
*Ao lado da praça, havia um casarão enorme e, na janela estava o João Miquim, colega meu dos tempos do Colégio Santo Antônio de Limeira. Desci um pouco a praça, virei à direita e entrei num bar chamado Buraco da Onça [localizado na Rua Bezerra Paes, n.º 370]. Ali encontrei, jogando sinuca, outros dois colegas antigos do colégio: Antoninho Gaio e José Inácio. Depois encontrei o Felipe Gaio, mais velho que eu, mas muito conhecido em Limeira porque jogava no Internacional. Encontrei muitos outros ex-colegas e foi naquele dia que fiquei sabendo por que o Colégio Santo Antônio tinha tantos alunos descalvadenses: era porque ele havia começado em Descalvado, e “Seu” Antônio Queiroz se transferira para Limeira na década de 20 (SÁPIA, 2009, p. 103).*

DR. EDINIR SALVADOR SÁPIA (1950)

Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima



para garantir a toda a população brasileira acesso ao atendimento público e gratuito de saúde: "Havia na cidade cinco médicos, mas os que tocavam a Santa Casa eram o Dr. Glenan e meu futuro compadre, o Dr. Humberto Gabrielli (SÁPIA, 2009, p.109)":

(...) a Previdência (...) não funcionava; tínhamos de atender indigentes no consultório e na Santa Casa. Poucos eram os doentes que se internavam como particulares; mesmo assim, alguns pulavam o muro do hospital na madrugada, em geral na véspera de receber alta, para não pagar (SÁPIA, 2009, p. 101).

Havia também um pequeno aparelho de anestesia chamado Máscara de Ombredane, tão antigo que eu só o conhecia em figura de livro. (...)

Não havia banco de sangue, e em sua maior parte as transfusões eram feitas diretamente, braço a braço, sem fazer coleta, método que eu também desconhecia.

(...)

(...) presenciei um colega (...) fazendo uma cesárea com os familiares todos presentes, ocupando parte do corredor e da sala de cirurgia, inclusive um deles fumando ali dentro.

(...)

Concluí então que a maioria atendida naquele nosocômio [hospital] era indigente, uma vez que havia cobertura nenhuma da Previdência, e vez por outra morria uma parturiente. (...) a incidência de partos distócicos (que apresentam complicações) era grande porque os partos normais e muitos com fórceps eram feitos em residências, principalmente na zona rural.

(...)

Presenciei uma curetagem sem anestesia em uma senhora com abortamento incompleto e jamais poderia imaginar que isso acontecesse em plenos meados do século XX (SÁPIA, 2009, p. 105-7).

Custaria a mim acreditar que aquilo funcionava se não tivesse visto com meus próprios olhos. Não tinha nada a ver com o que eu havia aprendido no curso médico e nas minhas andanças pela Santa Casa de São Paulo (SÁPIA, 2009, p. 104).

## A política

O prefeito de Descalvado quando o Dr. Sápia chegou à cidade era Jayme Regallo Pereira, do PSB - Partido Socialista Brasileiro. Ele fora eleito em 1955 com 1.208 votos, ao lado de Ângelo Paganotto, o vice-prefeito, com 1.122 votos – o eleitorado no município era composto por cerca de três mil cidadãos, e os cargos de prefeito e vice-prefeito ainda eram escolhidos separadamente.

Natural do Amazonas, Regallo Pereira era major da reserva do Exército Brasileiro e aposentou-se como professor da Faculdade de Medicina da USP - Universidade de São Paulo.

Entre suas realizações como chefe do Poder Executivo local, o historiador descaldadense Luiz Carlindo Kastein, baseado nos registros do servidor público municipal aposentado Mário Ângelo Zambeli, destaca:

- Construção do Parque Infantil Municipal "Maria Grassi" na esquina das ruas 15 de novembro com José Bonifácio, onde hoje é a estação rodoviária [Juvenal de Souza, localizada exa-

tamente na Rua 15 de Novembro, n.º 444, no Centro. A denominação do parque infantil, o primeiro da cidade, é uma homenagem à garota que recepcionou o Imperador Dom Pedro II em sua visita a Descalvado, no dia 30 de outubro de 1886. Na ocasião, a menina tinha 12 anos e entregou um ramalhete de flores à imperatriz Teresa Cristina de Bourbon como presente de boas-vindas];

- Confeção do brasão do município;
- Construção em conjunto com o Governador do Estado Jânio Quadros da ponte de concreto sobre o rio Mogi-Guaçu, ligando Descalvado à Usina Santa Rita. Obra iniciada em 30 de novembro de 1958 e concluída em 30 de novembro de 1959 (ZAMBELI apud KASTEIN, 1996, p. 18).

Por sua vez, a "A folha do povo", periódico que circulava no município desde 1957, ao noticiar o falecimento do político, ocorrido no dia 14 de agosto de 1963 aos 73 anos de idade, lembrava que:

Quando Prefeito Municipal de Descalvado, muito fêz para grandeza e progresso do município, como: moralização das finanças municipais, construção do Parque Infantil, serviço de assistência hospitalar, transladação dos restos mortais do Cemitério Velho, planejamento e estudos dos serviços de água e esgotos, construção de ponto de onibus, mictório público, confecção do brasão d'armas da cidade, instalação de telefones, construção de necrotério no cemitério, colônia de férias para alunos das escolas municipais, serviços de calçamentos, esgotos, assistência médica, transporte de enfermos para o Hospital das clínicas, instalação de escolas municipais, natal das crianças pobres, etc. (A FOLHA DO POVO, 1963 apud LIMA, 2009, p. 95).

De fato, em 1958, o prefeito Jayme Regallo Pereira desativou o tal Cemitério Velho e o transformou na Praça da Santa Cruz das Almas, onde foi erguida em 1964 uma capela de mesmo nome pelo prefeito José Ramalho Gabrielli. A necrópole havia sido inaugurada em 1869 no quarteirão formado pelos cruzamentos entre as ruas José Bonifácio, Pedro de Alcântara Camargo, 24 de Outubro e 28 de Fevereiro, no bairro Santa Cruz dos Operários. Segundo Kastein (1996), o fechamento do cemitério antigo e a transferência dos restos mortais abrigado ali para o Cemitério Municipal, construído em 1893 na zona leste da cidade a fim de conter a contaminação da população pela epidemia de febre amarela que se alastrava na época, foram "(...) iniciativas necessárias, dado o completo abandono em que se encontrava o antigo campo santo da cidade, o Cemitério Velho da expressão popular" (KASTEIN, 1996, p. 53).

A Câmara Municipal, que chegava à sua 3ª Legislatura após a revogação da suspensão imposta ao Poder Legislativo pelo Estado Novo, era composta por 11 vereadores e foi presidida por Victório Domingos Sabongi em 1956 e pelo jornalista Mário Joaquim Filla de 1957 a 1959.

Aliás, o político, que foi eleito para outras cinco legislaturas e fundou o jornal "O comércio" em 1960 em parceria com Paulo Belli, dá nome ao plenário da Câmara, numa homenagem ao fato de ter sido o vereador que por mais tempo ocupou a presidência da casa legislativa: nove anos, de 1957 a 1960 e em 1964, 1965, 1969, 1973 e 1974.



PELOTÃO DE ESTUDANTES NO DESFILE EM 1953, em frente ao prédio da antiga Câmara Municipal, na avenida Guerino-Oswaldo. Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

1968, o que lhe rendeu a definição de "político nato" (KASTEIN, 1996, p. 65). Também foi 3º Sargento da Reserva do Exército Brasileiro e o vereador mais votado nas eleições de 1955 e de 1963. De acordo com os arquivos de Zambeli, o chefe do Poder Executivo local no mandato 1960-1963 executou as seguintes ações:

- Início da construção em 1963 do reservatório subterrâneo com capacidade para um milhão e cem mil litros no Bairro Jardim Belém;
- Construção do prédio da Prefeitura e da Câmara Municipal na avenida Guerino-Oswaldo [n.º 446, no Centro. A obra foi inaugurada em julho de 1963]; (...)
- Início da construção em 1962 da via de acesso à rodovia SP-215 [a via chama-se Antonio Benedito Paschoal, foi aberta na zona leste da cidade e tornou mais fácil e rápido o acesso a Porto Ferreira (18 km a nordeste de Descalvado)]; (...)
- Doação de terreno e colaboração na construção no ano de 1962 do prédio da Casa da Lavoura, na esquina das ruas José Rodrigues Penteado com Coronel Manoel Leme [exatamente na Rua José Rodrigues Penteado, n.º 27, no Centro] (ZAMBELI apud KASTEIN, 1996, p. 18).

O abastecimento de água, ou melhor, a precariedade do serviço em Descalvado parecia ser mesmo um dos alvos preferidos da atuação do prefeito Deolindo Zaffalon, reforçando sua preocupação com o "(...) interesse maior do Município e dos humildes e carentes" (KASTEIN, 1995, p. 65) pela qual ficaram conhecidas

Foi de Mário Filla a indicação em 1956 da criação um segundo brasão de armas para o município – o primeiro fora confeccionado ainda em 22 de abril de 1865 por ocasião da emancipação política de Descalvado. Inspirada em medida adotada em várias cidades brasileiras depois da redemocratização do país, a proposição foi transformada na Lei Municipal n.º 28, de 5 novembro de 1956, e atribuiu oficialmente à cidade um novo escudo, o qual passaria a ser utilizado não só em atos e documentos institucionais do Poder Público local, mas também para a identificação da municipalidade. Neste sentido, vale conferir a explicação do historiador Kastein sobre a simbologia do então novo brasão:

Atendendo, com inteira felicidade, tanto a descrição física do Município como, também, imprimindo realce à sua formação católica, o Brasão de Armas de Descalvado, pela constituição e cores, oficialmente evoca, na flor-de-lis, o culto a Nossa Senhora, Padroeira da Cidade, sob a expressão mariana de Nossa Senhora do Belém. O azul do campo simboliza o céu, o clima ameno do Município e por analogia, a crença religiosa dos munícipes. Na ponta, o mantel de ouro representa o pico do Morro do Descalvado que emprestou sua denominação ao Município e à Cidade. À direita e à esquerda, os ramos de café frutado relembram que a cafeicultura foi a base da formação social e do progresso do Município. A prata do listel simboliza a pureza, a lealdade dos propósitos, a fé inabalável daqueles que vivem sob a proteção de Nossa Senhora do Belém. O mote, que é uma referência à cidade de Belém, na Judéia, pequena em tamanho mas tornada grande, histórica e religiosamente, pelo nascimento de Cristo, aí, ocorrido; assenta bem para com Descalvado, que nasceu Freguezia de Nossa Senhora do Belém do Descalvado; que foi posteriormente, Município e, também Comarca do Belém do Descalvado; e que para seus filhos e habitantes, jamais será a menor, entre as outras, embora possa ser pequena materialmente. O dístico sem sombra de dúvida reflete o nobre povo descaldadense: – NEQUAQUAM MINIMA ES – "De maneira alguma é a menor" (KASTEIN, 1996, p. 78).

Em outubro de 1959, foram realizadas novas eleições municipais, e estas foram vencidas por Deolindo Zaffalon, do PTN -Partido Trabalhista Nacional, com 1.721 votos ou 58,12% dos votos válidos. A dobradinha do partido foi feita por Waldomiro Bortolotto, que se elegeu vice-prefeito com 1.571 votos.

Nascido em Descalvado, Deolindo (1918-1983) chegava ao seu segundo mandato como prefeito – o primeiro havia sido de 1952 a 1955 – e ainda seria eleito mais uma vez para o cargo, em



BRASÃO DE ARMAS DE DESCALVADO

as suas administrações.

E sob o título “Nova bomba e motor para água da cidade”, “A folha do povo” noticiava no dia 2 de janeiro de 1963 que:

*O Sr. Deolindo Zaffalon, Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Câmara Municipal, seguiu quarta-feira última, para a Capital, afim de adquirir (...) um conjunto Bomba e Motor, além da Chave de Proteção (...)*

*(...) referida Bomba, Motor e Chave de Proteção (...) leva da represa da Rosária ao Reservatório Cerantola, 100.000 litros de água por hora, que irão abastecer a parte alta da cidade, recarando as demais derivações.*

*Essa nova instalação, virá de momento atender a falta de água, tão reclamada pela população.*

*(...)*

*Estará assim, dentro de 50 dias, solucionado em parte, o crucial problema da falta d'água (A FOLHA DO POVO, 1963 apud LIMA, 2009, p. 94).*

Em 1964 foi José Ramalho Gabrielli (1922-1972) quem tomou posse como prefeito, após derrotar Waldomiro Bortoletto nas urnas por diferença de 107 votos, o resultado eleitoral mais “apertado” da história do município em termos absolutos – o número de eleitores na época era de quase quatro mil. O médico Edinir Salvador Sápia, que já estava na cidade há mais de cinco anos, revela em seu livro de memórias os bastidores da campanha política vitoriosa, da qual participou como estrategista:

*Fui procurado pelo meu amigo José Ramalho Gabrielli, candidato a prefeito para as eleições de 1963. Opinei que para isso seria necessário apoio do prefeito Deolindo Zaffalon, e a resposta foi que estava mais ou menos encaminhado para que isso se concretizasse. Para minha surpresa, quando cheguei ao ano seguinte [o médico viajara à Espanha para fazer pós-graduação], mais ou menos três meses antes das eleições, vi que a situação havia mudado. A aliança com o prefeito não se concretizou, e o meu amigo estava sozinho na parada. Foi então que fizemos uma reunião com políticos candidatos a vereador, e com grande força eleitoral, para que na medida do possível alcançássemos o êxito desejado. Foi uma parada duríssima, e ganhamos as eleições por diferença muito pequena de votos (SÁPIA, 2009, p. 259).*

Nascido em Descalvado à semelhança de seu antecessor, Zé Gabrielli formou-se pelo Instituto de Educação de Pirassununga, lecionou na Escola Estadual José Ferreira da Silva – foi denominada anteriormente de Ginásio Estadual de Descalvado, Escola Normal de Descalvado e Instituto de Educação Estadual José Ferreira da Silva – e destacou-se como técnico da seleção feminina de basquete do Cerd (Clube Esportivo e Recreativo Descalvadense) campeã estadual na década de 50.

Como chefe do Poder Executivo local, incrementou as obras voltadas à melhoria do abastecimento de água no município e investiu em infraestrutura urbana, educação e saúde:

- Conclusão em 1965 das obras de construção do reservatório subterrâneo com capacidade para 1 milhão e cem mil litros, no reservatório Ambrózio Pierobom, no bairro Jardim Belém;



**TIME DE BASQUETEBOL FEMININO DO CERD, campeão, em 1952, do Campeonato do Interior, realizado em Campinas. Em pé, da esquerda para a direita, Maria Célia, Ana Maria Cardoso Pozzi, Dione Pozzi, Maria Porto, Dirlene Pozzi, Dileta Gabrielli e Marília Worchech Gabrielli. Agachadas, da esquerda para a direita, Astir, Rosa Naufel, Aparecida Cardoso, Nilcéia e Alice Lúcia Pozzi Casati**  
Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

- Interligação em 1967 dos reservatórios subterrâneo e elevado, do reservatório Ambrózio Pierobom, e a implantação da nova rede de abastecimento da cidade;
  - (...)
  - Asfaltamento em 1967 das primeiras ruas do bairro do Jardim Belém a partir da Rua Paula Carvalho, no sentido sul;
  - Construção do prédio para o Parque Infantil Municipal [hoje classificado como Escola Municipal de Educação Infantil – Emei] “Paulo Roberto Jordão”, na esquina das Ruas Dr. Anastácio Viana com Nicolau Antonio Lobo; (...)
  - Construção em 1967 da nova barragem da Represa do Rosária [na região sudoeste da cidade], ampliando sua capacidade em cinco vezes, com a construção da nova casa das bombas, possibilitando um bombeamento bem maior para o reservatório Ambrózio Pierobom;
  - Construção em 1967 do prédio do Parque Infantil Municipal Santa Cruz das Almas, localizado na esquina das Ruas Pedro Alcântara Camargo com Dr. Hugo Pereira de Abreu [exatamente na Rua Pedro Alcântara Camargo, n.º 35, na Santa Cruz dos Operários, onde hoje funciona a EMEI Monsenhor José Canônico]; (...)
  - Construção em 1968 juntamente com o Governo do estado do prédio do Centro de Saúde na rua Bezerra Paes [n.º 221, no Centro]; (...)
  - Construção de uma galeria para captação de águas pluviais pela avenida Guerino-Oswaldo, lado direito para quem demanda à cidade de Porto Ferreira, passando por debaixo da via de acesso à SP-215, na altura da saída da cidade;
  - Construção da primeira galeria de águas pluviais com tubos para captação com início na Rua Conselheiro Antonio Prado, esquina com a Rua Bezerra Paes, com término no Córrego da Prata... (ZAMBELL apud KASTEIN, 1996, p. 18).
- Ainda no que tange à educação, foi criada em março de 1959 a Escola Técnica de Comércio, pelo industriário e comerciante



**INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO URBANA, com paralelepípedos, em 1940, na rua Bezerra Paes, entre a Avenida Guerino-Oswaldo e a rua Barão do Descalvado. Observa-se, à direita, o prédio do Cine São José, em seguida uma barbearia, tal como existe até hoje, a residência da família Elias e, onde está outra casa comercial, à esquerda, foi construído o atual prédio do Banco Santander**  
Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

do segmento de tecidos Domingos Gentil. O estabelecimento, que em seu segundo ano de funcionamento instalou-se na Rua Bezerra Paes, n.º 134, no Centro, oferecia o curso de Técnico em Contabilidade, com equivalência de Ensino Médio. Com a formatura da primeira turma, em 1962, a Escola de Comércio passou a chamar-se Colégio Comercial de Descalvado. A mudança de endereço propiciou a vinda do CE - Centro Educacional - Sesi 205 para a cidade em fevereiro de 1964. A escola, que abrigava turmas de Ensino Fundamental e oferecia aulas de Artes Industriais e outros cursos de iniciação profissional, manteve-se na Rua Bezerra Paes até 1972, quando se transferiu juntamente com o Colégio Comercial para a Rua Cândido Rodrigues, n.º 20, também no Centro, em prédio construído pelo prefeito Deolindo Zaffalon e denominado Unidade Municipal Prof.ª Antonia Tenan Schlittler.

As conquistas na área do ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que colocavam Descalvado em posição privilegiada num Brasil onde aproximadamente metade da população não era alfabetizada, alinhavam o município à disseminação da



educação técnico-profissionalizante provocada pela demanda aquecida por mão de obra qualificada e especializada para abastecer a indústria no país, que se encontrava em franca expansão graças à política desenvolvimentista do governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Esse status de vanguarda era, ainda, reforçado pela feira de ciências realizada pelo Cedec - Centro Descalvadense de Cultura, entidade composta por estudantes de Descalvado e região e universitários de diversas partes do estado de São Paulo. Luiz Carlindo Kastein (1996) conta que o evento, que estava inserido no calendário de festividades em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, atraía grande quantidade de participantes e visitantes, lotando todas as salas do Ginásio Estadual, onde passou a ser sediado após a estreia no antigo prédio da Prefeitura Municipal.

No âmbito do transporte coletivo, Descalvado ainda não possuía estação rodoviária, a qual foi construída em 1971 por Deolindo e recebeu o nome do portador da primeira carteira de motorista expedida pela prefeitura do município, Juvenal de Souza. A cidade, no entanto, contava com pontos de ônibus intermunicipais, e o quarto deles foi instalado em 1956 pelo prefeito Jayme Regallo Pereira na altura do n.º 470 da Rua José Bonifácio, ao lado da Praça da Matriz. O quinto ponto foi inaugurado na década de 60 na mesma rua, mas na altura do n.º 540.

É também desse período, a Telefônica Descalvado S/A, fundada no dia 5 de maio de 1964 por iniciativa de Alberto Sundfeld, então presidente do Rotary Club na cidade, José Serpentino e Domingos Tallarico. A companhia nasceu para ampliar e melhorar os serviços de telecomunicações disponíveis no município, que eram prestados pela Empresa Antônio Zerbetto, de Pirassununga (36 km a sudeste de Descalvado).

Na crônica “História do telefone em Descalvado”, o ex-gerente geral da Telefônica local Diógenes Gilberto Medeiros, ao argumentar sobre a necessidade da criação da empresa, lembra as dificuldades e as limitações dos telefonemas da época:

*(...) para se completar uma ligação interurbana com a cidade de São Paulo, demorava um dia e quando completada, as pessoas ao telefone não se ouviam; uma ligação com São Carlos só era possível através de uma linha que a Companhia Paulista de Eletricidade mantinha para seus serviços e o recado era transmitido por mensageiro. Quem precisasse fazer um recado urgente, tinha que se deslocar de carro por estradas de pedregulhos numa viagem de quase duas horas, até o “Bar Gruta Azul” de São Carlos, e lá... esperar algumas horas (MEDEIROS apud KASTEIN, 1996, p. 47).*

Na tentativa de cumprir as metas, a Telefônica Descalvado celebrou contrato com a Siemens do Brasil, unidade nacional da alemã Siemens AG do setor de energia elétrica e telecomunicações, a fim de adquirir equipamentos necessários à modernização da infraestrutura de telefonia e construiu um prédio comercial próprio, na Rua Orderigo Gabrielli, n.º 566, no Centro, o qual foi

**ESTUDANTES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE DESCALVADO, na década de 1950**  
Acervo Particular de Márcio Aparecido Zanatta

inaugurado no dia 29 de junho de 1966.

## A economia

Três atividades representaram os ciclos econômicos vigentes em Descalvado na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, anunciando a pluralidade que caracterizaria a economia local a partir do início do século XXI: tecelagem, avicultura e extração mineral. A indústria têxtil vinha embalada no município desde a década de 30, e as unidades fabris do segmento ganharam notoriedade predominantemente pela produção de brim, tecido resistente de algodão utilizado na confecção de roupas resistentes, bolsas e forros para sofá. “A maioria das indústrias têxteis fabricava brim, tecido muito usado na época, e o brim de Descalvado era famoso”, comenta o Dr. Sápia (2009, p. 114).

A primeira tecelagem da cidade foi fundada em 1924, pelos irmãos Fernando e Orderigo Gabrielli, e chamava-se Santa Maria. Os Gabrielli, aliás, destacaram-se no setor, abrindo, ainda, outras três fábricas: em 1935, a Tecelagem São José, de Orderigo; e, em 1936, as Tecelagens São Gabriel, dos irmãos Fernando e João, e São Lourenço, dos irmãos Lourenço e Spadarco.

Além deles, famílias que até hoje são referência na cidade montaram a sua própria indústria durante os cerca de 40 anos de êxito da atividade têxtil em Descalvado. Neste sentido, vale citar:

- A Tecelagem Nossa Senhora do Belém, criada em 1936 por Domingos Tallarico, Cármine Paschoal, Felício de Falco, Ernesto Pinca e Vito Gaia Puoli;
- A Tecelagem Santa Delfina, criada em 1938 por Nicola Lamano, Ângelo José Mussolini, Dr. José Alvarenga e Rafael Alvarenga;
- A Tecelagem e Fiação São Rafael, também de 1938, mas fundada por Sylvio Alves de Oliveira Guimarães, Prof. Octaviano Luiz de Camargo Júnior, Alfredo Sabongi e Inácio Ajam.

O setor amargou recessão ao longo da década de 40, mas se recuperou no início dos anos 1950, quando surgiram a Tecelagem São Dimas (1954), de Ricardo Garbin, Plínio Dias da Silva e Paulo Casati Filho; a Têxtil Santa Rosa (1954), de Cármine Paschoal, Francisco Ravasi, Henrique Ravasi e Antonio de Falco Sobrinho; e as Tecelagens Santa Catarina e Santo Antônio e a Têxtil Progresso (1958). As dificuldades, no entanto, voltaram a aparecer na segunda metade da década e, desta vez, seriam fatais. Sápia (2009) aponta a concorrência do brim com tecidos mais modernos – nácron e



tergal, principalmente – como o principal motivo para a derrocada da indústria têxtil em Descalvado.

Por sua vez, o Prof. Gerson Álfio de Marco, historiador e poeta, no texto “Ciclos econômicos”, acrescenta que:

*[a indústria têxtil] começa a entrar em decadência, pela falta de instalação de uma moderna fiação que seria uma grande solução para a matéria prima (fios de algodão); falta de organização de sua maquinaria para concorrer com outros centros industriais adiantados, e, tendo, ainda, contra si, uma lamentável aventura industrial com as tumultuadas aquisições de fábricas sem o objetivo de melhoria ou de modernização ou expansão. Assim a partir de 1966 foram se fechando aos poucos (MARCO apud KASTEIN, 1996, p.26).*

A avicultura começou em Descalvado na década de 50 e ganhou força como alternativa econômica viável à falência da indústria têxtil na cidade. “De início, a população se dedicou em massa àquela atividade”, recorda o Dr. Sápia (2009, p. 114).

Além disso, as condições locais eram adequadas à atividade: Marco (apud KASTEIN, 1996, p. 26) resalta o “clima privilegiado”, e o médico, as dimensões avantajadas da zona rural do município, cuja extensão territorial passa dos 755 km².

As primeiras iniciativas descaldenses no segmento couberam novamente aos Gabrielli. Só que, desta vez, eles estavam acompanhados das famílias Chiarello e Fregonezi.

Porém, os frutos iniciais da empreitada, colhidos com galinhas poedeiras e depois com frango de corte, não foram muito animadores:

*(...) os resultados financeiros eram sempre incertos, e a avicultura ocupava pouca mão de obra. Poucos foram os que se aventuraram no ramo e se saíram bem; (...) a maior parte não se beneficiou muito (SÁPIA, 2009, p. 114).*

De qualquer forma, a ousadia dos pioneiros abriu caminho para a chegada do que o historiador classifica como “fase áurea” da avicultura no município (MARCO apud KASTEIN, 1996, p. 26), em meados dos anos 1970, quando a Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Mogi-Guaçu possuía 380 avicultores em seu quadro de associados e surgiam na cidade diversas empresas envolvidas com a atividade, como fabricantes de ração, produtoras de implementos especializados e indústrias de equipamentos avícolas. No dia 12 de abril de 1967, após reunião na sede social do Nosso Clube, que ainda estava instalada na Rua 24 de Outubro, n.º 454, no Centro, foi fundada a UAD - União dos Avicultores de Descalvado.

A entidade foi idealizada naquele ano numa conversa entre granjeiros no “cantinho dos negócios”, formado pelo cruzamento da Avenida Guerino-Oswaldo com a Rua Cel. Rafael Tobias, também no Centro. O local tinha essa alcunha por causa da grande quantidade de empresários e outros profissionais que convergiam para lá a fim de falar de trabalho.

**TECELAGEM SÃO JOSÉ**, na rua Bezerra Paes, na esquina com a rua Conselheiro Antonio Prado  
Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima



**EXTRAÇÃO DE PEDRA E PRODUÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS** para calçamento de ruas, em 1950  
Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

Até a sua extinção, na década de 70, a União organizou seis edições da Festa da Avicultura, que concentrava, num mesmo espaço, a exposição de técnicas de manejo avícola e um restaurante especializado em preparar e servir diversos pratos à base de frango. O evento, que inicialmente se chamava Festa do Granjeiro e era realizado ao lado do Ginásio, passou a atrair visitantes de vários lugares e, por isso, foi incluído no Calendário Turístico do Estado, ganhando data e local fixos – o mês de julho e a Rua José Quirino Ribeiro, n.º 55, no Centro.

A mineração em Descalvado também teve início por volta da metade do século XX, com a extração de paralelepípedos para o calçamento das ruas principais da cidade. Posteriormente, devido ao uso de asfalto na pavimentação das vias públicas, o material dos paralelepípedos passou a ser utilizado na fabricação de pedras portuguesas, que foram aplicadas na cobertura de calçadas, inclusive em pontos turísticos famosos:

*(...) Descalvado as forneceu [as pedrinhas portuguesas] para várias cidades, inclusive o Rio de Janeiro onde o leito de calçadas que margeiam importantes ruas e avenidas recebiam a aplicação das ‘pedrinhas de Descalvado’, nos conhecidos desenhos tipo ‘Copacabana’ [o Calçamento de Copacabana, com 4,15 km de extensão, é um dos símbolos da capital fluminense e está localizado em bairro nobre da zona sul da cidade]” (MARCO apud KASTEIN, 1996, p. 26).*

No dia 2 de fevereiro de 1959, a Mineração Jundu começou a

extrair areia em Descalvado, explorando as jazidas que, segundo o verbete da enciclopédia eletrônica Wikipedia dedicado ao município, abastecem atualmente 70% do mercado brasileiro de embalagens e 90% do mercado de fundição.

Quatro anos depois, graças ao sucesso da atividade, a empresa levou para a cidade seu departamento administrativo, então sediado em São Paulo (246 km ao sul de Descalvado).

## A vida social

Enquanto os homens de negócios se reuniam no Bar 4 Cantos para trocar informações comerciais e discutir a compra, venda e troca de automóveis, casas, propriedades rurais etc., a sociedade descaldense em geral na passagem dos anos 1950 para os anos 1960 divertia-se nas animadas quermesses em louvor a São Sebastião, realizadas em janeiro em bairro homônimo na região oeste da cidade, a Santa Terezinha, sediadas no bairro Butiá, e a São Benedito, Santo Antonio e a São Judas Tadeu, que eram organizadas em julho na zona sul a fim de aproveitar a Cavalaria Antoniana, procissão hípica instituída em 1948 pelo padre José Canônico.

Mas a festa de caráter religioso mais tradicional e frequentada era a da Padroeira, que celebra em uma única ocasião a santa protetora de Descalvado e a data de fundação do município: o dia 8 de setembro. A descrição que o Prof. Gerson Álfio de Marco fez das festividades, muito embora tenha mais de 30 anos, retrata como são até hoje o cenário e a dinâmica do evento:



**NÚCLEO URBANO DE DESCALVADO EM 1939.** Observa-se, à esquerda da Igreja Matriz, dois grandes quarteirões vazios. O primeiro deles onde, posteriormente, foi construído o Ginásio Estadual de Descalvado, atualmente Escola Estadual “José Ferreira da Silva”. O segundo, logo acima, como área residencial  
Acervo Particular de Luiz Carlos de Lima

[A Festa da Padroeira] Reúne festejos cívicos, sociais, esportivos e religiosos. Na Praça da Matriz, realiza-se a tradicional quermesse com barracas de prendas, jogos, doces, sortérios. No meio da rua Barão do Descalvado fica a barraca da ceia, que a cada ano serve como ponto de encontro de todos os descaldenses aqui residentes e dos que convergem de suas novas residências em outros Municípios na devoção à Padroeira (MARCO apud KASTEIN, 1996, p. 34).

Faziam parte do calendário de festividades do município, ainda, a Festa da Avicultura e a festa do Lar Escola Imaculada Conceição – esta se caracterizava pela venda de comidas e bebidas visando ao custeio da entidade, que abrigava meninas abandonadas. Fosse pelos bailes de carnaval ou de gala no salão social ou por sua praça de esportes, o CERD - Clube Esportivo e Recreativo Descalvadense - também era muito movimentado. Fundado em 1940, o clube ocupava inicialmente a sede da extinta Sociedade Fratellanza Italiana, na Rua 24 de Outubro, n.º 454, no Centro. Mas em 1955 adquiriu um prédio próprio, localizado na Rua Barão do Descalvado, n.º 383, também na região central. Em 1964, procedeu à mudança de endereço de seu complexo esportivo: das redondezas da EE José Ferreira da Silva para o campo de polo da Sociedade Hípica Descalvadense, ao lado da capela de São Benedito, no Jardim Belém. No local, que foi recebido em doação feita pelo então presidente da entidade, o médico e jogador de polo Glenan Dias, o clube construiu o estádio de futebol Felisberto Bortoletto, espaço para a prática

de outras modalidades e piscinas.

O Nosso Clube Sociedade Esportiva foi outra agremiação que nasceu naquele momento. Iniciou suas atividades no prédio da Fratellanza Italiana à semelhança do CERD. Mas preferiu manter-se no endereço, erguendo ali mesmo, na década de 60, uma nova sede. Hoje o clube, que conta com salão social e complexo esportivo, situa-se na Rua 22 de Abril, n.º 159, no Residencial Morumbi.

O Buraco da Onça, bar onde o dr. Edinir Salvador Sápia encontrou ex-colegas de colégio em Limeira ao chegar em Descalvado em 1957, era ponto de encontro para quem gostava de tomar café e jogar sinuca – devido aos costumes do período, o estabelecimento era frequentado majoritariamente por homens.

Os casais que preferiam a tranquilidade e o conforto do lar convidavam os amigos para animadas partidas de baralho, regadas a cerveja, vinho ou uísque e intervaladas por muito bate-papo – buraco e caxeta eram os jogos de cartas mais comuns.

A população do período também buscava entretenimento e lazer no Cine São José, que funcionava na Rua Bezerra Paes, n.º 343, no Centro, e mais tarde recebeu o nome de Cine Umuarama, e no Cine Belém, que se manteve em atividade de 1964 a 66, no Centro Pastoral, popularmente conhecido como Sede Paroquial, na Rua Barão do Descalvado, s/n.º, também no Centro – a TV consolidou-se em Descalvado apenas no início dos anos 1970 graças à criação do Serviço Municipal de Televisão e à instalação de transmissores no ponto mais alto do município, o Morro Descalvado.

E por falar em cinema, a cidade foi escolhida como um dos “sets” do longa- metragem “Lá no meu sertão” (1961), do roteirista e diretor Eduardo Llorente. Estrelado pela dupla de música sertaneja Tonico e Tinoco, o filme traz cenas do Salto do Pântano e das Fazendas Santa Maria, da família Pozzi, e Lagoa Alta, da família Romantini, além de contar com a participação de vários descaldenses.

Ademais, o Cine São José compunha o cenário de uma das atividades favoritas da juventude da época: o passeio no murinho. O termo, do qual derivavam expressões recorrentes como “Te encontro no murinho” ou “Vamos sentar no murinho”, originou-se da espécie de mureta circular erguida na calçada em torno da Praça da Matriz, sobre a qual foram colocados bancos de concreto nos trechos mais altos, como na Rua Bezerra Paes. Presença frequente à fase áurea do murinho, o historiador Luiz Carlindo Kastein relata na crônica “O calçadão e o murinho” como eram os passeios no local e a movimentação dos diferentes públicos que ficavam por lá:

(...) referia-se a fazer “footing” [em português: “passeio”] no calçadão do centro. Ir ao murinho compreendia “fazer praça”, no trecho da [rua] Barão do Descalvado que ia da Sede Paroquial até a confluência com a [rua] Bezerra Paes, por onde descia até atingir o Serviço de Alto Falantes Descalvado, um pouco abaixo do Cine São José. Normalmente as mulheres passeavam por este trecho, enquanto os homens “marcavam ponto”, em lugares fixos. Era interessante, que cada um tinha seu lugar, como se tivesse “comprado o ponto”. Então quando se procurava por alguém, era fácil localizá-lo no lugar de costume. (...) O charme é que o “murinho” tinha dois turnos: a turma da primeira e da segunda sessão do cinema. Assim, havia os que faziam praça das 8,00 às 9,00, depois iam para a 2ª sessão, e os que saíam da 1ª sessão e depois ficavam no “footing” até as 10,00 horas. Existia também a turma do “murinho rápido”. Estes eram os que freqüentavam as brincadeiras dançantes do CERD. Iam na primeira sessão do cinema, davam uma rápida passada pelo murinho e adentravam ao salão social, para dançar até as 10 horas, caso estivessem de paletó, gravata e o cabelo rigorosamente dentro do corte “americano” [raspado nos lados e bastante curto na parte de cima], já que na época era terminantemente proibida a entrada de cabeludos no salão (KASTEIN, 1996, p. 46).

A trilha sonora dos passeios no murinho ficava por conta do Serviço de Altofalantes Descalvado, que surgiu no final dos anos



1930 e, em dezembro de 1958, foi adquirido por Pedro Gaspar, futuro fundador da Rádio 8 de Setembro, em 1978. Alcançando também a Avenida Guerino-Oswaldo e o Jardim Velho, os altofalantes não só tocavam a Parada de Sucessos da Semana nas manhãs de domingo, após a missa das 10h, mas também faziam anúncios publicitários e oferecimentos musicais nas vozes ressonantes e melodiosas de seus locutores, como lembra Kastein:

(...) é gostoso lembrar sobre os oferecimentos musicais, que eram muito comuns na época (...): - “Agora vamos ouvir Banho de Lua, com Celly Campelo, que o rapaz de quedes [modelo muito simples de tênis, com cano baixo, frente arredondada, cor única e cadarços brancos] e calça rancheira oferece à garota de saia xadrez e blusa azul que passeia pelo murinho, e foi cestinha no campeonato interno de bola ao cesto, como prova de muito amor.” Sem dúvida muito romance teve início e terminou em casamento nos passeios do “murinho”, embalados pelo som em discos de 78 rotações das orquestras de Ray Conniff, Xavier Cugat, Paul Mauriat ou Bert Kaempfert entoando músicas como: “Love is a Many-Splendored Thing”, “An Affair to Remember”, “Autumn Leaves”, “As Time Goes By”, “Moon River”, “Al-Di- La”, “Love Story”... (KASTEIN, 1996, p. 46).

Entre 1962 e 1963, funcionou também no Jardim Velho, oficialmente batizado como Praça Barão do Rio Branco, o Serviço de Altofalantes Alvorada, no qual o próprio Kastein atuou como locutor, ao lado de Celso Elias e Gerson Joel de Marco.

Outros dois eventos agitavam os jovens descaldenses no período: a Semana do Jovem e o Campeonato Interno. O primeiro, organizado pelo grêmio filantrópico Eagle’s Club em outubro, possuía programação rica e variada: exibição de filmes ao ar livre no Jardim Velho, espetáculos com corais e bandas musicais na Praça da Matriz, apresentação de peças teatrais, desfile de fanfarras, disputas esportivas no CERD e no Ginásio Estadual, confraternização entre alunos e professores e um grande baile no qual era escolhida a Miss Estudante.

O Campeonato Interno, por sua vez, como o próprio nome sugere, resumia-se a um torneio de futsal, voleibol, basquete e handebol nas categorias masculina e feminina entre alunos da escola estadual. Promovida pelo Grêmio Estudantil Descalvadense, a competição teve início na década de 50 na quadra velha da instituição, situada na esquina da Avenida Bom Jesus com a Rua 24 de Outubro. Os jogos, que ocorriam à noite quando ainda não havia aulas no período, geravam rivalidade acirrada entre as equipes participantes, inflamando as torcidas que vinham de todos os cantos da cidade.

Tanto a Semana Jovem como o Campeonato Interno foram perdendo o fôlego conforme envelhecia a geração de jovens que os promoviam, até que se extinguíram definitivamente com a chegada dos anos 1970.

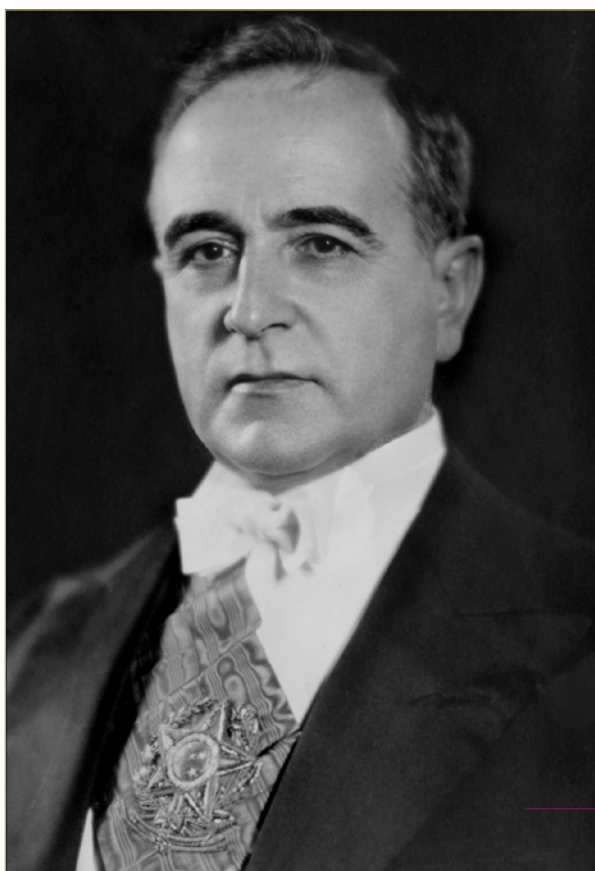
**DESFILE DA DELEGAÇÃO DE DESCALVADO** na abertura do Torneio do Interior, realizado na cidade paulista de Santos, em 1948. Em primeiro plano, da esquerda para a direita, Maria de Lourdes, Maria Aparecida Cardoso e Ana Cardoso Pozzi

## O Dr. Antonio Carlos Guimarães

“Há momentos na vida de um homem público que nem à família pertencem”. Dita dessa maneira, solta, a frase parece não possuir qualquer representatividade ou importância histórica. Mas quando devolvida ao contexto no qual irrompeu, preenche-se de significado e relevância não só para a história de Descalvado, mas também do Brasil.

A sentença, com forma e tom de ensinamento, foi proferida por ninguém menos do que Getúlio Vargas no final de janeiro de 1943, quando era presidente do país e tentava justificar ao amigo Antonio Carlos Guimarães por que misteriosamente precisava se ausentar da residência situada na Rua Uruguai, na zona oeste de São Paulo, onde o filho caçula, Getulinho, sofria os sintomas devastadores da poliomielite, doença viral que ataca o sistema nervoso, causando paralisia de membros e órgãos.

Getúlio pai tinha de comparecer a uma reunião secreta com o então presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Roosevelt, em Natal (RN). No ano anterior, o Brasil havia manifestado apoio aos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial, e dois dias após a inadiável viagem do chefe de Estado brasileiro à capital potiguar, os jornais noticiavam que o país enviaria uma força expedicionária à Europa, efetivando sua participação no conflito. Pouco tempo depois, Getúlio Filho não resistiu à paralisia e faleceu aos 23 anos de idade. Ele escolheu a casa de Carlito, como era conhecido Antonio Carlos, para passar os últimos dias de vida. O episódio revela o prestígio do homem graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP em 1938 que, na década de 70, mudou-se com a esposa e o filho para o n.º 160 da Rua Tomé Ferreira, no Centro, em Descalvado.



Sua relação com o município, no entanto, começou na infância, quando vinha visitar o tio Sílvio, que morava na Rua Cel. Arthur Whitacker, n.º 412, de frente para o Jardim Velho.

“O Sr. Sílvio Guimarães não tinha filhos, e o Carlito o tinha como um segundo pai”, explica o médico Edinir Salvador Sápia, que era vizinho de Guimarães. “Com isso, ele se ligou muito em Descalvado, tinha uma paixão pela cidade.”

Nascido em 30 de junho de 1913 em São Paulo, Antonio Carlos era filho do advogado Carlos Alves de Oliveira Guimarães Junior com a professora Thereza Maria Luz. Segundo Sápia, de quem se tornou amigo íntimo, era sobrinho-neto do Cel. Rafael Tobias pelo lado paterno da família – o comerciante, cafeicultor e ex-vereador Rafael Tobias de Oliveira (1832-1902) foi presidente da Câmara local no biênio 1881-82 e participou de fatos marcantes na história do município, como “(...) a vinda do primeiro trem, a recepção ao Imperador Pedro II, a reforma da Igreja Matriz, implantação de energia elétrica no município e criação do Grupo Escolar Coronel Tobias, que o adotou como patrono” (KASTEIN, 1996, p. 65).

Carlito casou-se com a professora de Matemática Almeria Sobreira da Silva no dia 25 de janeiro de 1953 na Igreja de Nossa Senhora de Fátima da capital paulista. Filha dos fazendeiros Francisco Sobreira da Silva e Maria Emilia Pinheiro, a moça nascera no dia 10 de julho de 1927 em Chavantes (299 km a sudoeste de Descalvado).

O casal teve um único filho, batizado como Carlos Francisco, que, por sinal, foi o motivo determinante da transferência da família para Descalvado: na infância, o garoto, que não demorou a ser apelidado de Carlinho, tinha sérias dificuldades respiratórias, e sempre quando passava alguns dias no interior, elas se atenuavam. Dessa forma, a solução para o problema prescrita pelo médico foi a mudança para a região, já que lá o paciente estaria distante da poluição atmosférica intensa da metrópole paulistana, onde residia.

Na futura morada, o Dr. Antonio Carlos Guimarães foi proprietário de fazendas – entre elas, a São Salvador e a Ibiquarina, do antepassado Cel. Rafael Tobias – e atuou como advogado de uma usina de açúcar e álcool instalada em Santa Rita do Passa Quatro (35 km a nordeste de Descalvado).

De 1947 a 1951, ocupou os cargos de delegado de polícia, inclusive em Porto Ferreira e Descalvado, e de oficial de gabinete e chefe de gabinete da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. De acordo com o historiador Luiz Carlindo Kastein (1996), foi também chefe de gabinete do governador Adhemar de Barros, que dirigiu o Estado bandeirante de 1947 a 1951 e de 1963 a 1966. Como advogado, esteve inscrito na seção paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) sob o número 3.061. Apaixonado por futebol, Carlito era torcedor fanático do São Paulo Futebol Clube e foi presidente da FPF - Federação Paulista de Futebol - de 1943 a 1945, substituindo Getulinho.

O Dr. Sápia, outro são-paulino de carteirinha, conta que o amigo chegou a lançar mão do trânsito livre entre os dirigentes do clube tricolor para colocar um grupo de jogadores profissionais da primeira divisão do futebol brasileiro “a serviço” de Descalvado: Nos anos 40, o Dr. Carlito (...), com os jogadores reservas do seu

**PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**

Biblioteca da Presidência da República

*time do coração, contribuiu para que Descalvado formasse um verdadeiro esquadrão de futebol, que chegou a vice-campeão do interior. Pelas fileiras do time do Cerd (...) passaram grandes craques, como Lola, Iracino, Doutor (goleiro) e muitos outros (SÁPIA, 2009, p. 270-1).*

Influência, aliás, era o que não faltava a Antonio Carlos, principalmente no meio político. Almeria Sobreira lembra que o marido “sempre foi muito bem relacionado” e, em sua carteira de amizades pessoais, contava com lideranças da importância dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jango e do governador de São Paulo de 1972 a 1982, Paulo Maluf.

O relacionamento com a família Vargas, por sua vez, nasceu por intermédio do advogado Alexandre Marcondes Filho, com quem o pai de Carlito dividia um escritório de advocacia e que em 1941 foi nomeado ministro do trabalho pelo presidente Getúlio, participando da instituição de direitos inéditos aos trabalhadores brasileiros por meio da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

A forte ligação com Getúlio Filho começou quando o Dr. Carlos Guimarães Junior hospedara em sua casa na capital paulista o jovem, então formando na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Segundo o médico, reza a lenda que, convidado pelo amigo, o filho do presidente teria passado muitos fins de semana em Descalvado, como hóspede do tio Sílvio Guimarães.

Mas a rede de contatos abarcava também diversas celebridades da época, em especial o compositor e cantor Silvio Caldas, com a ajuda de quem Carlito convenceu o atacante Leônidas da Silva, artilheiro da Copa do Mundo de 1938 e suposto inventor do chute de bicicleta, a trocar o Flamengo pelo São Paulo no início dos anos 1940.

Esse é mais um episódio emblemático na vida do protagonista desta seção que foi narrado por Sápia em “Uma bola, um martelo e um bisturi”:

*Sabia-se que o Dr. Antonio Carlos Guimarães teve parte ativa, naquela época, na contratação de Leônidas da Silva pelo São Paulo. Ele deu a seu compadre Sílvio Caldas a importância de cinco contos de réis, equivalente a cinco mil reais hoje, para custeio das despesas. Assim o cantor trouxe o jogador Leônidas de trem para assinar contrato com o São Paulo (SÁPIA, 2009, p. 271).*

Além de amigo, Caldas era compadre de Carlito – havia batizado

sua única filha, Silvinha –, o que levou o artista a Descalvado em várias ocasiões. Uma dessas visitas, na década de 70, acabou durando cerca de seis meses. Ao longo da estadia, na residência da Rua Tomé Ferreira, o seresteiro frequentou botequins locais, fez amigos na cidade e cantou seus sucessos inúmeras vezes para os fãs descaldenses, principalmente “Chão de estrelas”, composto em parceria com o poeta e jornalista Orestes Barbosa. Às 4h do dia 19 de setembro de 1988, Antonio Carlos Guimarães faleceu em decorrência de um AVC (acidente vascular cerebral) hemorrágico, após mais de um mês internado no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado por causa das complicações causadas pela doença.

Deixou um legado de retribuição infindável ao município, aproveitando o prestígio que desfrutava entre poderosos segmentos da sociedade brasileira e mobilizando amigos influentes para beneficiar de muitas formas a cidade que o acolheu como seu segundo lar – liberação de verbas dos governos estadual e federal para obras e serviços públicos, doação de terrenos para a construção de moradias, oferecimento de oportunidades de trabalho, entre outros.

“O Carlito foi um cidadão muito serviçal para Descalvado, prestou muitos serviços importantes para cidade e ajudou muita gente daqui”, comenta o Dr. Sápia. “Ele podia ajudar as pessoas, mas prejudicá-las, jamais.”

Sobre sua verve de devoção à cidade, Kastein acrescenta que:

*[Carlito] Permitiu por muitos anos a utilização de um imóvel de sua propriedade, situada nas vizinhas da Escola José Ferreira da Silva [exatamente no quarteirão entre as ruas 24 de Outubro, José Ferreira e Conselheiro Antonio Prado e a Avenida Bom Jesus, no Centro], para prática de esportes, por várias agremiações do Município, denotadamente pelo Cerd (...). No local também eram ministradas aulas de Educação Física [não era à toa que o espaço era chamado de Praça de Esportes Antonio Carlos Guimarães] (KASTEIN, 1996, 62).*

Espirituoso, tinha orgulho de dizer aos amigos que, apesar de ter desperdiçado diversas chances de enriquecer, era um homem feliz, já que havia feito tudo o que quisera na vida, havia ganhado tudo o que queria dela.

No dia 5 de maio de 2004, o Poder Público local prestou homenagem ao Dr. Antonio Carlos Guimarães ao sancionar a Lei Municipal n.º 2.385, que dava seu nome à Rua 1 do Residencial Morumbi, nas adjacências da Santa Casa.

# LYGIA FAGUNDES TELLES

UMA DESCALVADENSE POR ADOÇÃO

Lygia de Azevedo Fagundes nasceu na cidade de São Paulo, em 19 de abril de 1923. Seu pai, Durval de Azevedo Fagundes, advogado por formação, exerceu durante muitos anos a função de delegado de polícia nomeado em cidades do interior paulista. Foi por esse motivo que a família residiu em muitos lugares: Sertãozinho, Apiaí, Areias, Itatinga e Descalvado. Sua mãe chamava-se Maria do Rosário Silva Jardim de Moura. Em Descalvado Lygia residiu quando era criança. Sua formação inicial foi realizada no Instituto Caetano de Campos, na capital. Em 1938, aos quinze anos de idade, publicou o seu primeiro livro de contos, *Porão e Sobrado*. Lygia ingressou, inicialmente, na Escola Superior de Educação Física, instituição posteriormente encampada pela Universidade de São Paulo. Logo depois iniciou o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, também na capital, onde conheceu o seu futuro marido, o professor Goffredo da Silva Telles Júnior. Casaram-se em 1950. Seu marido foi deputado federal, motivo pelo qual moraram durante certo período no Rio de Janeiro. Tiveram um filho. Em 1952 publicou o romance *Ciranda de Pedra*. Em 1973 foi a vencedora do Prêmio Jabuti com o romance *As Meninas*. Lygia Fagundes Telles foi eleita para a Academia Paulista de Letras em 1982. Em 1985 ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1987 foi escolhida para ingressar na Academia das Ciências de Lisboa. Em 2001 recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília e também novamente o Prêmio Jabuti pela obra de ficção *Invenção e Memória*. Em 2005 foi agraciada com o Prêmio Camões. Suas obras foram traduzidas em oito línguas. Reside, aos oitenta e oito anos de idade, na capital paulista.



LYGIA FAGUNDES TELLES  
Acervo da Assembleia Legislativa do Estado  
de São Paulo, 2009

# O PATRIMÔNIO CULTURAL

NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Por Talita Franceschini de Carvalho<sup>1</sup>

Etimologicamente, a noção de patrimônio leva à concepção de “herança paterna”. O termo “patrimônio” deriva do latim *patrimonium* e refere-se à ideia de “propriedade herdada dos pais ou antepassados” ou “monumentos herdados de gerações anteriores”. Dessa forma, o patrimônio é considerado um bem<sup>2</sup>, uma herança ou monumento passado de geração a geração.

A noção de patrimônio cultural pode ser considerada como uma herança cultural, mantendo-se vinculada às noções de lembrança e memória. Conseqüentemente, preservar o patrimônio cultural permite despertar lembranças, resgatar registros sociais e estimular a cidadania e o conhecimento da história local. Identificar, divulgar e discutir questões acerca do patrimônio cultural, seja ele edifício público, monumento ou manifestação cultural, amplia as possibilidades da reconstrução dos valores que representam a memória, a identidade e a cultura de uma determinada comunidade.

Da mesma forma, são de grande importância a compreensão, resgate e conservação da memória de uma sociedade que possam levar a uma análise da construção do passado e do futuro, fazendo com que esses sejam trabalhados para que se tenha uma formação e reorganização dessa sociedade. De acordo com Horta (2005, 112):

*O aprendizado e o conhecimento desses processos de memória são fundamentais para a capacitação dos indivíduos na elaboração e compreensão de sua própria história, de sua habilidade de “fazer história” através dos fragmentos e relatos encontrados nos diferentes “baús”, pessoais, familiares, coletivos e institucionais.*

Nesse sentido, este trabalho pretende discorrer sucintamente sobre alguns conceitos de patrimônio cultural e apresentar alguns bens culturais do município de Descalvado, uma vez que esse município apresenta características especiais na sua história, as quais podem ser representadas pelos mencionados bens de

importância histórica e cultural para a cidade.

Posteriormente, foram colocadas formas de preservação, como a Educação Patrimonial e suas metodologias como instrumento de conscientização da população sobre os bens culturais de comunidade em que vivem. Nesse sentido, foram apresentados alguns bens culturais existentes no município de Descalvado para que, de alguma forma, o povo tivesse um primeiro contato e o conhecimento sobre a existência desses bens. Ressaltando que o trabalho não objetiva o aprofundamento das pesquisas sobre os bens culturais apresentados e sim apenas uma demonstração sucinta do patrimônio cultural descaldense.

## Patrimônio cultural: um breve histórico e conceitos

Entre o final do século XIX e início do século XX era considerado Patrimônio apenas obras arquitetônicas históricas, como prédios e monumentos notáveis. As categorias que os classificavam eram atreladas ao sentido monumental, arqueológico e de sítios históricos. Foi na metade do século XX, a partir dos anos 70, que passou a se considerar como Patrimônio Cultural também todas as manifestações sociais que marcam e marcaram uma comunidade, como: pinturas, inscrições rupestres, esculturas, objetos e sítios arqueológicos, textos escritos, peças etnológicas, arquivos e coleções bibliográficas, artísticas ou científicas e manifestações folclóricas e culturais.

Portanto, Patrimônios Culturais não são apenas obras arquitetônicas históricas, mas, também, toda a produção e representação cultural produzidas pela ação humana, sejam elas materiais ou imateriais.

Em 16 de novembro de 1945 é fundada a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - para intervir nos campos de educação, ciência e cultura; passou a formular diretrizes e critérios para a proteção do Patrimônio

<sup>1</sup> Talita Franceschini de Carvalho é Bacharel em Biblioteconomia e Ciências da Informação e da Documentação pela Universidade de São Paulo - USP - de Ribeirão Preto. Coordenadora do Projeto “Ampliação das Visitas Guiadas na Fazenda Pinhal: democratização pelo acesso ao patrimônio histórico” - Lei Rouanet, entre 2008 e 2009. Foi bibliotecária do Centro de Documentação e Informação Casa do Pinhal entre 2009 e 2011. Atualmente é Chefe da Seção de Museu na Prefeitura Municipal de Descalvado.

<sup>2</sup> Carta de Veneza, de 1964: Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, os considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo o dever a si mesma de transmiti-las na plenitude sua autenticidade.



Cultural. Na década de 1950, foi repensada a ideia de bem cultural e, na Convenção de Haia, em 1954, passou a ser definido como Patrimônio Cultural, como já mencionado anteriormente, não só os monumentos históricos, mas, também, os bens culturais que representavam a produção cultural de uma sociedade ou de um grupo social.

Em 1972 aconteceu em Paris a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que apresentou como critérios para a preservação as raridades, autenticidade, urgência, integridade e universalidade, mostrando que tanto o Patrimônio Cultural como o Patrimônio Natural estavam sendo ameaçados pelo desenvolvimento social e econômico, causando destruições e alterações perigosas, como coloca Silva (2003, 59): “visa proteger o Patrimônio Cultural e natural da humanidade em face da degradação ambiental e da evolução da vida social e econômica, que impõe ritmos acelerados de alteração e destruição da herança deixada pelas antigas gerações na sociedade moderna”.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, define como patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos e os lugares notáveis, quando estabelece em seu artigo 1:

Art. 1º - Para os fins de presente convenção serão considerados Patrimônios Culturais:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico<sup>3</sup>.

No Brasil, a preocupação com a importância da preservação do Patrimônio Cultural como bem compartilhado socialmente surgiu entre os anos 1920 e 1930, com o movimento modernista. A partir desse período começa a ocorrer uma busca pela identidade, visando resgatar e retratar a história do país. É importante ressaltar que o movimento modernista composto por artistas plásticos, escritores, poetas e arquitetos, tinha como objetivo “[...] a produção artística e caráter cultural do país” (SIMÃO, 2001, p. 28). Eles acreditavam que não era suficiente apenas salvar aquilo que estava sendo destruído, mas, também, que havia uma necessidade de construir uma identidade artística própria do Brasil através de seus bens culturais. Foram dois os modernistas que deram início à criação de um órgão de proteção do patrimônio artístico nacional: Mário de Andrade (escritor e poeta) e Lúcio Costa (arquiteto).

Em 1936, Mário de Andrade elabora um anteprojeto para a criação de uma instituição para preservação dos bens culturais do país a pedido do Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema. Em novembro de 1937 foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que atualmente está vinculado ao Ministério da Cultura. O IPHAN atua de acordo com a Constituição Federativa do Brasil, obedecendo ao artigo 216, que está disposto a seguir:

Art. 216 - Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais<sup>4</sup>.

Tomando como base as referências citadas acima, definimos aqui alguns conceitos de Patrimônio Cultural para facilitar o entendimento do mesmo e para a compreensão dos bens culturais que serão apresentados a seguir:

- Patrimônio Material: bens móveis e imóveis (sítios arquitetônicos, edificações, obras de artes, etc.);
- Patrimônio Imaterial: bens intangíveis (celebrações, conhecimentos, formas de expressões, etc.);
- Patrimônio Natural: elementos da natureza, cuja criação não recebeu interferência humana (cachoeiras, matas, rios, etc.).

É importante ressaltar que os conceitos de Patrimônio Cultural colocados acima estão intrinsecamente ligados: os termos designados “material” e “imaterial” permitem apenas uma melhor compreensão e visibilidade para a preservação do patrimônio imaterial, mas um sempre estará ligado ao outro.

Com a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, sabemos que é necessária a realização de uma seleção do que deve ser preservado ou não; nessa seleção, os bens culturais escolhidos devem ter valor histórico e cultural dentro da sociedade na qual estão inseridos.

Entretanto, o que ocorre nos municípios brasileiros, na maioria das vezes, é o esquecimento e/ou o desinteresse pelo Patrimônio Cultural por parte da maioria da comunidade; isso ocorre porque essa questão ainda não foi aceita e compreendida.

*Os núcleos urbanos possuidores de Patrimônio Cultural edificado, protegidos ou não pela União, pelo Estado ou pelo próprio Município, carecem, ainda, de agregarem ao seu próprio imaginário e às visões externas a eles, um dado que parece ser fundamental para a promoção de sua vitalidade e sua dinâmica: é preciso enxergá-los como cidades, organismos dinâmicos e simbólicos (SIMÃO, 2001, 58).*

Nesse sentido, o que podemos verificar é que, em muitos casos, nas cidades, não só no Brasil, predomina um conceito de planejamento urbano que prioriza a economia dos espaços e os fluxos de tráfego, explorando de uma forma irracional a infraestrutura urbana em detrimento da preservação e conservação da história e memória dos municípios, onde as construções antigas, desde prédios públicos e particulares, casas, sedes rurais, capelas, praças, paisagens, estações de trem, marcos e manifestações culturais, que constituem a história de uma cidade, estão sendo ameaçadas e condenadas ao desaparecimento em curto prazo. Contudo, a questão da preservação ambiental que atualmente vem sendo discutida com frequência fez com que surgisse uma nova questão a respeito da preservação do Patrimônio Cultural, conforme afirma o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico – 2008, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo,

*Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso de edifícios e objetos contribuem para a redução de matéria-prima necessárias para a produção de novos<sup>5</sup>.*

Além da questão colocada acima, outra questão importante para que a preservação do Patrimônio Cultural seja priorizada e compreendida é a conscientização da população sobre a importância dos bens culturais de seu município. Não possuindo o conhecimento sobre esses bens, conseqüentemente não conseguem identificar os Patrimônios Culturais que os cercam. Para isso, pode-se utilizar como instrumento a Educação Patrimonial. O ensino e o aprendizado baseado no Patrimônio Cultural, basicamente, constituem a Educação Patrimonial, que permite o conhecimento, interpretação e investigação sobre os bens culturais. A Educação Patrimonial,

*Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, 06).*

Implantar a Educação Patrimonial para despertar o interesse da população em relação ao tema e criar roteiros culturais que envolvam o Patrimônio Cultural possibilitam a conscientização e a identificação do mesmo por parte do povo e, conseqüentemente, a sua preservação e conservação.

No quadro ao lado é colocado um exemplo de metodologia que pode ser aplicada para promoção da Educação Patrimonial por professores aos alunos como um plano de aula. Essa metodolo-

## PLANO DE AULA

### Objetivos

- Compreender o Patrimônio Cultural e sua importância para a preservação da história.
- Conscientizar para a preservação e valorização dos bens culturais.
- Aprender a realizar pesquisas utilizando diferentes fontes de informação.

### Conteúdos

- O que é um Patrimônio Cultural.
- História e memória.
- Preservação dos bens culturais.

### Encaminhamento Metodológico

Trabalhar com o conceito de Patrimônio Cultural e sua preservação e criar condições para que ocorra um contato entre o aluno e um patrimônio, possibilitando o reconhecimento da história nacional e local.

#### 1ª aula

Aula expositiva sobre o Patrimônio Cultural, com apresentação dos conceitos, exemplos de patrimônio (material e imaterial) e imagens;

#### 2ª aula

Aula expositiva sobre conceitos de história e memória e suas relações com o Patrimônio Cultural.

#### 3ª aula

Levar os alunos para uma visita a um Patrimônio Cultural da própria cidade, para que possam conhecer e valorizar suas heranças culturais: Durante a visita é importante instruir os alunos para observação e indagação: realizar perguntas, manipular os objetos (quando for permitido), anotar, debater, comparar e discutir.

### Finalização

Pedir aos alunos que façam anotações durante a visita e que em casa preencham a ficha exposta abaixo e levem na próxima aula. Essa atividade permite que os alunos realizem uma pesquisa utilizando uma fonte de informação histórica, que é um Patrimônio Cultural.

## FICHA

Nome do aluno:

Patrimônio Cultural:

Localização:

Informações relevantes:

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>. Acesso em: 20 de agosto de 2007.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 10 de setembro de 2007.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio\\_historico.pdf](http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2011.

gia pode ser aplicada por professores de diversas disciplinas, pois como foi esclarecido anteriormente, o Patrimônio Cultural tem várias abordagens. Uma vez utilizada, já é um importante passo para que parte da população tenha um contato direto com os bens culturais e, conseqüentemente, o conhecimento cultural e histórico do local em que vivem. Ressaltando que o exemplo de metodologia colocado acima atinge apenas estudantes. Mas são várias as metodologias existentes que podem ser aplicadas para a utilização da Educação Patrimonial como instrumento de preservação, conhecimento e conscientização sobre os bens culturais.

### O Patrimônio Cultural do Município de Descalvado

Com cento e oitenta anos de história, são vários os bens culturais que podem ser encontrados no município de Descalvado, de natureza material, imaterial ou natural.

Desse modo, foram selecionados apenas alguns bem culturais que podem ser considerados Patrimônios Culturais do município e que, de alguma forma, contribuem para a memória e a his-

#### HOTEL DOS VIAJANTES NA DÉCADA DE 1980

Fonte: [www.memoriasdedescalvado.com.br](http://www.memoriasdedescalvado.com.br)

tória da cidade, como: Fazenda Bela Aliança, Estação Ferroviária, Grupo Escolar (atual EMEF Coronel Tobias), Salto do Pântano e Hotel dos Viajantes.

### Hotel dos Viajantes

Localizado na Rua Guerino-Osvaldo, nº 20, esquina com o início da Rua Siqueira Campos, no centro da cidade.

Segundo informações dos proprietários, fornecidas para uma pesquisa realizada em 2007, o prédio foi construído há mais de cem



#### HOTEL DOS VIAJANTES EM 2009

Foto de Fábio José de Mello

### ESTAÇÃO FERROVIÁRIA RESTAURADA

Foto de Fábio José de Mello, 2009



#### ESTAÇÃO FERROVIÁRIA EM 1910

anos e o primeiro proprietário do Hotel foi Emilio Monteforte. O Hotel dos Viajantes é um prédio histórico construído no município de Descalvado que pode ser estudado nos aspectos histórico e arquitetônico. O edifício apresenta características da arquitetura colonial e neoclássica. O núcleo original sofreu alterações e alguns cômodos foram modificados e ampliados, tais como a cozinha e a copa no eixo norte; e a construção de banheiros (a construção original possuía apenas um banheiro, localizado na parte externa, que foi destruído).

### Estação Ferroviária

Localizada na rua Guerino-Osvaldo, na Praça João Marqueti. Com o terreno cedido pelo renomado Manoel Batista da Cruz Tamandaré, a Estação Ferroviária foi construída pela Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que contava com o apoio de proprietários rurais da região. Segundo o CONDEPHAAT (1998, 74), "no dia 7 de novembro de 1882, na sua inauguração, Descalvado recebeu, pela primeira vez, um comboio da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais".

A produção de café foi de grande importância para a economia do município em questão, entre o final do século XIX e o início do século XX, trazendo a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, depois FEPASA. Nesse sentido, o prédio da Estação Ferroviária, além de apresentar características arquitetônicas da época, como o estilo eclético, possui alvenaria de tijolos, com estrutura metálica em sua cobertura recortada seguindo para suas plataformas. Representa não só parte da história de Descalvado, como também do estado de São Paulo, uma vez que está ligada à história do café, que foi uma das produções mais importantes para o desenvolvimento do Estado e do Município.

A Estação Ferroviária é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT).



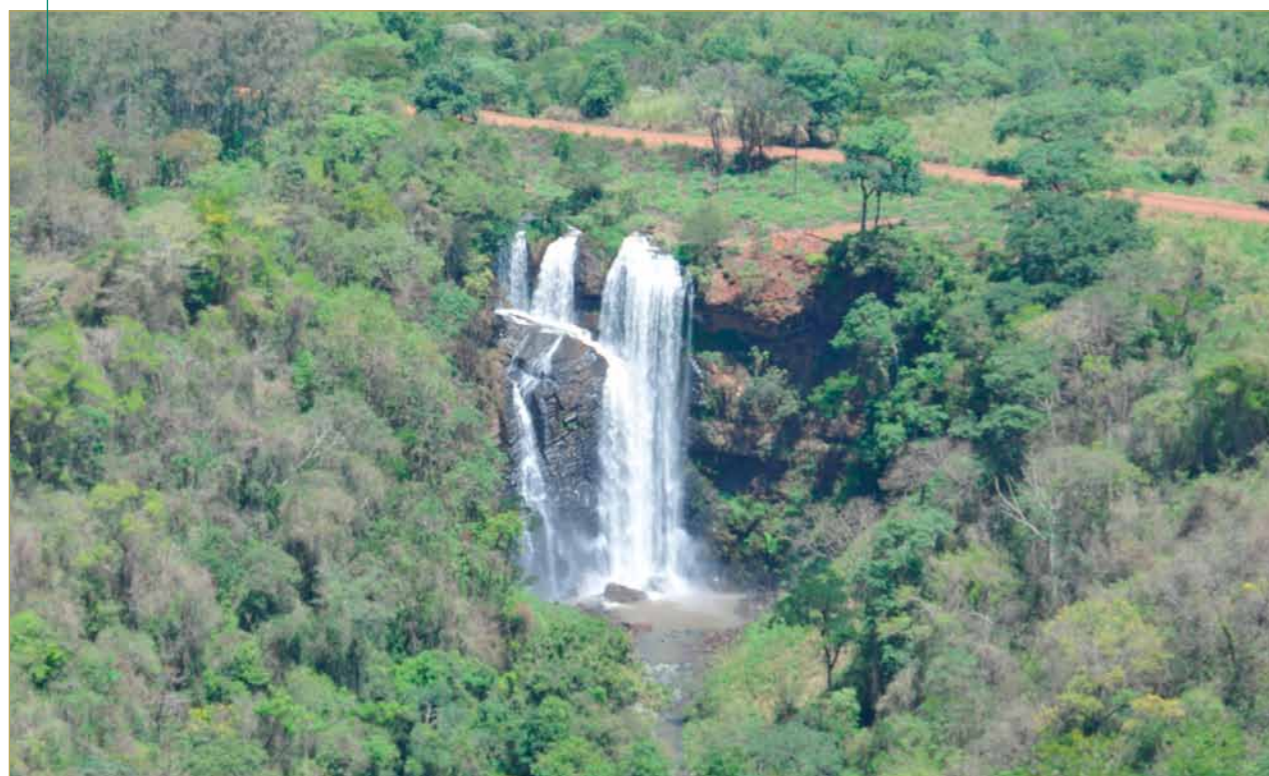
### Grupo Escolar Coronel Tobias

Localizado na Rua Conselheiro Antonio Prado, nº 636, centro. Criado por decreto em 1903, pelo Presidente do estado, Bernardino de Campos, e pelo Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, Bento Bueno. O então inspetor Prof. Emílio Mario Arantes. Inicialmente a escola funcionou no prédio da Câmara Municipal, vindo a ocupar o edifício atual em 1911.

Com uma arquitetura histórica com mais de cem anos, o então Grupo Escolar Coronel Tobias representa também a memória escolar do município. Várias gerações descalvadenses estudaram nessa instituição. Ele pode ser considerado Patrimônio Cultural material por ser um bem imóvel, representativo da arquitetura da época. Além disso, pode servir de suporte para a constituição do patrimônio imaterial, podendo ser realizado um levantamento e registro de relatos de ex-funcionários e funcionários, ex-

### VISTA AÉREA DO SALTO DO PÂNTANO

Foto de Fábio José de Mello



### GRUPO ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930

Fonte: [www.memoriasdedescalvado.com.br](http://www.memoriasdedescalvado.com.br)

-alunos e alunos, que contribuíram para a história da educação local e do município.

O Grupo Escolar é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT).

### Salto do Pântano

Localizado a 7 km do centro da cidade, a cachoeira do Salto do Pântano é um dos mais atraentes pontos "turísticos" do município há muitos anos. Seu nome oficial é Salto D. Lino. Em seu livro "Os Municípios Paulistas", datado de 1929, Eugenio Egas colocava que:

*A 6 quilômetros da cidade existe o afamado Salto, conhecido geralmente por salto do Pântano. É um corte a prumo, em rocha, que mede 190 palmos de altura, e donde se despenha com medonho fragor, todo o volume d'água do ribeirão do Pântano. É de maravilhoso aspecto e atrai constantemente visitas de muitos curiosos e viajantes.*

Patrimônio Cultural, o Salto do Pântano representa um dos patrimônios naturais e retrata a natureza do município descalvadense. É tido como referência para o turismo ecológico e serve como objeto de estudo para interessados da área.

### Fazenda Bela Aliança

Localizada na Rodovia Dr. Paulo Lauro (SP 215), km 123, é uma fazenda típica da época do café. Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, filho do Barão de Souza Queiroz, senador do Império Brasileiro, no período de 1848 a 1889, foi o fundador da Fazenda. Posteriormente, o seu irmão Nicolau de Souza Queiroz adquiriu a propriedade e se tornou um grande produtor de café. Com características da arquitetura colonial, preservada praticamente em todos os seus aspectos desde sua construção. Representa a moradia, nas fazendas, dos grandes cafeicultores do estado de São Paulo no auge do ouro verde.

### FAZENDA BELA ALIANÇA

Foto de Fábio José de Mello



### FAZENDA BELA ALIANÇA

Foto de Fábio José de Mello

**PUBLIEDITORIAL**  
**USINA IPIRANGA**

# Famílias

## DESCALVADENSES

### RELAÇÃO DOS SOBRENOMES DOS ATUAIS MORADORES

ABACKER	ARANTES	BARTHOLOMEU	BERTOLINO	BOTASSO	CAMARGO
ABREU	ARAÚJO	BARTOLO	BERTOLUCCI	BOTIGELLI	CAMBI
ADÃO	ARCARO	BARUTTI	BERTOSSI	BOZI	CAMILLO
ADORNO	ARCHETTI	BASSETTI	BESTETTI	BRAGA	CAMOLES
AGNELLI	ARISTEU	BASSINI	BET	BRAGEROLLI	CAMPIONI
AGOSTINHO	ARMANDO	BASSO	BEZERRA	BRAGHIM	CAMPOS
AGUIAR	AROZIO	BASSOLI	BIAGI	BRAMBILLA	CANADINHO
ALBIERI	ARRIGUETTO	BASTOS	BIAGIO	BRANDÃO	CÂNDIDO
ALBIZATTI	ARROYO	BATACLINE	BIANCHI	BRASSALOTTO	CANOVA
ALCAIDE	ARRUDA	BATISTA	BIAZOLLI	BRENNECKE	CAPELARO
ALCÂNTARA	ARTON	BAUMAN	BIAZZI	BRESSAN	CARAMORE
ALFIERI	ASMUS	BELLI	BICALHO	BRESSE	CARDIM
ALMEIDA	ASSIS	BELLINI	BIFFI	BRIGANTI	CARDOSO
ALONSO	ASSONI	BELLO	BISPO	BRINNER	CARLINO
ALTÃO	ASSUNÇÃO	BELLUCI	BISSOLI	BRINO	CARLOS
ALTOÉ	ASTOLPHO	BENATTI	BISULA	BRITA	CARMIGNATO
ALTON	AUGUSTO	BENINE	BIZATTI	BRITO	CARMINATTI
ALVARENGA	AVELINO	BENTLIN	BOARINI	BROGIAN	CARMO
ÁLVARES	AZEVEDO	BENTO	BOCAIUVA	BRONINE	CARNEIRO
ALVES	BAESSO	BENVENGA	BOLÇÃO	BROZEGHINI	CARTOMAZ
AMARAL	BAFUN	BEOZZO	BONANI	BRUM	CARTURAN
AMBRÓSIO	BAIÃO	BERDUM	BONELLI	BRUNCA	CARVALHO
AMÉLIO	BAILLY	BERGAMIN	BONFAINI	BRUNO	CASALE
AMORIM	BALDAN	BERGANTIM	BONIFÁCIO	BUENO	CASARE
ANANIAS	BALMANT	BERMUDES	BONITÁTIBUS	BUMUSSI	CASATI
ANCETTI	BANDARIQUE	BERNAL	BONSAINI	BUZZO	CASELLA
ANDRADE	BANDEIRA	BERNARDINO	BORDINI	CABIANCA	CASIMIRO
ANDRÉ	BANIN	BERNARDO	BORDON	CABRAL	CASONATTO
ANDREGUETTI	BARBALHO	BERNARDOTTI	BORGES	CABRERA	CASSAMASSO
ANDREOTTI	BARBATTI	BERNI	BORGO	CABRINI	CASSIAVILANE
ANGELUCCI	BARBIERI	BERTANHA	BORGONOVE	CADELLARO	CASTIGLIONI
ANJOS	BARBOSA	BERTANI	BORIM	CADINI	CASTILHO
ANSONI	BARCELLOS	BERTINE	BOROTTO	CAETA	CASTRO
ANTICO	BARIOTTI	BERTIPLAGLIA	BORSATTO	CAETANO	CATAI
ANTOCHIO	BARRETTO	BERTOCCO	BORTOLETTO	CAINELLI	CATALDI
ANTÔNIO	BARROCO	BERTOGO	BORTOLOCI	CALIMAN	CAUCABENE
ANTUNES	BARROS	BERTOLETTI	BORTOLOTTI	CALIXTO	CAVADO
AQUINO	BARROSO	BERTOLI	BOTARO	CALZA	CAVALCANTE
CAVALETE	CONTI	DEFFARIN	ERCOLINO	FILHOME	GARBATTI
CAVALHEIRO	CORADINI	DELALIBERA	ESCARELI	FILINTO	GARBELOTTI
CAVARETE	CORDEIRO	DELEU	ESPER	FILLA	GARBUJO
CAVARIN	CORRADI	DELGADO	ESPÍNDOLO	FIOCCHO	GARCIA
CAZARIN	CORRÊA	DELUCCI	ESPÓSITO	FIOCHI	GARDINE
CELESTINO	CORREIA	DEMONICO	ESTAR	FIOCO	GARGANTINE
CENTEONATO	COSMO	DENÓBILE	ESTEVÃO	FIORI	GASPAR
CENTIN	COSMOS	DESALCO	ESTEVEZ	FIORONI	GASPARINO
CERANTOLA	COSSO	DESIDÉRIO	ESTOPA	FIRMIANO	GATTI
CEREDA	COSTA	DESSOLDI	ESTRADA	FIRMINO	GAVA
CERMINARO	COUTINHO	DETOLUCE	ESTRALI	FLORÊNCIO	GAVIÃO
CESÁRIO	COUTO	DETOMAZI	ESTROSE	FLORENTE	GAZZATE
CESMINARO	COUVRE	DETTI	ETERUCI	FLORENTINO	GAZZATE
CESTARO	COVERE	DEVITE	EVANGELISTA	FLORES	GENTIL
CHAGAS	COVILLO	DIAS	FABIANO	FONSECA	GENUÍNO
CHAVES	COVRE	DIDONÉ	FÁBIO	FONTANINI	GERGÓRIO
CHAVIER	CRELLI	DINIZ	FABRÍCIO	FONTES	GERMECK
CHERELLI	CREMONEZZI	DIONÍSIO	FACCHIN	FORNAZARI	GEROMINE
CHIARATTI	CRESCENTE	DITURI	FACCHINI	FOSSATTO	GERÔNIMO
CHIARETTO	CRESCENZO	DIVINO	FACIOLTI	FRANCALIN	GHELLER
CHIAVEGATTO	CRIPA	DIZRY	FACTOR	FRANCÉ	GHELLERO
CHIKOTA	CRIPPA	DOLCI	FAGIAN	FRANCESCHINI	GHIDINI
CHINELATTO	CROTI	DOMIGE	FAGUNDES	FRANCISCAO	GHINTHER
CHIPELLE	CRUPE	DOMINGOS	FAJAN	FRANCISCO	GIACOMELLI
CHIQUITO	CRUPI	DOMINGUES	FALACE	FRANCISCON	GIACOMINI
CHOLAK	CRUPPI	DONATE	FALCÃO	FRANCO	GIACON
CIARROCHI	CRUZ	DONATO	FALCARO	FRANSCHINI	GIMENES
CICCONE	CUEL	DONDA	FALCO	FRANZIN	GIOLO
CINABOM	CUENCA	DONEDÁ	FALLACE	FRASCHETTI	GIOVANONI
CINEL	CUNHA	DONEGÁ	FALLACI	FRASSI	GIROTTI
CIQUEI	CURCIEL	DORES	FANHANI	FREDDI	GLASER
CIRANTOLLA	CURCIOL	DOTARO	FARIA	FREDERICO	GOBBO
CIRELLI	CURSIOL	DOURADO	FARIAS	FREGONEZI	GOBETTI
CIRINO	DADDIO	DOZZI TEZZA	FARONI	FREIRE	GOBONE
CLARICE	DAGNELLO	DRALDI	FARRAS	FREITAS	GODOI
CLARINDO	DAINESE	DRESLER	FASSIO	FRITES	GODOY
CLEMENTE	DALAVALENTINA	DRESLER	FATOR	FRÓES	GÓES
COCCA	DALBENCIO	DREZI	FAVA	FUGANTI	GOLART
COELHO	DALBENSE	DRONINI	FAVARETO	FULINO	GOMES
COLA	DALBENZIO	DUARTE	FAVORETTO	FURINI	GONÇALVES
COLISSI	DALLACQUA	DULCE	FELICIANO	FURTADO	GOUVEA
COLLA	DALLARTE	DUÓ	FELIPPETO	FURTÓDIO	GOUVÊIA
COLLUCCI	DAMACENO	DUPAS	FÉLIX	FUZARO	GOVONI
COLOGNESI	DAMBRAUSKAS	DURAES	FERANTE	GABAN	GRAÇA
COLOMBO	DANAGA	DURANTE	FERDINANDO	GABRIELLI	GRAVA
COLONEZI	DANESI	DUTRA	FERMINO	GAIO	GRIPPA
COLONHEZI	DANEZE	DUTRA ROMPA	FERNANDES	GAIOTO	GUANDALINI
COLUCCE	DANEZZI	EDUARDO	FERRACINI	GALASTRI	GUARIENTO
COLUSSI	DANIEL	EICHEMBERGER	FERRANDI	GALDINO	GUARNIERI
COLZ	DANIELLI	EIRAS	FERRASSINI	GALEGO	GUEDES
COMELLE	DANIELLO	EKAZAKI	FERRATTO	GALETTI	GUELLA
COMETA	DANTAS	ELIAS	FERRAZ	GALHARDI	GUERRA
COMIN	DÁRIO	EMILIANO	FERREIRA	GALHARDO	GUERREIRO
CONCESCHI	DAVI	ENCINAS	FERRO	GALHASSO	GUETTI
CONEJO	DE FALCO	ENES	FIALDINI	GALLO	GUIGUER
CONSEQUI	DE MARCO	ENNES	FIGUEIRA	GANDRA	GUILHERME
CONSTANTINO	DEDONE	EPERUCI	FIGUEIREDO	GARAVAZO	Continua...

# DESCALVADENSES

## RELAÇÃO DOS SOBRENOMES DOS ATUAIS MORADORES

GUIMARÃES	JORDÃO	LICCO	MALDONADO	MARINI	MELÃO	MONSANE	NOVAIS	PATERNO	PINKA	PUOLI	RODOLPHO
GURGEL	JORGE	LÍCIO	MANARIN	MARQUES	MELETTI	MONTAGNOLI	NUNES	PATRACÃO	PINTO	PUPIN	RODRIGUES
GÜRTLER	JORSHI	LIMA	MANCINI	MARQUESINI	MELIATTO	MONTANHEIRO	OCTAVIANO	PATRAÇON	PIOVANI	QUACHIO	ROMANELLI
HARARI	JÚDICA	LIMONGI	MANFILIA	MARQUEZIN	MELKI	MONTANINI	OCTOVIANE	PATRIACON	PIOVATTO	QUARANTA	ROMANELLO
HEIDORN	JULIANE	LINARES	MANHANE	MARTELI	MELLO	MONTECINO	OKAMOTO	PAULA	PIRES	QUATROCHI	ROMANTINI
HENCHLEIN	JUNQUEIRA	LINO	MANOEL	MARTIMIANO	MELONI	MONTEIRO	OKANO	PAULINO	PIRONBON	QUEIRÓZ	ROMÃO
HENRIQUE	KASTEIN	LOMBARDE	MANSANI	MARTINELLI	MENDES	MONTIN	OLBERA	PAULO	PISTORI	QUINAGLIA	ROMEIRO
HILÁRIO	KATSUYAMA	LONDEGRAFI	MANTOVANI	MARTINES	MENDIETA	MONTINI	OLEGÁRIO	PAVAN	PITANGUI	QUINTILIANO	ROMERO
HILDEBRAND	KHALIL	LONGO	MANZANI	MARTINI	MENDONÇA	MONZANI	OLÍMPIO	PAVANELLI	PITANGUY	QUINTINO	ROMPA
HIPÓLITTO	KIRCHNER	LONGOBARDI	MANZINI	MARTINS	MENEGATTI	MORAES	OLIVA	PAVANELLO	PITARELLO	RABELLO	RONCALLI
HOFFMANN	KMIT	LOPES	MARAFON	MASSANATTI	MENENDES	MORAIS	OLIVE	PAVANI	PITEQUIR	RADAEL	RONERO
HORTELÃO	KONO	LORENÇO	MARALES	MASSARI	MENEZES	MORCELLI	OLIVEIRA	PAVELLA	PIVELLI	RADAELLI	ROQUE
HORVATTE	KOYANAGI	LORIGIOLA	MARCATTI	MASSARO	MENON	MOREIRA	OLIVIERI	PAZOTTO	PIVESSO	RADIONOFF	ROSA
HOSHIMO	KRIEGLER	LOTT	MARCATTO	MASSAROTTO	MERATE	MORENO	OLÍVIO	PECCIOLI	PIVETO	RAFALDINI	ROSALIN
HYPÓLITO	KUCHLA	LOURENÇÃO	MARCELINO	MASSARUTTI	MERATI	MORETIM	ORMANESI	PECENIN	PIVVI	RAIMUNDO	ROSINDO
IBANEZ	KUNIMI	LOURENÇO	MARCHESIN	MASSOLI	MERENCIANO	MORETO	ORQUIZA	PEDEZZI	PIZELLI	RAMOS	ROSSI
IDEM	LACERDA	LOYLA	MARCHESINI	MASSON	MERSSIAS	MORETTI	ORTEGA	PEDREIRA	PIZETTA	RANGEL	ROSSLER
IGNÁCIO	LAGASSA	LOZENDE	MARCHET	MATHEUS	MESQUITA	MORGADO	OSCAPIM	PEDRO	PIZZA	RAVANELLI	ROTOLO
INÁCIO	LAGO	LUCI	MARCHETTI	MATHIAS	MESSIAS	MORII	OTAVIAN	PEDRONI	PIZZATTO	RAVANINI	ROTONDO
INÉZ	LAISNER	LÚCIO	MARCHEZIM	MATOS	MEZZAVILLA	MORIY	OTAVIANI	PEDROSO	PIZZI	RAVASI	ROVERI
IRANEZ	LAMARTIN	LUÍS	MARCHI	MATTA	MICHALSKI	MORSELI	OTSUKA	PELLECHIA	PLANCKE	RAVAZI	ROZIN
IRENO	LAMAS	LUIZ	MARCHIN	MATTOS	MICOSSI	MOSCA	OYAMA	PENNA	PODEROSO	RAVEN	RUEDA
ISAÍAS	LANDEGRAF	LUPINO	MARCIAL	MATUBARO	MIEIRO	MOSTER	OYVÍDIO	PENHA	POIATTE	RAYMUNDO	RUELA
ISEPPE	LANDI	LUPPE	MARCIÃO	MAURI	MIERRO	MOTTA	PACANHELA	PENTEADO	POIATTI	RECCO	RUI
ISSA	LANDREGASS	LUZ	MARCOLINO	MAURO	MILAN	MOUFATTI	PACCAGNAN	PEREI	POLETTI	REDOCINO	RUIVO
IZEPPI	LANZONI	MACEDO	MARCOMINI	MAYESE	MILARÉ	MOURA	PACHECO	PEREIRA	POLICASTRO	REDONDO	RUIZ
IZZI	LAPA	MACETELLI	MARCONDES	MAZARI	MILIAN	MOURÃO	PACHIEGA	PERES	POLIDORI	REDUCINO	RULING
JACINTHO	LARA	MACHADO	MARCONI	MAZARO	MILIATTI	MOURO	PAES	PERIN	POLO	REIS	RUSCA
JAIME	LASTORI	MACIEL	MARCOS	MAZIERO	MINERVINO	MOUTTE	PAGANOTTO	PERIPATO	POLTRONIERI	RENESTO	RUSSI
JANINE	LASTORIA	MACIERINHA	MARIA	MAZINE	MINOTTI	MUFATTO	PAGGIARO	PERISSOTTO	POMPEU	RESCHINI	RUY
JARDIM	LASTOSA	MAFFEI	MARIANE	MAZO	MION	MÜLLER	PAGIAN	PERNA	PONTES	RESENDE	SÁ
JARINA	LAURINDO	MAGALHÃES	MARIANI	MAZOLLA	MIRANDA	MUNHOZ	PAGLIARIN	PERNASSI	PORTE	REZENDE	SAAB
JEROMIN	LAZARINI	MAGNO	MARIANO	MAZZOLI	MISSIA	MUSSOLINI	PAGNI	PEROZINI	PORTELA	RIBEIRO	SAADI
JESUS	LEAL	MAGRI	MARIM	MEANDRO	MODESTO	NAGASSE	PAIVA	PERREIRA	PORTES	RICARDO	SABINO
JÓ	LEANDRO	MAIA	MARINE	MÉCIAS	MOFATTO	NAGLIATTO	PAIXÃO	PERSON	PORTO	RICCI	SABONGI
JOANNA	LEITE	MAIELLO	MARINELLI	MEDEIROS	MOLINA	NALMEIDA	PALARMIDO	PESSOA	POZZI	RIECKMANN	SACILOTE
JOÃO	LEME	MAIO	MARINELO	MEE	MOLINARI	NAPOLEÃO	PALARMINI	PESTIGLIO	PRACHEDES	RIGI	SACILOTI
JOB	LIBERAL	MALAGOLINI	MARINHO	MEGLIATI	MONÇÃO	NAPOLEONI	PALOMAR	PESTILHO	PRADO	RIGOLIN	SAGGIORATTO
						NASCIMENTO	PALOMBO	PETERUCCI	PRATES	RINALDI	SALLACI
						NATALÍCIO	PALTAN	PETERUCE	PRATTA	RINALDO	SALLES
						NAVA	PALUDETTI	PETRIS	PRESCINOTTI	RIOS	SALOMÃO
						NAVARRO	PALUDO	PIANTA	PRESUNTI	RISCHINI	SALVADOR
						NAVAS	PANEGHINI	PIAZOLE	PRESUNTO	RISSATTO	SALVO
						NAZARE	PANONE	PIERIN	PREVATTO	RISSE	SAMPAIO
						NECCA	PANTOJA	PIEROBOM	PRIMO	RISSETTI	SAN
						NEGRINI	PAPAVERO	PIGATO	PRÓSPERO	RISSI	SANCHES
						NERI	PARADA	PILEGI	PROVINCIAATTI	RIU	SANGA
						NEVES	PARDINI	PILLA	PROVINCIAATTO	RIVAS	SANTANNA
						NICHELE	PARGA	PILLON	PRUDENCIANO	RIZZATO	SANTANA
						NICOLETTI	PASCHOAL	PIMENTA	PRUSCELL	RIZZI	SANTI
						NICOLINO	PASCHOALIN	PINCA	PUCCI	RIZZO	SANTIAGO
						NICOSSI	PASSO	PINDOBEIRA	PUERTA	RIZZOLLI	SANTOS
						NISHIMURA	PASSOS	PINHEIRO	PUGINA	ROBERTI	SÁPIA
						NOGUEIRA		PINHO	PÚLICI	ROBERTO	SARAIVA
						NORCELLI			PULTEZ	ROCCATELLI	SARDINHA
						NOVAES			PULTZ	ROCHA	SARRA
											<i>Continua...</i>

# Famílias

## DESCALVADENSES

### RELAÇÃO DOS SOBRENOMES DOS ATUAIS MORADORES

SARRO	SICCHIROLI	SUDAN	TOBIAS	VALLE	VOLPI
SARTORI	SILVA	SUNDFELD	TOCCOLI	VALLI	VOLTARELLI
SASELOTI	SILVEIRA	SURIANO	TOFFÓLI	VALLIO	WALGER
SASS	SILVÉRIO	TADDEI	TOGNETTI	VALTOLTI	WATTERSON
SASSI	SILVESTRE	TADEU	TOGNON	VALVERDE	WOFNIAK
SAULO	SIMEL	TALLARICO	TOLEDO	VANCETTO	WOLF
SAVARETTO	SIMÕES	TALLASSI	TOLENTINO	VANSETO	XAVIER
SÁVIO	SIMOLINI	TANAKA	TOMAILO	VASCONI	XIMENES
SCABIO	SIOCCO	TANDELO	TOMÁS	VASQUE	ZABAGLIA
SCALA	SIOCHI	TANGERINA	TONANI	VAZQUEZ	ZAFFA
SCANCELLA	SIQUEIRA	TANGERINO	TONATO	VAZZOLLER	ZAFFALON
SCAPIM	SOARES	TARDIVO	TONDATTI	VEIGA	ZAFFANI
SCAPIN	SODADE	TASCA	TONÉIS	VENÂNCIO	ZAGO
SCAPIO	SODATTE	TASSIM	TONON	VENDRAMINI	ZAINA
SCARABEL	SOFFRI	TAVARES	TORRES	VENTURINI	ZAMBELLI
SCARELLI	SOMMER	TAVARETO	TORREZAM	VERONA	ZAMBRANO
SCATOLINI	SONCIN	TAVELA	TORTE	VIANNA	ZAMELATO
SCHERMA	SOUSA	TECHIO	TORTELLA	VICENTE	ZAMPOLI
SCHIAVE	SOUZA	TEIXEIRA	TRABASSO	VICENTIM	ZANATA
SCHIAVO	SPACCA	TENDOLINI	TRALDE	VICENTINI	ZANATELI
SCHIMIDT	SPADARI	TEODORO	TRALDI	VICTORELLO	ZANATTA
SCHLITTLER	SPANHERO	TERAYAMA	TRAMBINI	VIEIRA	ZANCHETA
SCHURACHIO	SPESSOTTO	TERCE	TRESUNT	VIGATTO	ZANELA
SCOPEL	SPIDO	TERRA	TREVEZAN	VILARDA	ZANELATTO
SCORSOLINI	SPIRANDELLI	TERSI	TREVISAN	VILLA	ZANETTE
SCRAMIN	SPÓSITO	TERSSI	TRINDADE	VILLARTA	ZANETTI
SECAF	SPRINGER	TERTO	TROMBETE	VISCARDI	ZANGALLI
SEDENHO	SQUISSATO	TESSARI	TROVA	VITA	ZAPATA
SEGANTIM	STAINÉ	TESSARIN	TUCKMANTEL	VITAL	ZAPPELONI
SEGATTO	STARNINE	TETERUCCI	TÚLIO	VITO	ZAVAN
SEMPIONATTO	STARNINI	TEXARIM	TURCI	VÍTOR	ZEFERINO
SENNE	STÉFANI	THIENGO	TURQUETI	VITOREDE	ZELIOLI
SENNI	STEIN	THOMÁS	UENO	VITORELLO	ZÓIA
SEREIA	STÉNICO	THOMAZ	UGATTIS	VITORETE	ZÓLIO
SERPENTINO	STOPPA	THOMAZINI	ÚNGARI	VITORINO	ZUBIETA
SERRA	STORTI	TIENGO	URIZZI	VITULA	ZUCCHI
SEVERINO	STÓSITO	TIMÓTHEO	VALENTIM	VITÚLIO	ZUMBA
SGANZERLA	STRALLI	TINELLI	VALERA	VIZIOLI	ZUTIÃO
SIBERI	STROZZI	TKACZUK	VALÉRIO	VIZOTO	ZUTTON

# BIBLIOGRAFIA

## PERSONALIDADE LEÔNIDAS BORGES DE OLIVEIRA

BRAGA, José Roberto Faraco. *O Brasil através das Três Américas: história do projeto da carretera panamericana (1928-1938)*. Bauru: Canal 6 Projetos Editoriais, 2010.

LIMA, Fernanda Castro. *América de cabo a rabo. Aventuras na História: para viajar no tempo*. São Paulo: Editora Abril, setembro de 2011, pp. 46-51.

## CAPÍTULO I ASPECTOS NATURAIS

CEPAGRI/UNICAMP <<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

CIRELLI, K.R.N.; BRAGA, S.M.P.; PENTEADO-DIAS, A.M. *New species of Pseudognaptodon Fischer (Hymenoptera: Braconidae: Gnaptodontinae) from Brazil*. Zool. Med. Leiden, 76, 2002, pp.89-95.

CIRELLI, K.R.N. & PENTEADO-DIAS, A. M. *Análise da riqueza da fauna de Braconidae (Hymenoptera, Ichneumonoidea) em remanescentes naturais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Descalvado, SP*. Rev. Bras. entomol. vol. 47, n.1, 2003, pp. 89-98.

FALKENMARK, M.; SUPRAPTO, R.A. *Population-landscape interactions in development: a water perspective to environmental sustainability*. AMBIO, v. 21, n. 1, 1992, pp. 31-36.

FERRAZ, Fábio José. *Meio ambiente. Atlas Histórico e Geográfico do Município de Descalvado*. SEEC – Secretaria de Educação e Cultura. Descalvado, 2011.

GOMES, M.A.F.; FILIZOLA, H.F.; SPADOTTO, C.A. *Uso agrícola das áreas de recarga do Aquífero Guarani e implicações na qualidade da água subterrânea*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOJA E MERCOSOJA, 2., 2002, Londrina. Anais. Londrina: Embrapa Soja, 2002, pp.36-42. (Embrapa Soja. Documentos, 180).

\_\_\_\_\_. *Classificação das áreas de recarga do sistema Aquífero Gua-*

*rani no Brasil em domínios pedomorfoagroclicmáticos – subsídio aos estudos de avaliação de risco de contaminação das águas subterrâneas*. Revista do Departamento de Geografia, 18, 2006, pp.67-74.

\_\_\_\_\_. & PEREIRA, A.S. *Caracterização das áreas de afloramento do aquífero guarani no Brasil - Base para uma Proposta de Gestão Sustentável*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006. (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 52).

GONÇALEZ, H. D.; RUÍZ, D.B. *Los braconidos (Hymenoptera: Braconidae) como grupo parametro de biodiversidade em las selvas deciduas de tropico: una discussion acerca de su posible uso*. Acta Zool. Mex., v. 79, 2000, pp. 43-56.

INSTITUTO FLORESTAL DE SÃO PAULO. *Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. Seção de Manejo e Inventário Florestal, 2005.

LASALLE, J.; I.D. GAULD (Eds.). *Hymenoptera and Biodiversity*. Wallingford: C.A.B. International, 1993.

MATTHEWS, W. *Biology of Braconidae*. Ann. Rev. Entomol., v. 19, 1974, pp. 15-32.

MIRANDA, E. E. de. et al. *Sistema de Gestão Territorial para a ABAG/RP*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.abagr.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

MORAES, A.T.C.C. *Biótopos na área de proteção ambiental das cuevas de São Pedro e Analândia*. 1985. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 1985.

MOREIRA, M.A.A.; LORANDI, R & MORAES, M.E.B. de. *Caracterização de áreas preferenciais para a instalação de aterros sanitários no município de Descalvado (SP), na escala 1:50.000*. Revista Brasileira de Cartografia No 60/02, agosto de 2008, pp. 177-194.

*O Aquífero Guarani – Departamento Autônomo de Água e Esgoto – Disponível em: <http://www.daaeararaquara.com.br/guarani.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2011.*

OLIVEIRA, H. H. *Proposta de criação e caracterização da Área de*

*Proteção Ambiental de Descalvado - SP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1995.

PRICE, P.W. et al. *Interactions among three trophic levels: Influence of plants on interactions between insect herbivores and natural enemies*. Ann. Rev. Ecol. Syst., v. 11, 1980, pp. 41-65.

RODRIGUES, C. A.G. & HOTT, M.C. *Dinâmica da vegetação natural no Nordeste do estado de São Paulo, entre 1988 e 2003*. Revista Árvore, v. 34, n. 5. Viçosa, 2010. pp. 881-887.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. *Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo: escala 1: 1.000.000: nota explicativa*. São Paulo: DAAE:IG:IPT:CPRM, 2005.

SANTOS, V. S. *Análise Ambiental Integrada do Componente Solo como Subsídio para Avaliação da Sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Tenente Amaral em Jaciara – Mato Grosso – Brasil*. Tese Doutorado em Ciências, Área de Concentração Ecologia e Recursos Naturais. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

TAVANTI, D.R. et al. *Estudo da Vulnerabilidade de Contaminação de Aquífero por Agrotóxicos, na Região de Descalvado e Analândia (SP)*. Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 14, n.1, janeiro/março 2009, pp. 53-61.

TOREZAN, F.E. *Proposta Metodológica para Subsidiar a determinação do grau de impacto ambiental em Empreendimentos Minerários na região de Descalvado e Analândia*. Tese de doutorado na Engenharia Urbana. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2005.

## PUBLIEDITORIAL MINERAÇÃO JUNDU

ABIFA CEMP nº. 151. *Dispositivo para Amostragem*.

ABIVIDRO RT 01. *Areia Quartzosa Vidreira*.

CAMPOS, Geraldo Rodrigues de; NAVA, Noedir. *Areias Industriais*. Revista Mundo Cerâmico, agosto de 1999.

DENZIN, Guilherme. *Diretrizes para o controle e recuperação ambientais de áreas degradadas por mineração de rochas e sedimen-*

*tos arenosos para fins industriais. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz", USP, para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento Ambiental*. Piracicaba.

GOMIERO, Édson. *Industrial sand for glass making-from extraction to delivery*. Revista Glass. Inglaterra, 1998.

PORTO, Luiz Carlos Guidetti. *Surge um novo equipamento para amostragem de areia seca*. Revista Fundação e Serviços. agosto/setembro de 1993.

PORTO, Luiz Carlos Guidetti; VILLARDA, Sebastião Ginez. *Divergências granulométricas em areia: um eterno problema*. Revista Fundação e Serviços. outubro/novembro de 1994.

PORTO, Luiz Carlos Guidetti. *Como se comportou a confiabilidade do ensaio granulométrico na última década*. Revista Fundação e Matérias-Primas. novembro/dezembro de 2003.

*Sand Pit Turned Into Sports Facility*. Revista Rock Products International. Chicago. EUA, fevereiro de 1992.

## CAPÍTULO II ORIGENS INDÍGENAS

### Bibliografia citada:

CAMARGO, Theodorico de, *Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de S. Carlos* in CAMARGO, Sebastião (org.). *Almanach de São Carlos – 1915*. São Carlos (SP), Edufscar, 2007.

D'ANGELIS, Wilmar R. e VEIGA, Juracilda. *"Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado"*. Cadernos do CEOM. Unochapecó/Argos, 2003, n. 18, p. 213-242. Acessado em: [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org). Último acesso em julho de 2011.

D'ANGELIS, Wilmar R. *"Panorama da história Kaingang"*. Acessado em: [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org). Último acesso em julho de 2011.

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantes Verso e Reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FOLLIS, Fransérgio. *Posseiros e sesmeiros nos Sertões de Araraquara: a luta pela terra e a formação do latifúndio*. 2010 (Em elaboração).

GODOY, Manuel Pereira de. *Contribuição à história natural e geral de Pirassununga*. Pirassununga/SP: s/e, 1974.

GUIDON, Niède. *"As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)"* in CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

JESUÍNO, Renata. *"Aspectos físicos"* in PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO. *Atlas histórico e geográfico do município de Descalvado*. Descalvado/SP: Quatrocor Gráfica e Editora, 2010.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado/SP: s/e, 1996.

MANO, Marcel. *"A cerâmica e os rituais funerários: xamanismo, antropofagia e guerra entre os Tupi-Guarani"*. Interações: Cultura e Comunidade, v. 4, n.5, p. 111-128, 2009.

MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena*. Campinas, SP: mimeo, 2006.

MONTEIRO, Jonh. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Flávio S. *Histórias e estórias de Porto Ferreira*. Porto Ferreira/SP: Editora Gráfica São Paulo, 2005.



SCHWARTZ, Stuart B – *Segredos Internos: Engenheiros e Escravos na Sociedade Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SILVA LEME, Luís Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*, volume II, página 450. Consultado em <http://buratto.org/paulistana/index.htm>. Último acesso agosto de 2011.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

VILLA, Marco. *Breve História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

### Entrevistas:

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. Entrevista concedida, via email, enviada pelo autor em 14 de março de 2011.

## PERSONALIDADE NHÔ TOTICO

FERNANDES, Paulo Renato de Barros. *Nhô Totico: o rei do riso - a fascinante história do maior humorista da era de ouro do rádio brasileiro*. Campinas: Reverbo, 2011.

## CAPÍTULO III ORIGENS HISTÓRICAS

ALMEIDA, Nelson Martins et al. *Estudo histórico e geográfico da cidade e município de Araraquara*. In: ALMEIDA, Nelson Martins (org.). *Álbum de Araraquara - 1948*. Araraquara - SP, 1948.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BRAGA, Cincinato. *Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal*. São Carlos: ASSER, 1994.

CAMARGO, Theodorico Leite de Almeida. *Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de S. Carlos*. In: CASTRO, Franklin (org.). *Almanach-Album de São Carlos: 1916-1917*. São Carlos - SP: Typographia Artística, 1917.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História social de Araraquara (1817 a 1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFCL-USP, 1967.

FRANÇA, Antônio (org.). *Álbum de Araraquara*. Araraquara: João Silveira – Editor, 1915.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Disponível em: [www.descalvadocamara.com.br/docs/conhecadescalvado.doc](http://www.descalvadocamara.com.br/docs/conhecadescalvado.doc). Acesso em: 04 de novembro de 2011.

LEMOS, Alberto. *História de Araraquara*. Araraquara - SP: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria / Prefeitura Municipal de Araraquara, (1972).

MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377352&fd=y>. Acesso em: 09 de agosto de 2011.

MOGI-GUAÇU - SP. Disponível em [www.mguacu.com.br/fest/filmes\\_flash/a\\_cidade.swf](http://www.mguacu.com.br/fest/filmes_flash/a_cidade.swf). Acesso em: 01 de novembro de 2011.

NEVES, Ary Pinto das. *São Carlos do Pinhal no século XIX*. Iguape – SP: Gráfica Somet, 1997.

SEADE. Disponível em: [www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi#def1](http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi#def1). Acesso em: 03 de novembro de 2011.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos (1850-1950)*. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

## PERSONALIDADE VITAL BRAZIL

BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brazil Mineiro de Campanha: uma genealogia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Vital Brazil, 1996.

GAZETA DE DESCALVADO (jornal). Anno I, 06/03/1892, número 10. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, capital.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 2001 (mimeo.).

O ESTADO DE SÃO PAULO (jornal). Anno XXIII, 08/03/1892, número 5.099. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, capital.

## CAPÍTULO IV ECONOMIA CAFEEIRA

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *O Ramal de Descalvado*. Disponível em <http://www.marcoareliasilva.com.br/descalvado.htm>. Acesso em: dezembro de 2011.

GUIDINI, Leandro. *O Trenzinho da Aurora: algumas lembranças da bitolinha em São Paulo*. São Paulo: Clanel Artes Gráficas, 2008.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 1996 (mimeo.).

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação*. In PEREIRA, Conceição Meireles Pereira; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima (org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto, Portugal: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Universidade do Porto. Edições Afrontamento, 2007. Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/15.pdf>. Acesso em: dezembro de 2011.

PERINELLI NETO, Humberto. *Uma ferrovia cata-café: apontamentos sobre o comércio de gado e as ferrovias em São Paulo (1869-1909)*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº 32. 2008. Disponível em [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao32/materia01/texto01](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao32/materia01/texto01). Acesso em: dezembro de 2011.

PRATTA, Marco Antonio. *Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia no interior paulista*. São Carlos: RiMa, 2002.

QUEIRÓZ, Luiz Roberto de Souza; FAGUNDES JÚNIOR, Carlos Eduardo Uchoa. *Álbum de família: Souza Queiróz*. São Paulo: Associação Barão de Souza Queiróz de Proteção à Infância e à Juventude, 2007.

TELLES, Antônio de Queirós, Conde de Parnaíba. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial n. 56, de 17 de janeiro de 1887*. Disponível em <http://familiabonella.vom.br/hospedaria.htm>. Acesso em: dezembro de 2011.

## CAPÍTULO V DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Caminho para Santa Veridiana: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras*. Santa Cruz das Palmeiras: Editora A Cidade, 2003.

GUIDINI, Leandro. *O Trenzinho da Aurora: algumas lembranças da bitolinha em São Paulo*. São Paulo: Clanel Artes Gráficas, 2008.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 2001 (mimeo.).

Relatórios Oficiais da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, de 1874 até 1932.

Circular Número 485, de 21/07/1962, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

## PERSONALIDADE EUCLIDES DA CUNHA

CORREIO DO DESCALVADO. *Orgam Noticioso, Commercial, Agrícola e dos Interesses do Município (jornal)*. Proprietário gerente: Capitão Augusto de Oliveira Campos. Descalvado, 1907.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 2001 (mimeo.).

O DESCALVADENSE. *Orgam dos Interesses do Município (jornal)*. Anno I. Proprietário-gerente: José Rufo Tavares. Descalvado, 1909.

## CAPÍTULO VI A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

BETTINI, Rita Filomena. *Laços tecidos no tempo: a instrução pública em Limeira*. São Carlos: RiMa, 2000.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971)*. São Carlos: EDUFSCar; São Paulo: INEP, 2002.

CIDADE DO DESCALVADO. *Orgam Semanal (jornal)*. Descalvado, 1904-1905.

CORRÊA, Maria Elisabeth Peirão; MELLO, Mirella Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. *Arquitetura escolar paulista (1890-1920)*. São Paulo: F.D.E., 1991.

CUNHA, Luis Antonio. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1972.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 2001 (mimeo.).

LIVRO DE PROMOÇÕES NÚMERO 73. *Termo de Promoções e Reprovações*. Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Tobias. Descalvado.

MANOEL, Ivan. *Igreja e educação feminina (1889-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: EDUNICAMP, 1999.

O DESCALVADENSE. *Orgam Semanal (jornal)*. Proprietário: José Rufo Tavares. Descalvado, 1902-1920.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PIANTA, Elza Maria; AQUINO, Anna Zélia de; SILVA, Maria Lavinia da. *Fontes históricas da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*. Campinas: 1985 (mimeo.).

PRATTA, Marco Antonio. *Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia na Primeira República Brasileira*. São Carlos: RiMa, 2002.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da*

escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1980.

## PERSONALIDADE PAULO LAURO

DUARTE, Adriano Luiz. O “dia de São Bartolomeu” e o “carnaval sem fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947. *Revista Brasileira de História*. Volume 25, nº 50. São Paulo: julho/dezembro 2005.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. *Conheça Descalvado*. Descalvado: 2001 (mimeo.).

## CAPÍTULO VII A FESTA DO DIVINO

BUENO, M. S. *Lazer, festa e festejar*. *Cultura: Revista de Cultura e Turismo*, Itabuna, v. 3, n.º 2, 47-59, jul. 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao3/artigo3.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2011.

CARVALHO, M. M. P. *Divino Espírito Santo (re)ligando Portugal/Brasil no imaginário religioso popular*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, VI, 2008, Lisboa (POR). *Anais... Lisboa: 2008*, p. 1-14. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/188.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2011.

CHAVES, R. B. *Festa do Divino em Mogi das Cruzes*. *Revista Nures*, São Paulo, n.º 15, mai.-ago. 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nures/revista15/RobsonChaves.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2011.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionários de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

PUOLI, M. A. B. *A Festa do Divino Espírito Santo realizada em Descalvado*. Ribeirão Preto: Unaerp (Universidade de Ribeirão Preto)/Departamento de Artes Plásticas, 1973.

## CAPÍTULO VIII A METADE DO SÉCULO XX

A FOLHA DO POVO, 1963 apud LIMA, L. C. *Histórias de Descalvado. Destaques da imprensa - I*. Descalvado: edição do autor, 2009. (vol. 1). KASTEIN, L. C. A. *Conheça Descalvado*. Descalvado: edição do autor, 1996.

LIMA, L. C. *Histórias de Descalvado. Destaques da imprensa - I*. Descalvado: edição do autor, 2009. (vol. 1). 24

MARCO, G. A. apud KASTEIN, L. C. A. *Conheça Descalvado*. Descalvado: edição do autor, 1996.

MEDEIROS, D. G. apud KASTEIN, L. C. A. *Conheça Descalvado*. Descalvado: edição do autor, 1996.

SÁPIA, E. S. *Uma bola, um martelo e um bisturi*. São Paulo: Conecta Brasil, 2009.

ZAMBELI, M. A. V. apud KASTEIN, L. C. A. *Conheça Descalvado*. Descalvado: edição do autor, 1996.

## PERSONALIDADE LYGIA FAGUNDES TELLES

Dados e informações cedidos gentilmente pela escritora, em contato telefônico e via on-line, através da sua secretária particular, Sra. Regina Vampré.

## CAPÍTULO IX PATRIMÔNIO CULTURAL

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. *Do patrimônio cultural e seus significados*. Transinformação, Campinas, SP, v.16, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>. Acesso em: 01 de setembro de 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 10 de setembro de 2007.

CARVALHO, Talita Franceschini de. *O patrimônio cultural urbano do município de Descalvado-SP: proposta de um inventário*. 2007. 101 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação 2007). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os Lugares de Memória*. In: SILVA, René Marc da Costa (org). *Cultura popular e educação*. Brasília: Salto para o futuro/TV Escola/SEED/MEC, 2008.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Identidade cultural e arqueologia*. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2002.

PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA – Condephaat. *Bens tomba-*

*dos*: 1968-1998. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

PROGRAMA Monumenta. *Manual de elaboração de projetos*. Brasília, DF: MINC; IPHAN, 2005. Disponível em: [http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20elaboracao%20de%20projetos\\_1168630291.pdf](http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20elaboracao%20de%20projetos_1168630291.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2007.

SÁ NETO, Francisco de. *Caderno pedagógico visitas guiadas na Fazenda Pinhal: democratização cultural pelo acesso ao patrimônio histórico*. São Carlos: Associação Pró Casa do Pinhal, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

### Sites Consultados:

BRASIL. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

BRASIL. Monumenta. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br>. Acesso em: 20 de agosto de 2007.

BRASIL. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2007.

CREA - SP – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.creasp.org.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

CRE Mario Covas – Centro de Referência em Educação. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

FAZENDA Bela Aliança. Disponível em: <http://www.fazendabelaalianca.com.br>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

MEMÓRIAS DE DESCALVADO. Disponível em: <http://www.memoriasdedescalvado.com.br>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.



ISBN 000-00-0000-000-0



7 898938 501576